



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Avulso XI

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Doutor Luciano</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Relatório Final CPI Paranacidade:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE RELATÓRIO FINAL

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída por Ato do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado Paraná, nº 03/03 de 27 de fevereiro de 2003, sendo instalada em 17 de março deste mesmo ano, com o objetivo de investigar na Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu, o Paranacidade, verificando-se:

1. Os contratos de financiamentos e de repasses de recursos firmados entre o Estado e os Municípios, e os órgãos afins, até a presente data;
2. O desembolso e fluxo de financiamentos do Tesouro do Estado e os externos com os seus respectivos pagamentos;
3. Análise da capacidade de endividamento dos municípios;
4. Os critérios para a transferência de recursos a fundo perdido;
5. A avaliação da importância sócio-econômica da obra financiada.

Os trabalhos da CPI tiveram início com sua instalação, em 17 de março de 2003, com a seguinte composição:

Presidente - Deputado José Maria Ferreira

Vice-Presidente - Deputado Elio Lino Rusch

Relator - Deputado Artagão Júnior

Membros: Deputados Jocelito Canto, Luiz Fernandes Litro, Padre Paulo Campos e Deputada Maria Aparecida Borghetti.

PERÍODO INVESTIGADO

A CPI estendeu suas investigações desde o final de 1995, ano da primeira contratação do projeto "Bases Cartográficas" iniciado pela extinta Famepar Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, até o final do exercício financeiro de 2002.

AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS

Governador do Estado Jaime Lerner (1995-1998/1999-2002)

Secretários de Estado de Desenvolvimento Urbano Lubomir Antonio Ficinski Dunin e Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro.

Lubomir Antonio Ficinski Dunin foi nomeado Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano em 2 de janeiro de 1995, através do Decreto nº 18, tendo sido exonerado a pedido, através do Decreto nº 5524/02, a partir de 4 de abril de 2002. Seguiu-se no cargo Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, nomeado em 5 de abril

de 2002, pelo Decreto nº 5528/02, que o exerceu até o término do período de mandato do então Governador.

PARANACIDADE

CONFIGURAÇÃO LEGAL

O Paranacidade é pessoa jurídica de direito privado, criada pelo Estado do Paraná sob a modalidade de serviço social autônomo, em substituição à Famepar (Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná), através da Lei nº 11.498/96, para "*prestar assistência institucional e técnica aos Municípios e captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná*" (artigo 1º da Lei nº 11.498/96). As contas do Paranacidade deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa.

Segundo a mesma lei, o Paranacidade se vincula, por cooperação, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - Sedu, por meio de Contrato de Gestão, e tem remuneração constituída pela apropriação mensal, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, do valor necessário destinado a sua manutenção, dentre outras receitas, tendo como objetivo primevo, segundo o artigo 9º da lei de criação, gerir o Fundo, criado pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1998:

O superintendente do Paranacidade é o secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, do qual é membro honorário sem direito a voto.

A direção do Paranacidade, segundo o artigo 3º, é exercida em seu maior nível por um Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, que é composto por 1 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos, constituído por decreto do governador, para um mandato de 2 (dois) anos; e por uma Diretoria Executiva, composta por 01 (um) superintendente, 01 (um) diretor de Operações e 01 (um) diretor de Administração e Finanças, sendo estes cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo superintendente do Paranacidade.

As competências do Conselho de Administração, por sua vez, também são definidas pela lei, estando arroladas no artigo 11.

Os empregados do Paranacidade serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT, e contarão com um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial fixada em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos anualmente, e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira contendo critérios de promoção e de valorização profissional. Aos servidores em exercício no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - Famepar foi assegurado o aproveitamento pelo Paranacidade ou a realocação na administração pública.

Na forma do parágrafo 1º do artigo 15 da Lei Estadual nº 11.498/96, "Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e a do Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade, por intermédio do seu superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com prazo de 20 (vinte) anos, e com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade. ..."

O inventário dos bens e do acervo físico e documental do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - Famepar, e a apuração de seus direitos e obrigações foi realizado por inventariante nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, sendo seu patrimônio incorporado à Secretaria de Estado de Administração e Previdência, e seu acervo técnico ao Paranacidade.

DO REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em exposição sobre a origem do direito administrativo, o Doutor em Direito Toshio Mukai se vale de conceitos claros dos quais selecionamos os seguintes:

"...O Estado, por ter como finalidade a consecução do interesse público, jamais pode atuar sob princípios de direito privado, especialmente sob o da autonomia da vontade. Ao contrário, toda a sua atividade (desde que própria dele) está informada por outros princípios, especialmente o da legalidade que permeia, como o da finalidade (pública), todos os atos da Administração, enquanto no exercício de missões próprias e originárias do Estado..."

Definida a função administrativa como aquela de concretização dos fins do Poder e que a Administração, com base na divisão das inúmeras tarefas afetas ao Estado, desconcentra e descentraliza, sendo a desconcentração a distribuição dentro do mesmo aparelhamento administrativo, de forma hierárquica, dentro da mesma pessoa jurídica, com relação de subordinação. A descentralização se opera mediante a transferência de serviços para outros entes, pessoas de direito público ou privado.

Dos conceitos de serviços públicos, serviços públicos econômicos e atividades econômicas exploradas pelo Estado, todos decorrentes da Carta Constitucional e da análise da evolução da atuação estatal voltada ao atingimento do bem comum, segue-se a conclusão relativa à personificação privada das empresas estatais:

"...Quando, num segundo estágio evolutivo, o Estado passa dos organismos autônomos para as empresas, procedendo à personificação privada de serviços públicos, e mesmo serviços econômicos, comete maior impropriedade; aqui também a forma não condiz com a realidade, e a ficção é mais do que aparente: torna-se

uma simulação. Daí ser de todo procedente afirmar que sobre tais empresas (públicas) incide o Direito Administrativo comum, onde não se pode conceber (assim como ocorre em relação à Administração direta) que atue o direito privado puro. ..."

Esta exposição deve ser comparada ao texto constitucional vigente, precisamente os artigos 173 e 175 da Constituição Federal:

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviço, dispondo sobre:

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias;

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

...

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

Se pode inferir da contextualização que:

- a exploração de atividade econômica pelo Estado é admitida apenas em caráter excepcional e instrumental;

- a excepcionalidade só se manifesta através de ameaça à segurança nacional, ou de relevante interesse coletivo desatendido, e a identificação de quaisquer destas causas ensejadoras de ingerência estatal nas atividades reservadas à iniciativa privada será manifesta em lei;

- o Estado atuará, nestes casos, na forma de empresa pública ou sociedade de economia mista, para produzir ou comercializar bens, ou para prestar serviços econômicos;

- e, só então, ocorrerá a sujeição ao regime jurídico de direito privado, sem privilégios, conforme determina o parágrafo 2º do artigo transcrito, destes entes da administração indireta.

É equívoco admitir a criação de pessoas jurídicas de direito privado pelo Poder Público, que não tenham as finalidades e as estruturas dadas pelo artigo 173 da Constituição Federal. Mesmo as empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público que se submetem ao regime jurídico próprio das empresas privadas, isto para, e apenas em caráter excepcionalíssimo, não frustrar a declaração de princípio geral da atividade econômica consagrada no caput do

artigo 170 da Constituição, que se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, valores erigidos em princípios fundamentais da República, conforme se vê no inciso IV do artigo 1º da Carta Magna.

A melhor doutrina ampara as conclusões objetivamente colocadas. Celso Antônio Bandeira de Mello, professor titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ao tratar da natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista adverte que:

"... empresas públicas e sociedades de economia mista são, fundamentalmente e acima de tudo, instrumentos de ação do Estado. O traço essencial caracterizador destas pessoas é o de se constituírem em auxiliares do Poder Público; logo, são entidades voltadas, por definição, à busca de interesses transcendentais aos meramente privados. É preciso, pois, aturado precatório para não incorrer no equívoco de assumir fetichisticamente sua personalidade de Direito Privado (como costumava ocorrer no Brasil) e imaginar que, por força dela, seu regime pode ensejar-lhes uma desenvoltura equivalente à dos sujeitos cujo modelo tipológico inspirou-lhes a criação. Deveras, a personalidade de Direito Privado que as reveste não passa de um expediente técnico cujo préstimo adscribe-se, inevitavelmente, a certos limites, já que não poderia ter o condão de embargar a positividade de certos princípios e normas de Direito Público cujo arredamento comprometeria objetivos celulares do Estado de Direito.

O traço nuclear das empresas estatais, isto é, das empresas públicas e sociedades de economia mista, reside no fato de serem coadjuvantes de misteres estatais. Nada pode dissolver este signo insculpido em suas naturezas. Dita realidade jurídica representa o mais certo norte para a inteligência destas pessoas. Consequentemente, aí, está o critério retor para interpretação dos princípios jurídicos que lhes são obrigatoriamente aplicáveis, pena de conerter-se o acidental suas personalidades de Direito Privado em essencial, e o essencial seu caráter de sujeitos auxiliares do Estado em acidental...

...Em despeito destas obviedades, durante largo tempo pretendeu-se que, res-salvadas taxativas disposições legais que lhes impusessem contenções explícitas, estariam em tudo o mais parificadas à generalidade das pessoas de Direito Privado. Calçadas nesta tese errônea, sociedades de economia mista e empresas públicas declaravam-se, com o beneplácito da doutrina e da jurisprudência (salvo vozes combativas, mas isoladas), livres do dever de licitar, razão por que os contratos para obras públicas mais vultosos eram travados ao sabor dos dirigentes de tais empresas ou mediante arremedos de licitação; recursos destas entidades passaram a ser utilizados como válvula para acobertar dispêndios que a Administração Central não tinha como legalmente efetuar, ou mesmo para custear ostensiva propaganda governamental, mediante contratos publicitários de grande expressão econômica; a admissão de pessoal, e com salários muito superiores aos vigentes no setor público,

efetuava-se com ampla liberdade, sem concursos, transformando-as em "cabides de emprego" para apaniguados; avançados sistemas de apo-sentadoria e previdência eram interna corporis, instituídos em prol de seus agentes, em condições muito mais vantajosas do que as do sistema nacional de previdência ou do próprio regime previdenciário do setor público; despesas exageradas, úteis apenas à comodidade pessoal de seus agentes, eram liberalmente efetuadas, como exempli gratia, suntuosas hospedagens no Ex-terior, quando de viagens internacionais dos seus dirigentes; sempre sob a arguição de serem pessoas de Direito Privado até que a legislação explicitamente lhes impusesse sujeição de suas despesas à fiscalização do Tribunal de Contas da União sustentava-se que estavam livres deste controle...." (grifamos, por oportuno)

O também titular da cátedra de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor Celso Ribeiro Bastos, discorre sobre a utilização da personalidade de direito privado nos entes criados pelo Poder Público, frisando o que se segue:

"É de notar-se que o artigo 173 cuida da exploração direta pelo Estado da atividade econômica. A pergunta que se poria é a de saber-se o que é atividade econômica para os fins da Constituição.

A resposta é dada pelos princípios que a informam. Se estamos diante de um sistema que consagra a primazia da livre iniciativa é porque a esta cabe o desenvolvimento das atividades de natureza econômica. Portanto, deve-se ter por atividade econômica toda função voltada à produção de bens e serviços, que possam ser vendidos no mercado, ressalvada aquela porção das referidas atividades que a própria Constituição já reservou como próprias do Estado, por tê-la definido como serviço público nos termos dos incisos XI e XII do artigo 21 do Texto Constitucional, ou as reservadas a título de mo-nopólio da União (CF, artigo 177).

Tal circunstância é que justifica a inserção da cláusula "ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

É óbvio que nessas hipóteses não se aplicam os requisitos do artigo 173, visto que, por se tratar de atividade cuja titularidade já é definida pela própria

Constituição como estatal, é absolutamente ininvocável referido artigo. Este existe para legitimar a exploração pelo Estado de uma empresa cujo objeto em princípio pertencesse aos particulares.

Quando a Constituição fala em atividade econômica está a referir-se àquela que é cumprida pelos particulares.

Enfrentamos agora o problema consistente em saber qual o significado da palavra "Estado" no artigo 173.

Significaria tão-somente a União ou englobaria os Estados e municípios? O melhor entendimento é o que aponta na expressão "Estado" uma referência exclusiva à União. De fato, só a esta cabe pronunciar-se sobre a

existência ou não de segurança nacional. Quanto ao interesse coletivo, também ele confere à União uma posição privilegiada para dizer ou não da sua existência, porque tal sorte de interesse há de ser aferida em função do mercado nacional. Consistiria, até mesmo, num fator de fortes tensões interestaduais admitir que uma unidade da Federação se lance à produção de bens para a satisfação do mercado nacional.

A regra pode muito excepcionalmente admitir exceções. Estas, contudo, deverão ser sempre objeto de definição legal, tal como exigido pela Constituição. É a lei federal que vai elencar os casos de desempenho de atividade econômica pelo Estado que cumpra o interesse coletivo. As atividades econômicas deferidas a Estados e Municípios só poderão ser aquelas cuja amplitude do interesse não transcenda, respectivamente, ao âmbito estadual ou municipal. O interesse coletivo há de estar circunscrito aos limites dessas unidades político-administrativas. ..."

Sobre o artigo 173 da Constituição Federal, especificamente sobre o parágrafo 1º, ensina Celso Bastos:

"... Nesse parágrafo, especialmente no seu inciso II, agasalha-se a idéia de que essa convivência é possível ao Estado, através de pessoas descentralizadas, desempenhar um papel assemelhado àquele cumprido pelas empresas privadas. Fixou-se no nosso direito a crença de que essa convivência é possível. Assim, o que se procura é que as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviço público submetam-se ao regime jurídico previsto para as empresas privadas. ..."

...Essa sujeição das empresas governamentais ao direito comum responde também a um outro propósito, qual seja, o de desvencilhar o Estado dos freios do sistema administrativo. Quando o Poder Público, por exemplo, passou a controlar empresas, assumindo alguma já existente ou criando uma nova, logo compenetraram-se das deficiências do seu método burocrático administrativo para gerir essas novas entidades, demandantes de uma flexibilidade operacional e de um dinamismo de atuação pouco encontráveis na Administração centralizada.

Encampou, portanto, o regime jurídico de direito privado. No entanto, a sua essência última continua a ser pública. Essa submissão ao direito privado não rompe relações muito essenciais que essas empresas continuam a nutrir com o Poder Público, idéia de resto muito clara no parágrafo 3º do mesmo artigo 173, quando faz alusão a uma lei que virá regulamentar as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade, o que demonstra claramente o que vínhamos afirmando, isto é, a idéia de que essas entidades não podem ser consideradas como meros entes privados. O direito privado é instrumentalizado, vale dizer, utilizado na medida em que se supõe que essas entidades por aí melhor atingirão seus objetivos. Mas essa submissão, que nada mais é do que um

revestimento superficial de realidades mais profundas, nas quais se situam as próprias finalidades, não pode esconder a sua realidade de ente estatal e, conseqüentemente, público.

Portanto, quando se afirma que essas empresas são pessoas de direito privado, essa afirmação deve ser entendida com cuidado. É útil para indicar o direito que as rege, mas não é prestante para desvendar-lhes a natureza íntima.

O fato de impor-lhes um regime de direito privado indica que sua essência não convoca necessariamente tal enquadramento normativo; pelo contrário, é necessário ressaltar que poderiam ser regidas pelo direito público, uma vez que públicas são no fundo.

Há, portanto, um substrato nessas empresas que refoge ao seu direito de relações com terceiros, e essa base é de natureza pública. A verdade segundo a qual se trata de entidades regidas pelo direito privado não deve obnubilar a verdadeira assertiva de que em muitos dos seus aspectos continuam a ser regidas pelo direito público.

É muito interessante salientar que o parágrafo 1º do artigo 173 impõe o regime jurídico das empresas privadas somente a entidades que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços. ..."

Ainda o professor Celso Ribeiro Bastos, explicitando e qualificando as entidades possíveis da Administração Indireta, transcreve Mauro Rodrigues Penteado:

"... A vigente Constituição consagra a distinção introduzida em nosso direito positivo pelo Decreto-Lei nº 200, de 1967, entre Administração Direta e Indireta, esta última integrada pelas sociedades de economia mista, empresas públicas e autarquias (Constituição, artigo 37, Inciso XVII, Decreto-lei nº 200, artigos 4º e 5º)..."

Do que foi até aqui exposto, importa concluir:

- o Estado, na consecução de seus fins prestará serviços públicos próprios, impróprios ou intervirá no campo reservado à iniciativa privada como explorador de atividade econômica nos casos excepcionais a serem definidos em lei, através de órgão da Administração Direta, ou, conforme a característica final de sua atuação, através da Administração Indireta, criando por lei, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações.

- O conceito antes explicitado de descentralização por colaboração consiste na transferência da execução do serviço e não de sua titularidade, pois esta é atribuída constitucionalmente ao Estado e não à Administração ao particular, às empresas legitimamente constituídas sob o regime jurídico de direito privado ou mesmo às pessoas naturais, pessoas físicas.

- O Estado só pode transferir os serviços que lhe são reservados, posto que aqueles que são livres à iniciativa privada independem de ato específico de transferência.

- A transferência da execução do serviço próprio do Estado pode se dar na forma de concessão e permissão, sempre através de licitação, institutos previstos constitucionalmente no artigo 175.

Nenhuma outra figura surge autorizada no texto constitucional, antes ou depois da Emenda nº 19/98, à exceção da determinação constante do artigo 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que autoriza à União a instituir o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Trata-se como dito de exceção expressada pelo constituinte que, por exclusão, veda a adoção do modelo pelo Poder Público na Administração Pública pátria, o que nos remete ao conceito de serviço social autônomo.

Segundo José Santos Carvalho Filho, são pessoas jurídicas que, embora não integrando o sistema da Administração Indireta, cooperam com o governo, prestando inegáveis serviços de utilidade pública e se sujeitando a controle direto ou indireto do Poder Público. Em seu perfil existem, como não poderia deixar de ser, alguns aspectos inerentes ao direito privado e outros que as deixam vinculadas ao Estado.

Nesta classificação entram os serviços sociais autônomos: entes de cooperação governamental, que pela vinculação com o poder público, pelo fato de produzirem benefícios de ordem pública, podem ser tidos como paraestatais. Não prestam serviços públicos, na verdade realizam atividades privadas de interesse público. Possuem administração e patrimônio próprios, sem subordinação hierárquica à Administração Pública.

Os serviços sociais possuem, sempre, como objetivo, determinada atividade social, voltada à prestação de serviço de utilidade pública. Percebe-se a ausência de fins lucrativos, sua criação é sempre atrelada à lei autorizatória e seus recursos oriundos de contribuição parafiscal ou dotações orçamentárias. Apesar de não integrarem a Administração Pública, subordinam-se a regras de Direito Público, inclusive princípios administrativos (artigo 37, CF). Independentemente da maneira como são nominados ou a forma do arcabouço legislativo, o liame com o Poder Público é que determina os princípios e regras a serem seguidos.

Discorre Maria Sylvia Zanella di Pietro, sobre tais entidades, nos seguintes termos:

"Essas entidades não integram a Administração Indireta. No entanto, pelo fato de administrarem verbas decorrentes de contribuições parafiscais e gozarem de um série de privilégios próprios dos entes públicos, estão sujeitas a normas semelhantes às da Administração Pública, sob vários aspectos, em especial no que diz respeito à observância dos princípios da licitação, à exigência de processos seletivo para seleção de pessoal, à prestação de contas, à equiparação de seus empregados aos servidores públicos para fins criminais (artigos 327,

CP) e para fins de improbidade administrativa (Lei nº 8429/92)".

Ainda, no entender de Odete Medauar, são pessoas jurídicas de direito privado, destinados a propiciar assistência social, médica ou ensino à população ou a certos grupos profissionais. Alguns, têm seus recursos oriundos principalmente de contribuições de empresas, arrecadadas e repassadas pela Previdência Social. Estas breves referências aos serviços sociais autônomos de longa data conhecidos no cenário nacional, e antes nominados, têm por finalidade asseverar que estes não se confundem e não são similares em nenhum aspecto ao Paranacidade, instituído pelo Governo do Estado do Paraná.

Este é ente constituído para a prestação de serviços do Estado, não de mera utilidade pública, e como acima assinalado, a denominação serviço social autônomo em nada interfere na sua qualificação jurídica. A inconstitucionalidade se perfaz com a adoção da personalidade jurídica de direito privado, através da qual pretende a lei infraconstitucional afastar os comandos destinados à Administração da coisa pública, consagrados pelo Texto Maior.

Importa esta longa exposição doutrinária inicial para situar as ações do Paranacidade cuja principal finalidade é a gerência de recursos públicos destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano com relação aos aspectos relativos aos princípios constitucionais e legais voltados à Administração Pública, notadamente aqueles do artigo 37, bem como às normas constitucionais relativas às Finanças Públicas, a par daquelas já expostas relativas à atuação do Estado na prestação de seus serviços.

Análise da Atuação do Paranacidade Face à Constituição da República

Recursos Humanos

"Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

...

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;"

Tendo-se por certo, a despeito da personalidade jurídica de direito privado atribuída ao Paranacidade, que se trata de ente público, uma vez que foi criado por lei, gerencia e se mantém com recursos públicos, é inegável que os empregos constantes de seu quadro são públicos, sendo indispensável, por isso, a submissão à regra do concurso público de provas ou de provas e títulos.

Excetuados os ocupantes de cargo de direção declarados de livre escolha do superintendente da Entidade, que é o secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, portanto, equiparáveis a cargos comissionados, e aqueles que foram realocados em função da extinção da autarquia com a qual detinham vínculo legal, a Famepar, os demais empregados do Paranacidade foram admitidos mediante simples entrevista e análise eventual de títulos. Em que pese sua lei de criação se referir a seleção competitiva pública, a norma constitucional de concurso de provas ou de provas e títulos não foi atendida pela entidade.

O mesmo se pode afirmar no que pertine à fixação de remuneração do quadro de pessoal, definido em plano de cargos e salários proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração, para o quê a Constituição Federal, bem como a Estadual, impõem a edição de lei específica. Em que pese estas práticas tenham sido autorizadas pela lei estadual que criou o Paranacidade, vale lembrar que a função legislativa é indelegável.

Referido plano de cargos e salários, por sua vez, também macula o comando constitucional inserto no inciso X do artigo 48, que diz competir privativamente ao Poder Legislativo a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Na esteira da adoção da personalidade jurídica de direito privado, o Paranacidade concedeu benefícios que extrapolam em muito as vantagens normalmente conferidas por lei aos servidores públicos tais como:

- **plano de previdência complementar - Multiparaná** - instituído nos termos autorizados pela Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 10 de agosto de 1998.

Interessa realçar que a aprovação inicial do Conselho de Administração admitia o aporte inicial do Paranacidade para a previdência complementar de seus empregados "no montante previsto no orçamento de 1998". Verificado o orçamento citado, que faz parte da referida ata de aprovação, não foi possível localizar o montante referido. Tal valor se encontra explicitado na Ata de nº 25/98 da Diretoria Executiva do Paranacidade, de 13 de agosto de 1998, no total de R\$ 224.000,00, "a título de dotação inicial e com valores atuariamente distribuídos".

Respeitadas as normas legais e procedimentais que regem os planos de previdência privada, o Paranacidade instituiu nova pessoa jurídica, que durante quatro anos recebeu recursos de seus empregados (40%), e do Paranacidade (60%), sendo decidida a retirada da patrocinadora a partir de maio de 2002, a qual, conforme ata de reunião da Diretoria Executiva de nº 009, de 08 de março de 2002, assumia obrigação por serviços prestados no balanço patrimonial de 2001, no valor de R\$ 284.471,24.

Em novembro de 2002, com aprovação do mesmo Conselho conforme ata da sua 70ª Reunião Ordinária, foi extinta a entidade de previdência complementar denominada Multiparaná, em razão de sua inviabilidade diante de novas disposições legais sobre o tema.

Assim se mostra sua contabilidade no período:

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30/04/2002

CONTA/GRUPO	VALOR EM R\$
Disponível	5.008,64
Realizável	3.139.487,58
Total do Ativo	3.144.496,22
Exigível Operacional	111.292,83
Exigível Atuarial (Benefícios a Conceder)	2.825.300,80
Reservas e Fundos	207.902,59
Total do Passivo	3.144.496,22

RELAÇÃO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELA PARANACIDADE PARA A MULTIPARANÁ

MÊS/ANO	PARTICIP.	PATROCINADORA				TOTAL
		NORMAL	RISCOS	TX.ADMIN.	SOMA	
Inicial	0,00	0,00	203.400,08	20.599,92	224.000,00	224.000,00

RELAÇÃO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELA PARANACIDADE PARA A MULTIPARANÁ

dez/98	20.413,65	6.124,18	13.387,31	5.988,77	25.500,26	45.913,91
Soma	40.803,36	13.260,76	232.526,10	33.588,20	279.375,06	320.178,42
jan/99	20.417,65	6.125,38	13.391,13	5.990,12	25.506,63	45.924,28
dez/99	21.910,30	6.573,25	14.753,38	6.485,55	27.812,18	49.722,48
Soma	250.706,24	75.213,08	165.868,32	73.768,15	314.849,55	565.555,79
jan/00	21.843,97	6.553,35	14.750,13	6.472,13	27.775,61	49.619,58
dez/00	23.249,63	6.975,03	15.572,64	6.869,59	29.417,26	52.666,89
Soma	266.020,70	79.807,62	179.169,11	78.749,45	337.726,18	603.746,88
jan/01	23.249,63	6.975,03	15.572,64	6.869,59	29.417,26	52.666,89
dez/01	25.111,37	7.533,55	16.762,15	7.411,06	31.706,76	56.818,13
Soma	293.563,47	88.107,68	194.170,89	86.394,71	368.673,28	662.236,75
jan/02	25.409,21	7.623,13	16.669,07	7.455,18	31.747,38	57.156,59
abr/02	24.932,01	7.822,03	17.193,76	7.671,13	32.686,92	57.618,93
Soma	102.547,42	31.076,00	68.230,79	30.457,02	129.763,81	232.311,23
Total	953.641,19	287.465,14	839.965,21	302.957,43	1.430.387,88	2.384.029,07
Percentual	40,00%	12,06%	35,23%	12,71%	60,00%	100,00%

Em 30 de abril de 2002 fez-se o rateio proporcional entre os 105 empregados do Paranacidade do valor de R\$ 2.825.300,80;

- **plano de assistência médico-hospitalar** custeado 100% pelo Paranacidade para o empregado e 50% aos seus dependentes, iniciado em 1997 e ainda concedido, contabilizou até o final do exercício de 2002, R\$ 927.246,60 em despesas para o Paranacidade;

- **seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais**, custeado pelo Paranacidade, previsto no Plano de Cargos e Salários, de valor segurado equivalente a quatro vezes o maior salário da tabela (R\$ 8.874,00 - valor de novembro de 2002), nos casos de vida em grupo e, em dobro, nos casos de acidentes pessoais, complementado com cobertura para despesas com funeral; no período investigado apurou-se o dispêndio de R\$ 86.304,74;

- **cursos de língua francesa e inglesa**, extensivo a todos os empregados do Paranacidade. Foram detectadas estas despesas a partir do exercício financeiro de 1997, no entanto, a solicitação de autorização feita ao Conselho de Administração somente ocorreu em 27 de fevereiro de 1998, conforme se constata da Ata de sua 17ª Reunião Ordinária. Foram contratadas as empresas Associação de Cultura Franco-Brasileira (Aliança Francesa) e Liberty Centro de Estudos da Língua Inglesa S/C Ltda., ao custo de R\$ 29.550,00 e R\$ 387.840,58, respectivamente, no período auditado. Na mesma 17ª Reunião, o Superintendente solicitou ao Conselho de Administração a dis-

ponibilização de quatro bolsas para funcionários da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano, e na 18ª Reunião foi autorizada a concessão de mais três bolsas a servidores da mesma secretaria. Vale lembrar que a concessão de bolsas não consta entre as finalidades do Paranacidade.

- **especializações, mestrados, doutorados**, custeados em 90% pelo Paranacidade, a partir de setembro de 1999 e participações em congressos no Brasil e no exterior, sem qualquer ônus para o empregado. Em atenção ao Ofício nº 36/03 desta CPI, solicitando a listagem de viagens interestaduais e internacionais custadas pelo Paranacidade no período sob investigação, foram enviados relatórios circunstanciados, que apontam o custo aproximado de R\$ 2.500.000,00, até o ano de 2002.

Chama a atenção, no entanto, que em viagem a Washington, EUA, para seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 1999, o Superintendente se fez acompanhar de sete técnicos do Paranacidade, e de mais duas pessoas, a saber: Pedro e Manoel Coelho, arquitetos não integrantes do corpo técnico do Paranacidade, mas prestadores de serviço contratados, sem que se constatasse a existência de contrato que justificasse o pagamento de passagens e a concessão de diárias a estes profissionais.

Neste tópico vale referir a autorização constante da Ata da 56ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 30 de agosto de 2000, para a inscrição de dois

técnicos do Paranacidade em curso de mestrado da Universidade de Ferrara, na cidade de Bologna Itália, ao custo de US\$ 37,000.00 para o Paranacidade. Na Ata da 57ª Reunião, consta o comunicado do Superintendente de que cinco técnicos estavam seguindo para a Itália, para uma permanência de 60 dias, com diárias no valor US\$ 60.00 cada. Não há qualquer referência de que os técnicos do Paranacidade suportassem qualquer despesa a este título.

Ainda, no que se refere ao convênio com a Universidade de Ferrara, é singular demonstração de liberalidade o oferecimento, pelo Superintendente, de bolsa para mestrado constante da Ata da 54ª reunião do Conselho de Administração, ao Sr. Wilmar Prochmann, no momento de seu desligamento do Paranacidade, onde ocupava o cargo de Diretor de Administração e Finanças, "como agradecimento pelos serviços prestados".

Sem demérito ao profissional em questão, o qual demonstrou em seu depoimento à esta CPI, inegável qualidade profissional, o investimento em aperfeiçoamento de recursos humanos há que ser voltado para os integrantes do quadro de pessoal e não àqueles que se retiram do referido quadro. Cabe a observação de que o Sr. Wilmar Prochmann não usufruiu do benefício.

- **reposição salarial anual**, a tabela salarial foi corrigida anualmente, mediante convenção coletiva de trabalho, acordada com o Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social e de Orientação e Formação Profissional - Senalba.

Com data base no mês de novembro de cada ano, a reposição assegurou "integral e plena recomposição de todos e quaisquer índices" conforme Acordo Coletivo integrante da Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

A correção dos salários dos empregados do Paranacidade no período de 1997 a 2002, importou em 39,17 %.

Regulamento de Licitações

"Art. 37. ...

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A Lei nº 8.666/93 estabelece que:

"Art. 1º -

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e

demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

.....

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta lei

.....

Art. 118 - Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta deverão adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao dis-posto nesta lei.

Art. 119 - As sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades referidas no artigo anterior editarão regulamentos próprios de-vidamente publicados, ficando sujeitas às disposições desta lei." (grifamos)

A Lei nº 11.498/96 estabelece que:

"Art. 15 - O Paranacidade fica autorizado a celebrar contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu governador, com a interveniência das Secretarias de Estado da Fazenda e a do Desenvolvimento Urbano e o Paranacidade, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

.....

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas Constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei 8.666, ou a que lhe vier a suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;" (grifamos)

Se considerada a norma contida no inciso III do artigo 15 da Lei nº 11.498/96 e os artigos 115, 118 e 119 da Lei de Licitações, tem-se que este Regulamento só complementa a Lei nº 8.666/93, excetuadas as regras infringentes abaixo indicadas;

Dispositivos do Regulamento que afrontam as normas contidas na Lei nº 8.666/93:

I - "Art. 13 - A alienação de bens do Paranacidade dependerá de prévia autorização do seu Conselho de Administração e da avaliação dos mesmos, admitindo-se, para esse efeito, o leilão como modalidade de licitação."

Segundo o artigo 17 da Lei de Licitações, para a realização de alienação de bens, a Administração Pública fica condicionada a:

- existência de interesse público devidamente justificado;

- avaliação prévia (exigida também pelo Paranacidade);
- quando imóveis, autorização legislativa (aplicável somente para os órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais);
- licitação na modalidade concorrência.
- quando móveis avaliação prévia e licitação (exigida também pelo Paranacidade).

Assim, o artigo 13 encontra-se incorreto no que tange a :

- não obrigatoriedade da comprovação da existência de interesse público;
- a adoção da modalidade leilão, quando deveria ser, obrigatoriamente, na modalidade concorrência para a alienação de bens imóveis.

2 - "Art. 14 - São modalidades de licitação: I - convocação geral; II - pedido de cotação de preços; III - concurso e leilão"

O parágrafo 8º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93 estabelece que: *"É vedada a criação de outras modalidade de licitação ou a combinação das referidas neste artigo"*.

Assim, as modalidades "convocação geral" e "pedido de cotação de preços", criadas através do Regulamento, infringem tal dispositivo.

Todavia, na convocação geral, foram preservadas, neste artigo, quase todas as regras atinentes à concorrência.

No que pertine a modalidade cotação de preços, apesar da similaridade com a modalidade convite, a regra a seguir não foi contemplada: não prevê que existindo na praça mais de três possíveis interessados, a cada nova "cotação de preços" realizada para objeto idêntico ou semelhante é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações, conforme previsão contida no parágrafo 6º do artigo 22 da Lei de Licitações. Tal omissão afronta, em especial, o princípio da competitividade.

O regulamento foi omissivo quanto a modalidade Tomada de Preços. Contudo, tal omissão não se configura como afronta à Lei, visto que esta não proíbe a não adoção das modalidades ali definidas.

3 - "Art. 15 - Os avisos contendo os resumos dos editais da convocação geral, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, em jornal de grande circulação no Estado, no mínimo, por uma vez, podendo ainda o Paranacidade, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição."

Segundo o artigo 21 da Lei de Licitações, a publicidade obrigatoriamente deverá ser realizada, para os Estados:

- no Diário Oficial do Estado, (inciso II);
- em jornal de grande circulação, (inciso III) (exigida também pelo Paranacidade)

Assim, a imprevisão de publicação obrigatória em Diário Oficial do Estado fere o princípio da publicidade,

previsto no artigo 37 da Constituição Federal e artigo 3º da Lei de Licitações.

4 - Artigo 15, parágrafos 1º e 2º O parágrafo 1º e seus incisos II, III, IV e V do Regulamento estão em desacordo com as regras contidas no parágrafo 2º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, visto que;

- a modalidade "convocação geral" em seus incisos II e III, estabelece prazo de publicação inferior ao estabelecido para a modalidade concorrência;

- o Regulamento estabelece os prazos dos incisos II, III, IV e V em função do valor da contratação, hipótese imprevista na Lei de Licitações.

No parágrafo 2º, o Regulamento prevê que **poderá** ser utilizado o prazo de 30 dias quando tratar-se de licitação cujo regime seja de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço", sendo que a Lei de Licitações **obriga** que nestas hipóteses o prazo de publicação seja de quarenta e cinco dias.

5 - Art. 16 - A determinação das modalidades de licitação em função dos limites estabelecidos no artigo 16 do Regulamento, afronta parcialmente a regra geral contida no artigo 23 da Lei de Licitações, visto que estabelece que a modalidade "pedido de cotação de preços" (com características da modalidade convite) será utilizada quando o valor para obras, serviços (sem distinguir se tratam de serviços de engenharia ou comuns) e compras for até R\$ 150.000,00, quando a Lei de Licitações estabelece que o valor será de R\$ 80.000,00 para **compras e serviços comuns**, na modalidade convite.

6 - Art. 17 - O artigo 17, no que se refere a forma de publicação, ou seja: *"A convocação geral [.....], mediante convocação pública, realizada por publicação do resumo do edital em jornal de grande circulação do Estado"* afronta a regra do artigo 21 da Lei de Licitações, que exige, também, publicação em Diário Oficial do Estado.

7 - Art. 19 - O artigo 19, que trata do conteúdo do edital, não contempla as seguintes exigências, constantes no artigo 40 da Lei de Licitações:

- condições de participação na licitação e forma de apresentação das propostas; (inciso VI da Lei nº 8.666)

- critério de aceitabilidade dos preços unitários e global (que vem a ser a previsão do preço máximo aceitável na licitação); (inciso X da Lei nº 8.666);

- critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento; (alínea c do inciso XIV, da Lei nº 8.666);

- orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (parágrafo 2º do artigo 40, da Lei nº 8.666).

8 - Parágrafo único do artigo 21 - Este dispositivo, similar ao parágrafo 5º do artigo 42 da Lei de Licitações, não contempla a exigência de motivação e ratificação pela autoridade imediatamente superior do despacho da superintendência do Paranacidade, quando da adoção de

outros fatores de avaliação, além do preço, nas hipóteses ali tratadas.

9 - Inciso IV do artigo 24 - Exige, para prova da regularidade relativa a seguridade social, a apresentação da CND, em desacordo com o estabelecido no inciso IV do artigo 29 da Lei nº 8.666/93, visto que a regularidade, nesta hipótese, poderá ser comprovada com a apresentação de outros documentos que não somente a certidão negativa de débito, tal como a certidão positiva de débito com efeitos negativos.

10 - parágrafo 1º do artigo 26 - Tal dispositivo, contrariamente ao parágrafo 1º do artigo 31 da Lei de Licitações, não prevê a vedação de exigência de índices de rentabilidade ou lucratividade. Todavia, tal omissão não acarreta qualquer problema, tendo em vista que o inciso I do artigo 31 da Lei de Licitações, que trata da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, a que se refere o parágrafo 1º do artigo 26 do Regulamento, não foi contemplado neste.

11 - parágrafo 4º do artigo 26 - Não contempla a regra contida no final parágrafo 6º do artigo 32 da Lei nº 8.666, que estabelece a exigência de prévia autorização do Chefe do Poder Executivo na hipótese ali mencionada.

12 - Parágrafo único do artigo 30 - Tal dispositivo não prevê a obrigatoriedade do chamamento para a atualização do registro cadastral ser realizado através de imprensa oficial e de jornal diário, conforme exigência contida no parágrafo 1º do artigo 34 da Lei 8.666.

13 - Inciso II do artigo 34 - Não contempla regra geral do inciso II do artigo 25 da Lei de Licitações, que prevê a vedação de contratação por inexistência de licitação, quando se tratar de serviços de publicidade e divulgação.

14 - Artigo 35 - O artigo prevê os casos de dispensa de licitação em desacordo com as regras contidas no artigo 24 da Lei 8.666, nas seguintes hipóteses:

- o inciso I dispensa o certame para obras, serviços e compras até o valor de R\$ 30.000,00, quando a Lei de Licitações limita, como regra geral, em R\$ 8.000,00 para compras e serviços comuns e R\$ 15.000,00 para obras e serviços de engenharia; tal ilegalidade torna inócua a regra contida no parágrafo 3º do artigo 36 do Regulamento;

- o inciso II inclui hipótese imprevista na Lei de Licitações, qual seja, grave perturbação da ordem; bem como para os casos de emergência e calamidade pública deixa de acrescentar regras gerais, tais como: 1) caracterização da urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, 2) contratação direta admissível somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, 3) contratação direta para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou

calamidade e 4) vedação de prorrogação dos contratos diretos;

- cria para os casos de emergência e calamidade pública regra nova, no sentido que a dispensa se dará quando se tornar urgente o atendimento de situações (não especificadas) que possam ocasionar prejuízos ou colapso do funcionamento do Paraná;

- o inciso V não prevê que os bens ou serviços contratados diretamente, na hipótese de licitação frustrada, deverão ser contratados por valor não superior ao constante no registro de preços ou dos serviços;

- no inciso VIII admite a aquisição direta de bens perecíveis, sem estabelecer, conforme inciso XII do artigo 40 da Lei 8.666, que a aquisição somente poderá ocorrer no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

- no inciso X excluiu a hipótese de contratação direta de instituição dedicada à recuperação social do preso.

Além das regras acima, o artigo cria três novas hipóteses de contratação direta fundamentada na dispensa de licitação, em seus incisos VI, VII e VIII. Tendo em vista que as hipóteses do artigo 24 são exaustivas, não poderão a elas serem acrescentadas quaisquer outras.

15 - *Caput* do artigo 38 - Em desacordo com o previsto no artigo 51 da Lei nº 8.666, não prevê o dispositivo do Regulamento que a comissão de licitação deverá ser composta, no mínimo, por três membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos responsáveis pela licitação.

16 - Incisos do artigo 38 - O procedimento licitatório previsto nestes dispositivos fere frontalmente o princípio do contraditório e ampla defesa, visto que em nenhum de seus incisos é prevista a possibilidade de interposição de recursos, tampouco de desistência expressa de tal direito.

Em seu inciso V fere ainda o princípio da publicidade, ao normatizar que a comunicação do resultado da licitação se dará por simples comunicação escrita do resultado às proponentes, em desacordo com o contido no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei de Licitações.

17 - Parágrafo 2º do artigo 39 - Diversamente do previsto no parágrafo 2º do artigo 44 da Lei nº 8.666, não previu que não será considerada oferta de financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

18 - Artigo 40 - Exclui os órgãos de controle, nos termos do artigo 45 da Lei de Licitações, da aferição dos critérios de julgamento das propostas.

19 - Parágrafo 2º do artigo 40 - Cria regra nova e em desacordo com o contido no parágrafo 2º do artigo 45 da Lei de Licitações.

20 - Inciso I do parágrafo 1º do artigo 41 - O artigo 41 do Regulamento, ao tratar do tipo de licitação "melhor técnica", altera regras do artigo 46 da Lei de Licitações, desmembrando o julgamento em dois tipos de procedi-

mentos, quais sejam, com pré-seleção de empresas e sem pré-seleção de empresas.

Ao tratar do procedimento com empresas pré selecionadas, acresce regras pormenorizadas quanto à forma da pré qualificação e quanto à classificação das propostas, infringindo o princípio da competitividade, da isonomia e da igualdade em três momentos, quais sejam:

- quando em seu parágrafo 1º exclui a obrigatoriedade de fixar no instrumento convocatório o preço máximo que a Administração se propõe a pagar, conforme exigência contida no parágrafo 1º do artigo 46 da Lei nº 8.666;

- quando estabelece na alínea *b* do inciso I que dentre as pré selecionadas será elaborada uma lista de no mínimo três e no máximo seis empresas;

- quando na alínea *d* estabelece que, para a negociação das condições propostas, proceder-se-á a abertura de proposta de preço somente da primeira colocada na "ordem de mérito", e a negociação será realizada tendo como referência o preço do Paranacidade.

Este dispositivo é absolutamente contraditório com o que pretendeu o legislador da Lei de Licitações e Contratos, posto que a mesma contém regras, no inciso II do artigo 46, nos seguintes moldes: *"uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preços dos licitantes* (ou seja, abertura de todas as propostas classificadas, não somente de uma, como estabelecido pelo Regulamento) *que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório* (valorização esta imprevista no Regulamento) *e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada* (tecnicamente) *com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima*" (e não, tendo como referência o preço do Paranacidade, como previsto no Regulamento)

21- Artigo 43 - Em seu inciso II fica estabelecido que serão desclassificadas as propostas com valor global **excessivamente** superior ao orçamento base do Paranacidade, quando a Lei de Licitações, em no inciso II do artigo 48 prevê que serão desclassificadas propostas com valor global **superior** ao limite estabelecido.

O Regulamento não define o que vem a ser "excessivamente superior".

Ainda, o parágrafo único define que quando todas as propostas forem inabilitadas ou desclassificadas, o Paranacidade poderá fixar para as proponentes o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação ou propostas, quando a Lei de Licitações fixa este prazo em oito dias úteis, facultando, somente no caso de convite a redução deste prazo para três dias úteis.

22 - Artigo 44 - Fere a Lei de Licitações ao excluir o princípio do contraditório e ampla defesa em caso de desfazimento do processo licitatório, como previsto no parágrafo 3º do artigo 49 da Lei 8.666.

23 - Artigos 46, 47, 49 e 50 - Tais dispositivos tratam do direito de recurso e encontram-se em total desacordo com as normas gerais contidas no artigo 109 da Lei nº 8.666, visto que:

- diminuem prazos recursais;
- não prevêm as hipóteses de seu cabimento;
- retiram o direito de representação e de pedido de reconsideração;
- alteram tramitação recursal;
- retiram dos proponentes direitos de avaliação por autoridade superior;
- excluem dos demais licitantes a oportunidade de se manifestarem quanto aos termos do pedido de recurso;
- ferem o princípio da publicidade, por imprevisão de obrigatoriedade de publicação dos atos referidos no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei de Licitações;

- cria-se nova regra no parágrafo 2º do artigo 46 do Regulamento, **ameaçando** os recorrentes com representação junto ao Ministério Público, na hipótese de constatação de indício de má-fé dos recorrentes ou impugnantes, que vise impedir, perturbar ou fraudar o procedimento licitatório. Tal dispositivo encontra similaridade com a redação contida no artigo 93 da Lei de Licitações, que ao tratar do crimes e das penas, estabelece que: *"é crime: Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório"*. Todavia, tal semelhança de redação não permite que a regra seja inserida no capítulo de trata dos recursos, sob pena de se configurar coação.

24 - Artigo 50 - Estabelece que os contratos regem-se pelos preceitos do direito civil. Contudo, tendo em vista que o Paranacidade, por força da regra do parágrafo único do artigo 1º, subordina-se à Lei 8.666, o que se aplica aos contratos é a norma contida no artigo 54 da Lei de Licitações.

25 - Alínea *e* do artigo 57 - Tratando das hipóteses de alteração contratual prevê o dispositivo que a mesma se dará quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, excluindo da regra a vedação de antecipação de pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, contida na alínea *c*, do inciso II do artigo 65, da Lei 8.666.

26 - Parágrafo 1º do artigo 57 - O dispositivo excluiu os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666, que dispõe: *"parágrafo 1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos."*

27 - Parágrafo 2º do artigo 62 - Cria regra nova sobre garantia, não exigida na Lei de Licitações.

28 - Artigo 68 - Ao tratar dos motivos que podem levar a rescisão contratual, o Regulamento acatou parcialmente a redação do artigo 78 da Lei de Licitações, excluindo do rol das hipóteses **aqueles motivos que permitem ao contratado rescindir o contrato por culpa da entidade contratante**, retirando, desta forma, qualquer possibilidade dos contratados de virem a exercer seu direito, preservado na Lei nº 8.666, nos incisos XII, XIII, XIV e XV do artigo 78.

29 - Artigo 74 - Traz norma incompatível com o estabelecido no artigo 49 da Lei de Licitações, v.g.:

"Art. 49 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado."

§ 1º - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta lei.

§ 2º - A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta lei.

§ 3º - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - O disposto neste artigo e em seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação." (grifamos)

30 - Artigo 75 - A regra fere frontalmente o artigo 120 da Lei de Licitações, tendo em vista que cabe somente ao Poder Executivo Federal rever os valores fixados para licitações públicas.

Dispensas de Licitação:

Em razão do excessivo limite estipulado pelo Regulamento de Licitações do Paranacidade, de R\$ 40.000,00, já apontado como ilegal, a entidade fazia "pedidos de cotação informal", aos quais dava a característica de convite, sem as formalidades deste e, portanto, sem a possibilidade de aferição da regularidade dos mesmos e tantos outros requisitos legais e de controle.

Tendo sido solicitado ao Paranacidade o envio de dados relativos a tais procedimentos, a título de amostragem, somente no exercício de 2002, foi constatado que os mesmos atingiram o número de 20, dos quais 12 tinham valores que beiravam o limite máximo, quatro atingiam a metade deste limite e os demais o ultrapassavam.

Diversas outras circunstâncias, tais como os valores das propostas, extremamente idênticas, ou extremamente díspares em outros casos, levantam a suspeita de tratar-se de mera simulação de ato.

Isto é corroborado pelo fato de tais contratações serem justificadas com pareceres jurídicos, todos de lavra

do procurador jurídico do Paranacidade, Sr. Renato Bucenko, sendo 18 por dispensa em razão do valor e dois fundamentados na notória especialização do contratado, o que, de acordo com o histórico de ação do Paranacidade, significava tão somente que este era amigo ou indicado por pessoa influente no processo.

Inclusive, um dos casos de dispensa por notória especialização foi indicado como sendo contratação irregular, no Relatório elaborado pela Caoci - Coordenação de Auditoria em Operações de Crédito Internacionais, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhado ao BID com recomendação de glosa da despesa.

Em comum, os ditos pareceres tinham identidade de conteúdo, vez que se assemelhavam a meros formulários, dotados de espaço para preenchimento dos dados individuais relativos aos proponentes, faziam referência ao custeio com recursos do FDU e, ao final, remetiam ao Superintendente a responsabilidade da autorização para o contrato.

Face à circunstância de que a contratação era autorizada pelo Superintendente com base nos pareceres, tem-se que o autor destes é responsável solidário pelos atos praticados.

A seguir é apresentada relação das dispensas de licitação, com os respectivos valores da(s) proposta(s):

- Protocolo nº 140/01

- Parecer nº 003/02

- Obra/Serviço: Definição de metodologia p/ elaboração de projetos de esgotamento sanitário

Propostas:

- José Raul Cisternas **R\$ 39.432,00**

- Haruo Okawa **R\$ 39.990,00**

- José Fernando T. Cardoso **R\$ 39.800,00**

- Protocolo nº 132/01

- Parecer nº 009/02

- Obra/Serviço: Execução de serviços de recuperação e adaptação do Cine Marajá Castro

Propostas:

- NK Arquit. e Planej. Urbano **R\$ 34.800,00**

- Celis Simão Arquit. e Planej. S/C Ltda. **R\$ 36.000,00**

- J.C. Spagnuolo Arquit. e Planej. **R\$ 39.000,00**

- Protocolo nº 008/02

- Parecer nº 010/02

- Obra/Serviço: Documento técnico de orientação em gestão pública de atividades florestais

Propostas:

- Estefânia Prezutti Denardi **R\$ 16.600,00**

- Eloi Mattei **R\$ 17.800,00**

- José Carlos P. Moreira **R\$ 25.400,00**

- Protocolo nº 027/02

- Parecer nº 012/02

- Obra/Serviço: Contagem de tráfego em sub-trechos rodoviários

Propostas:

- RMF Engenh. e Planej. Ltda. **R\$ 14.890,00**

- Esteio Engenh. e Aerolevantamento S.A. **R\$ 14.950,00**

- Conspel Consult. e Proj. de Engenharia Ltda.
R\$ 14.930,00

- Protocolo nº 008/02

- Parecer nº 018/02

- Obra/Serviço: Projetos Arquitetônico e Complementares do Cine Luz União da Vitória

Propostas:

- Othelo Lopes Fº Escrit. de Arquit. S/C Ltda. **R\$ 39.500,00**

- Francisco Zattar Arquitetura Ltda. **R\$ 39.000,00**

- Pierri Jr. Planejamento S/C Ltda. **R\$ 38.100,00**

- Protocolo nº 029/02

- Parecer nº 020A/02

- Obra/Serviço: Identificação de sítios e vestígios arqueológicos Estrada da Graciosa

Proposta:

- Igor Chmyz **R\$ 26.050,00 (notória especialização)**

- Protocolo nº 003/02

- Parecer nº 022/02

- Obra/Serviço: Avaliação ambiental *ex-post* PPU 1

Propostas:

- Edison Dausacker Bidone **R\$ 38.000,00**

- Laís Almeida de Meneses **R\$ 55.000,00**

- Sérgio de M. Lima Tolipan **R\$ 60.000,00**

- Protocolo nº 002/02

- Parecer nº 025/02

- Obra/Serviço: Prod. téc. de implement. da coord. e exec. do Progr. de Valor. Cultural (jurídico-institucional)

Proposta:

- José Maria A.M. Dias **R\$ 128.000,00 (notória especialização)**

- Protocolo nº 040/02

- Parecer nº 032/02

- Obra/Serviço: Projetos arquitetônico e paisagismo p/ área em União da Vitória

Propostas:

- Mariana Costa Benghi **R\$ 39.800,00**

- Maria Carolina G. de Oliveira Portes **R\$ 42.300,00**

- Tânia Matsuno Ramos **R\$ 48.300,00**

- Protocolo nº 047/02

- Parecer nº 038/02

- Obra/Serviço: Plano diretor georeferenciado p/ União da Vitória

Propostas:

- Daniele Szpak Ltda. **R\$ 14.750,00**

- José Airton S. Müller Jr. **R\$ 16.000,00**

- Cristina Merkl **R\$ 12.000,00**

- Protocolo nº 061/02

- Parecer nº 051/02

- Obra/Serviço: Projetos arquitetônico e complementares do Cine Iguaçu - Jacarezinho

Propostas:

- Barnabé Arquitetos Associados S/C Ltda. **R\$ 40.000,00**

- Regional Planejam. e Construções Cíveis Ltda. **R\$ 39.879,00**

- Moreira Miro Engenharia Ltda. **R\$ 39.800,00**

- Protocolo nº 076/02

- Parecer nº 056/02

- Obra/Serviço: Projeto de comunicação visual Estrada da Graciosa

Propostas:

- Escr. de Projetos Eduardo Ribeiro dos Santos **R\$ 29.800,00**

- Proarq Projetos de Arquit. e Edificações Ltda. **R\$ 39.500,00**

- Domingos Bongestabs Arquitetura **R\$ 38.800,00**

- Protocolo nº 007/02

- Parecer nº 060/02

- Obra/Serviço: Projetos arquitetônico e complementares Cine Mauá - Arapongas

Propostas:

- Mauro José Magnabosco Arquitetura e Urbanismo **R\$ 39.500,00**

- Bramante Arquitetura **R\$ 39.700,00**

- F.C. + Arquitetura e Construções Ltda. **R\$ 39.700,00**

- Protocolo nº 078/02

- Parecer nº 061/02

- Obra/Serviço: Projetos arquitetônico e complementares Cine Mauá - Apucarana

Propostas:

- NK Arquit. e Planej. Urbano **R\$ 39.200,00**

- Zani Arquitetos **R\$ 39.600,00**

- KRB Construtora de Obras Ltda. **R\$ 39.750,00**

- Protocolo nº 060/02

- Parecer nº 062/02

- Obra/Serviço: Projetos arquitetônico e complementares Cine Rio Negro - Rio Negro

Propostas:

- Bim & Berger Ltda. **R\$ 39.700,00**

- Arquimazzi Arquitetos Associados S/C Ltda. **R\$ 39.600,00**

- Vectra Projetos e Consult. Hidráulica e Elétrica Ltda. **R\$ 39.850,00**

- Protocolo nº 091/02

- Parecer nº 074/02

- Obra/Serviço: Projetos de marketing e comunicação Velho Cinema Novo e Museu Paranaense

Propostas:

- Eloi Zanetti Consultoria **R\$ 39.200,00**

- MB Consultoria **R\$ 39.840,00**

- SVR Associados Consultoria e Planejamento Estratégico **R\$ 39.910,00**

- Protocolo nº 167/02

- Parecer nº 226/02

- Obra/Serviço: Dicionário de Artes Plásticas do Paraná

Proposta:

- Adalice Maria de Araújo **R\$ 350.000,00 (estimado) (notória especialização)**

- Protocolo nº 232/02

- Parecer nº 281/02

- Obra/Serviço: Metodologia de instrum. e processos sociais na investig. de prioridades p/ investim. municipais

Propostas:

- Carla Valesca de Moraes **R\$ 24.115,00**

- Lincoln A. de Barros **R\$ 20.164,00**
- Samy Kopit Moscovitch **R\$ 22.850,00**
- Protocolo nº 163/02
- Parecer nº 315/02
- Obra/Serviço: Modelagem do Negócio "Oferta Potencial de Bens e Serviços..."

Propostas:

- Pro-Imagem Promoções Ltda. **R\$ 18.000,00**
- Novos Mercados Asses. e Empreendim. em Comunicação Ltda. **R\$ 20.900,00**
- Prima Asses. e Planej. S/C Ltda. **R\$ 23.450,00**
- Protocolo nº 3564/02
- Parecer nº 440/02
- Obra/Serviço: Identidade visual do Novo Museu

Propostas:

- Osvaldo Miranda **R\$ 21.250,00** (estimado) deveria ser aditivo ao Contrato nº 073/02.

Constata-se, então, que o montante de ações realizadas com dispensa de licitação atingiu R\$ 1.024.186,00 somente no ano de 2002 e a maioria relacionada ao Programa de Valorização Cultural.

Contrato de Gestão

"Art. 37. ...

...

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, e obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal."

A Emenda nº 19/98 contemplou a criação de contratos de gestão, cuja natureza é de acordo de gerenciamento, o que se ajustava ao espírito da terceirização, veiculado pela Reforma. O próprio parágrafo 8º, do artigo 37 da Constituição Federal, todavia, responsável pela introdução da novidade, aponta para a necessidade de lei específica.

Antes mesmo da alteração constitucional, que previu expressamente os contratos de gestão, essa espécie foi utilizada entre a Administração Direta e Indireta da União, a fim de se estabelecer metas em troca de algum benefício público. Contudo, o TCU impugnou tais contratos que, antes da Emenda 19, careciam de suporte legal. A Constituição Estadual somente recepcionou dispositivo similar à Federal, através da Emenda nº 14 de 10 de dezembro de 2001, o que resulta em ausência de suporte constitucional ao contrato de gestão firmado com o Paranacidade em 23 de outubro de 1996.

Impõe a reflexão sobre a finalidade de tal contrato a dificuldade dos mais renomados administrativistas nacionais em alcançar sua efetiva operacionalidade, dada as demais normas constitucionais que dispõem principalmente sobre orçamento, finanças e recursos humanos da administração pública.

No que tange à finalidade a norma constitucional é taxativa: ampliar "a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta". É de se ressaltar que não há autorização na norma para remunerar o contrato, apenas para fixação de remuneração de pessoal através de lei.

Da leitura do Contrato de Gestão utilizado pelo Governo do Estado para transferência de serviços e recursos públicos aos novos entes chamados de serviços sociais autônomos, chama a atenção a qualidade das partes signatárias. O contrato é firmado com o governador do Estado, a quem, por óbvio, incumbe a representação do Estado, e pelos secretários de Estado das áreas em questão.

Os secretários de Estado são ocupantes de cargos de provimento em comissão, nomeáveis e exoneráveis livremente pelo governador. Tais cargos não possuem autonomia nem independência frente ao chefe do Executivo, posto que lhe são hierarquicamente submetidos, exercendo, por vezes, mediante outorga ou delegação, atos próprios de Governo. A aposição de suas assinaturas no contrato, juntamente com a do governador do Estado é, na prática, mero preciosismo, uma vez que não se obrigam como pessoas físicas, nada se podendo lhes opor, juridicamente, em decorrência do termo firmado.

Inusitada é a posição do titular da pasta, posto que firma dito contrato como secretário de Estado e como superintendente do Paranacidade, representando ao mesmo tempo o Estado ao lado do governador, e o ente contratado, como superintendente.

Nos termos do Estatuto do Paranacidade, cabe ao superintendente a representação em juízo da entidade, e sendo o superintendente ocupante de cargo de confiança do Governo com o qual contratou, a lide que eventualmente possa se originar da inexecução de cláusulas contratuais terá em ambos os polos idênticas partes. Teremos, então, um processo judicial onde o Estado litiga consigo mesmo.

Trata-se, portanto, de contrato inexistente, e aliás, absolutamente desnecessário, uma vez que seu conteúdo deveria ser previamente definido em lei formal, aprovada pelo Legislativo, e sancionada pelo governador, e também por regulamento, veiculado por Decreto Governamental, a cujos diplomas o secretário/superintendente deveria total observância, sob pena de exoneração, e de responsabilização funcional, criminal ou pessoal, conforme o caso.

Dessas poucas considerações é de se ter como autorizada a conclusão de que o Contrato de Gestão é absolutamente inócuo juridicamente, uma vez que o Poder Público não firma contrato consigo mesmo; ele se

autodetermina na forma que a Constituição da República lhe faculta, mormente quando seu objeto é inalienável e irrenunciável, posto pelo Poder Constituinte competente para ditar, por representação do povo de quem todo poder emana, as máximas normas da Nação (Artigo 1º da Carta).

As exigências constitucionais sobre o conteúdo mínimo do contrato de gestão, são: que o contrato tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade; que haja lei dispondo sobre seu prazo de duração, controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, e obrigações e responsabilidade dos dirigentes e sobre a remuneração do pessoal.

Mesmo com advento de norma constitucional nacional e estadual dando regência ao dito contrato, não houve preocupação do Governo Estadual em adequar a lei ordinária preexistente ao comando superior, vale dizer, inexistente, ainda hoje, norma integradora da ordem constitucional e da prática administrativa, que disponha sobre o conteúdo de tais contratos.

As exigências fixadas pela lei instituidora do Paranacidade determinam que o contrato a ser firmado com o Estado deve:

"I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do Paranacidade;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pelo Paranacidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas Constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei 8.666, ou a que lhe vier a suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades de ensino e pesquisa a cargo do Paranacidade;

V - formalizar contrato de locação, para atender o repasse, de que trata o artigo 22, desta lei, nos termos da legislação em vigor;

VI - fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade."

Analisados o contrato de gestão e seus nove termos aditivos, e comparando-os com as disposições constitucionais, ainda que posteriores, e com os termos da própria Lei instituidora do Paranacidade e autorizadora do contrato, constata-se o que se segue:

- a lei instituidora do Paranacidade não conta com dispositivos que versem sobre responsabilidade de seus

dirigentes ou de remuneração de pessoal, transferindo tais definições ao contrato de gestão;

- o próprio contrato de gestão limita-se a reproduzir o texto legal, no que se refere aos incisos acima transcritos, à exceção dos incisos I e V, que foram totalmente ignorados, e do VI, que foi exaustivamente disciplinado e que é objeto dos nove termos aditivos, reveladores de movimentações financeiras inadequadas, as quais serão objeto de análise em tópico específico.

Cabem observações específicas sobre a cláusula nona do contrato, que ao dispor sobre avaliação de resultados, atribui ao próprio Paranacidade a avaliação do de-sempenho e dos resultados de suas ações e resultados, obrigando-o, no entanto, nos termos da referida lei, à apresentação de relatório anual e de prestações de contas, inicialmente, à Assembléia Legislativa, o que posteriormente, com a edição da Lei Estadual nº 12.966 de 25 de outubro de 2000, ficou subordinado à parecer prévio do Tribunal de Contas.

Importa, ainda, ressaltar o conteúdo da letra *d* da cláusula sexta do mesmo contrato, que autoriza o Paranacidade, a fazer, a título de remuneração de seus serviços, *"a apropriação mensal de 1/12 do valor fixado no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, necessários à sua manutenção,..."* e *"1/12 para o fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil para arcar com despesas de pronto pagamento"*.

Tal previsão contratual não corresponde ao estabelecido na Lei Estadual nº 11.498/96, que assim determina no parágrafo único de seu artigo 17: *"Das receitas financeiras mencionadas no inciso I (FDU), deste artigo, será apropriado mensalmente valor necessário destinado a manutenção da entidade."* (grifamos)

Esta disposição contratual excedeu a autorização legal, de apropriação do necessário à manutenção da entidade, posto que firmado em 23 de outubro de 1996, antes mesmo da total implantação do Paranacidade, definir percentual fixo, ainda que sobre base variável, sem que houvesse avaliação precisa das reais necessidades de manutenção de sua estrutura, ainda incipiente.

Esta estipulação permaneceu inalterada até que, em decorrência da Lei Complementar nº101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado do Paraná foi compelido a integrar do Fundo de Desenvolvimento Urbano à Agência de Fomento, o que se deu em 18 de julho de 2001, através da Lei Estadual nº 13.227, que manteve a parte operacional dos programas e projetos financiados por estes recursos a cargo do Paranacidade, sendo noticiado embora até o final do exercício de 2002 não tenha sido formalizado ato conjunto regulador das operações a serem desenvolvidas pela Agência de Fomento e pelo Paranacidade que dita remuneração passaria a corresponder a 8% dos recursos efetivamente aplicados pelas ações do Paranacidade.

Três considerações finais, são ainda pertinentes:

- a estipulação inicial da remuneração feita pelo contrato de gestão permitiu ao Paranacidade auferir valores largamente maiores dos que aqueles necessários à sua manutenção; é o que se pode aferir da Ata da 70ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 27 de novembro de 2002, onde se lê: *"Foi ressaltado que o Paranacidade não utilizou suas receitas para manutenção da empresa, referentes ao Contrato de Gestão, nos meses de outubro, novembro e dezembro, ficando como crédito para os anos posteriores. ... Os valores apresentados são de direito do Paranacidade e foram referendados pelos Conselheiros."*

Ora, se a lei autoriza a apropriação mensal do valor necessário à manutenção da entidade, depreende-se, salvo prova em contrário, que se não houve apropriação em determinados meses estas eram desnecessárias, não sendo necessárias não poderiam ser realizadas e nem mesmo transformadas em créditos para anos posteriores. É de se admitir, por isso, que a remuneração do Paranacidade, excedeu em muito as suas necessidades e, por consequência, a autorização da Lei.

A remuneração do Contrato de Gestão, no período, custou ao FDU R\$ 51.734.700,00, em valores históricos.

- A segunda consideração refere-se à nova remuneração acordada, mas não formalizada, como antes apontado. Trata-se de fato, menos de uma consideração e mais de um estranhamento. Da leitura da Ata da 66ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, bem como das demais do mesmo período, verifica-se que em decorrência da integração do Fundo de Desenvolvimento Urbano à Agência de Fomento, o Paranacidade entendeu por bem buscar novos parceiros, iniciando tratativas com a Caixa Econômica Federal, para ser o agente operacional de linhas de crédito da própria Caixa Econômica, voltadas aos municípios. No entanto, a remuneração do Paranacidade, em decorrência de tal ajuste, seria de apenas 2% dos recursos efetivamente alocados. É de se indagar o porquê da diferença entre o que seria remunerado pela Agência de Fomento (8%), e o que se pretendia ajustar com a Caixa Econômica Federal (2%), tendo-se em vista que os mesmos serviços seriam prestados a um e a outro agente financeiro.

- Por fim, conjugando-se as considerações expendidas sobre atribuição de personalidade jurídica de direito privado, com aquelas pertinentes à inadequada remuneração do Paranacidade, mediante apropriação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, que por óbvio são recursos públicos, é importante breve referência à imunidade tributária de que gozam os entes da administração direta e indireta.

Neste sentido foi apurado que os recursos apropriados pelo Paranacidade do FDU, à título de remuneração de seus serviços, foram tributados, exclusivamente no que se refere à CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), no valor de R\$ 620.280,72 entre 1997 e 2002, imposição que não seria legítima se

acatada pela lei estadual a personalidade jurídica de direito público.

Do Conselho de Administração

"São membros natos do Conselho de Administração:

- secretário de Estado da Fazenda;
- secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e
- 1 (um) representante indicado pela Federação das Associações de Municípios do Paraná.

São membros efetivos:

- 01 (um) representante indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil;
- 01 (um) representante indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
- 01 (um) representante indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná;
- 01 (um) representante indicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná;
- 01 (um) representante indicado pelo Instituto de Engenharia do Estado do Paraná."

O Conselho de Administração do Paranacidade, segundo o artigo 13 da Lei Estadual nº 11.948/96, é constituído por Decreto do Governador, após a indicação das entidades acima enumeradas, para um mandato de dois anos. Através do Decreto nº 1.601/99, que aprovou o novo Estatuto da entidade, foi admitida uma recondução por igual período, em desacordo com os parâmetros da lei.

Em que pese esta recondução permitida pelo Estatuto, verificou-se que o representante da Federação da Indústria do Estado do Paraná, Sr. Arthur Claudino dos Santos, permaneceu no Conselho desde agosto de 1996 até o final de 2002, perfazendo um mandato de mais de seis anos. De igual período foi o mandato do Sr. Rubens Armando Brustolin, representante da Federação do Comércio do Paraná.

Foram localizados apenas dois Decretos de constituição do Conselho, o Decreto nº 2.229 de 20 de agosto de 1996, e o Decreto de nº 4.819 de 24 de setembro de 1998, em que pese ter sido solicitado por ofício a demonstração da regularidade da composição do Conselho, em todo o período investigado.

Do primeiro decreto constitutivo consta que o representante do Ministério Público e seu suplente seriam indicados ulteriormente. No entanto, não houve qualquer participação deste órgão no Conselho, tendo sido declarado pelo Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, em seu depoimento a esta CPI, que houve recusa verbal por parte do chefe do Ministério Público no que tange a sua participação.

Ainda que se considere regular a autorização do Decreto de uma recondução por igual período, é de se concluir, com a ausência do representante do Ministério Público, e com o excesso temporal do mandato de dois

de seus integrantes, que são inválidas as deliberações havidas a partir de outubro de 2000, uma vez que a composição do Conselho não mais atendia a disposição legal.

É importante ressaltar, a esta altura, que com exceção de poucas tarefas que eram exercidas de modo mecânico, o Conselho de Administração deixou de exercer a maioria de suas competências, o que pode ser confirmado pelos depoimentos dos senhores Arthur Claudino dos Santos, Sandra Pinho e Antonio Camilo, respectivamente presidente, secretária e membro do Conselho.

Em diversas oportunidades, conforme foi constatado do exame das atas do Conselho de Administração, foi possível verificar a ocorrência de situações que corroboram a opinião acima expendida, com o que a legalidade dos atos administrativos do Paranacidade resta absolutamente falha.

As competências do Conselho de Administração encontram-se arroladas no artigo 11 da lei de criação do Paranacidade, conforme os incisos a seguir:

"I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, *ad referendum* do Governo do Estado;

III - fixar, anualmente, de acordo com as disponibilidades, o montante de recursos a serem colocados à disposição dos Municípios e agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado;

IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;

V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

VI - fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários;

VII - definir critérios de utilização e repasse de recursos não reembolsáveis;

VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

IX - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política urbana;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;

XIV - definir e quantificar os cargos e funções necessários à entidade, por proposta da Diretoria Executiva;

XV - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações."

Da leitura das Atas das reuniões do Conselho de Administração, dos depoimentos prestados a esta CPI e

dos demais documentos disponibilizados em razão de solicitações formais feitas para verificação da atuação do Conselho no exercício de suas competências, pode-se afirmar que foram atendidos somente os incisos I, IX, XII, XIV e XV do artigo 11 acima transcrito.

O inciso X determina que compete ao Conselho fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva. Em todo o período analisado, detectou-se, na Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho, de 23 de junho de 1997, o estabelecimento do limite de R\$ 500,00 por unidade, para aprovação do processo de baixa contábil de bens patrimoniais da entidade.

Nenhuma outra limitação de gastos foi imposta à Diretoria Executiva, ressaltando-se pouquíssimos casos em que o Conselho tenha sido consultado, casuisticamente, quase sempre tendo por objeto despesas estranhas aos objetivos da entidade, tais como:

- autorização para instituição de plano de previdência complementar, já constante deste relatório, e não integrante do plano de cargos salários e benefícios da entidade;

- cooperação financeira no valor de R\$ 40.000,00 para o Instituto de Arquitetos do Brasil para realização do XIV Congresso Brasileiro de Arquitetos, nos termos da Ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de maio de 1999;

- transferência de R\$ 345.750,00, à Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, para atender solicitação governamental no sentido de patrocinar parte da despesa realizada com a inauguração do Novo Museu, sob referendo do Conselho de Administração, conforme Ata da 70ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2002;

- ajuda à publicação de livro sobre vida e obra dos artistas paranaenses, por solicitação do superintendente, que conforme Ata da 35ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de setembro de 1999, deveria retornar à apreciação do Conselho quando melhor subsidiada. Esta ajuda, posteriormente, materializou-se através de contratação pelo Paranacidade da Sra. Adalice Maria de Araújo, com inexigibilidade de licitação, e conforme Parecer nº 226/2002, da assessoria jurídica do Paranacidade, "poderá ter sua inserção como projeto elegível na segunda fase do Programa Paraná Urbano II". Esta contratação, ao custo de R\$ 350.000,00, deu-se em 9 de agosto de 2002. Não se verificou nenhuma nova discussão sobre aquele pedido inicial do superintendente ao Conselho de Administração. Não consta, cabe ressaltar, do Programa Paraná Urbano II, qualquer programa ou subprograma que possa acolher esta contratação.

- contratação de cartões de crédito (pessoa jurídica) deliberada exclusivamente pela Diretoria Executiva do Paranacidade, em reunião de 15 de abril de 1997, conforme Ata nº 006, esta contratação visava, segundo depoimentos dos Srs. Lubomir Ficinski e Roberto Dimas Vasconcellos Del Santoro, a facilitação da concessão de diárias para viagens internacionais, bem como

a verificação da regularidade da utilização. Na reunião de 2 de maio a Diretoria Executiva, conforme Ata nº 007, deliberou que os dirigentes do Paranacidade, em viagem internacional, utilizariam o cartão de crédito com limites individuais de R\$ 10.000,00, e teriam suas despesas cobertas automaticamente, independente de valores; estes limites em 2001 e 2002 foram ampliados para R\$ 20.000,00, inclusive para não dirigentes, sem que fosse constatada qualquer deliberação. Nas faturas destes cartões de crédito constam despesas em território nacional, pagamento de postos de gasolina, de débito automático de fatura da Copel e outras despesas estranhas.

Ainda que aos demais empregados fosse imposta a observância de tabela de diárias, que variavam de US\$ 170.00 a US\$ 240.00 em 1997, conforme o destino, não foi constatada nenhuma glosa, embora tenham sido detectadas despesas que superavam estes limites.

A despeito da clareza da lei ao atribuir ao Conselho de Administração a fixação de limites de alçada para a Diretoria Executiva, não foi constatada na análise da atuação do Conselho nenhuma deliberação sobre os limites deste e de outros tipos de despesa, nem mesmo logrou-se verificar que tais práticas fossem de conhecimento do Conselho.

Não foi detectada qualquer delegação de competência à Diretoria Executiva, nos termos do inciso V, que suprisse a omissão do Conselho nesta ou em qualquer atividade operacional da entidade.

Tendo sido solicitada a demonstração do efetivo exercício das demais competências do Conselho de Administração do Paranacidade, através do Ofício nº 013/03 desta CPI, e dentro dos documentos recebidos para esta finalidade, constata-se que:

- no que se refere ao inciso II do artigo 11, que determina que o Conselho deve fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, *ad referendum* do Governo do Estado, o Paranacidade encaminhou os Planos de Ação Estratégica de 1997 a 2002, sempre elaborados pela Diretoria Executiva, não constando qualquer proposta inovadora ou retificadora no Conselho, que os aprovava sempre na íntegra. Não houve demonstração do referendo do Governo do Estado a estes Planos de Ação Estratégica, a menos que este o fizesse por omissão.

- quanto aos incisos III, IV, V e VI, a solicitação não foi atendida.

- em resposta sobre a competência constante do inciso VII definir critérios de repasses dos recursos não reembolsáveis foi remetido a esta CPI cópia do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano, veiculado pelo Decreto nº 3.736/97, que no parágrafo 2º do artigo 3º, dispõe: "*Nas operações aprovadas pelo Conselho de Administração do Órgão Gestor para a contrapartida de programas co-financiados com recursos interno e externo, visando a contratação de empréstimo e subempréstimo o FDU poderá aplicar recursos não reembolso-*

Isáveis.", e do Decreto nº 4.310/01, que reza: "*O FDU poderá alocar diretamente recursos em planos, programas, projetos, ações e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano.*"

Evidentemente, tais decretos, extremamente vagos em relação a este assunto, não substituem a competência do Conselho na fixação de critérios para aplicação de recursos não reembolsáveis, estando, mais uma vez, descumprida a ordem legal no que se refere ao exercício de suas competências.

A conclusão de que o Conselho de Administração, em que pese suas competências legais, teve caráter meramente referendário das decisões do Governo do Estado e da Diretoria Executiva do Paranacidade é reconhecido pelos depoimentos dos srs. Arthur Claudino dos Santos, Sandra Pinho e Antonio Camilo, todos integrantes do dito Conselho: Sr. Arthur Claudino dos Santos "*Veja bem, a política que o Paraná Urbano exercia era a política do Governo do Estado. ... Então, nós tivemos de aprovar, porque o Governo tem poderes para isso.*"

Perguntado se o Conselho era meramente figurativo, o depoente respondeu: "*Eu acho que o Conselho caminha um pouco para isso.*"

E no depoimento da sra. Sandra Pinho indagada de como se processavam as reuniões, respondeu: "*Era meio conduzida. Tinha uma pauta e ele (o Sr. Lubomir Ficinski, que a depoente identificou como o Presidente do Conselho) colocava e ouvia os apartes, mas sempre se chegava a um consenso.*"

Indagada sobre os critérios de utilização e de repasse dos recursos do FDU, que deveriam ser fixados pelo Conselho, a depoente respondeu: "*Existiam, mas isso não era discutido em reunião. Quando vinha para a gente, vinham os documentos já dizendo assim: os convênios que foram fechados. Nós éramos informados de que havia sido fechado no último mês.*"

Questionada sobre a efetividade do Conselho, respondeu: "*Era um Conselho mais representativo e corroborativo das decisões.*"

Depoimento do Sr. Antonio Camilo indagado sobre a existência dos critérios de aplicação de recursos não reembolsáveis, respondeu: "*Não, eles eram aprovados, somente.*" Tendo o Relator desta CPI explicitado melhor a indagação, inclusive perguntando sobre os debates a respeito das questões, o depoente reafirmou: "*Nós aprovávamos o que era colocado.*"

Importantes indícios de que o Conselho foi utilizado como elemento de dispersão de responsabilidade em práticas irregulares da Administração do FDU, são encontrados na Ata da sua 49ª Reunião Ordinária, de 25/01/01, na qual consta a solicitação do então Governador do Estado, de "apoio financeiro" de R\$ 30.000.000,00 ao Tesouro do Estado, com exposição do Sr. Lubomir Ficinski sobre tratar-se de pleito "inevitável".

Todavia, esta CPI constatou, na análise da documentação contábil do Paranacidade, que o repasse desse

valor ao Tesouro do Estado já havia ocorrido no dia 2 de janeiro de 2001, portanto 23 dias antes de ser submetido à deliberação do Conselho. E mais, o documento "Razão Analítico" do Paranacidade, onde consta a transferência deste valor, descreve que o mesmo realizou-se conforme cláusula 1ª do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, firmado entre o Paranacidade e o Estado do Paraná em 22/12/00, portanto, no exercício financeiro anterior.

Daí surgem duas considerações:

- a primeira se refere às afirmações constantes dos depoimentos do Sr. Arthur Claudino dos Santos, então presidente do Conselho de Administração, do Sr. Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Superintendente do Paranacidade e Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, que firmou referido 3º Aditivo em dezembro de 2000, e da Sra. Sandra Pinho, representante do Instituto dos Arquitetos do Paraná no Conselho.

O Sr. Lubomir Ficinski, questionado sobre se houve empréstimo do FDU para o Estado, e sobre sua finalidade, respondeu: *"Houve. Quando nós estávamos negociando o Paraná Urbano II, e eu estava com a delegação do BID aqui,... E eu soube que o Estado não ia pagar, não tinha dinheiro para pagar. Então nós repassamos recursos para o Ingo e transformamos isso em dólar como sempre fazíamos. ... era uma parcela do pagamento do BID do Paraná Urbano I. E eles me deram essa posição e esse foi um dos casos, se o senhor quiser saber, que eu tive de agir muito rapidamente, telefonei ao Presidente do Conselho e disse olha tenho que fazer isto hoje. Posso fazer ad referendum, acho que é uma coisa correta. Pode!"*

O Sr. Arthur Claudino dos Santos, presidente do Conselho de Administração sobre o tema: indagado sobre a solicitação do governador do Estado para o empréstimo de 30 milhões do FDU ao Tesouro respondeu *"Não era comum...Houve realmente uma pressão, provavelmente de caixa lá do Governo do Estado..."*

Pergunta: Era do conhecimento do Conselho, na reunião de 25 de janeiro de 2001, de que o empréstimo já tinha sido realizado no dia 2 de janeiro do mesmo ano? Resposta: *"Se foi anterior nós não tínhamos conhecimento."*

Por fim interessa o depoimento da sra. Sandra Pinho sobre este mesmo empréstimo: *"Essa questão foi a única que foi colocada para nós, em reunião, e que houve uma pressão feita do Governo para pegar esse dinheiro emprestado. Tínhamos conhecimento que não era de praxe, porque o dinheiro era para investir em municípios e não para emprestar para o governador... E havia o constrangimento por parte do presidente e eles comentaram sobre colocar o cargo à disposição. Quer dizer, aquilo me fez sentir que era realmente uma coisa séria, que não podia ter acontecido..."*

Vale lembrar que a sra. Sandra Pinho, no mesmo depoimento, apontou o Sr. Lubomir Ficinski como presidente do Conselho de Administração, o que autoriza a conclusão de que a afirmação de que o presidente chegou a manifestar intenção de colocar o cargo à disposição par-

tiu dele e não do Sr. Arthur Claudino dos Santos, a quem a depoente identificou como "membro honorífico, ou coisa assim."

A segunda consideração corresponde à parte final do depoimento do Sr. Lubomir Ficinski, que se refere à legalidade desta transferência.

Indagado sobre a existência de amparo legal para essa movimentação de recursos, disse: *"Olha, não posso lhe dizer agora, mas isso foi estudado pelos advogados do Paranacidade e pelos advogados da Secretaria da Fazenda."*

Pergunta: Foi baseado num parecer jurídico que o senhor recebeu, eventualmente.

Resposta: *"Com certeza. Se não não teria assinado."*

Essas assertivas não são confirmadas pelo teor das reuniões da Diretoria Executiva que se sucederam e que resultaram no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

Na Ata de nº 016/2001, de 16 de abril de 2001, consta que o diretor de Administração e Finanças do Paranacidade apresentou estudo técnico, econômico, financeiro e legal sobre a solicitação de apoio financeiro feita pelo governador do Estado, bem como minuta do 4º Aditivo, ficando ao superintendente a atribuição de levar as proposições ao secretário da Fazenda e ao governador.

Em Ata de nº 017/2001, de 19 de abril, o diretor de Administração e Finanças comunicou ter mantido reunião com o secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, para apresentação do estudo elaborado em função do pedido de auxílio financeiro, e o acerto com a equipe técnica da Secretaria de Estado da Fazenda, dos detalhes que possibilitariam a assinatura do 4º Aditivo ao Contrato de Gestão.

Por fim, na reunião da Diretoria Executiva de 18 de maio de 2001, Ata de nº 022, o mesmo diretor de Administração e Finanças comunicou que foi consensado o entendimento que a minuta de Decreto, proposta pela Sedu para dar respaldo legal a este 4º Aditivo, estava em condições de ser aprovada. Foi entendido, porém, que mesmo assim ainda deveria haver um dispositivo de lei para respaldar aqueles procedimentos. Não foi localizada qualquer lei que dispusesse sobre a matéria.

Seguiu-se a esta reunião a edição do Decreto nº 4.136, de 23 de maio de 2001, ressaltando que o Aditivo de nº 4 foi firmado em 2 de abril de 2001, ambos referindo-se à utilização dos recursos transferidos pelo FDU ao Tesouro em 2 de janeiro de 2001, para pagamento de parcela do empréstimo do BID, e o Decreto aponta esse mesmo fim para os recursos a serem transferidos pelo FDU ao Tesouro em 23 de maio de 2001.

Esta segunda transferência, conforme Razão Analítico do Paranacidade, deu-se em 24 de abril de 2001, no montante de R\$ 17.528.560,01, e não foi levada ao conhecimento do Conselho, nem mesmo referenciada nas atas da Diretoria Executiva do período.

Do exposto se infere:

- em depoimento o Sr. Lubomir Ficinski dá a entender que tal transferência foi decisão sua, em virtude da impossibilidade do Estado do Paraná em quitar parcela do em préstimo do BID;

- afirma que consultou o Presidente do Conselho, dizendo que teria de fazer isto "hoje". Esta afirmação não é corroborada pelo Sr. Arthur Claudino dos Santos.

- é de se supor que este "hoje" indicava o dia 2 de janeiro de 2001, data em que se procedeu a transferência de valores;

- esta urgência se descaracteriza em razão da data em que foi firmado o 3º Aditivo, 22 de dezembro de 2000.

- Ao Conselho de Administração o Sr. Lubomir Ficinski colocou como solicitação do governador, omitindo que a transferência já havia sido realizada, deixando transparecer que estava a sofrer pressão para a prática deste ato, a ponto de manifestar perante os conselheiros intenção de colocar o cargo à disposição, conforme depoimento da sra. Sandra Pinho, provavelmente no intuito de sensibilizá-los.

- Os trabalhos realizados pelo Diretor de Administração e Finanças para validar este procedimento perduraram até o mês de maio seguinte, sendo que o mesmo diretor alertou para a necessidade de lei para sua perfeita regularização.

Não resta dúvida, dada a inexistência de amparo legal específico, da irregularidade da manobra, propiciada antes de tudo, pela gerência do FDU por entidade a qual se atribui indevidamente personalidade jurídica de direito privado, onde prevalecia a vontade pessoal em detrimento das normas que regem a administração das finanças públicas.

Manifestações dos Órgãos de Controle

A análise antes exposta, evidenciadora do descompasso da estrutura jurídica dada ao Paranacidade, que privilegiou a vontade pessoal do agente público em detrimento da ordenação constitucional voltada à administração, impositora da observância estrita da vontade da lei, coincide com as manifestações das instituições constitucionalmente incumbidas do controle externo sobre a gestão pública, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

Em julho de 1999, através da Resolução nº 7.150/99, o Tribunal de Contas do Estado aprovou proposição plenária referente aos Serviços Sociais Autônomos do Estado do Paraná, que analisava principalmente a insubmissão de alguns destes novos entes à sua fiscalização, salientando que: "O Estado do Paraná criou entidades que trabalham e se mantêm com recursos públicos, mas que procuram evadir-se de regras que regem a Administração Pública concurso público, licitações públicas, fiscalização pelo TC através de disposições de lei, cujo cerne, a idéia, o conteúdo, é

inegavelmente inconstitucional. Ou seja: criou-se uma estrutura privada às expensas de recursos públicos. ...

... Sem dúvida, há um evidente descompasso entre a normatização dessas entidades e a própria Constituição Federal, pelo que se impõe urgente readequação legislativa."

Esta resolução estabeleceu prazo de 20 dias para que todos os órgãos, constituídos sob a modalidade de serviço social autônomo, encaminhassem prestação de contas ao Tribunal, oficiando-se ao Ministério Público para as medidas cabíveis, em caso de descumprimento da determinação.

Esse impasse foi solucionado somente em outubro de 2000, com a publicação da Lei nº 12.966, que determinou a submissão, inclusive do Paranacidade, ao exame técnico do TC.

As prestações de contas do Paranacidade relativas aos exercícios financeiros de 1997 a 2000, mereceram a aprovação desta Assembléia Legislativa.

Em 11 de março de 2003, nova manifestação do Tribunal de Contas, através da Resolução nº 852/03, apreciou a inconstitucionalidade da personalidade jurídica de direito privado destes entes da Administração Pública estadual, expedindo comunicado ao Poder Executivo e à Assembléia Legislativa, com a recomendação de reformulação legal dessas entidades.

O Ministério Público estadual propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, denunciando a adoção de personalidade jurídica de direito privado dada pela legislação estadual ao Paranacidade e, conseqüentemente, a violação dos vários dispositivos constitucionais citados neste Relatório, concluindo ainda, tratar-se o Paranacidade de autarquia, devendo por isso ser declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 11.496/96.

No entanto, tendo o Tribunal de Justiça se declarado incompetente para apreciar a constitucionalidade de lei em face da Constituição Federal, a ação encontra-se tramitando nos Tribunais superiores.

Outras Despesas Irregulares do Paranacidade

Contratação de consultoria - Consórcio Ampla/R.B. Coelho's/Esteio

Esta CPI, através do Ofício nº 116/03, de 19/08/03, solicitou à Sedu e ao Paranacidade, o encaminhamento de cópia de documentação composta de:

1. procedimentos licitatórios completos, considerando-se desde a solicitação de autorização para abertura do certame, os pareceres, propostas, etc.;

2. contratos e eventuais prorrogações e/ou aditivos;

3. relação detalhada de pagamentos, relativamente às empresas: "Ampla Engenharia de Projetos Ltda." e "R.B.Coelhos Consultores Associados S/C Ltda." Após analisada a documentação encaminhada, constatou-se o que segue:

O Paranacidade estabeleceu a política de contratação de empresas terceirizadas, sob o argumento de

que não dispunha de pessoal suficiente para inspecionar o andamento das obras realizadas pelo Programa Paraná Urbano (PPU I), apesar de dispor de um quadro de pessoal no qual existiam os denominados "Analistas de Desenvolvimento Municipal", cujos empregos eram privativos de portadores de diploma de 3º grau e cuja descrição de funções e atribuições, segundo seu Plano de Cargos e Salários, comportava exatamente a previsão de realizar inspeções e acompanhamento de projetos e obras, nos seguintes termos: "realizar medições, acompanhando e fiscalizando a execução de projetos municipais; especifica, acompanha e fiscaliza serviços contratados de terceiros nas áreas de cartografia, geoprocessamento, uso e ocupação de solos, etc., verificando o atendimento às especificações;"

Considerou o Paranacidade que tal fato era, inclusive, permitido pelo Anexo C do Contrato de Empréstimo nº 917/OC-BR, anexo este que trata dos procedimentos para a seleção e contratação de firmas consultoras e especialistas necessários para a execução do Projeto. Com base nestas conclusões, o Paranacidade procedeu ao Convite nº 001/96, a partir de uma solicitação de autorização encaminhada ao seu superintendente pelo diretor de Operações, em 02/10/96, cujo objeto era a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de inspeção de obras de engenharia e inspeção e recebimento de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa Paraná Urbano".

Foi estimado o valor global de R\$ 135.000,00 para a realização destes serviços, tendo sido convidadas as seguintes empresas: a) Unidec Engenharia e Consultiva Ltda.; b) R. B. Coelho's Consultores Associados S/C Ltda., e c) A.A. Consultoria e Projetos de Engenharia S/C Ltda., tendo sido esta última inabilitada. Após o cotejo das duas propostas restantes, foi procedido o julgamento em 11/10/96, e considerada vencedora a empresa R. B. Coelho's, com uma proposta no valor de R\$ 132.774,00, tendo sido o contrato celebrado em 14/10/96, sob o nº 001/96, com o prazo inicial de validade de 120 dias.

Na véspera do término do prazo contratual, em 13/02/97, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo, alterando a vigência contratual para 270 dias e acrescentando ao valor inicial a quantia de R\$ 132.774,00. Sobre este aditivo, incidiu a manifestação jurídica do Parecer nº 115/NJU/97, de 05/02/97, considerando-o legal, com base no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, c.c. as disposições da Medida Provisória nº 1531-2, de 30/01/97, além de citar a autorização do Conselho de Administração, constante da Ata de 31/01/97.

Posteriormente, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo, em 13/06/97, alterando a vigência inicialmente proposta para 360 dias e acrescentando a quantia de R\$ 99.580,50 ao valor do contrato, com o que este passou a ter um valor final de R\$ 365.128,50, sofrendo aditivos da ordem de 75% sobre seu valor inicial, fato este absolutamente contrário às disposições legais aplicáveis.

Concomitantemente ao processo descrito, foi deflagrado também, via o Memo Sedu/SGP/099/96, datado de 02/10/96, o processo que redundou no Convite nº 002/96, com o mesmo objeto, prazos e valor estimado que o anterior, tendo sido convidadas as empresas: Veja Engenharia e Consultoria Ltda., Conspeel Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda. e Ampla Engenharia de Projetos Ltda.

Da Ata da Reunião de Abertura e Julgamento, realizada em 11/10/96, constam as propostas feitas conforme segue:

Classificação	Empresa	Valor
1ª	Ampla	R\$ 131.737,06
2ª	Vega	R\$ 132.646,16
3ª	Conspeel	R\$ 133.783,04

A adjudicação deu-se para a Ampla Engenharia de Projetos Ltda., tendo sido firmado o Contrato nº 002/96, em 14/10/96. Posteriormente, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo, em 13/02/97, estendendo a vigência em mais 270 dias, o prazo de execução em mais oito meses e acrescentando ao valor inicial mais R\$ 131.737,04.

Com um Segundo Termo Aditivo, datado de 13/06/97, houve novo aumento de vigência em mais 360 dias, de prazo de execução em 11 meses e acréscimo de valor em R\$ 98.502,78.

Com isto, o valor inicial do contrato de R\$ 131.737,04 passou a R\$ 362.276,86, sofrendo um acréscimo percentual de 75%, tanto quanto o de nº 001/96.

Cabe esclarecer que pairam sérias dúvidas sobre a legalidade de celebração do Segundo Termo Aditivo realizado nos dois contratos citados, uma vez que consta da Ata da Décima Reunião Ordinária do Conselho de Administração, datada de 23/06/97, no item 05, que: "Foi acatada pelo Conselho a proposição apresentada pelo Superintendente de aditamento por 90 (noventa) dias, dos contratos 001/96-Paranacidade, firmado com a empresa R. B. Coelho's Consultores Associados Ltda., e 002/96-Paranacidade, firmado com a empresa Ampla Engenharia de Projetos Ltda. para dar continuidade aos serviços de auditoria técnica das obras do Programa Paraná Urbano, com data retroativa a 13 de junho de 1997."

Ao final dos fatos acima relatados, foi analisado o Protocolo nº 0214, de 08/08/97, do Paranacidade, contendo uma solicitação de abertura de procedimento licitatório, na modalidade de Convocação Geral Internacional nº 001/97, feita pelo diretor de Operações ao superintendente, para contratação dos mesmos serviços de consultoria, entre as empresas pré-qualificadas - ainda que não tenhamos encontrado quaisquer documentos relativos à mencionada pré-qualificação a um custo estimado de R\$ 1.670.000,00.

Este custo estimado constava somente do Memorando do diretor de Operações. Na mesma data, através da Portaria nº 30/SUP/97, o superintendente do órgão designou Comissão Especial de Julgamento para o feito.

Tal "licitação" apontava para uma área de interesse de 399 municípios, prevendo um prazo de validade contratual de 630 dias e sendo feita como "empreitada por preço global, do tipo melhor técnica, com pré seleção de empresas". Do Termo de Referência constava o objeto assim descrito: "inspeção *in loco* de aproximadamente 70 obras de engenharia ao mês, a partir de relação mensal pré-fixada pela contratante".

Para fins de execução dos trabalhos, o Estado era dividido em duas partes, denominadas Regiões A e B, compreendendo a primeira as seguintes Associações de Municípios: Amlipa; Assomec; Amsulep; Amcg; Amcespar; Amocentro; Amsulpar; Amsop; Amop e Cantuquiriguaçu. A segunda região era assim composta: Amunorpi; Amunop; Amepar; Amuvi; Amusep; Comcam; Amunpar E Amerios. As obras a serem inspecionadas eram assim determinadas: serviços urbanos básicos; serviços sociais focalizados e apoio ao pequeno e micro produtor.

Esta contratação, como as anteriores, tinha como base as disposições do Anexo C do Contrato de Empréstimo nº 917/OC-BR. Foram encaminhadas propostas para seis empresas ou consórcios e, em 20/10/97 o Edital de Qualificação apresentou o seguinte resultado:

Classificação	Empresa/Consórcio	Pontuação
1ª	Ampla/R.B.Coelhos's/Esteio	81.167
2ª	Ductor Implantação de Projetos S/A	71,086
3ª	Hidroservice Engenharia Ltda.	61.549

Estranhamos, neste julgamento, o fato de uma empresa como a Hidroservice, cujo *curriculum* é altamente respeitável, conforme está disponibilizado no *site* da empresa na Internet, não ter sido classificada acima das outras duas, cuja capacidade técnica é, evidentemente, muitíssimo menor.

Do exame da classificação acima sobrevém a primeira dúvida, relativa aos critérios empregados no exame das propostas técnicas, que se demonstrou, na oportunidade relacionada com este tipo de licitação melhor técnica como altamente subjetivo, vez que a comissão designada avaliava os quesitos relativos ao "Plano de trabalho para as duas regiões "A" e "B", subdividido, por sua vez em "Conhecimento do problema para as duas regiões" e "Metodologia de trabalho para as duas regiões", como "muito bom", "bom", "regular" e "insuficiente". Ademais, o critério de pontuação técnica, aplicável mediante fórmulas aos demais quesitos, previa o conhecimento "por região", como se tal fator fosse preponderante, mas que vinha em prejuízo aos concorrentes

que fossem sediados em outras regiões do País, ou que fossem provenientes de outros países, o que é admitido pelo BID.

Na oportunidade da abertura das propostas de preços, em 29/10/97, foi convidada somente a primeira classificada, que apresentou um custo de R\$ 1.637.281,61, valor este aceito pela Comissão, conforme Relatório Final datado de 30/10/97, que recomendou a adjudicação a este proponente. O contrato, de nº 071/97, foi assinado em 19/11/97, com prazo de validade de 630 dias (21 meses) e termo final em 20/08/99.

A este contrato foi feito um Termo Aditivo, celebrado em 12/08/99, prorrogando seu prazo em mais 173 dias (5 meses e 23 dias) e acrescentando ao valor inicial a quantia de R\$ 372.936,33, sob a justificativa de que o adiamento seria necessário até que o BID aprovasse os novos editais para mais uma licitação. Este, tendo sido consultado, anuiu expressamente na data de 19/08/99.

A esta altura, já havia sido deflagrado pelo Paranacidade, em 06/08/99, o Processo de Pré-Qualificação Internacional nº 003/99, que teve sua Comissão Especial designada pela Portaria nº 17/SUP/99 em 10/08/99. Participaram desta pré-qualificação as seguintes empresas:

Nº de Ordem	Razão Social
01	Cinco Engenheiros Consultores S/C Ltda.
02	Consórcio Ampla/R.B.Coelho's/Esteio
03	Diedro Engenharia e Consultoria Ltda.
04	Ecoplan Engenharia Ltda.
05	Etel Estudos Técnicos Ltda.
06	Graça Jr. Ind. da Construção Civil Ltda.
07	Logos Engenharia S.A.
08	Magna Engenharia Ltda.
09	RDR Consultores Associados
10	Tecnosan Engenharia S/C Ltda.
11	Unidec Engenharia Construtiva Ltda.
12	Vega Engenharia e Construções Ltda.

Em 19/11/99, a Comissão Especial de Julgamento emitiu o Relatório Final, contendo a seguinte classificação:

Classificação	Razão Social
01	Consórcio Ampla/R.B.Coelho's/Esteio
02	Ecoplan Engenharia Ltda.
03	Magna Engenharia Ltda.

04	Logos Engenharia S.A.
05	Etel Estudos Técnicos Ltda.
06	Tecnosan Engenharia S/C Ltda.
07	RDR Consultores Associados
08	Vega Engenharia e Construções Ltda.
09	Cinco Engenheiros Consultores S/C Ltda.
10	Unidec Engenharia Construtiva Ltda.
11	Diedro Engenharia e Consultoria Ltda
12	Graça Jr. Ind. da Construção Civil Ltda

Segundo os procedimentos preconizados pelo BID, seriam consideradas aptas a participar da próxima etapa de qualificação e negociação, somente as seis primeiras classificadas, constituindo-se assim a chamada "*short list*". Sobre estes procedimentos, cumpre ressaltar que existem consideráveis dúvidas doutrinárias a respeito da legalidade e de sua compatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio, já expendidas diversas vezes pelo Tribunal de Contas do Estado, ainda que não se tenha chegado a uma solução final.

Entretanto, através do Protocolo nº 0622, de 02/12/99, foi iniciado o processo da Convocação Geral Internacional nº 001/99, objetivando "a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de inspeção de obras de engenharia e inspeção e recebimento de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa Paraná Urbano".

Tendo sido encaminhados convites para as seis empresas qualificadas na *short list*, somente quatro apresentaram propostas em 05/01/00, resultando a qualificação final conforme segue:

Classificação	Empresa/Consórcio	Pontuação
1ª	Ampla/R.B.Coelhos's/Esteio	75,349
2ª	Tecnosan Engenharia S/C Ltda.	67,219
3ª	Magna Engenharia Ltda.	63,187
4ª	Logos Engenharia S.A.	60,068

Na sequência, em fevereiro de 2000, o BID autorizou a abertura da proposta de preços da primeira colocada, nominadamente Consórcio Ampla/R. B. Coelho's/Esteio, e este procedimento teve efeito a 14/02/00. Foi determinado para o processo um valor estimado de R\$ 950.000,00, e quando da abertura do envelope do Consórcio citado, verificou-se que sua proposta era de R\$ 999.766,85, que após as negociações foi reduzida em R\$ 57.766,85, passando para R\$ 945.000,00. Foi então celebrado o Contrato nº 007/2000, em 25/02/00, prevendo um prazo de vigência de 334 dias (11 meses) para a realiza-

ção de 770 inspeções, ao custo individual de R\$ 1.227,27 cada relatório.

Em 21/09/00, o Diretor de Operações solicitou ao Superintendente, a realização de aditamento contratual, através do Memo 041/DOP/2000, para alterar a metodologia de trabalho sem, no entanto, promover-se alteração de valor, o que foi ratificado em análise e parecer do procurador jurídico, no documento numerado como 079/2000-PJU. Para todos os efeitos, foi suprimido o limite imposto de 70 inspeções mês, sem alteração no prazo de vigência do Contrato. Este Primeiro Termo Aditivo foi celebrado em 03/10/00.

Em 14/12/00, o Diretor de Operações solicitou novo aditamento, através do Memo 055/DOP/2000, dispondo que em razão da supressão do limite de inspeções mensais, houve um acréscimo de 133 inspeções, que implicou num aumento de R\$ 163.226,91, passando o valor para R\$ 1.108.226,91, e sendo prorrogado o prazo inicial em mais 90 dias. Este Segundo Termo Aditivo foi celebrado em 18/12/00.

Na mesma data em que solicitou o aditamento acima descrito, o diretor de Operações solicitou outro aditivo, pelo Memo 056/DOP/2000, incorporando mais 84 inspeções, a serem realizadas no Município de Curitiba, ao custo de R\$ 865,00 cada, perfazendo um total de R\$ 72.660,00. Com isto, o valor do Contrato foi elevado para R\$ 1.180.886,91. Através do Parecer nº 0101/2000-PJU, foi emitida a opinião sobre a legalidade do aditamento e informado que as despesas respectivas correriam à conta dos recursos do FDU. Este Terceiro Termo Aditivo foi celebrado na mesma data que o segundo, e estabeleceu o prazo de 60 dias para execução destes trabalhos.

Cabe ressaltar que estas inspeções no Município de Curitiba carecem de regularidade, uma vez que o citado Município, por força de disposições contratuais, não era elegível para a realização de Projetos. Assim sendo, as despesas correspondentes podem ser consideradas ilegais.

Na data de 18/04/01, através do Memo 011/DOP/2001, houve outra solicitação de aditamento contratual ao qual se aplicaria a autorização dada pela Ata de 10/03/97 do Conselho de Administração para que fosse acrescido ao prazo de validade mais 120 dias, com o que este estaria vigendo por 544 dias (18 meses e 4 dias), além de ser acrescido ao valor anterior mais R\$ 343.634,60, com o que o total atingiu R\$ 1.524.521,51, ainda que a documentação encaminhada pelo Paranacidade apontasse para um total de somente R\$ 1.451.862,51, o que é explicado pela omissão do valor dos trabalhos prestados para o Município de Curitiba, fato este inexplicável em uma entidade tão controlada.

O Quinto Termo Aditivo, celebrado em 01/06/01, a pretexto de incorporar ao Contrato a alteração promovida pela Resolução nº 09/2001, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que autorizava o Paranacidade

a abrir e movimentar contas correntes relativas aos recursos do FDU utilizando-se do CNPJ deste Fundo, foi procedida a ratificação do valor total do Contrato, passando ao real de R\$ 1.524.521,51.

Por fim, em 15/08/01, foi celebrado o Sexto Termo Aditivo, que alterava o parágrafo único da Cláusula Primeira, fazendo com que o objeto do Contrato inicialmente celebrado passasse a ser "o atendimento das obras iniciadas e/ou em execução, aquelas concluídas que apresentaram problemas técnicos após o seu recebimento definitivo e aquelas que, ainda, não foram objeto de auditoria até a presente data". Foi também prorrogado o prazo contratual em mais 120 dias, passando seu período de vigência a 664 dias (22 meses e 4 dias). Com isto, o Contrato que foi celebrado em 25 de fevereiro de 2000 findaria em 25/12/01.

Posteriormente, foram firmados mais dois contratos, cujas respectivas licitações não nos foi dado analisar, mas que podem ser consubstanciados nos seguintes termos: o primeiro, Contrato nº 040/2001, firmado em 23/11/01, entre o Paranacidade e o Consórcio Ampla/R. B. Coelho's, objetivando a realização de

inspeções *in loco* de 700 obras de engenharia e recebimento de máquinas e equipamentos, à média de aproximadamente 50 inspeções/mês, ao valor global de R\$ 1.019.060,00, a serem executadas no prazo de 420 dias contados da assinatura do contrato, com prazo de vigência de 510 dias.

Mais adiante, em 18/05/02, foi celebrado um termo aditivo ao Contrato em questão, aumentando suas metas objetivas para 875 obras e seu valor para R\$ 1.273.825,00, resultando numa diferença de R\$ 254.765,00, equivalendo a 25% de reajuste financeiro.

Quanto ao segundo contrato, foi celebrado em 22/05/02, entre o Paranacidade e o Consórcio Paraná Integral, formado pela Ampla, pela R. B. Coelho's e pela Costa Carnieri Consultoria, Arquitetura e Planejamento S/C Ltda., tendo como objeto a inspeção de 855 obras, pelo valor de R\$ 1.899.485,53, a serem executadas no prazo de 210 dias, com vigência de 420 dias, ambos os prazos contados da assinatura do Contrato.

O resumo da documentação analisada está posto a seguir:

Contrato	Data assinatura	Valor inicial	Valor final	Prazo inicial	Prazo final
01-02/96	14.10.96	132.774,00	365.128,50	120 dd.	360 dd.
71/97	19.11.97	1.637.281,61	2.010.217,94	630 dd.	803 dd.
07/00	25.02.00	945.000,00	1.524.521,51	334 dd.	664 dd.
40/01	23.11.01	1.019.060,00	1.273.825,00	510 dd.	510 dd.
58/02	22.05.02	1.899.485,53	1.899.485,53	420 dd.	420 dd.

Do conjunto de pagamentos feitos, selecionamos os totais pagos, relativamente a cada contrato, segundo os

dados que nos foram encaminhados, conforme tabela a seguir:

Contrato/referência	Empresa	Valor bruto	Valor líquido (5)
001/96	R.B.Coelhos's Consult. Assoc.S/C Ltda.	365.128,00	359.651,11
002/96	Ampla Engenharia de Projetos Ltda.	362.276,88	356.842,75
071/97	Consórcio Ampla/RB Coelho/Esteio	1.990.115,86 (1)	1.960.263,72
007/00	Consórcio Ampla/RB Coelho/Esteio	1.476.721,61 (2)	1.454.570,43
040/01 (3)	Consórcio Ampla/RB Coelho	1.273.824,99	1.254.716,68
058/02 (4)	Consórcio Paraná Integral	1.899.485,53	1.870.993,24
TOTAL PAGO (em R\$)		7.367.552,87	7.257.037,93

(1) A diferença entre o valor pago e o valor final do contrato é devida ao pagamento da taxa de 10% deste último valor à empresa "Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.", por sua participação no Consórcio, equivalendo a R\$ 20.102,08.

(2) Neste contrato, a participação da Esteio caiu para 5% do total contratual. No entanto, a diferença corresponde a R\$ 47.799,90, ou $\pm 3.13\%$ do valor total.

(3/4) Não foi encaminhada a documentação relativa à licitação destes contratos.

(5) Valor líquido, descontado IRPJ

Em seu depoimento, o Sr. Lubomir Ficinski asseverou que o Sr. Kencho Yamada, responsável pelo Consórcio Ampla/R. B. Coelho's/Esteio, já havia prestado serviços à extinta Famepar, inclusive no tocante às obras

financiadas com recursos não reembolsáveis. Toda a análise da documentação relacionada aos seis contratos descritos leva à suspeita de que houve favorecimento e direcionamento nos processos licitatórios.

Contratação de empresas de taxi aéreo

O assunto relativo ao fretamento de aeronaves iniciou-se com o Protocolo nº 0211/97, datado de 25/02/97, em que o Diretor de Administração e Finanças solicitou ao Superintendente autorização para abertura de processo licitatório na modalidade de Cotação de Preços, conforme ao Regulamento de Licitações próprio do Paranacidade, objetivando a contratação de empresa de Taxi aéreo, com o custo estimado de R\$ 1.500,00 por hora/vôo, totalizando o valor de R\$ 150.000,00, cujas despesas correriam à conta da dotação própria do Paranacidade.

Com a Portaria nº 028/SUP/97, foi nomeada a Comissão Especial de Julgamento na mesma data do pedido de autorização, data esta em que também foi elaborado o Aviso de Licitação especificando o objeto e o período de utilização das 100 horas/vôo em aeronave de propulsão a jato.

No edital de licitação havia a descrição mais pormenorizada do objeto, discriminando dever a aeronave dispor de lugares para seis passageiros, com exclusão do assento junto à *toilette*, para a citada quantidade de horas cumprida num período de 12 meses.

Ressalte-se, a esta altura e por oportuno, que entre as exigências constantes do Edital ou de seu Termo de Referência, não figurava a de idade mínima da aeronave para habilitação dos concorrentes.

Prevía o Edital, como critério de julgamento, a oferta de menor preço e, segundo a Lista de Remessa de Propostas, estas foram recebidas pelas seguintes empresas: Jet Sul Taxi Aéreo, Crasa Taxi Aéreo, Paraná Jet Taxi Aéreo e Helisul Taxi Aéreo.

Houve a reunião para abertura dos envelopes-proposta em 04/08/97, e segundo a Ata lavrada, o resultado seria comunicado aos concorrentes e afixado no Quadro de Avisos em 05/08/97. Nesta oportunidade, a Crasa encaminhou comunicado expondo seu desinteresse em participar do certame, em função de não dispor de jato que atendesse às exigências do item 2.1.1 do Edital.

O Parecer nº H22/97/AJU, datado de 12/07/97, relata que compareceram três empresas, sendo que a Paraná Jet apresentou valor superior (sem referência ao quê) e CGC com prazo vencido, restando somente a empresa Jet Sul, que teria apresentado todos os documentos exigidos, além de menor preço.

Em 12/08/97 foi celebrado o Contrato nº 046/97, no qual é estipulado o valor de R\$ 1.490,00 a hora/vôo, para um total de 100 horas/vôo a serem cumpridas num prazo de 12 meses. Também ficou expresso que o contrato teria a vigência de 24 meses, o que resta explicado pelo conteúdo de sua Cláusula Décima-Segunda.

Ainda no instrumento contratual consta a Cláusula Nona, que trata das penalidades contratuais, em cuja

alínea e fica disposto que: *"...Na ocorrência de qualquer fato que indisponibilize a aeronave fornecida para vôo, a contratada será obrigada a substituí-la por outra, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato; ou efetuar o pagamento quando da contratação de outra empresa para substituí-lo."*

Em 18/03/98, a Jet Sul encaminhou correspondência ao Paranacidade, relatando encontrar dificuldades para cumprir o contrato em virtude de estar sem a aeronave contratada, ao tempo em que propôs a alteração das cláusulas contratuais, segundo as seguintes opções: "Lear Jet R\$ 3.075,00/hora" "King Air (turbo hélice) R\$ 1.102,00/hora".

Mediante o Parecer nº 028/98-PJU, datado de 06/04/98, o Procurador Jurídico propõe a rescisão do contrato, tendo em consideração que a proposta apresentada elevaria em mais de 200% os preços da hora/vôo e sugere a imposição de multa de 1% sobre o valor contratual, entendendo que as demais penalidades seriam injustas em face da comunicação da empresa e de sua proposta alternativa.

Conforme o conteúdo deste parecer, bastaria a aplicação de uma multa de R\$ 1.490,00 e a rescisão contratual, e o Paranacidade estaria ressarcido. Trata-se de uma liberalidade inadmissível para uma entidade submissa aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, por força de disposição legal constante de seus atos constitutivos.

Posteriormente, em 13/07/98, com onze meses de contrato já cumpridos e a um mês do final do prazo de cumprimento do seu objeto, porém depois de quatro meses do recebimento da comunicação de impossibilidade de adimplemento das condições contratuais pela contratada, o Memo nº 11/NSA/98 solicitou a formalização de aditivo para prorrogação do prazo por mais 12 meses, tecendo considerações sobre o fato de que do total de 100 horas/vôo, somente 40 horas haviam sido utilizadas.

Ressalte-se o fato de que, durante estes quatro meses, não há forma de saber qual o tipo de aeronave a contratada estava fornecendo e, principalmente, a que custo, sem que o contrato houvesse sido rescindido, conforme sugestão do Procurador Jurídico. Ao contrário, foi prorrogado, inclusive com parecer favorável deste mesmo Procurador, sob nº 055/98-PJU, na data de 27/07/98.

Nesta mesma data um segundo parecer, o de nº 053/98-PJU, menciona uma proposta para utilização de aeronave Lear Jet, por aproximadamente 20 horas, e justifica sua aceitação com base no item 2.4 do Edital licitatório, que permitiria a possível substituição do equipamento, quando isto se fizesse necessário. Assim, foi o contrato alterado para que as horas/vôo se dessem ao custo de R\$ 3.274,00/hora, portanto a um custo a maior de R\$ 1.784,00 em relação aos preços iniciais, equivalendo a um aumento de 219.13%

E assim se deu, até que em 09/08/99, o Coordenador Administrativo solicitou ao diretor de Administração e Finanças autorização para prorrogação do contrato por mais 30 dias, enquanto se ultimassem os preparativos para nova licitação.

O Parecer nº 069/99-PJU opinou pela inexistência de óbices e o Termo Aditivo foi firmado em 11/08/99, estendendo a vigência contratual por mais 30 dias, até 11.09.99.

A nova licitação, realizada sob o Protocolo nº 0575, teve início em 02/08/99, com o pedido de autorização, a um custo estimado de R\$ 150.000,00. Em 04/08/99 o superintendente baixou a Portaria nº 014/SUP/99, designando a Comissão Especial para abertura e julgamento do Pedido de Cotação de Preços nº 010/99-Paranacidade.

Este certame tinha como objeto a contratação de empresa de taxi aéreo, para locação de aeronaves, sendo uma com propulsão a jato (Lote 01) e outra propelida a turbo-hélice (Lote 02), para 30.000 km. e 13.000 km., respectivamente, a serem cumpridas em um período de 12 meses. Os valores seriam propostos por quilômetro voado, sendo considerada vencedora a empresa que apresentasse menor preço por lote.

Para a licitação foram consultadas as empresas Vip Jet Aerotaxi Ltda., Jet Sul Taxi Aéreo Ltda. e Helisul Taxi Aéreo Ltda. Consta da Ata de Reunião de Recebimento e Abertura de Propostas, datada de 18/08/99, terem sido habilitadas a Helisul e a Vip Jet, sendo inabilitada a Jet Sul, pela falta dos documentos relativos à CND e FGTS.

A Vip Jet apresentou proposta para o Lote 01, ao valor de R\$ 6,95/km e R\$ 595,00 de taxa de pernoite, enquanto que a Helisul apresentou proposta para o Lote 02, a R\$ 4,50/km e R\$ 300,00 por pernoite.

Isto posto, em 23/08/99 a Comissão reuniu-se para abertura das propostas de preço, comunicando que o resultado seria divulgado posteriormente via fax. No entanto, houve a constatação de que deveria ser revogada a licitação, dado o entendimento de que os preços propostos ultrapassavam os valores máximos previstos para a modalidade escolhida.

O Parecer nº 076/99-PJU, de 25/08/99, entendeu ter restado evidenciada a "conveniência" e, conseqüentemente, o interesse público melhor satisfeito com a deflagração de novo processo, agora na modalidade de Convocação Geral. Em face disto, o Superintendente formalizou a revogação do Pedido de Cotação de Preços nº 010/99 e autorizou a realização de novo processo licitatório em 26/08/99.

A Vip Jet apresentou, em 27/08/99, recurso contra a revogação da licitação, que foi indeferido pelo Superintendente em 02/09/99, com base no Parecer nº 078/99-AJU, de 01/09/99 e, pela Portaria nº 015/SUP/99 designou Comissão Especial para abertura e julgamento da Convocação Geral nº 004/99.

Esta licitação era composta de dois lotes, como a anterior, mantendo os 30.000 km para o jato e diminu-

indo a quilometragem do turbo-hélice para 12.000 km, ambos por um período de 12 meses, sendo decidida pelo critério de menor preço por lote. O edital previa, nas disposições relativas à composição de preços, o valor máximo de pernoite de R\$ 400,00 para jato e R\$ 300,00 para turbo-hélice.

A Vip Jet, em correspondência encaminhada ao Superintendente do Paranacidade, datada de 23/09/99, apresentou sugestão para que fossem incluídas exigências no Edital, no sentido de que as aeronaves tivessem um máximo de 10 anos de fabricação, que sua manutenção fosse feita somente em oficinas homologadas e que a tripulação mínima por aeronave fosse de três tripulantes.

Também se manifestou no sentido de considerar injusto o critério de julgamento exclusivamente pelo menor preço, tendo em vista o fato de que aeronaves mais novas apresentariam um maior nível de segurança, porém a um custo operacional maior, o que poderia pesar nas propostas. A Comissão de Licitação manifestou-se, em resposta, asseverando que o Edital estaria conforme ao Regulamento da empresa bem como às normas do DAC.

No dia 30/09/99 houve a Reunião de Recebimento e Abertura de Propostas, conforme Ata lavrada, constando somente duas propostas enviadas pela Vip Jet e pela Helisul, ambas consideradas habilitadas, com o que passou-se à abertura das propostas de preço, que redundou no seguinte: Lote 01 Vip Jet, ao custo de R\$ 6,60/km e, Lote 02 Helisul, ao custo de R\$ 4,50/km, restando as duas classificadas e sendo-lhes adjudicados os respectivos lotes.

Cumpridas as demais formalidades, foi celebrado em 18/10/99 o Contrato nº 049/99, entre o Paranacidade e a Helisul, no valor de R\$ 54.000,00, correspondentes 12.000 km de vôo ao custo proposto de R\$ 4,50/km, com pernoite ao custo de R\$ 300,00 e prazo de vigência de 450 dias, prorrogável. Nesta mesma data houve a celebração do Contrato nº 048/99, entre o Paranacidade e a Vip Jet, no valor de R\$ 198.000,00 correspondentes a 30.000 km de vôo, ao custo de R\$ 6,60, com pernoite ao custo de R\$ 400,00, e demais cláusulas idênticas ao anterior.

Ambos previam reajustes anuais pelo IGP/FGV, caso o objeto não fosse esgotado e houvesse interessa na prorrogação. Em 10/10/00, o Paranacidade comunicou à Helisul o interesse em prorrogar o prazo de prestação dos serviços contratados por mais 12 meses, sendo aceita a prorrogação pela contratada, com o reajuste de preço dos quilômetros voados para R\$ 5,40/km.

O Parecer nº 074a/2000-PJU opinou favoravelmente à pretensão acordada, informando ainda que o valor contratual seria elevado de R\$ 54.000,00 para R\$ 64.800,00.

Com respeito ao contrato com a Vip Jet, também em 10/10/00 houve manifestação do procurador jurídico, pelo Parecer nº 074/2000-PJU, opinando favoravelmente ao aditamento do Contrato nº 048/99 para acrescer 7.500 km ao seu objeto, totalizando 37.500 km, além de prorro-

gar o prazo de prestação de serviços em 12 meses e o prazo de vigência em 360 dias, alterando assim as Cláusulas Décima-primeira e Décima-terceira.

Com isto o valor contratual passaria de R\$198.000,00 para R\$ 247.500,00, correspondente a 25% de acréscimo ao valor inicial. Este Primeiro Termo Aditivo foi celebrado em 19/10/00.

Em 09/02/01 foi celebrado o Segundo Termo Aditivo, que reajustava o preço do quilômetro voado em 15%, passando o contrato a ter acrescido o valor de R\$ 7.840,00, perfazendo um total de R\$ 255.340,00.

Posteriormente, em 21/07/01, o Coordenador Administrativo solicitou o aditamento contratual em mais 5.000 km, o que foi autorizado pelo Superintendente, a um custo de R\$ 7,58/km. Face a isto, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo, datado de 21/06/01, que acresceu a quilometragem pretendida, passando esta a totalizar 42.500 km e aumentando o valor contratual para R\$ 285.400,00.

Em 15/08/01 foi celebrado o Quarto Termo Aditivo, retificando o valor acima citado para R\$ 294.171,00, em razão de erro de cálculo no aditivo anterior. Com isto, o contrato passou de R\$ 198.000,00 para este último valor, sofrendo um reajuste equivalente a 48.57% num período de 22 meses.

Em 12/06/01, através do Protocolo nº 050, o diretor de Administração e Finanças solicitou autorização ao Superintendente para realização de nova licitação, desta feita somente para contratação de jato, nos mesmos moldes da anterior (30.000 km/ano) a um custo estimado de R\$ 250.000,00, o que foi concedido e, com a Portaria nº 10/SUP/01, designada Comissão Especial para julgamento da Convocação Geral nº 002/01.

O Edital e seu Termo de Referência datam de 13/07/01 e, a 01/08/01 é acrescido o item 2.3 ao Termo, dispondo que: *"as aeronaves indicadas para a prestação dos serviços devem ter no máximo 08 (oito) anos de fabricação à data da licitação."*

A reunião para recebimento e julgamento das propostas deu-se a 27/08/01 e, das cinco empresas de taxi aéreo que retiraram o edital, somente duas apresentaram proposta, a saber: Paraná Jet Taxi Aéreo e Vip Jet Aero-taxi Ltda., sendo que a primeira foi desclassificada por não observar o ano de fabricação da aeronave.

Novamente, só a Vip Jet teve sua proposta de preço considerada e foi consagrada vencedora, com um custo de R\$ 8,95/km e pernoite a R\$ 550,00.

Conseqüentemente, foi firmado o Contrato nº 030/01, em 30/08/01, ao valor total de R\$ 268.500,00, contrato este que foi aditado em 01/09/02, com prorrogação de 12 meses no prazo de prestação de serviços, acréscimo de 7.500 km e reajuste de 11.01% no quilômetro voado e no pernoite, o que implicou na majoração de R\$ 81.685,92, perfazendo o total de 350.185,92. Este valor equivale a 30.42% do valor inicialmente contratado.

O que salta à vista nestas relações contratuais é que, em primeiro lugar, o Paranacidade desatendeu ao princípio da economicidade a que estava submetido, na medida em que utilizou-se do fretamento de aeronaves sem a cabal demonstração de sua estrita necessidade, inclusive conforme o demonstram as requisições de serviço para trajetos em que havia transporte aéreo regular.

A título de exemplo, constatamos a realização de dois vôos no trecho Curitiba/Brasília/Curitiba, ao custo de R\$ 42.736,00, no mês de outubro de 2002, retratados pelas Notas Fiscais/Fatura de nºs 000610 e 000619, da Vip Jet. Convenhamos que para duas viagens a Brasília, dentro de um mesmo mês, é um valor exacerbadíssimo, até para uma "empresa privada".

Ficou constatado, ainda, que houve a admissão de aditivos com legalidade duvidosa, na medida em que eram acrescidas metas e valores que, ao final redundaram em aumentos de mais de 100%.

Adicione-se a isto a liberalidade de não ter sido rescindido o contrato firmado com a Jet Sul, que claramente foi inadimplido em suas cláusulas essenciais e que, além de tudo, foi prorrogado no tempo, a um custo muito maior em razão da troca de aeronave mais barata por outra de custo muito mais alto.

Quanto às circunstâncias relacionadas à Convocação Geral nº 002/01, temos que a inclusão despropositada da idade mínima da aeronave denotou intuito de favorecimento, tornando-a uma licitação dirigida.

Esta CPI buscou esclarecer, através de depoimentos, a justificativa para tanto, e inquiriu o Sr. Wilmar Prochmann, ex-diretor de Administração e Finanças, sobre este fato específico, ao que o depoente afirmou tratar-se de orientação dada pela Casa Militar quando da confecção do edital.

Foi então encaminhado o Ofício nº 98/03-CPIPR, datado de 23 de junho p.p., ao secretário Chefe da Casa Militar da Governadoria, solicitando informações sobre o fornecimento de definições ou critérios sobre fretamento de aeronaves. Em resposta, este órgão asseverou, através do Ofício nº 11-448/03, de 27/06/03, considerar-se prejudicado com relação à possibilidade de responder, tendo em vista o desconhecimento sobre as ações da gestão anterior e que, com respeito às aeronaves da frota oficial do Estado, a mais nova foi fabricada em 1985 (Seneca), o jato em 1984 (Citation) e a mais velha em 1968 (King Air).

Por sua vez, o Sr. Lubomir Ficinski, ex-Superintendente do Paranacidade à época, em depoimento prestado a esta CPI na data de 24 de setembro, inquirido sobre os fatos em tela, afirmou ter sido sua a ordem para utilizarem somente aeronaves de fabricação recente. Isto contradiz o que havia sido declarado pelo Sr. Wilmar Prochmann e é incompatível com a orientação do governo no tocante à política de utilização de aeronaves.

Também, a este respeito dispõe o artigo 90, da Lei Federal nº 8.666/93:

"Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa."

A inserção de requisito de difícil cumprimento pelas empresas do ramo, a tal ponto que somente uma se beneficiou do mesmo, é um sério indício de ação ilegal, de frustração do caráter competitivo de que deveria cercar-se o processo, com evidentes prejuízos financeiros. O montante de despesas ocorrido neste tópico alcança R\$ 722.759,21.

Um último aspecto salta à vista: não foi possível localizar qualquer forma de controle na utilização das aeronaves, apesar de esta CPI ter oficiado ao Cindacta e ao DAC, em tese os órgãos controladores por parte do Governo Federal. Assim sendo, não é possível afirmar que as aeronaves tenham sido sequer utilizadas de conformidade com o que consta das faturas de cobrança.

Contratação de pesquisa de opinião pública

Através do Parecer nº 038/97, datado de 2 de dezembro de 1997, o Paranacidade deflagrou procedimento licitatório, segundo modalidade própria, com o objetivo de contratar "Serviços Técnicos de Pesquisa de Opinião Pública", no valor estimado de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais).

Deixando de lado a legalidade da licitação em si, em razão da crítica já feita ao Regulamento do Paranacidade, foi verificado que as empresas apresentaram propostas, nos seguintes termos:

1. Ivone da Silva Mathias Representações - R\$ 149.100,00
2. Genaro Mendes de Moraes, Ribeirão Preto - R\$ 149.700,00
3. Bússola Comunicação e Marketing Ltda. - R\$ 152.950,00
4. Toni Cotrim Comunicações S/C Ltda. - R\$ 156.500,00.

O contrato foi celebrado, em 17 de dezembro daquele ano, com a empresa relacionada no item 1, Ivone da Silva Mathias Representações, sediada à Rua São Salvador, 1.115, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Tal contrato foi aditado em 14 de julho de 1998, estendendo-se o prazo inicialmente previsto para a realização dos serviços para 17 de outubro de 1998 e aumentando-se o valor contratual em mais R\$ 37.275,00 (trinta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais).

O pagamento dos serviços prestados foi efetivado mediante a apresentação das seguintes notas fiscais:

1. NF nº 00010, datada de 19.01.98, no valor de R\$ 22.365,00
2. NF nº 00011, datada de 17.02.98, no valor de R\$ 22.365,00

3. NF nº 00013, datada de 17.03.98, no valor de R\$ 22.365,00
4. NF nº 00014, datada de 17.04.98, no valor de R\$ 22.365,00
5. NF nº 00015, datada de 17.05.98, no valor de R\$ 22.365,00
6. NF nº 00016, datada de 17.06.98, no valor de R\$ 22.365,00
7. NF nº 00020, datada de 04.07.98, no valor de R\$ 14.910,00
8. NF nº 00021, datada de 20.07.98, no valor de R\$ 37.275,00

Estranhamente, o endereço da empresa emitente das notas fiscais relacionadas, ainda que com a mesma razão social, não era no Município de Ribeirão Preto, conforme constava do contrato, mas no Município de Jardinópolis, também no Estado de São Paulo, à Rua Antonio Mosca, 109, sala 01. Outro aspecto que chama atenção é a numeração das notas fiscais, que confere a impressão de que a empresa não prestava outros serviços, visto emitir tais documentos com numeração sequencial e em intervalos de trinta dias aproximadamente.

De qualquer forma, constata-se que foram pagos R\$ 186.375,00, pela confecção de 29 (vinte e nove) fitas de vídeo, com duração média aproximada de 7 minutos cada.

Verifica-se, do exame do conteúdo das mesmas que não se trata, absolutamente, de pesquisa de opinião pública sobre obras do Paranacidade. Ao contrário, trata-se da realização de pretensas entrevistas, cujas respostas eram emuladas e/ou dirigidas pelo operador de câmera que as realizava, cujo resultado é de caráter duvidoso para qualquer objetivo.

Constatou-se, também, que as fitas eram produto de montagem, em grande parte, pois pode ser verificado, na fita nº 06, que foi realizada uma "entrevista" com um senhor denominado "Sr. Antonio", pretendo morador do Município de Guaratuba, que falava sobre pavimentação. Este mesmo "Sr. Antonio" aparece na fita nº 17, agora como morador de Itaguapé, falando sobre o mesmo assunto. Este mesmo fato ocorre com a "Sra. Maria de Fátima", que aparece nas fitas 6 e 17, respectivamente como moradora de Antonina e de Colorado.

Do total de 29 fitas, ao menos cinco têm seu conteúdo totalmente preenchido por depoimentos de técnicos do Paranacidade, sendo que algumas são constituídas exclusivamente de explanações do Superintendente e Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que fala sobre programas de governo (ex.: Fita 22, 23, 24, 25, 26 e 29).

Outros exemplos das graves irregularidades anotadas são arrolados a seguir:

Fita 22, com a etiqueta "Paraná Urbano Barracões Industriais" datada de 22/10/98, sendo que em seu conteúdo verificam-se as seguintes vinhetas de edição:

I - Cliente Governo do Paraná (IPE); Agência: Opus e Múltipla; Realização: Deiró Cine e TV; data: 04/01/97; título: Programa Paraná Urbano; duração: 30".

II - Cliente Governo do Paraná (ISEP); Agência: Heads; Realização: Deiró Cine e TV; data: 14/10/96; título: Barracão Industrial; duração 30".

III - Cliente: Governo do Paraná; Agência: Heads; Realização: Deiró Cine e TV; data: 06/11/96; título: Obras do Paraná Urbano; característica: Informe Público; duração: 30", com a utilização do slogan "Governo do Paraná A transformação que a gente vê" e do símbolo ou logomarca peculiar ao governo anterior.

SSIV Cliente: Governo do Paraná (Detran); Agência: Múltipla; Realização: Deiró Cine e TV; data: 07/07/96; título: Barracões Industriais; duração: 30".

Outro aspecto é o de que as datas de realização são todas anteriores à data de formalização do contrato em análise.

Do total de 29 fitas apresentadas como sendo pesquisa de opinião pública, 16 denotam publicidade eleitoral voltada às associações de municípios, e excluindo-se as de propaganda pura e simples apontadas acima sobram somente sete contendo entrevistas dirigidas, ainda que com as falhas já mencionadas.

Tendo em vista a inexistência de qualquer resultado tabulado que pudesse demonstrar uma real pesquisa de opinião pública é de se concluir que houve simulação, conforme o Código Civil.

"Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º - Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

§ 2º - Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado."

Ou ainda, segundo a redação dada pelo Código Civil revogado:

"Art. 102 - Haverá simulação nos atos jurídicos em geral:

I - quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas das a quem realmente se conferem, ou transmitem;

II - quando contiverem declaração, confissão, condição, ou cláusula não verdadeira;

III - quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados."

Quando do depoimento do Sr. Lubomir Ficinski, questionado sobre os fatos aqui apontados, este manifestou-se no sentido de que teria havido erros de edição

no tocante a imagens repetidas, bem como que as demais fitas contendo campanhas de publicidade do governo estariam inseridas equivocadamente e, ainda, que ele teria em seu poder um resultado tabulado que seria encaminhado a esta CPI que demonstraria tratar-se, efetivamente, de uma pesquisa de opinião pública.

No que tange aos denominados "erros de edição", é de se estranhar que o Paracidade tenha recebido um serviço pelo qual pagou tão caro, sem ao menos verificar seu conteúdo para, como regularmente acontece, atestar sobre a qualidade dos serviços e pagá-los. Quanto à inserção de fitas de campanhas do Governo, cabe ressaltar que o encaminhamento das fitas foi feito formalmente, acompanhado de Ofício da Sedu e de Memo interno do Paracidade, dando conta da quantidade de fitas que compunham a pesquisa a esta CPI.

Finalmente, quanto ao resultado tabulado sem possibilidade de identificação de sua autoria que demonstraria se tratar de pesquisa de opinião pública e não de malversação de recursos, o mesmo não se presta a tal finalidade, tendo em vista tratar-se de pesquisa absolutamente desvinculada das fitas de vídeo, realizada em março de 2001, além de no corpo do texto, fazer menção ao fato de ser complementação de campanha anterior, ocorrida em julho de 2000, portanto três anos depois do contrato analisado.

Com isto, ficam reforçados os indícios de irregularidade na despesa apontada.

Contratação do escritório "Campêlo Advogados Associados"

Foi constatado que, em 02/07/01, o escritório de advocacia "Campêlo Advogados Associados S/C", atendendo a consulta verbal feita pelo Paracidade, se dispôs a elaborar estudo, por escrito, sobre *"a constitucionalidade do Ante-Projeto de Lei nº 247/01, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, frente ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, ..."*.

Continua o signatário da correspondência, Sr. José Cid Campêlo, informando que seriam cobrados honorários no montante de R\$ 20.000,00 pelos serviços, mediante apresentação de nota fiscal.

Tal processo veio a receber o protocolo nº 054/2001 do Paracidade e foi submetido à apreciação do Procurador Jurídico daquela instituição, que pelo Parecer nº 062/2001-PJU, assim se manifestou:

"...Dessa maneira pretende-se com a contratação obter estudos e parecer conclusivo sobre a constitucionalidade do Anteprojeto nº 247/01, aprovado pela Assembléia Legislativa, frente ao disposto da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal."

Continua o citado Parecer, na justificativa da contratação dos serviços:

"A escolha da empresa Campelo Associados S/C, prende-se a experiência e conhecimento da equipe que compõe o corpo de advogados da mesma nas questões relativas a constitucionalidade de atos emanados daquela Casa de Leis e a exigüidade do prazo destinado a fundamentar a decisão do governador do Estado relativa a sanção ou veto ao referido projeto."

Novamente o Parecer busca justificar um fato que, além de inexistente, baseia-se exclusivamente em critérios subjetivos de julgamento. Considerar como válidas as premissas de que *"a experiência e conhecimento da equipe em questões relativas a constitucionalidade de atos emanados daquela Casa de Leis"* e que *"a exigüidade do prazo destinado a fundamentar a decisão do Governador do Estado relativa a sanção ou veto ao referido projeto"*, para justificar a escolha dos prestadores do serviço é, no mínimo, atingir-se uma conclusão falsa, dado que ambas estão revestidas de subjetividade.

Quando da tomada de depoimento do Sr. Lubomir Ficinski, foi-lhe questionado sobre a justificativa para tal contratação, considerando-se que tais funções seriam inerentes à Procuradoria Geral do Estado e à Divisão Técnico-Legislativa (DTL) da Casa Civil da Governadoria, ao que o depoente afirmou que a matéria era de interesse do Paranacidade e que ele teria pedido diversos pareceres, sendo um deles *"ao Dr. Cid Campêlo, pai. A Procuradoria (PGE) também se manifestou e mais um parecer, eu acho que do Cleverson Cléve, para instruir esse negócio todo"*.

Este depoimento vem corroborar o sentido de escolha subjetiva que deve ser conferido ao negócio. Ainda que como ente "paraestatal" que é a denominação que o próprio ex-superintendente confere ao Paranacidade este órgão deveria submeter-se ao princípio da moralidade e ao da impessoalidade, na prática dos atos de gestão.

Segue o procurador jurídico, asseverando ao final de seu parecer:

"Face a impossibilidade de obtenção de outras propostas devido a exigüidade de tempo para a obtenção da fundamentação necessária ao veto do Ante Projeto nº247/01, por infração ao dispositivo da Lei Complementar nº 101/01, Senhor Superintendente decidiu pela aceitação da proposta da empresa Campêlo Advogados Associados S/C, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)."

Em Direito, o tratamento dado ao vernáculo tem sobeja importância, devendo serem pesados e medidos cada termo empregado, a fim de não haver margem de interpretação equivocada e denotar exatamente o que o emissor pretende com o que é dito ou escrito.

No entanto, verifica-se que, tanto na correspondência quanto no Parecer, são objetivados estudos sobre a "constitucionalidade" de um projeto de lei em face a uma Lei Complementar, fato impossível de ser atingido. O que era pretendido, segundo o colhido de depoimentos,

era simplesmente o veto sobre um parágrafo inserido no Projeto de Lei nº 247, por emenda parlamentar.

Ou o veto se justificaria por inconstitucionalidade em face de disposição da Constituição do Estado, ou por contrariedade ao interesse público, mas nunca em face de disposição de lei complementar.

Perguntado ao citado depoente sobre o valor dos serviços prestados e a forma de contratação, foi dada a resposta de que foi *"Diretamente, eram menores que 20 mil reais. O Cleverson acho que nem cobrou, mas isso era importante."*

Ocorre que existe, no âmbito do Poder Executivo, um conjunto normativo consubstanciado na Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, que dispõe sobre a organização da estrutura básica daquele Poder no Sistema de Administração Pública do Estado do Paraná.

Tal diploma estatui, em seu artigo 16, que fica compreendido no âmbito de ação da Casa Civil da Governadoria, entre outras atribuições, *"a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa bem como o relacionamento com as lideranças políticas do governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo;"*

Mais adiante, especificamente no artigo 20, dispõe que compete à Procuradoria Geral do Estado o exercício das funções de consultoria jurídica para a administração direta e indireta do Poder Executivo.

Conclui-se que, em existindo uma estrutura legal incumbida das tarefas circunstanciais ao Projeto de Lei nº 247/01, que veio a converter-se na Lei nº 13.227, de 18 de julho de 2001, não há justificativa plausível para os gastos em exame, tornando-se os atos a isto relacionados mera liberalidade com os recursos provenientes do Erário.

Examinando-se o resultado do trabalho contratado, verifica-se que está contido em nove laudas, com espaço duplo, das quais cinco limitam-se a descrever as circunstâncias relacionadas ao Projeto de Lei nº 247/01, enquanto que as demais tratam da abordagem do assunto questionado, ao passo que a conclusão se circunscreve unicamente a dois parágrafos, respectivamente, expressando a necessidade de veto do projeto ou a possibilidade de, em sendo sancionado, incorrer o aplicador em sanções da Lei Federal nº 8.429/92.

Encontra-se anexada ao protocolado em questão, a nota fiscal de prestação de serviços nº 609, emitida por "Campêlo Advogados Associados S/C", no valor bruto de R\$ 20.000,00 e líquido de R\$ 19.700,00, descontado o Imposto de Renda. O pagamento de tal quantia, por serviços absolutamente desnecessários, configura prejuízo passível de enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa a que o parecerista faz menção.

Consultoria para reavaliação de imóveis

1) Através do Memo nº 0195/01/COP/DOP, datado de 14/11/01, foi solicitada a contratação de consultoria

para elaborar verificação e avaliação de imóveis nas cidades de Jacarezinho, Arapongas, Castro e União da Vitória.

Em 19/11/01 foi elaborada proposta da empresa Barradas Imóveis Ltda. no valor de R\$ 25.000,00. Nessa correspondência, encaminhada ao Sr. Lubomir Ficinski, está declarado expressamente que:

"Em resposta a consulta verbal a nós dirigida por V. Excia, estamos nos colocando à sua disposição para realizarmos o trabalho de verificação das avaliações de imóveis nas cidades de Jacarezinho, Arapongas, Castro e União da Vitória, de interesse do Governo do Estado. Para tanto, necessitamos dos endereços dos imóveis, de transporte para podermos nos locomover de Curitiba para as cidades citadas, numerário para as despesas diárias, e cópia das avaliações já efetuadas.

Em se tratando de verificação de valores, não apresentaremos laudos de avaliações e sim correspondência acusando eventuais diferenças ou a exatidão dos valores apresentados.

O valor para execução desse serviço é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), pagáveis na apresentação do nosso documento."

Em 23/11/01 foi emitido o Parecer Jurídico nº 135/2001-PJU favorável a contratação da Empresa Barradas Imóveis Ltda., considerando a experiência do Sr. Antenor Vieira Barradas em procedimentos avaliatórios. Expressa-se o citado Parecer, justificando a necessidade da contratação, da seguinte forma:

"Com a finalidade de mensurar os investimentos tornou-se necessária à contratação de um avaliador imobiliário de confiança do Governo, para a elaboração de laudos que sirvam de parâmetros para a aplicação dos recursos, de vez que há casos de desapropriação em áreas de terceiros." (grifamos)

O parecer contém diversas contradições de ordem lógica, a saber: o avaliador imobiliário em questão não poderia ser de confiança do Governo, posto que nunca prestou serviços de qualquer ordem a este, e sim a eventuais ocupantes de cargos na Administração Pública.

Também não pode ser considerado que a realização de tais laudos tivessem o objetivo de servir de parâmetro para aplicação de recursos, uma vez que pela correspondência encaminhada pelo Contratado, tratar-se-ia tão somente de reavaliação e, finalmente, havia somente um caso de desapropriação a ser efetuada, e não "casos", como menciona o parecer.

Mais à frente, o próprio parecerista traz nova argumentação que, agora de fato, contradiz suas palavras iniciais e demonstra o direcionamento existente na escolha:

"Em face do elevado conceito que a empresa detém na comunidade curitibana, onde vem exercendo as atividades relacionadas no ramo imobiliário nos últimos quarenta anos, e devido à exiguidade do prazo para elaboração de amostra de projetos a ser submetida ao Bando Interamericano de Desenvolvimento-BID, como inte-

grantes do novo programa Paraná Urbano II, o Senhor superintendente decidiu pela aceitação da proposta da empresa Barradas Imóveis Ltda, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)." (grifamos)

O próprio ex-Superintendente do Paranacidade, Sr. Lubomir Ficinski, em depoimento prestado a esta CPI na data de 24 de setembro p.p., questionado sobre seu relacionamento pessoal com o proprietário da empresa contratada, asseverou que aquele era seu conhecido há cinquenta anos e, em resposta ao fato constatado em Ata de reunião do Paranacidade, onde consta a justificativa de que a empresa seria recontratada por ser de confiança do governo, assim respondeu o depoente:

"Eu não contratei ele, contratou o Paranacidade, mas eu indiquei ele."

Trata-se, portanto, de inquestionável simulação de negócio, feita com o objetivo de burlar os princípios constitucionais aplicáveis aos atos do Serviço Social Autônomo em análise, mais nominadamente, o da legalidade, da moralidade e da impessoalidade.

Quanto à dispensa de licitação para contratar tais serviços, remetemos aos comentários relacionados ao Regulamento próprio do Paranacidade.

Foi então firmado, em 23/11/01, o Contrato nº 046/01-PRC, no valor de R\$ 25.000,00, com prazo de 10 dias para execução dos serviços e de 90 dias de vigência, tendo como objeto a "contratação de serviços de avaliação de imóveis nas cidades de Jacarezinho, Arapongas, Castro e União da Vitória. Como parágrafo primeiro da Cláusula Terceira, que trata do valor do contrato, constava a aceitação da proposta contida na missiva inicial da Contratada, sobre o fato de que as despesas relacionadas a transportes, alimentação e estadia serem de responsabilidade do Paranacidade, devendo o pagamento ser considerado em termos líquidos, portanto.

Como resultado dos serviços, estão anexadas duas páginas e meia, em papel timbrado da Contratada, contendo o resultado da "avaliação", o que leva à consideração de que cada página teve o valor de R\$ 10.000,00, independentemente do seu conteúdo.

2) Em 12/12/01, portanto a menos de um mês do anterior, foi elaborado o Memo 049/DO/2001, solicitando contratação de Consultoria para elaborar verificação e avaliação de imóveis nas cidades de Antonina (Casa da Pedra e Estação Ferroviária) e Guaratuba (Casa Tombada), o que foi autorizado pelo então superintendente.

Na mesma data foi enviado o Fax nº 0050/DO/2001, ao Sr. Antenor Vieira Barradas, solicitando apresentação de proposta para elaboração dos serviços de avaliação de imóveis.

No dia seguinte, 13/12/01, foi recebida a proposta da empresa Barradas Imóveis Ltda, no valor de R\$ 14.000,00, para avaliar os itens relacionados no Memo 049/DO/EM2002. Diferentemente da vez anterior, o responsável pela empresa afirma que *"trata-se de avaliação por nós feita, com apresentação de laudo"*, o que

leva a concluir que poder-se-ia tratar de trabalho já realizado.

Em 14/12/01 foi emitido o Parecer Jurídico nº 150/2001-PJU, favorável a contratação da Empresa Barradas Imóveis Ltda., considerando a experiência do titular da empresa nos procedimentos auditórios. Estranhamente, este Parecer aborda questões relacionadas à possibilidade de renovação contratual, ainda que o prazo de vigência do Contrato anterior ainda não se tivesse esvaído, posto que celebrado em 23/11/01, portanto com vigência até 23/02/02, podendo ser simplesmente aditado.

Também na data acima citada foi lavrado o Contrato nº 058/01-PRC, no valor de já mencionado, para avaliação de imóveis a ser realizada nas cidades de Antonina e Guaratuba, mantendo as demais características do anterior, porém estabelecendo um prazo de vigência de 15 dias.

O resultado dos serviços está contido no Laudo de Avaliação nº 055/2001, datado de 18/12/01, composto de cinco páginas em papel timbrado, além de uma cópia de Certidão do Registro de Imóveis. Esta, segundo se constata no verso, foi extraída em 22/08/01, o que reforça a impressão de tratar-se de simulação, já que tal certidão foi expedida aproximadamente três meses antes do contrato.

Novamente, em 08/03/02, em Memo 0027/DO/2002, o Diretor de Operações solicita a contratação de consultoria para elaboração de avaliação de imóveis na cidade de Jaguariaíva, estimando-lhe o custo de R\$ 7.000,00, devidamente autorizado pelo Superintendente da época.

A proposta da Barradas Imóveis está datada de 11/03/02, e é elaborado o Parecer nº 064/2002-PJU, praticamente uma transcrição do de nº 135/2001-PJU, já comentado, dando embasamento à contratação, ainda que remeta à consideração da Diretoria Executiva, para ratificação. Esta deu-se na Reunião de 18/03/02, conforma consta da respectiva Ata.

Foi então celebrado o Contrato nº 035/02-PRC, datado de 12/03/02, nas mesmas condições que o anterior.

O resultado está contido em uma folha timbrada, datada de 20/03/02, acrescido de fotografias, pelo qual foi paga a quantia de R\$ 7.000,00.

Finalmente, com o Memo 0044/DO/2002, de 23/04/02, é solicitada nova contratação para serviço a ser feito em União da Vitória, pelo preço de R\$ 7.000,00, tomado da proposta da Barradas Imóveis, encaminhada na mesma data.

O Parecer nº 096/2002-PJU, cópia do anterior, dá embasamento à contratação pretendida, que está consubstanciada no instrumento de nº 048/02-PRC, datado de 30/04/02, vazado nos mesmos termos que dos que lhe precederam, sendo o resultado apresentado em uma página e meia, com papel timbrado, datado de 03/05/02.

Ao primeiro contrato celebrado entre o Paranacidade e a Barradas Imóveis Ltda está anexado um portfólio da

empresa, de onde são retiradas as conclusões que embasam os comentários subjetivos constantes de presente análise. Pode ser inquestionável o valor cobrado pelos serviços, sem que se possa atribuir-lhe a característica de superfaturado, vez que os parâmetros necessários que seriam os constantes de tabela oficial da entidade que congrega a categoria apesar de terem sido solicitados não foram encaminhados a esta CPI. Em razão disto, a conclusão a que se pode chegar é a de que o dispêndio com o conjunto de serviços, cujo total ascendeu a R\$ 53.000,00, foi excessivo e ilegal, considerando tratar-se de ganho livre de despesas, devendo ser considerado prejudicial ao Erário.

Constatado que tais serviços foram prestados de novembro de 2001 a abril de 2002, e que seu montante ultrapassou em muito os valores de dispensa, ainda que ilegais, verifica-se a prática de faracionamento de serviços, com o objetivo de burla aos mandamentos legais aplicáveis.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

O Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917 de 15 de dezembro de 1988, de natureza contábil, e de caráter rotativo, tem por objetivo financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo (artigo 1º).

O FDU é constituído: (artigo 2º da Lei nº 8.917/88)

I. Pelo retorno dos sub-empréstimos do Programa de Ação Municipal PrAM, contratados pelo Banco do Estado do Paraná S.A. junto às municipalidades paranaenses;

II. Pelos rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do FDU no mercado financeiro;

III. Pelo produto resultante de juros e amortizações da aplicação dos recursos do FDU;

IV. Pelo produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Urbano;

V. Pelo aporte de recursos municipais;

VI. Pelo aporte de recursos ordinários do Tesouro do Estado;

VII. Pelo aporte de recursos do Governo Federal;

VIII. Pelo retorno de empréstimos contratados pelo Governo do Estado e repassados aos municípios paranaenses, em intervenções voltadas ao Desenvolvimento Urbano;

IX. Pelos recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;

X. Pelo produto decorrente de acordos, convênios e contratos;

XI. Por outras receitas eventuais.

A Lei nº 11.498, que institui o Paranacidade, alterou o inciso I deste artigo, incluindo valores correspondentes a amortização dos créditos decorrentes do

Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Paraná Urbano, do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - Pedu, dos empréstimos concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano, e dos que viessem a ser destinados ao Paranacidade.

Incluiu ainda na composição do FDU, rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Paranacidade no mercado financeiro e o produto resultante de juros e amortizações e aplicação de recursos do Paranacidade, conforme seu artigo 17, inciso I, alíneas *b* e *c*. O Decreto nº 3.637 alterou a redação das alíneas *b* e *c* do inciso I deste artigo 17, substituindo o Paranacidade pelo FDU.

O artigo 3º da Lei nº 8.917/88, atribuía a administração e coordenação do FDU à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, através de um Conselho de Administração. Esta disposição foi alterada pela Lei nº 11.498/96, que ao criar o Paranacidade para gerir o FDU, instituiu novo Conselho de Administração como órgão de administração superior do Paranacidade, o qual acabou por substituir o Conselho de Administração do FDU, a despeito da pouca clareza da nova Lei sobre esta substituição.

A par da autorização para abertura de crédito especial para viabilizar transferências do Tesouro para o FDU e da autorização para contratação de operação de crédito externo para implantação do Pedu, determinou a inclusão no orçamento geral do Estado de dotações próprias para pagamento do crédito contratado.

Não consta da Lei nº 8.917/88, instituidora do Fundo de Desenvolvimento Urbano, qualquer autorização para financiamento de programas ou projetos com recursos não reembolsáveis.

Com o encerramento do Pedu, foi editada a Lei nº 11.213/95, autorizando a contratação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento até o valor de US\$ 249,000,000.00, para implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infra Estrutura Municipal, denominado Parana Urbano, dispondo ainda sobre garantias e contragarantias à União, prazos para amortização, juros, etc. e determinando a inclusão no orçamento anual do Estado de dotações orçamentárias suficientes para o pagamento do empréstimo.

No artigo 5º esta lei determinou que os recursos obtidos junto ao BID, bem como os resultados de suas aplicações e retornos, integrassem o FDU. Dispôs, ainda, que os recursos do empréstimo fossem transferidos ao Fundo em 48 horas após a sua liberação ao Tesouro, e em 10 dias os demais recursos que o integrassem.

Ao Contrato de Empréstimo nº 917/96-OC/BR, seguiram-se paralelamente os estudos e preparativos para a extinção da Famepar e a criação do Paranacidade nos moldes antes descritos, para gerir com mais eficiência e flexibilidade o novo Programa, o que, segundo depoimento do Sr. Lubomir Ficinski, foi feito atendendo orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Lei do Paranacidade trouxe as poucas modificações à configuração do FDU, como já referido, o mesmo não se podendo afirmar em relação ao Decreto que lhe deu nova regulamentação.

O FDU, inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 5.192/89, com a criação do Paranacidade passou a ser regido pelo Decreto nº 3.736, de 10 de novembro de 1997, que trata da aplicação e gerenciamento do FDU pelo Paranacidade.

As áreas de atuação do FDU definidas pelo novo regulamento, têm as suas estrutura básica em muito assemelhada à do Programa Paraná Urbano, definido no referido contrato de empréstimo anteriormente firmado.

Esta semelhança, e a previsão daquele Contrato de Empréstimo, de aplicação de recursos não reembolsáveis no Subprograma de Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional correspondentes a 80% dos custos dos projetos; em investimentos na área de saúde contratados pela Secretaria de Estado da Saúde, correspondentes a 100%, compondo parte da contrapartida orçamentária estadual, e ainda na área social, para atendimento ao menor, ao idoso e ao trabalhador volante, correspondente a 20% da contrapartida do Orçamento estadual resultou na inserção do parágrafo 3º do artigo 3º do Decreto nº 3.736, que admitiu que: "Nas operações aprovadas pelo Conselho de Administração do órgão gestor para a contrapartida de programas co-financiados com recursos interno e externo, visando a contratação de empréstimo e subempréstimo o FDU poderá aplicar recursos não reembolsáveis", contrariando assim o caráter rotativo do Fundo, estabelecido por Lei que não autorizou esta previsão e possibilitando o esvaziamento de recursos a médio prazo.

Na medida em que o Decreto estabeleceu esta competência ao Conselho de Administração do órgão gestor que é o Paranacidade e ao mesmo tempo não estipulou limites para a aplicação de recursos não reembolsáveis, o que foi feito apenas pelas disposições contratuais, revestiu-se de inconstitucionalidade.

Ocorre que o fundamento de validade do Decreto, requisito formal para sua própria existência, baseia-se no artigo 87, inciso V, da Constituição Estadual e que esta norma, por sua vez, estabelece que compete privativamente ao governador sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

Depreende-se então que o exercício desta competência deve manter estrita observância de seus limites em razão do princípio da legalidade devendo a expedição dos decretos manter correlação absoluta com os dispositivos legais aos quais possibilita a execução, se e somente se o fizer de forma fiel, caso contrário estará elidindo a disposição constitucional. É o que se verifica no Decreto em questão, no que se refere a permissão de utilização de recursos não reembolsáveis.

Nesse sentido outra inovação do decreto, em relação à lei regulamentada, está contida em seu artigo 11, inciso I:

"Art. 11 - Ao Gestor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU e nos termos do Contrato de Gestão caberá:

I - efetuar a transferência para pagamento, semestralmente com recursos do FDU, nas datas previstas, do principal e encargos do contrato de empréstimo externo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Paraná Urbano, após a utilização do saldo dos recursos de que trata o artigo 14 deste Anexo;

...

Art. 14 - O saldo disponível junto ao Tesouro do Estado, conforme balanço de 31 de dezembro de 1996, bem como os valores retidos posteriormente pela Secretaria de Estado da Fazenda de comum acordo com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, correspondente aos valores remanescentes dos retornos definidos no artigo 2º (FDU) deste Regulamento, deverão ser utilizados para efetuar o pagamento, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, semestralmente e nas datas previstas, do principal e encargos do contrato de empréstimo externo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Paraná Urbano."

Não consta, na lei que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Urbano, nem naquela que autorizou o empréstimo junto ao BID, autorização hábil a validar essa determinação de que o empréstimo efetuado fosse pago com recursos do próprio FDU.

O contido no artigo 14 do regulamento, por sua vez, denuncia o descumprimento da lei instituidora do Fundo, que autorizou inclusive a abertura de crédito especial para sua imediata capitalização, e aquela autorizadora do empréstimo junto ao BID, Lei nº 11.213/95, é taxativa ao dispor que os recursos provenientes do BID integrarão o Fundo de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo o prazo de 48 horas para a transferência destes recursos após seu ingresso no caixa estadual, e de 10 dias para os demais recursos que o compõem.

Portanto, não há outra razão para a existência de saldo disponível junto ao Tesouro do Estado em 31 de dezembro de 1996, nem para retenção de valores após esta data. Nem mesmo a Sedu dispõe de poderes para firmar acordos contra a lei.

Neste ponto é que se retoma a análise dos nove termos aditivos ao Contrato de Gestão firmado com o Paranacidade, que passou a gerir o Fundo a partir de 1996, para na sequência retomar a análise da aplicação de recursos não reembolsáveis que importaram em desdobramentos irregulares. O Contrato de Gestão aludido foi firmado entre o Governo do Estado e o Paranacidade em 23 de outubro de 1996, portanto 13 meses antes da edição

do Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997, que como se verá encampou algumas e alterou outras disposições do referido Contrato, no que refere à movimentação financeira dos recursos do FDU:

O parágrafo 3º da cláusula quinta do contrato original estipula que *"Os saldos disponíveis no Bancos e de todas as dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Esta do e no Orçamento Próprio do Famepar, relativos ao exercício financeiro de 1996, serão liberados em favor do Paranacidade/FDU, na implantação da entidade e no prosseguimento das atividades e objetivos do extinto Famepar, conforme artigo 26 da Lei 11.498 de 30 de julho de 1996."*

O parágrafo 4º determinou que a Secretaria de Estado da Fazenda procedesse à transferência ao Paranacidade/FDU, dos saldos relativos aos ingressos financeiros do exercício de 1996, conforme parágrafo 3º da cláusula oitava, que por sua vez assim dispôs: *"Os ingressos financeiros ocorridos no exercício de 1996, relativos às amortizações e juros dos créditos assumidos pelos Tomadores e Subtomadores, referentes aos programas indicados no parágrafo 3º da cláusula quarta (Paraná Urbano, Pedu, Pram e Fdu), e não transferidos ao Parancidade até 31.12.96, conforme balanço, serão utilizados para o cumprimento ao estabelecido na cláusula sexta, letra d, até a liquidação do saldo."* Esta letra d refere-se à remuneração do Paranacidade, de forma equivocada.

A letra c da mesma cláusula sexta, no entanto, inova no que se refere à aplicação dos recursos do Fundo constantes das leis aprovadas por esta Casa, assim dispondo: *"A Secretaria de Estado da Fazenda Sefa, reterá dos recursos previstos na letra a desta cláusula, (Paraná Urbano, Pedu, Pram e FDU) semestralmente, nas datas previstas em contrato celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, os recursos necessários às amortizações do empréstimo externo, do Programa Paraná Urbano."*

Sem qualquer amparo legal, e através de Contrato de Gestão, cuja validade é incerta, o Estado transferiu ao Fundo de Desenvolvimento Urbano o ônus de pagar o empréstimo realizado junto ao BID, deixando ainda de atender a Lei no que refere à inclusão, no Orçamento Geral do Estado, de dotações suficientes ao cumprimento de sua obrigação.

Este ônus, recepcionado pelo Decreto nº 3.736 posteriormente editado, conforme anterior citação de seu artigo 11, inciso I, foi agravado pela disposição do artigo 14 do mesmo Decreto, também acima reproduzido.

Como se pode verificar dos aditivos posteriores, a movimentação e destinação irregulares dos recursos do FDU prosseguiu durante todo o período de gestão do Paranacidade, em análise.

O primeiro Termo Aditivo, firmado em 6 de janeiro de 2000, alterando especificamente a cláusula sexta do Contrato de Gestão que trata da movimentação de recursos está assim redigido:

"A movimentação de recursos prevista neste Contrato de Gestão obedecerá a seguinte sistemática:

a) Os recursos provenientes dos retornos dos subempréstimos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Paraná Urbano e os retornos dos empréstimos realizados com recursos do próprio Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano FDU, bem como o retorno de empréstimos de novos programas com recursos internos e externos voltados para o desenvolvimento urbano, regional e institucional, integrantes do FDU, serão depositados pelo Agente Financeiro, diretamente e quinzenalmente, em conta específica do órgão gestor, denominada Paranacidade/FDU;

b) Os recursos provenientes dos retornos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - Pedu continuarão sendo depositados, pelo Agente Financeiro, no Tesouro Estadual, em conta específica, e transferidos conforme datas e prazos estabelecidos no parágrafo único do artigo 5º. da Lei nº 11.213, de 07/12/95. (10 dias)

c) Os recursos oriundos do Contrato de Empréstimo nº 917-OC/BR firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em 23/05/96, poderão ser depositados, diretamente, em conta especial do Gestor, denominada Paranacidade/FDU/BID.

d) A Secretaria de Estado da Fazenda utilizará os recursos não transferidos para pagamento do empréstimo externo do Programa Paraná Urbano, conforme Decreto 3.736 artigo 14, de 10/11/97 e o disposto na cláusula segunda do Termo Aditivo.

...

Cláusula Segunda

Os ingressos financeiros relativos aos retornos dos programas: Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano-Pedu, Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano-Paraná Urbano e os retornos dos empréstimos realizados com recursos do próprio Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano-FDU, e os ingressos externos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, ocorridos nos exercícios de 1996, 1997, 1998 e 1999 não transferidos ao Gestor até 31/12/99, conforme balanço do mesmo, serão também utilizados, em conjunto com os recursos do Tesouro Estadual, pela Secretaria de Estado da Fazenda-Sefa, para cumprimento ao estabelecido na cláusula sexta, letra "d", até a parcela nº 11 (onze) integralmente, relativa ao mês de novembro do ano de 2001, e 80% (oitenta por cento) da parcela de nº 12 (doze), relativa ao mês de maio de 2002.

Parágrafo Único - O Gestor do FDU repassará 20% (vinte por cento) da parcela de nº 12 (doze), relativa ao mês de maio do ano de 2002, e integralmente à partir da parcela de nº 13 (treze), relativa ao mês de novembro do ano de 2002, os recursos necessários às amortizações do empréstimo externo do Programa Paraná Urbano, após o cumprimento do estabelecido nesta cláusula." (grifamos)

Este aditivo altera os prazos da Lei e denuncia retenções não autorizadas dos recursos do FDU, pelo Tesouro do Estado, até o exercício de 1999.

O Segundo Termo Aditivo, datado de 4 de dezembro de 2000, sob a justificativa de "modificação do prazo do último desembolso Cláusula 3.05 (b) do Contrato de Empréstimo nº 917-OC/BR" altera o Primeiro Aditivo, no que se refere à utilização dos mesmos recursos retidos no Tesouro até a o final de 1999, conforme acima transcrito, para pagamento "até a parcela 12 (doze) integralmente, relativa ao mês de maio do ano de 2002, e 64% (sessenta e quatro por cento) da parcela de nº 13 (treze), relativa ao mês de novembro de 2002.

O parágrafo primeiro deste segundo aditivo determina o repasse pelo Gestor do FDU de 36% para complemento da parcela 13 e do montante integral à partir da parcela 14, esta prevista para maio de 2003.

Em que pese o motivo indicado como justificador deste segundo aditamento, não se logrou alcançar a relação entre a dita modificação do prazo do último desembolso do empréstimo do BID, com as novas disposições das cláusulas indicadora de novo ajuste financeiro entre Tesouro e FDU, provavelmente em decorrência de novas retenções irregulares dos recursos do FDU. Novamente nos vem a mente a figura jurídica da simulação, ante a aparente falsa causa declinada como ensejadora deste aditivo, bem como a pouca valia do Contrato de Gestão no sentido de definir obrigações para seus signatários.

Esta posição parece se confirmar diante do teor do Terceiro Termo Aditivo, firmado em 22 de dezembro de 2000, portanto apenas 18 dias depois do segundo aditamento, que acresce aos valores retidos até 1999 acima explicitados, "os recursos transferidos pelo Paranacidade em 02/01/2001 e estende a obrigação do Tesouro à quitação integral até a parcela de nº 15, relativa a novembro de 2003, e de 54% da parcela de nº 16 prevista para maio de 2004, por conta das retenções e agora de transferências, determinado o repasse pelo Paranacidade, de 46% por cento do valor da parcela 16, e a integralidade da parcela 17, prevista para novembro de 2004.

Sobre estes recursos transferidos em 2 de janeiro de 2001, fez-se extenso relato quando se tratou da inócua atuação do Conselho de Administração do Paranacidade.

Vale lembrar que nesta data o Paranacidade repassou ao Tesouro R\$ 30.000.000,00, para, segundo o depoimento do Sr. Lubomir Ficinski, garantir o pagamento de parcela do BID, em virtude da falta de recursos do caixa estadual para honrar o compromisso. Esta afirmação, como antes demonstrado, colide com o depoimento dos membros do Conselho de Administração, de que havia pressão do Governo Estadual para que esse empréstimo fosse realizado, conforme ata de 25 de janeiro de 2001, portanto 23 dias depois de realizada a transferência.

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, firmado em 2 de abril de 2001, estabeleceu que:

- os retornos dos subempréstimos do Paraná Urbano e aqueles decorrentes dos empréstimos realizados com recursos do próprio FDU, passados e futuros, realizados com recursos externos e internos, seriam depositados diretamente e quinzenalmente, em conta específica do órgão gestor, denominada Paranacidade/FDU;

- os recursos dos retornos do Pedu permaneceriam com a mesma sistemática definida pelo primeiro aditivo;

- os recursos oriundos do Contrato de Empréstimo nº 917-OC/BR também seguiriam as definições do primeiro aditivo;

- refere-se a "recursos não transferidos" utilizados pela Sefa para pagamento do empréstimo anterior do Paraná Urbano e mantém a responsabilidade do órgão gestor no que se refere à 16ª e 17ª parcelas de pagamento.

Este Quarto Termo Aditivo inova ao determinar que os ingressos financeiros relativos ao retorno do Pedu, a partir de 01/03/01 até o seu encerramento, acrescidos de valor equivalente a parcela de nº 11 da amortização do Contrato de Empréstimo junto ao BID, a ser transferido em 23/05/01, seriam utilizados juntamente com recursos do Tesouro, pela Sefa, para a liquidação integral do empréstimo do Paraná Urbano.

Determina, ainda, que os retornos do PPU e os do FDU somente poderão ser destinados, exclusivamente, ao estabelecido na Lei nº 8.917/88, na manutenção do Paranacidade e no processo de integralização de capital da Agência de Fomento do Paraná S.A., como se esta não fosse, desde o início, a destinação legal destes recursos.

Da leitura das atas de reunião da Diretoria Executiva deste período, depreende-se o empenho do diretor de Administração e Finanças do Paranacidade na defesa da integridade do FDU, manifestada pela insistência em que este Quarto Termo Aditivo fosse melhor amparado juridicamente.

Este diretor então, após diligenciar junto às Secretarias de Estado competentes, apresentou minuta de decreto, que se acredita ser a do Decreto nº 4.136, de 23 de maio de 2001, que adotou os termos deste quarto aditamento.

Através dos registros contábeis do Paranacidade, foi detectada a transferência ao Tesouro do Estado de R\$ 17.528.560,01, ocorrida em 24 de maio de 2001, identificada como *"transferência conforme cláusula do quarto Aditivo firmado em 2 de abril de 2001"*.

Sobre este valor não encontramos menção nas atas da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, mas chama atenção a afirmação do diretor de Administração e Finanças, da necessidade de lei a legitimar o Decreto, ainda que não se tenha referência sobre qual ponto específico deste Decreto se referia, como carecedor de deliberação legislativa, em que pese se ter por certo que ao Fundo de Desenvolvimento não competia o pagamento do empréstimo feito junto ao BID, relativo ao Programa Paraná Urbano I.

O Quinto Termo Aditivo, firmado em 21 de novembro de 2001, inaugurou novo programa a ser financiado pelo FDU, o Programa de Valorização Cultural, instituído pelo Decreto nº 4.905, de 29/10/01. Este Decreto foi precedido do de nº 4.310, de 27/06/01, que dispôs que "O FDU poderá alocar diretamente recursos em planos, programas, projetos, ações e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano."

Alocar diretamente significa investir diretamente os recursos, sem formalização de empréstimo e, portanto, sem retorno.

Diante das características do Programa de Valorização Cultural, de não se adequar perfeitamente às finalidades do FDU, este Decreto evidentemente exorbitou sua competência regulamentar, desrespeitando a lei aprovada nesta Casa, que definia os destinos possíveis do FDU, e privilegiava seu caráter de investimento em órgãos municipais, e não de investidor em programas estaduais de natureza cultural.

É importante ressaltar que esta Programa de Valorização Cultural, implantado em 2001 através de decreto, teve sua execução iniciada no mesmo ano e estendeu-se, ainda, pelo exercício de 2003, sem que tenha havido sua inclusão no Plano Plurianual, conforme determina a Constituição Federal, em seu artigo 167, parágrafo 1º.

Ainda este quinto aditamento determinou que o FDU disponibilizaria para a Secretaria da Fazenda, o valor de R\$ 39.800.000,00, assumindo esta o compromisso de suplementar orçamentariamente o Fundo, em R\$ 42.631.000,00, que seriam utilizados para implementação do referido Programa de Valorização, acrescentando que tais investimentos poderiam compor a contrapartida local do Programa Paraná Urbano II.

Determinou também que os desembolsos do valor a ser suplementado, ocorreriam em cinco parcelas mensais e iguais, a partir de 20/01/02.

O Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, datado de 25 de junho de 2002, limitou-se a incluir os recursos do Contrato de Empréstimo nº 1.405-OC/BR, firmado em 03/07/02, para financiamento do Programa Paraná Urbano II, na autorização para que fossem depositados diretamente na conta especial do gestor, denominada Paranacidade/FDU/BID.

Refira-se que este segundo Contrato de Empréstimo firmado com o BID, admitiu que os investimentos do FDU no Programa de Valorização Cultural fossem levados à conta da contrapartida estadual do empréstimo, desde que satisfeitas certas condições, explicitadas em tópico pertinente.

Por sua vez, a Lei nº 13.614, de 5 de junho de 2002, que autorizou a contratação desta nova operação de crédito externo junto ao BID, para implementação do "Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II", não faz qualquer menção autorizatória da inclusão do Programa de Valorização Cultural no Paraná Urbano II.

De outro lado, é esclarecedora a autorização expressa do parágrafo único de seu artigo 4º, de que "o referido serviço, entendido como o total de juros, encargos e amortizações, decorrente da dívida a ser contratada, ficará sob a responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU, gerido através do Paranacidade e/ou devolução do capital subscrito da Agência de Fomento do Paraná S.A.

A autorização para que o FDU suportasse o ônus do empréstimo nesta nova lei, válida a conclusão anterior relativa à ilegalidade perpetrada pelos decretos governamentais que transferiram ao FDU a obrigação de pagamento do primeiro empréstimo, destinado ao Programa Paraná Urbano I.

O Sétimo Termo Aditivo, de 20 de agosto de 2002, referia-se especificamente à nova composição decorrente do não cumprimento, pelo Estado, do desembolso em cinco parcelas iguais de suplementação orçamentária, prometida no Quinto Aditivo.

O Oitavo Termo Aditivo relaciona-se a duas das cinco parcelas mencionadas, sem identificar quais, mas explicitando seu valor em dólares (US\$ 7,098,686.02), e determina que seriam utilizadas pela Sefa para pagamento de parte dos juros, comissão de crédito e amortizações do Contrato de Empréstimo nº 1.405-OC/BR. Este Termo Aditivo não foi datado, constando, contudo, que foi levado a registro no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, em 15 de janeiro de 2003, portanto, após o encerramento do mandato do Governador e do Secretário que firmaram o aditivo.

O mesmo ocorreu relação ao Nono Termo Aditivo, levado a registro no mesmo ofício e na mesma data acima citada, e que determina que:

"O valor a ser transferido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no corrente mês, equivalente a US\$ 12.841.457,95 (doze milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete dólares e noventa e cinco centavos) ficará retido na Secretaria de Estado da Fazenda-Sefa, que assumirá o compromisso de liquidar as parcelas dos juros, comissões de créditos e amortizações do Contrato de Empréstimo nº 1.405/OC/BR, firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em 03/07/02, até perfazer o montante acima mencionado."

Por fim, foram identificadas transferências do FDU para o Tesouro do Estado, no valor de R\$ 16.000.000,00 em 20 de dezembro de 2002 e de mais R\$ 1.586.045,00 em 27 de dezembro de 2002, conforme documentos assinados pelo Diretor de Administração e Finanças, Sr. Sérgio José Ferreira de Souza, sem indicação de finalidade e sem que se constataste nos Termos Aditivos o reconhecimento destes débitos do Tesouro para com o FDU.

Fica, em face do exposto, evidenciada a imprestabilidade do Contrato de Gestão, seja pelo seu não cumprimento por parte do Estado do Paraná, seja pela sua

submissão total às determinações do chefe do Executivo, ainda que contrárias à lei.

Deve ser ressaltada, ainda, a total e absoluta liberalidade na determinação da aplicação dos recursos do FDU, em detrimento de sua finalidade e características, tudo propiciado pela gestão privada destes recursos, cujo detalhamento de aplicação sequer constada lei orçamentária anual, muito embora estes atos, em um dado momento, devam ser considerados válidos, uma vez que gozam da presunção de legitimidade, por estarem em sua maioria, amparados pela Lei nº 11.498/96, cuja constitucionalidade ainda se encontra sob exame do Poder Judiciário.

Obteve-se junto ao Paranacidade o seguinte Quadro de Recursos Retidos na Sefa, atualizados até 28/02/01, em tese amparados pelo artigo 14 do Decreto nº 3.736/97 e Aditivos ao Contrato de Gestão, considerando-se os exercícios de 1995 até 1999, num total de R\$ 211.157.746,37.

Em 2001, como já apontado, ocorreram as transferências de R\$ 30.000.000,00 em 2 de janeiro e de mais R\$ 39.800.000,00 conforme previsto no Quinto Termo Aditivo, de 21 de novembro daquele ano. Deste último valor, que deveria ser devolvido atualizado através de suplementação orçamentária correspondente a R\$ 42.631.000,00, em cinco parcelas iguais e mensais, constatou-se o retorno de R\$ 25.578.200,00, sendo que o restante, R\$ 14.221.800,00, conforme Oitavo Aditivo de Contrato de Gestão, foi retido na Sefa para pagamento de parcela do Programa Paraná Urbano II.

Do resumo destas transações entre o FDU e o Tesouro, atualizado até 28/02/01, deduz-se que entre valores ilegalmente retidos na Sefa e aqueles recursos transferidos, também ilegalmente, pelo Paranacidade ao Tesouro, houve o prejuízo ao Fundo de R\$ 242.810.655,99, sendo que deste total somente R\$ 77.036.981,72 foram efetivamente utilizados como pagamento ao BID, que como já foi ressaltado não cabiam ao FDU.

No entanto, falta acrescer a este valor R\$ 17.528.560,00, previstos no Quarto Termo Aditivo; a diferença de R\$ 14.221.800,00, relativa ao não cumprimento integral ao Quinto Termo Aditivo e mais a transferência ocorrida em dezembro de 2002, no valor de R\$ 17.586.045,01, o que leva a R\$ 292.147.060,00, o total do FDU utilizado irregularmente no período investigado, sem atualização a partir de 28/02/01.

Por fim, chama-se atenção novamente aos termos do Nono Aditivo que acusa a retenção de US\$ 12,841,457.95 pela Sefa e assunção pela mesma do compromisso de liquidar as parcelas dos juros, comissões de crédito e amortizações do Contrato de Empréstimo nº 1.405-OC/BR, firmado em 03/07/02, donde se conclui que este valor sequer capitalizou o Fundo.

Retomando-se as considerações sobre aplicação dos recursos não reembolsáveis, ou a fundo perdido, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, além dos investi-

mentos no Programa de Valorização Cultural, cuja aceitação pelo BID como contrapartida local ao Programa Paraná Urbano II ainda se encontra pendente de solução, identificamos mais dois projetos que oneraram o FDU, a saber:

- Arquivo Público em ata da reunião da Diretoria Executiva do Paranacidade nº 38/98, de 16 de novembro de 1998, o Diretor de Administração e Finanças "informou que a Secretaria de Estado da Administração-SEAD, não transferiu para o FDU, os recursos destinados à fiscalização e supervisão da obra do Departamento Estadual de Arquivo Público, e que, em consequência disto, o Paranacidade, para que não houvesse interrupção do andamento da obra, está lançando mão dos recursos do FDU para honrar os referidos compromissos, atendendo determinação do superintendente."

Através do orçamento da SEAD, verificou-se no Anexo V, a previsão para construção para sede própria do Departamento Estadual de Arquivo Público, a ser suportada com recursos da Fonte 50.

Indagado pela CPI sobre a regularização do FDU pela SEAD, o referido Diretor, Sr. Wilmar Prochmann afirmou não lembrar se o débito continuava pendente. No entanto, nos relatórios do Paranacidade fica evidenciado que o FDU acabou por incorporar esta despesa, sem que a SEAD tenha repassado os valores devidos, dispendendo neste projeto aproximadamente R\$ 4.000.000,00, caracterizando sua aplicação como fundo perdido.

- Projeto Costa Oeste esta irregularidade está melhor caracterizada diante do que consta da ata de nº 13, da reunião da mesma Diretoria Executiva, em 8 de abril de 1999, onde o mesmo diretor informou que: "Com o fechamento do Balanço de 1998 e a conciliação dos recursos do Paranacidade/FDU, retidos pela Secretaria de Estado da Fazenda-Sefa, identificou uma diferença de R\$ 650.000,00 que, sendo oriundos do Estado e destinados ao custeio do Projeto Costa Oeste, deveriam ser repassados através da Fonte 00. Ocorre que a Sefa, ao final do exercício, procedeu alterações orçamentárias, sem o conhecimento da Sedu e do Paranacidade, passando o referido valor para a dotação do FDU Fonte 41, o que torna a operação irregular já que o Fundo só aplica seus recursos como empréstimo e não a *Fundo Perdido*, como a mesma passou a se caracterizar."

O total de gastos do FDU com este Projeto, segundo demonstrativo do Paranacidade, foi de R\$ 760.200,40, no exercício financeiro de 1997.

Estes dois projetos, desviados dos fins do FDU, reafirmam o excesso de liberdade com que o Fundo foi administrado, uma vez apartado das normas constitucionais relativas às finanças e orçamento públicos.

ASPECTOS CONTÁBEIS DO PARANACIDADE E DO FDU

Sob o aspecto contábil, a seguinte análise pode ser feita a respeito do FDU:

É gerido pelo Paranacidade, cujas receitas determinadas pela Lei de Criação seriam aquelas necessárias a administração do Fundo, e que elegeu para o registro dos atos e fatos da entidade um sistema contábil mercantil, tendo com base a sugestão da própria lei, ao tratá-lo como Pessoa Jurídica de Direito Privado.

Entretanto, no que se refere ao Fundo de Desenvolvimento Urbano/FDU, o Paranacidade fez a mesma opção, contrariando as disposições constitucionais e as da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, a qual determina para os Fundos Especiais, o que segue:

"Art 1º - Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração, controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Município e do Distrito Federal;

...

Art. 71 - Constitui Fundo Especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam a realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação;

Art. 72 - A aplicação de receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através da dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais;

Art. 73 - Salvo determinação em contrário da Lei que o institui, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo;

Art. 74 - A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente."

O professor Heraldo da Costa Reis tece comentários à Lei Federal nº 4.320/64, dentre os quais podemos destacar:

"- A Constituição do Brasil veda a vinculação do produto da arrecadação de impostos a determinado órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as suas próprias disposições (artigo 167, inciso IV);

- O fundo é uma exceção ao princípio da unidade de tesouraria, sobre o que dispõe o artigo 56 desta lei;

- São características dos fundos especiais, de acordo com o estabelecido no artigo 71:

Receitas especificadas o fundo especial deve ser constituído com receitas específicas, instituídas em lei ou outra receita qualquer, própria ou transferida, observando-se quanto a estas as normas de aplicação estabelecidas pela entidade beneficente;

Vinculação à realização de determinado objetivo ou serviço ao ser instituído, o fundo especial deverá vincular-se à realização de programas da Administração, cujo controle é feito através dos orçamentos e contabilidade próprios. A lei que instituir o fundo especial deverá dispor sobre as despesas que serão financiadas pelas receitas.

Normas peculiares de aplicação a lei que instituir o fundo especial deve estabelecer ou dispor sobre a destinação dos recursos;

Vinculação a determinado órgão - a lei que instituir o fundo especial deve estabelecer ou dispor a que órgão o fundo deverá ficar vinculado."

No que se refere ao artigo 72 da citada lei, temos que:

O dispositivo visa, evidentemente, evitar o arbítrio na aplicação indiscriminada dos recursos financeiros destinados aos fundos, provenientes de receitas a eles vinculadas por lei, obrigando que tais aplicações se façam, sempre, através de dotação consignada na lei de orçamento ou em créditos adicionais.

Aliás, é importante ressaltar que os fundos especiais deverão ter os próprios orçamentos em que se demonstrem as respectivas origens e aplicações dos recursos, que integrarão o orçamento geral da entidade.

O plano de aplicação é de suma importância para a Administração, porque é a partir dele que se toma conhecimento do que se pretende realizar e dos objetivos a alcançar, assim como se exercem as atividades de acompanhamento, controle e avaliação da execução.

Diante de todo o exposto fica evidenciado que o sistema contábil adotado para registrar os atos e fatos do Fundo de Desenvolvimento Urbano está em desacordo com a determinação legal, que impõe para os Fundos a contabilidade pública instituída pela Lei Federal nº 4320/64, inclusive seus orçamentos deverão fazer parte integrante do SIAF, que controla as finanças do Estado do Paraná.

Observa-se que a previsão de transferência do FDU, na sua totalidade para o Paranacidade, conforme consta nas Leis Orçamentárias anuais, e a sua gestão conjunta com recursos do BID, sem que se dê destaque aos valores do FDU que caracterizam a contrapartida aos contratos de empréstimo internacionais, e ainda, quanto destes recursos seriam destinados a programas financiados pelo FDU "puro", isto é, a parcela que não é reservada como contrapartida àqueles empréstimos, traz sérias dificuldades no que se refere à verificação dos recursos que estão sendo aplicados neste ou naquele programa.

Exemplo deste assertiva são os convênios firmados com o Município de Curitiba, à época do Paraná Urbano I, este co-financiado com recursos do BID, através do Contrato de Empréstimo nº 917-OC/BR, o qual expressamente vedou que Curitiba fosse contemplada com estes recursos.

Da leitura dos referidos convênios, que somados atingiram R\$ 60.000.000,00, constata-se o que segue:

"O presente convênio tem por objeto estabelecer os compromissos entre as partes signatárias para implementação de projetos e atividades voltados ao desenvolvimento urbano municipal, em conformidade com os princípios estabelecidos pela legislação do desenvolvimento urbano e Contrato de Empréstimo nº 917-OC/BR, firmado com o BID em 23/05/96."

É de se admitir, à primeira vista, que se tratam de recursos FDU/BID, mesmo dos registros internos do Paranacidade constam em relação a estes Convênios discriminação de Projeto-PPU e Projeto-PPU/FDU.

Todavia, o Contrato de Empréstimo firmado entre o Município de Curitiba e o Banestado, não faz menção aos recursos do BID. Depoimentos e explicações obtidas junto aos técnicos do Paranacidade levam a admitir a hipótese de erro na elaboração dos documentos ou de inexistência de controles individualizados dos vários recursos geridos.

Inobstante as demonstrações de que não se tratavam de recursos do BID, portanto não integrantes do Paraná Urbano I, se analisado o total do empréstimo feito a Curitiba no período, comparativamente ao demonstrativo de receitas do FDU indicados no final deste tópico, verifica-se que tais empréstimos correspondem a cerca de 10% dos ingressos do FDU, considerados os recursos externos, o que denota inegável favorecimento à Capital, inclusive pela falta de contrapartida local.

Escrituração Contábil

O registro dos atos e fatos, tanto do Fundo de Desenvolvimento Urbano quanto do Paranacidade, são escriturados mediante a utilização do mesmo sistema informatizado de contabilidade, locado de empresa especializada em sistemas contábeis mercantis.

Em nosso exame foi possível constatar que para a contabilidade do Paranacidade, o software empregado não apresenta óbice, entretanto em relação ao Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, tal sistema não atende as necessidades, uma vez que deveria contar com contabilidade pública em conformidade com Lei Federal nº 4.320/64.

A legislação exige que a empresa registre suas atividades em livros contábeis, sendo obrigatório o Livro Diário e auxiliar o Livro Razão, tais livros, quando se trata de sistema informatizado, devem ser encadernados e registrados junto ao órgão competente da empresa.

O Paranacidade porém, não vem emitindo nenhum desses livros contábeis por motivo de economia, mantendo apenas a escrituração informatizada. Entretanto, a ausência da emissão desses documentos contábeis deixa os registros contábeis sem a devida autenticidade, pois não demonstra responsabilização dos atos e fatos registrados, sem contar a falta de autenticação desses livros junto ao órgão competente, podendo acarretar a impossibilidade de imputar possíveis desmandos dos administradores responsáveis à época.

Somente o registro informatizado não supre a necessidade de autenticidade e poderá portanto, vir a desqualificar a contabilidade, tornando-a sem efeito.

Exames Realizados

Na avaliação da CPI Paranacidade/FDU, considerou-se como período de maior vulnerabilidade os exercícios de 2001 e 2002, quando o Governo deveria envidar todos os seus esforços no sentido de promover a gestão fiscal, de acordo com a Lei Complementar nº 101, notadamente no que se refere ao término do mandato do governador no ano 2002.

Nessa linha foram examinadas as despesas e receitas do período mencionado, visando aferir sua legalidade, efetividade, economicidade e eficácia. Não foram encon-

tradas evidências claras de irregularidades na origem e aplicação dos recursos, **ao menos em termos de registros contábeis.**

Também foi atribuída ênfase especial nos desembolsos realizados pelo Paranacidade, na execução do Programa de Valorização Cultural, analisado em tópico específico.

Durante o período em que o FDU foi gerenciado pelo Paranacidade, houve um ingresso de recursos da seguinte ordem:

ANO	L.O.A.	L.O.A. ATUALIZ.	RECEITAS				TOTAL/ANO
			PRAM	PEDU	FDU	PPU	
1997	245.070.959	244.186.959	4.849.445,57	41.605.939,81	5.930.502,10	4.538.089,99	6.968.977,47
1998	208.925.959	208.973.960	2.500.444,50	41.310.832,83	9.237.975,29	11.169.162,05	64.218.414,67
1999	333.335.846	333.335.846	380.297,00	31.874.155,00	16.386.430,00	23.447.177,00	72.088.059,00
2000	193.640.800	216.512.025	-	21.596.095,63	24.099.145,92	67.903.777,59	113.599.019,14
2001	137.093.900	155.508.900	-	21.522.534,31	34.741.864,18	99.327.401,30	155.591.799,79
2002	214.374.190	267.487.924	-	21.898.342,68	40.088.322,04	108.200.919,40	170.187.584,12
2003	221.524.600	231.524.600	-	5.432.398,45	13.995.580,06	34.563.446,33	53.997.424,84
TOTAL GERAL							686.651.279,03

Integração do FDU à Agência de Fomento

O conjunto normativo que rege o Fundo de Desenvolvimento Urbano, desde sua gênese até o momento de sua integração a Agência de Fomento do Paraná, e mesmo após este ato, assemelha-se a um emaranhado de leis e decretos, aparentemente desordenados e que guardam um liame entre si pelo fato de tratarem daquele Fundo, de uma forma ou de outra.

Instituído pela Lei nº 8.917/88, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.192/89. Já então, ao arrepio da lei instituidora, que silenciava a respeito do emprego de recursos não reembolsáveis já que por sua natureza o Fundo tinha caráter rotativo, ou seja, retroalimentava-se com o retorno dos empréstimos concedidos e com as operações de crédito externas estabeleceu o parágrafo 3º do artigo 3º do Regulamento aprovado pelo decreto citado, que o Fundo poderia aplicar até 40% dos resultados líquidos auferidos no exercício financeiro anterior na concessão de empréstimos e subempréstimos a título de recursos não reembolsáveis. Tal liberalidade, por si só, já comprometia a taxa de retorno na razão proporcional.

Entretanto, o FDU seguiu se capitalizando com os retornos do PrAM, acrescidos de US\$ 100.000.000,00 provenientes do empréstimo contraído para financiamento do Pedu, ao qual também instituiu a Lei nº 8.197, e demais formas de aumento de seus recursos, previstas em lei.

Posteriormente, a Lei nº 11.213/95 aumentou os recursos do FDU, acrescentando-lhes a quantia de US\$ 249.000.000,00, para a implementação do Programa Paraná Urbano.

Então, o FDU era vinculado à Sedu, que tinha como órgão auxiliar em sua relação com os Municípios a Famepar, na condição de gestor do Fundo. Deve ser lembrado que o FDU, quando de sua constituição, tinha entre seus objetivos o de criação de um fundo rotativo que permitisse manter o fluxo de investimentos na área do Desenvolvimento Urbano (artigo 1º, V, do Regulamento) e o faria empregando recursos no financiamento de planos, programas, projetos e atividades, através dos Municípios e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo (artigo 1º do Decreto nº 5.192/89).

Então, já em 1996, o Governo do Estado decidiu instituir uma pessoa jurídica de direito privado com o principal objetivo de gerir os recursos do FDU. Sobreveio outra inovação quando a Lei nº 11.498/96, que instituiu o Paranacidade, ao tempo em que destinou a este a gestão do FDU, permitiu-lhe financiar despesas correntes que, evidentemente, são destinadas a custeio e não a investimentos.

Deixando de lado as falhas do Paranacidade, comentadas em outro ponto deste Relatório, seguiu o FDU financiando a contrapartida das ações custeadas com recursos externos e, paralelamente, financiando dire-

tamente projetos relacionados ao desenvolvimento urbano.

Quase que concomitantemente, o Governo do Estado decidiu instituir, pela Lei nº 11.741/97, a Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., sob cuja responsabilidade ficou o Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, bem como a Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A., das quais absorveu ativo e passivo, direitos e obrigações, e cujos objetivos eram apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado e a concessão de capital fixo e de giro associado a projetos no Paraná.

Pela Lei nº 12.419/99, a Agência teve sua denominação alterada para AFP-Agência de Fomento do Paraná S.A. e seu objetivo ampliado, passando também a prestar garantias em operações admitidas pela legislação federal e pelas normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Estava então criado um novo instrumento de fomento, em substituição ao Badep e ao Banestado. Porém, no ano de 2000, foi editada a Lei Complementar Federal nº 101, também chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que no seu artigo 35 impôs vedações a empréstimos entre entes da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente e, com isso inviabilizou-se a continuidade do FDU quanto ao financiamento das ações municipais e de órgãos da administração estadual.

Tais circunstâncias obrigavam a um novo arranjo institucional no Estado, para resolver o problema da vedação que alcançava os municípios paranaenses, maiores beneficiários dos empréstimos do FDU. Premido pelos fatos, o Governo do Estado, por esta mesma lei, integrou o FDU à Agência de Fomento que, num primeiro instante, passaria a financiar as ações voltadas ao desenvolvimento urbano, preenchendo a lacuna legal criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta quadra dos acontecimentos, o Paraná mantinha a responsabilidade pela execução de tais ações e, para que esta dualidade fosse possível, seria necessário um detalhamento a ser baixado em ato conjunto deste com a AFP, segundo previsão legal e que, pelo nosso conhecimento, nunca veio a ser elaborado.

A lei instituidora da Agência de Fomento, conforme foi dito, estabeleceu seus objetivos através do artigo 3º e, no parágrafo único deste, impôs o percentual de 25% dos seus recursos para o financiamento das micro, pequenas e médias empresas instaladas no território paranaense. Posto que os recursos eram a soma do FDE, da Carteira de Desenvolvimento do combalido Banestado e, agora também, os do FDU, é certo que tratava-se de um montante considerável.

Porém, três meses após a integração do FDU à Agência de Fomento, que deu-se em julho de 2001, o Poder Executivo editou a Lei nº 13.282, de 22/10/01, que dispunha que os recursos do FDU, quando integralizando a AFP, seriam aplicados através das municipalidades e

não integrariam a base de cálculo estabelecida no parágrafo único da retro citada Lei. Ocorre aqui uma aparente contradição entre a Lei integradora do FDU à Agência, que o fazia de forma absoluta, e esta última Lei, que discernia entre aqueles recursos somente quando integralizassem o capital da AFP.

A conclusão a que se pode chegar, a partir da interpretação deste conjunto normativo, é a de que o Governo, ao integrar o FDU à Agência de Fomento, num primeiro momento, comprometeu seus recursos em ações genéricas de alcance social, mas que não tinham relação direta com a política de desenvolvimento urbano. Para corrigir esta situação que inviabilizava a correta utilização daqueles meios, editou um segundo diploma normativo que alterava a base de cálculo dos 25%, com a exclusão do FDU.

Porém, resta uma dúvida: se os recursos integrados à Agência de Fomento eram movimentados em registros próprios, destacados, e se cada parcela era voltada a um fim diverso, então se torna imperceptível o real motivo da edição deste segundo diploma.

Fica patente que as ações eram meramente corretivas, numa tentativa de superar problemas causados pela absoluta ausência de uniformidade e homogeneidade no planejamento conjunto dos rumos administrativos, a médio e longo prazos.

Este ponto de vista é corroborado pela análise dos fatos que circundaram a integração do FDU à AFP. A Lei nº 13.227/01 foi encaminhada pela Mensagem nº 019/01, de 12 de junho daquele ano e, na exposição de motivos o governador do Estado justificava sua iniciativa com o argumento de que o Governo Federal havia equiparado, por via da Medida Provisória nº 2.139-64, de 27 de março de 2001, as agências de fomento a instituições financeiras.

A bem da verdade, a citada Medida Provisória, até hoje em tramitação (não convertida) era reedição consecutiva que se originou na Medida Provisória nº 1.556-10, de 9 de maio de 1997, já então de conhecimento pleno do Governo Estadual, vez que foi mencionada na lei que permitia refinanciamento da dívida interna. A Medida Provisória nº 2.139-64 trata de incentivos à redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, mediante a privatização dos bancos estatais, sua extinção ou a transformação destes em agências de fomento.

O conteúdo das medidas provisórias reeditadas sucessivamente está claramente relacionado com as dívidas assumidas pelos Estados, por ocasião do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97, cuja dificuldade de adimplemento levou a circunstâncias que redundaram na privatização de bancos estaduais e na edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo o exposto, normas equiparadoras das agências de fomento a instituições de crédito já existiam desde 1997, não sendo somente em 2001 que foi possível

o arranjo institucional invocado como justificativa para integração do FDU, levado a efeito pelo Poder Executivo.

A interação das ações pode ser vista exatamente no exame do emaranhado normativo objeto desta análise. A situação financeira negativa em que os Estados dentre os quais o Paraná se colocaram ao longo do tempo, levou o Poder Executivo a tomar medidas, em dezembro de 1997, através da Lei nº 11.961, objetivando promover o refinanciamento da dívida de responsabilidade do Estado, no montante de R\$ 1.460.000.000,00, além demais R\$ 840.000.000,00 destinados ao saneamento do Banestado e à assunção de passivos deste junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil. Posteriormente, este último valor foi alterado para R\$ 3.750.000.000,00, em nova lei.

É evidente que a esta altura dos acontecimentos, já havia sido selada a privatização do Banco e a transferência do papel de instrumentalização das políticas de desenvolvimento à Agência de Fomento do Paraná.

Ocorre que, exatamente a ausência de planejamento foi que estabeleceu a aparente confusão normativa citada inicialmente, mas serviu a um propósito secundário e subjacente, que foi o de dar sobrevida ao Paranacidade.

O Governo, após ter integrado atente-se para o sentido da palavra o FDU à Agência de Fomento, deu-se conta de que diminuiriam as chances de sobrevivência do Serviço Social Autônomo, na medida em que os recursos do Fundo poderiam diluir-se dentro do conjunto gerenciado pela Agência. Este ponto de vista é deduzido, como premissa verdadeira, do conteúdo das atas de reunião do Conselho Administrativo e, principalmente, da Diretoria Executiva do Paranacidade.

A constante apropriação de recursos do FDU pelo Tesouro, a utilização destes para saldar o serviço da dívida contraída com as operações de crédito externas diga-se de passagem, contrariamente às disposições legais a concessão de subempréstimos a título de recursos não reembolsáveis, investimentos diretos e tantas outras circunstâncias análogas, denotadoras do mau uso destes meios, acabaria por inviabilizar o FDU, levando-o ao esvaziamento e, conseqüentemente, à sua extinção, com o que também não se sustentaria a existência do Paranacidade.

Acima de tudo, o que se observa é uma constante ampliação das ações financiadas com recursos do FDU, sem o devido respaldo legal e, em contrapartida, a diminuição de seus componentes retroalimentadores, propiciada pelo aumento do uso de seus recursos a título não reembolsável.

Dentre estes casos, verifica-se a concessão de recursos para obras como a da reforma do Arquivo Público do Estado, que consumiu recursos da ordem de aproximadamente R\$ 3.840.000,00, ou a elaboração de projetos para o "Projeto Costa Oeste", cujo montante atingiu R\$ 760.200,40, somente para viabilização dos Jogos da Natureza (que são objeto de CPI específica), e todos os demais gastos incluídos no Programa de Valori-

zação Cultural. Tais despesas, custeadas com recursos do FDU, porém sem a realização de contrato de empréstimo que viabilizasse seu retorno financeiro ao Fundo, indicam a concessão de recursos não reembolsáveis e, em grande número, impossíveis de serem consideradas como contrapartida em operações de crédito externas.

Um exemplo patente de projeto de cunho duvidoso, sob o aspecto de indicadores de desenvolvimento humano, é o denominado "Programa 399 Ruas", que pretendeu estender a todos os Municípios paranaenses o conceito de local marcante da urbe, a exemplo da "Rua das Flores" em Curitiba. Dito programa consumiu, somente em elaboração de projetos arquitetônicos, o montante de R\$ 521.213,25 e conduziu os Municípios à assunção de obrigações decorrentes de financiamentos junto ao FDU, em percentuais que variavam entre 80 e 100% das obras, no total de R\$ 4.084.281,78.

A questão que se coloca, a esta altura, é a da relação custo/benefício x necessidades básicas da população, considerando-se a escassa oferta de serviços sociais básicos como educação, saúde, segurança pública e outros mediatos, como transportes, geração de empregos e melhoria dos níveis de circulação regional de riquezas.

Isto tudo é denotativo de ideologias absolutamente dissociadas da realidade social que permeia o Paraná, as quais encontram-se despidas do espírito que deve nortear a conduta dos agentes públicos em geral, na consecução dos interesses públicos aos quais colocam-se a serviço. Buscar perfeição na conduta, seja pública ou privada, tem se demonstrado uma utopia, vez que é próprio da natureza humana a falha de retidão, em maior ou menor grau.

Porém, é obrigação daqueles que conduzem os destinos do Estado, na condição de agentes de um poder que lhes é outorgado, abstraírem-se ao máximo de suas expectativas pessoais e subjetivas, para darem cabo de sua missão de forma impessoal e atingirem os objetivos superiores da expectativa geral.

Esta análise, ainda que perfunctória, a respeito do FDU e do Paranacidade, deve ser considerada em conjunto com as demais que são procedidas no presente Relatório, servindo para embasar as conclusões finais e suas indicações.

PROGRAMA PARANÁ URBANO

Em fevereiro de 1996, o Governo Estadual já havia instituído, através do Decreto nº 1.603, o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Paraná Urbano (que para fins de identificação neste Relatório, será denominado Paraná Urbano I), a ser financiado:

1. pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
2. pela contrapartida do Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU
3. por empréstimos concedidos pelo Estado do Paraná, com recursos do Fundo

de Desenvolvimento Urbano - FDU, aos municípios e órgãos estaduais elegíveis.

Este programa foi destinado ao financiamento de projetos em áreas prioritárias para o desenvolvimento urbano e ao aperfeiçoamento da infra-estrutura municipal, tendo como componentes:

1 - Subprograma de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional, que prevê:

- a contratação de serviços de consultoria para apoiar ações de desenvolvimento e fortalecimento institucional dos municípios, órgãos estaduais e associações de municípios, assim como para a execução, acompanhamento e avaliação do Programa;

- a contratação de serviços de auditorias financeiras e de gestão do Programa, a nível municipal e estadual.

2 - Subprograma de Investimentos, que inclui os seguintes componentes:

- apoio ao pequeno e microprodutor;
- serviços sociais;
- serviços básicos.

Sendo financiadas por este componente:

- a execução das atividades de elaboração de projetos, supervisão, acompanhamento e fiscalização das obras a serem executadas;

- a reabilitação, ampliação e construção de obras de responsabilidade municipal e estadual elegíveis pelo Programa;

- a aquisição de bens, serviços e equipamentos necessários a melhoria das Administrações Estadual e Municipais, visando melhorar o desempenho administrativo e fiscal.

O **Paraná Urbano I** teve como participantes:

1) o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

2) o Estado do Paraná, através dos seguintes órgãos:

a) Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

b) Secretaria de Estado da Fazenda;

c) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

d) Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado; e

e) Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Sema/ Instituto Ambiental do Paraná

- IAP.

Foram considerados órgãos elegíveis do Programa:

a) Secretaria de Estado da Saúde - Sesa/Instituto de Saúde do Paraná - ISEP;

b) Companhia Paranaense de Energia - Copel;

c) Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar;

d) Federação dos Municípios do Estado do Paraná - Femupar;

e) Associações de Municípios Paranaenses;

f) Municípios elegíveis;

g) Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano FDU.

O empréstimo obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, autorizado pela Lei nº 11.213 de dezembro de 1995, foi firmado em 23.05.1996 Contrato nº 917/OC-BR no valor de US\$ 415,000,000.00 (quatrocentos e quinze milhões de dólares), sendo sua origem assim dividida:

- US\$ 249,000,000 BID, e

- US\$ 166,000,000 Estado do Paraná.

Os termos e condições da execução do **Programa Paraná Urbano I**, financiado com estes recursos, estão fixados no respectivo Regulamento Operativo que adota os seguintes critérios de elegibilidade de projetos:

1- Subprograma de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional

A. Componente de desenvolvimento Institucional

B. Componente de Fortalecimento Institucional

2- Subprograma de Investimentos

A. Apoio ao Pequeno e Microcomputador Indústria

- Barracão Industrial

Comércio

- Barracão Comercial

- Pavilhão Comercial

Produção Agropecuária

- Secador de Grãos

- Terminal de Calcário

- Unidade de Processamento de Produtos

Agropecuários

- Matadouro

- Câmara Frigorífica

B . Serviços Sociais Focalizados

Atendimento Social

- Creche

- Centro de Apoio ao Trabalhador Volante CATV

- Centro Convivência do Idoso CCI

- Centro do PIÁ

- Equipamentos e Veículos

Cultura/ Lazer e Esporte

- Praça

- Centro Cultural

- Miniginásio

- Quadra de Esportes

Saúde

- Centro de Saúde

- Posto de Saúde

- Hemocentro

- Laboratório

- Central de Medicamentos

- Farmácia Comunitária

- Hospital Regional

- Cesta Básica de Medicamentos

- Equipamentos e Veículos

C. Serviços Urbanos Básicos

Iluminação

- Iluminação de Vias Urbanas

- Lig-Luz Urbano

Sistema Viário

- Pavimentação de Vias Urbanas
- Ponte/ Viaduto
- Transporte
- Terminal Rodoviário Intermunicipal TRI
- Terminal de Transporte Urbano TTU
- Equipamentos Rodoviários
- D. Saneamento e Meio Ambiente
- Controle do Meio Ambiente Urbano
- Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
- Recolocação de Assentamentos Humanos
- Controle de Erosão Urbana
- Drenagem
- Saneamento
- Microssistemas de abastecimento de água
- Tratamento/ Rede de água
- Coleta/ Tratamento de Esgoto
- Sistema Alternativo de Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Sistemas de Resíduos Sólidos
- Equipamentos e Veículos

No que se refere aos entes participantes, o Regulamento Operativo excluía, dentre os municípios elegíveis, o de Curitiba, e dentre os órgãos estaduais elegeu a Secretaria de Estado da Saúde - Sesa, a Sanepar e a Copel.

O Programa Paraná Urbano I teve seu termo final, oficialmente, em 23/04/01.

PARANÁ URBANO II

Através do Contrato de Empréstimo nº 1405/OC-BR, aprovado pelo BID em 5 de junho de 2002, foi iniciado o Programa Paraná Urbano II. Este Programa atinge um total de recursos da ordem de US\$ 166.7 milhões, sendo US\$ 100 milhões com origem no BID e US\$ 66.7 milhões de contrapartida local, com período de amortização de 25 anos e carência de quatro.

O Paraná Urbano II foi estruturado para financiar os seguintes subprogramas e componentes:

1. Administração e Supervisão (US\$ 4 milhões)
2. Investimentos Diretos (US\$ 161,7 milhões)
 - a. Desenvolvimento Municipal (US\$ 11 milhões)

(I) Fortalecimento do Paranacidade;

(II) Fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (RETIRADO);

(III) Fortalecimento institucional dos Municípios, Associações de Municípios e da sociedade civil;

b. Modernização de gerenciamento e financiamento na esfera de bens culturais públicos (US\$ 22 milhões)

c. Investimentos em infra-estrutura básica municipal (US\$ 128,7 milhões)

Programa de Valorização Cultural

Instituído pelo Decreto nº 4.905 de 29.10.01 o Programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná, deveria ser implementado com recursos do Fundo Estad-

ual de Desenvolvimento Urbano - FDU, prevendo a sua utilização como contrapartida local ao **Programa Paraná Urbano II**, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Por força deste mesmo decreto, a execução do Programa ficou a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, através do Serviço Social Autônomo - Paranacidade, autorizado a firmar convênios, ajustes e acordos, de tudo dando ciência ao governador, bem como a efetuar a contratação dos projetos, das obras, serviços e demais procedimentos e ações necessárias a sua implementação, e efetuar a realização das despesas.

Estranhamente, através do Decreto nº 6.172 de 22.08.02, é definido que *"Fica o Ecoparaná responsável pela administração e gerenciamento de atividades relacionadas ao Programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná, e outras, que lhe forem repassadas pela Secretaria de Estado da Cultura, mediante Contrato de Gestão, na forma da Lei"*.

Através do Decreto nº 6.171 de 22.08.02, já com algumas obras em andamento, foram elencadas as obras e serviços integrantes deste programa:

- Museu de Arte do Paraná
- Museu Paraense Curitiba
- Canal da Música Curitiba
- Cine Teatros: Andirá

Apucarana

Arapongas

Campo Mourão

Castro

Guaíra

Ibaiti

Jacarezinho

Lapa

Loanda

Londrina

Morretes

Pananavaí

Ponta Grossa

Rio Negro

União da Vitória

- Edifícios Emblemáticos: Antonina

União da Vitória

Paranaguá

Guaraqueçaba

- Recantos da Estrada da Graciosa: Morretes

- Estações Náuticas: Antonina

Guaraqueçaba

Guaratuba

Paranaguá

Pontal do Paraná

- Reestruturação de Centros Históricos: Paranaguá

Antonina

Morretes

- Parque da Ciência: Pinhais

- Divulgação da Cultura Paranaense, qualificação e treinamento de artesãos.

Quando das investigações a respeito deste Programa específico que logo de início chamou a atenção dos membros da CPI em razão de diversos aspectos, dentre os quais ressaltam: o volume de gastos efetuados somente em um exercício, ainda que determinadas despesas tenham ultrapassado um exercício financeiro; as irregularidades cometidas em procedimentos administrativos e a possibilidade de superfaturamento, somente para citar alguns foram detectados sérios indícios de ilegalidades e irregularidades, que são objeto dos itens a seguir expostos:

Instituição de Programa de Governo sem Inclusão no Plano Plurianual

A propósito da implementação do Programa de Valorização Cultural, instituído pelo Decreto nº 4.905, de 29/10/01, constata-se que este dispõe que:

"Art. 1º. - Fica instituído o Programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná, a ser implementado com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, os quais poderão vir a ser utilizados como contrapartida local do Programa Paraná Urbano II, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Art. 2º. - A execução do Programa ficará a cargo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, através do Serviço Social Autônomo - Paranacidade, ficando o mesmo autorizado a firmar convênios, ajustes e acordos, de tudo, dando ciência ao governador, bem como efetuar a contratação dos projetos, das obras, serviços e demais procedimentos e ações necessárias a sua implementação, e efetuar a realização das despesas.

Art. 3º. - As obras realizadas no âmbito do Programa de que trata este decreto, passam a integrar o Circuito Cultural do Estado do Paraná."

Tendo em consideração que o Contrato de Empréstimo nº 1.405/OC-BR, que veio remunerar o Paraná Urbano II, somente foi celebrado em 05/06/02, tem-se que o Programa de Valorização Cultural foi iniciado com quase setemese de antecedência em relação à sua fonte de recursos, mas o Decreto já autorizava a Paranacidade a efetuar as despesas correspondentes ao citado Programa.

Efetivamente, as despesas iniciais relacionadas com este ocorreram já no mês de outubro de 2001, vindo a terminar ao final de 2002, em sua grande maioria.

Deve ser esclarecido que o estabelecimento do Programa de Valorização Cultural, por meio de decreto, não guarda qualquer vinculação com lei anterior, tratando-se de flagrante edição de "regulamento autônomo", prática vedada constitucionalmente.

A propósito de comandos constitucionais, verifica-se que a Constituição Federal dispõe:

"Art. 167 - São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

Não se constata, do exame do Plano Plurianual, ou mesmo da produção normativa editada durante todo este período, a existência de qualquer alteração, aqui posta em seu sentido formal, que tenha autorizado a realização de tal investimento, com o que fica estabelecida a absoluta inconstitucionalidade de tais investimentos.

MUSEU OSCAR NIEMEYER

Comentários Iniciais

A abordagem do processo licitatório do Museu Oscar Niemeyer, tanto no que diz respeito à licitação e elaboração dos projetos, quanto à execução das obras, será relativamente breve, haja vista tal análise estar sendo elaborada pelo Tribunal de Contas do Paraná, através da CAT/CAOCI, cujo relatório encontra-se em fase final de redação e, certamente, fará uma completa análise técnica e jurídica, dispensando comentários adicionais.

Saliente-se, inicialmente, que o serviço de fundação (cavação de estacas pré-moldadas) executado pela empresa Kravasolo Fundações S/C Ltda., no valor final de R\$ 136.612,00, segundo depoimento do empresário Carlos de Loyola e Silva, em data de 10/06/03, não foi executado adequadamente, tendo havido a necessidade de realização de serviços complementares, resultando em um grande valor aditado, com a perda do que foi pago pelos serviços iniciais.

Quanto ao orçamento dos serviços licitados pelo Paranacidade, o mesmo se divide em diversos contratos, embora esta CPI tenha optado por analisar os custos da reforma do prédio existente e da construção do edifício anexo ("Olho"). Para proceder a esta avaliação, foi solicitado que a Secretaria de Estado de Obras Públicas SEOP/Decom, se manifestasse a respeito, de modo a dispormos de um parâmetro aceitável, tendo aquele Órgão encaminhado as seguintes análises, a saber:

1- REFORMA DO PRÉDIO EXISTENTE:

Os técnicos da SEOP/Decom conseguiram orçar apenas R\$ 419.791,96 dos serviços constantes da Planilha do processo original (proposta da empresa), de conformidade com os preços do Paranacidade. Cabe

esclarecer que o restante dos serviços não foi orçado, em razão da impossibilidade ocasionada pelo tempo já decorrido, o que fez com que tais preços não pudessem ser estabelecidos com acuidade. A preços máximos do Decom (R\$ 329.209,88 = tabela normal + BDI de 30%), considerando-se a diferença do adicional devido ao ritmo da obra, que acresceu 5,45% ao valor acima, resultou um valor final de R\$ 347.136,11, em valores não atualizados, para abril de 2002, época do certame licitatório.

Atualizando-se os preços para a época do certame, através da variação do CUB (custo unitário básico da construção), tem-se um acréscimo de 11,74%, resultando num orçamento final de R\$ 387.876,44, ou seja, uma diferença a menor de 8,23% do valor orçado pela construtora, que foi de R\$ 419.791,96. Conclui-se que a obra, segundo os preços possíveis de avaliar, ficou 8,23% mais cara que o preço máximo, atualizado pelo CUB, segundo a tabela do Decom.

2 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO

Os técnicos da SEOP/Decom conseguiram orçar apenas R\$ 4.583.091,37 dos serviços constantes da Planilha do processo original (proposta da empresa), conforme similaridade de preços do Paranacidade, pelos mesmos motivos acima expostos. A preços máximos do Decom (R\$ 2.810.509,31 = tabela normal + BDI de 30%), considerando-se a diferença do adicional devido ao ritmo da obra, que adicionou 3,38% ao valor descrito, resultou num montante final de R\$ 2.905.638,34, a valores não atualizados, para maio de 2002, época do certame licitatório.

A preços atualizados para a época do certame, através da variação do CUB (custo unitário básico da construção), tem-se um acréscimo de 11,87%, resultando num orçamento final de R\$ 3.250.461,93, ou seja, uma diferença a menor de 41,0% do valor orçado pela construtora, que foi de R\$ 4.583.091,37. Também aqui conclui-se que a obra, segundo preços possíveis de avaliar, ficou 40,0% mais cara que o preço máximo, atualizado pelo CUB, segundo a tabela do Decom.

Elaboração dos Projetos do Museu Oscar Niemeyer

Preliminarmente à descrição procedimental da contratação, propriamente considerada, cabe tecer breves comentários a respeito das circunstâncias que envolveram os atos.

De plano, cumpre ressaltar que, conforme consta do Memo 156/CPR/DO/2003, datado de 18/09/03, a contratação da empresa "Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda." não atendeu ao fluxo ordinário que seguiam os demais processos análogos no Paranacidade.

Sem estabelecer-se julgamento de valor sobre o contratado e sua equipe, é de ser lembrado que na condição de contratante, se coloca um órgão conforme largamente apregoados, de caráter paraestatal relacionado

ao interesse do Estado e, conseqüentemente, público, donde a inevitável conclusão de que deveria tratar a todos com quem fosse de relacionar de modo absolutamente equidistante, concretizando o princípio da impessoalidade, o que aqui não ocorre. Presseguindo, esclarece o memorando interno acima citado, declarando que o procedimento teve início na área jurídica da Sedu, após negociações iniciais entre as partes. Segue afirmando que não foi solicitada a preparação de Termo de Referência, sendo considerada a proposta de serviços da contratada como documento norteador da contratação.

Pela proposta de preços em questão, datada de 01/10/01, o escopo dos serviços seria composto de projetos de arquitetura, e de instalações, conforme vai a seguir especificado:

"A Arquitetura

1 - Estudo preliminar: solução arquitetônica proposta com maquete na escala 1:200

2 - Anteprojeto

3 - Projeto Executivo

4 - Detalhamento e especificações

B - Estrutura

1 - Plantas de Forma

2 - Plantas de Fundação

3 - Armadura da Fundação até o topo da Mezoestrutura

4 - Armadura da Superestrutura

C - Instalações

1 - Projetos básicos compreendendo todas as plantas e memoriais necessários à completa definição da obra

2 - Projetos executivos detalhamento, especificações e protocolo das concessionárias, para aprovação dos projetos de:

Elétrica: iluminação e força

Hidráulica: água potável, águas pluviais, drenagem e esgoto

Gás liquefeito de petróleo - GLP

Ar condicionado: água gelada central com termoacumulação, climatização, ventilação mecânica e câmaras frigoríficas

Rede estruturada: telefone voz, informática - dados

Segurança

Tradução simultânea: relógio elétrico - som - circuito fechado de TV

Instalações de prevenção e combate a incêndio: sprinkles automáticos, hidrantes, extintores, sinalização de saída e portas corta-fogo

Deteção e Alarme

Supervisão predial."

Prevista a mesma proposta os seguintes custos:

1. Projeto de arquitetura	R\$ 497.760,00
2. Maquete	R\$ 11.000,00
3. Projetos estruturais	R\$ 248.000,00

4. Projetos de instalações complementares R\$ 130.000,00
5. Visitas técnicas R\$ 51.300,00

O item IX da proposta, denominado "Observações", faz referência ao fato de que as sondagens deveriam ser fornecidas até 20 dias antes da data estabelecida para entrega dos projetos de fundações. Estas, também pela proposta, estavam definidas para serem entregues em 15 dias após a assinatura do contrato, que se deu em 22/10/01.

Conforme o contrato firmado, o objeto compunha-se da "prestação de serviços técnicos profissionais especializados para execução de :

1. serviços preliminares;
2. projetos especializados em arquitetura;
3. projetos especializados de fundação e estrutura;
4. projetos de implantação arquitetônica;
5. orçamento e cronograma físico-financeiro para construção do edifício destinado ao Museu."

Objetivando a contratação para a elaboração dos Projetos Arquitetônico, Estrutural, Instalações e de Implantação Arquitetônica do Museu de Arte do Paraná (Museu Oscar Niemeyer), além de Visitas Técnicas, o Paranacidade, na data de 22/10/01, assinou o Contrato nº 036/01 com a empresa Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., (com prazo de execução de 90 dias), no valor de R\$ 938.060,00, e vigência de 120 dias.

Até a data de 21/06/02, foram editados três termos aditivos ao contrato, conforme segue:

1º Termo aditivo firmado em 15/01/02 prorrogou o prazo de execução da obra por mais 90 dias.

2º Termo aditivo firmado em 05/04/02 prorrogou o prazo de execução da obra por mais 210 dias.

3º Termo aditivo firmado 21/06/02 aditou serviços, resultando na alteração do valor do projeto em R\$ 95.000,00, totalizando R\$ 1.033.060,00.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES

O Paranacidade procedeu a contratação de outros projetos a seguir relacionados, conforme valores correspondentes:

EMPRESA	OBJETO	VALOR (R\$)
Sondagel Sond. Geológicas Ltda.	Consultoria Técnica e Sondagens	2.227,40
Agritec S/A	Levantamento Topográfico	1.890,00
Agritec S/A	Levantamento Topográfico	8.600,00

Costa Carnieri Consultoria	Elaboração do Lay-out (PGE)	30.000,00
Brasil Arquitetura S/C Ltda.	Projeto Museográfico e Paisagismo	130.965,00
Oswaldo Miranda	Projeto - Programação Visual	85.000,00
Base Sete Projetos Culturais	Projeto - Conceituação e Estruturação	599.600,00
SOMA		858.252,40

EXECUÇÃO DAS REFORMAS DO PRÉDIO EXISTENTE DO MUSEU

Examinando o processo de execução das obras, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 5.648.091,21 (Contrato nº 045/02), na data de 25/04/02, sendo contratada a empresa SIAL Construções Civis Ltda, vencedora do certame, que contou com a participação das empresas Construtora Abapan Ltda. e Formato Construções Ltda., tendo sido esta última desclassificada.

Saliente-se que em 03.06.02 o Paranacidade, através de Memorando C-038/DO/2002, fez a exclusão do item "Ar Condicionado", no valor licitado de R\$ 1.514.857,46, reduzindo assim a meta física. Igualmente, salienta-se que através de Termo de Cessão Parcial do Contrato nº 45/02, celebrado entre a SIAL Construções Civis Ltda. e a Cesbe S/A Engenharia e Empreendimentos, com anuência do Paranacidade, foi cedido pela primeira à segunda o montante de R\$ 799.280,83, conforme planilha anexa ao termo.

Foram editados seis termos aditivos ao contrato, sendo **quatro** com a empresa SIAL e **dois** com a empresa Cesbe, assim discriminados:

1º Termo Aditivo firmado 25/07/02 suprimiu (R\$ 1.514.857,46, referente ao item "Ar Condicionado") e aditou serviços (R\$ 619.262,00), resultando na alteração do valor da obra, a menor, em R\$ 895.595,54, totalizando R\$ 4.752.495,67.

2º Termo Aditivo, firmado 06/09/02 substituiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 1.608.818,70, totalizando R\$ 6.361.314,37.

3º Termo Aditivo firmado em 03/10/02 prorrogou o prazo de execução da obra para até 15/12/02.

4º Termo Aditivo firmado 05/11/02 substituiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 107.479,30, totalizando R\$ 6.468.793,67.

1º Termo Aditivo ao Termo de Cessão Parcial do Contrato firmado 04/11/02 substituiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra cedida em R\$ 1.200.719,60, totalizando R\$ 2.000.000,00.

2º Termo Aditivo ao Termo de Cessão Parcial do Contrato firmado 19/12/02 aditou serviços, resultando na

alteração do valor da obra cedida em R\$ 1.601.613,79, totalizando R\$ 3.601.613,79.

Os Termos Aditivos firmados elevaram o valor inicial da obra em **143,64%**.

Foram realizadas para a SIAL 11 medições, nas datas de: 12/06/02, 04/07, 26/07, 15/08, 12/09, 20/09, 02/10, 22/10, 11/11, 22/11 e 13/12. Também foram realizadas para a Cesbe três medições nas datas de: 20/10, 12/11 e 19/12.

EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO ANEXO DO MUSEU (OLHO):

Após exame do processo de execução da obra, observa-se que a obra foi licitada tendo sido anulado o primeiro processo (valor proposto muito acima do sugerido sendo que o menor valor foi de R\$ 19.711.126,96, da empresa Construtora Gautama Ltda.), e que para esta foi elaborada a solicitação de novas propostas de preços, quando a empresa Cesbe S/A apresentou a proposta de R\$ 16.894.370,75, sendo novamente desclassificadas as propostas apresentadas.

Posteriormente houve a Adjudicação Direta, e na data de 08/05/02 a empresa Cesbe S/A Engenharia e Empreendimentos firmou o contrato 050/02, no valor de R\$ 12.525.000,00, lembrando que do valor acima foi excluído o item "ar condicionado" inicialmente previsto com o valor de R\$ 2.000.000,00.

Foram editados quatro termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

1º Termo Aditivo firmado 22/07/02 suprimiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 968.819,38, totalizando R\$ 13.493.819,38.

2º Termo Aditivo firmado 15/08/02 aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 1.236.924,74, totalizando R\$ 14.730.744,12.

3º Termo Aditivo firmado 22/07/02 suprimiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 896.098,85, totalizando R\$ 15.626.842,97.

4º Termo Aditivo firmado em 03/10/02 prorrogou o prazo de execução da obra em 30 dias.

Os Termos aditivos firmados elevaram o valor inicial da obra em 24,76 %.

Foram realizadas 13 medições nas datas de: 05/06, 07/06, 04/07, 24/07, 06/08, 26/08, 06/09, 19/09, 08/10, 24/10, 09/11, 21/11 e 18/12.

EXECUÇÃO DO AR CONDICIONADO DO ANEXO DO MUSEU DE ARTES DO PARANÁ

Examinando o processo de execução das obras relativas ao Sistema de Ar Condicionado, observa-se que os serviços foram licitados pelo valor global de R\$ 4.850.000,00 (Contrato 072/02), na data de 24/07/02, sendo contratada a empresa Damiani Soluções de Engenharia Ltda, vencedora do certame.

Como já foi dito, o Paranacidade, através de Memorando C-038/DO/2002, encaminhado à empresa SIAL Construções Cíveis Ltda., fez a exclusão do item "Ar Condicionado", no valor licitado de R\$ 1.514.857,46, reduzindo, assim, a meta física inicial.

Igualmente salienta-se que no contrato por Adjudicação Direta firmado entre o Paranacidade e a empresa Cesbe S/A - Engenharia e Empreendimentos, também foi excluído o item "Ar Condicionado" inicialmente cotado no valor de R\$ 2.000.000,00.

Pelo exposto observa-se que, inicialmente, o item "Ar Condicionado" somava, a valores orçados pelo Paranacidade, a quantia de **R\$ 3.514.857,46**.

Foram editados quatro termos aditivos ao contrato, da seguinte forma:

1º Termo Aditivo firmado 16/10/02 suprimiu e aditou serviços resultando na alteração do valor da obra, em R\$ 1.141.109,88, totalizando R\$ 5.991.109,88.

2º Termo Aditivo firmado em 31/10/02 prorrogou o prazo de execução da obra para até 10/12/02.

3º Termo Aditivo firmado em 19/11/02 substituiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 70.114,63, totalizando R\$ 6.061.224,41.

4º Termo Aditivo firmado em 09/12/02 prorrogou o prazo de execução da obra para até 18/12/02.

Os Termos aditivos firmados elevaram o valor inicial da obra em 24,97%.

Com isto, o valor da obra saltou de R\$ 4.850.000,00 para R\$ 6.061.224,41, valor exagerado e que denota a aquisição de projetos falhos ou incompletos e, ao final, prejudiciais do ponto de vista da economicidade.

Saliente-se que foram realizadas para a SIAL, durante os cinco meses de execução das obras, 12 medições nas datas de: 13/08/02, 28/08, 12/09, 23/09, 07/10, 10/10, 17/10, 30/10, 07/11, 20/11, 05/12 e 16/12/02.

Com respeito aos aditivos realizados durante a execução das obras, especificamente nestes tipos de contrato, cabe ressaltar que tornam-se meios utilizados para suprirem necessidades oriundas de casos fortuitos ou fatos imprevisíveis, ou também, como hipótese mais plausível no exame em epígrafe, **de omissões ou falhas de previsão nos projetos**.

Assim sendo, é de se entender ter ocorrido possível aquisição de projetos falhos ou incompletos, podendo ser considerados como maus projetos, que geraram aditivos, elevando o valor da obra em todas as situações em que incidiram.

Observa-se que todos os Contratos acima mencionados continham, na Cláusula Décima Quarta Parágrafo 2º, a seguinte disposição:

"A FISCALIZAÇÃO procederá mensalmente, a contar da formalização deste contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, ..."

Conforme foi demonstrado, houve medições feitas, na maioria das vezes, em duas oportunidades dentro do mesmo mês, em uma prática não prevista contratual-

mente e que demonstra favorecimento financeiro, por parte do Paranacidade, aos fornecedores.

CONTRATAÇÃO COM A EMPRESA BASE 7

PARTE I - Protocolo nº 211, de 24/07/02 (Paranacidade)

Com a Portaria nº 046/SUP/02, data de 16 de julho de 2002, o superintendente do Paranacidade, Roberto Dimas Vasconcelos Del Santoro, criou uma Comissão Especial de Licitação com o objetivo de proceder à Convocação Geral nº 39/2002. O ato baixado anteriormente à abertura do processo licitatório, além do aspecto formal relacionado à ordem dos procedimentos em si, demonstra que todo o conjunto de irregularidades existentes no assunto em comento já era prática comum no Paranacidade.

Os procedimentos voltados à abertura do processo licitatório iniciaram-se com o Memorando nº 077/DO/2002, datado de 18/07/02, em que o diretor de operações, senhor Jerônimo Meira, solicitou ao superintendente a necessária autorização para a realização do certame, mediante custo estimado de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Ressalte-se que a data de autorização é posterior à da Portaria acima mencionada, implicando no fato de que tratava-se de simulação.

Através da Convocação Geral nº 39/2002, o Paranacidade emitiu Edital, também em 18/07/02, na modalidade citada, com o objetivo de contratar serviços de "Elaboração de projeto completo de conceituação e estruturação de instituição museológica, em forma de procedimentos, programas informatizados (aplicativos e utilitários) e atividades de treinamento para o Museu de Arte do Paraná."

Foi estabelecida a data de abertura das propostas para 12/08/02, às 14:00 horas, portanto a 25 dias do prazo inicial.

Duas empresas retiraram o edital, em 25/07/02, sendo a primeira a "Base 7 Projetos Culturais Ltda." de São Paulo e a segunda a "Three Tools Informática Ltda." de Curitiba, sendo que esta última, segundo declarações tomadas em depoimento pela CPI, não participou do certame, em razão da inviabilidade de avaliação técnica do edital, bem como em razão das exigências ali contidas.

A proposta apresentada pela Base 7 previa: "preço global, fixo e sem reajustes, de R\$ 579.600,00, com prazo de execução de 135 dias, contados da assinatura do contrato".

Este instrumento, por sua vez, tomou o nº 90/02 e foi celebrado em 15/08/02.

Sem considerar-se a legalidade dos procedimentos licitatórios, que é objeto de avaliação própria, temos que a licitação assume todas as características de ter sido dirigida, somente com a leitura dos itens do edital que

exigiam que os profissionais de museologia e de administração de empresas tivessem, ambos, um mínimo de dez anos de experiência na gerência de exposições e projetos culturais de grande porte e na área cultural, respectivamente. Seria dizer que a própria Administração Pública, mesmo tendo um órgão afeto à cultura e diversos museus já em funcionamento, não dispõe de capacidade para organizá-los e mantê-los, tendo de buscar no mercado alguém com competência.

Somente estes requisitos já elidem o constante da Lei Federal nº 8.666, que dispõe:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;" (grifamos)

Evidentemente que, ao determinar no edital uma exigência absolutamente descabida, com relação à experiência profissional de dois membros de uma equipe de trabalho, fica patente o direcionamento imprimido ao certame licitatório.

Este fato, adicionado à aproximação cirúrgica com que a proposta de preços vem atender ao constante da planilha de custos, é outro indício de que houve conluio quando da confecção do edital, denotando dolo no trato de questões relacionadas com a *res publica*.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que a publicidade desta "licitação" foi feita somente no jornal Folha de Londrina, que não pode ser tido propriamente como um jornal de grande circulação, ainda mais para uma convocação que se pretenda geral.

Em 18/11/02, foi celebrado um termo aditivo ao contrato anteriormente firmado, que acresceu novos serviços e elevou o montante contratual a R\$ 599.600,00, portanto mais aproximado ainda por exatos R\$ 400,00 dos valores constantes da planilha de custos. A propósito desta, é interessante ressaltar que a mesma encontra-se engastada entre as páginas 2 e 3 do processo licitatório, sem contar com numeração própria, denotando ter sido ali inserida posteriormente, vez que não poder-se-ia justificar erro de numeração logo no início de um procedimento.

A tabela a seguir apresenta as datas constantes do termo de referência e as medições efetuadas para fins de remuneração:

Fase	Itens	Data de entrega(*)	Medição	%	Data da Medição	Valor Pago
1ª	2.1 e 2.2	15.09.2002	1	25	15.08.2002	R\$ 144.900,00
2ª	2.3, 2.4 e 2.5	15.10.2002	2	15	19.09.2002	R\$ 86.940,00
3ª	2.6	15.11.2002	3	15	10.10.2002	R\$ 86.940,00
4ª	2.7 e 2.8	15.12.2002	4	10	20.11.2002	R\$ 57.960,00
5ª	2.9, 2.10 e 2.11	01.01.2003	5	14.50	13.12.2002	R\$ 20.000,00
			6	14.50	19.12.2002	R\$ 86.940,00
			7	19.33	20.12.2002	R\$ 115.920,00
			Totais	113.33		R\$ 599.600,00

(*) prevista

Não pode deixar de ser notado que a Base 7, única empresa participante e, portanto, vencedora do certame, foi constituída em 18/06/02, somente a poucos dias do início do processo licitatório, tendo retirado o edital, segundo o recibo de entrega, em 25/07/02 e apresentou sua proposta com a quase totalidade dos documentos habilitatórios datados de 07/08/02.

Estranhamente, existe um documento apresentado pela Empresa em questão, que consta do Envelope 1 Habilitação Preliminar, mais precisamente o documento numerado como 12.4.4, denominado "Balanço Patrimonial", emitido pelo Escritório Contábil Orgatécnica Ltda. com sede na Rua da Consolação, 57, 3º and. cj. 31, na cidade de São Paulo/SP, assinado pelo técnico contábil Paulo Pombal Priosti e por Arnaldo Spindel, sócio gerente da Base 7, que é datado de 31/08/02, portanto com data dezoito dias **posterior** à própria abertura dos envelopes.

Os indícios de fraude à licitação em número exagerado para que sejam desconsiderados apontam para a existência de conluio, o que poderá ser corroborado da análise a seguir.

PARTE II - Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - Contratação com Inexigibilidade de Licitação

Através do Ofício nº 133/2002-GAB/SEAE, datado de 11 de novembro de 2002, o secretário especial para Assuntos Estratégicos, senhor Alexandre Fontana Beltrão, solicitou ao governador do Estado, Sr. Jaime Lerner, autorização para contratar a empresa Base 7 com inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, para os trabalhos de planejamento, organização e produção de exposições do então

denominado Novo Museu de Arte, Arquitetura e Cidade, mediante o pagamento da quantia de R\$ 1.628.750,00 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais), a serem pagos em duas parcelas: a primeira na assinatura do contrato e a última em 22/11/02.

Do Parecer nº 3.067, da Coordenadoria Técnico Jurídica da Secretaria de Estado do Governo, assinado por sua própria titular, Sra. Eluani Snége, consta que: *"Esclarece o secretário que a empresa Base 7, por ele escolhida para a realização das exposições, é, nos termos do Contrato nº 090/02, celebrado com o Paranacidade, a responsável pelos serviços técnico especializados para elaboração do Projeto Completo de Conceituação e Estruturação de Instituição Museológica, em forma de procedimentos, programas informatizados (aplicativos e utilitários) e atividades de treinamento para o Museu de Arte do Paraná, estando, portanto, credenciada para o trabalho pretendido."*

Depreende-se, portanto, que a motivação para a escolha foi a de que a Base 7 já estava prestando serviços à Administração, donde a conclusão de que estaria credenciada para o trabalho pretendido. Ocorre que, quando do depoimento do Sr. Alexandre Fontana Beltrão, respondendo à pergunta do relator desta CPI sobre se já conhecia os integrantes da empresa escolhida, asseverou que já os conhecia há muito tempo, desde que integravam a instituição Itau Cultural. Mais à frente, ainda em seu depoimento, o ex-secretário declarou ter recomendado a realização da licitação depreende-se que tenha sido a anterior e que deu-se a primeira contratação, sendo a segunda mera decorrência da realização dos trabalhos da primeira e de seu conhecimento pessoal com os integrantes da empresa.

A conclusão mais aceitável, em razão do conjunto dos elementos, é a de que ocorreu favorecimento ilícito, com dispêndio da ordem de R\$ 2.228.350,00 pagos à Base 7, aí considerados os valores provenientes do primeiro contrato, firmado com o Paranacidade, acrescidos destes outros, advindos do segundo contrato, firmado com a SEAE.

Afirma o ex-secretário, ainda em seu depoimento a esta CPI, que teria sido consultada outra empresa do ramo, mas que esta teria sido preterida por estabelecer exigência quanto a direitos autorais, o que foi considerado incabível.

Para custeio da dita despesa, foram utilizados recursos oriundos do DIOE Departamento de Imprensa Oficial do Estado, do Detran - Departamento de Trânsito do Paraná, do Serviço Social Autônomo Paranacidade e da Agência de Fomento do Paraná, concorrendo cada órgão, respectivamente, com as quantias de R\$ 523.000,00, R\$ 467.000,00, R\$ 345.750,00 e R\$ 293.000,00. Toda esta movimentação orçamentária constituir-se-á em comentários separados.

Em 12 de novembro, um dia após o pedido de autorização, foi celebrado o contrato com a Base 7, para a realização de exposições que se estenderiam de 22 de novembro de 2002 a 09 de março de 2003. No corpo do contrato, entretanto, consta da cláusula sexta que ocorreu autorização do Governador do Estado para realização de Termos de Cooperação Técnica e Financeira em 08 de novembro, três dias antes do próprio pedido de autorização para firmar-se o contrato. Estes termos foram celebrados no próprio dia 08 de novembro com o DIOE e Detran, no dia 11 de novembro com a Agência de Fomento do Paraná S.A. e no dia 12 do mesmo mês com o Paranacidade. Interessante seria que toda a Administração Pública funcionasse com a mesma celeridade.

Já no dia 13 de novembro, pela Ordem de Pagamento Normal a débito do DIOE, foram pagos os R\$ 523.000,00 iniciais, a serem creditados no dia 14, no Banco Sudameris, agência 0674, conta corrente 00184530001, de titularidade da Base 7. Posteriormente,

em 04 de dezembro, nova OPN debitou à SEAE, para pagamento em 05 de dezembro, a quantia de R\$ 629.168,75, também creditada à conta corrente descrita. Em outras palavras, já no início do mês de dezembro, menos de quinze dias após ter assinado o contrato, a Base 7 havia recebido quase que a totalidade de seus créditos, mesmo sem ter prestado todos os serviços previstos, o que não se constitui elemento de normalidade nos estágios da despesa, conforme determina a Lei Federal nº 4.320.

PARTE III - Movimentação de Recursos Orçamentários - Ausência de Autorização Legal e Desvio de Finalidade

Dotações orçamentárias utilizadas na movimentação orçamentária e financeira entre o DIOE, Detran e SEAE, para pagamento da Base 7, constantes da Lei Orçamentária Anual para 2002.

Detran: Dotação orçamentária - 3930.0000.2129; Elemento de despesa - 3390.3904;

39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

39.04 Serviços Técnicos Profissionais

Fonte 50 = Recursos Próprios

Projeto/Atividade

3930.0000.2129 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DO DETRAN

Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito. Dar continuidade as atividades típicas de gerenciamento administrativo e operacional a coordenação e controle de tráfego urbano, bem como ações programáticas de expansão, objetivando otimizar mecanismo estruturais, operacionais e gerenciais. Qualificar e dinamizar permanentemente os serviços prestados ao usuário prestados ao usuário do sistema de trânsito em particular e à comunidade em geral. Viabilizar outras ações focadas neste contexto que implementem e/ou ampliem a atuação do órgão, inclusive através da integração com outros órgãos públicos e organizações privadas.

Principais Metas ESTADO Metas Executivo	Quantidade
Integrar despachantes do Detran em seu escritório (despachante)	100
Treinar policiais que atuam na fiscalização do trânsito (treinamento)	1.000
Integrar serviços do Detran via internet (serviço)	5
Implantar Central 0800 voltada ao público	180
Implantar arrecadação eletrônica (sistema)	20
Credenciar clínica médica psicológicas (clínica)	200

Implantar sistema de avaliação teórica e prática dos condutores (mil)	600
Implantar processo Detran Digital (Ciretran)	44
Integrar Detran x Centro de Formação de Condutores (centro)	200
Realizar ação de trânsito com palestras, cursos e similares	15
Treinar educadores com elementos didáticos/teóricos/técnicos (professor)	500
Veicular informações vivenciando o trânsito (comunidade)	1.500
Realizar visitas - Detran vai à Escola (escola)	15
Realizar leilões de veículos (leilão)	20
Implementar projetos de digitação de documentos (projeto)	1
Dar continuidade ao processo de microfilmagem	1
Fiscalizar, inspecionar e auditar no âmbito da unidade integradas (auditoria)	50
Emitir licenciamento e certificado de registro de veículos e habilitação (CRLAV)	4
Realizar curso de direção e reciclagem para examinadores (curso)	50
Realizar auditorias nos centros de formação (auditoria)	150

DIOE: Dotação orçamentária - 4931.22662682.264; Elemento de despesa - 3390.3904; Fonte 50

39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

39.04 Serviços Técnicos Profissionais

Fonte 50 = Recursos Próprios

Projeto/Atividade

4931.22662682.264

SERVIÇOS DA INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORIAL

Produzir e distribuir os Diários Oficiais e o Diário da Justiça. Promover a impressão de livros, coletânea de

leis, decretos, mensagens, relatórios, orçamentos, cartazes, revistas, separatas, e outros opôsculos de interesse público. Sustentar e ampliar oficina própria para a execução dos serviços editoriais e gráficos necessários aos órgãos e entidades da administração pública. Executar serviços de terceiros exclusivamente no que se refiram a publicação de editais, avisos, balanços e matérias de obrigação legal. Intensificar o recebimento de matérias em meio digital para as publicações. Implantar e divulgar os serviços da Imprensa Oficial na rede mundial de computadores - "Internet". Elaborar estudo e projeto para a transformação do ordenamento jurídico do DIOE.

Principais Metas ESTADO Metas Executivo	Quantidade
Produzir o jornal Diário Oficial Executivo (exemplar)	400.000
Produzir o jornal Diário Oficial do Comércio, Indústria e Serviços (exemplar)	450.000
Produzir o jornal Diário Oficial da Justiça (exemplar)	740.000
Produzir o jornal Diário Oficial Atos do Município de Curitiba (exemplar)	15.000
Produzir impressos diversos (impressos)	995.000
Realizar cursos de capacitação técnica profissional	36
Realizar convênios/contratos com entidades públicas /eou privadas (convênio/contrato)	20

Em análise dos dois casos acima relatados, verifica-se que houve absoluta desobediência à Lei Orçamentária aprovada, uma vez que as dotações

orçamentárias utilizadas destinavam-se a fins completamente diversos. A Lei Federal nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, dispõe que:

"Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços." (grifamos)

O fato que chama atenção é o de que nenhum dos demonstrativos da Lei de Meios acima transcritos, aponta para a possibilidade de que estes órgãos estivessem envolvidos em uma atividade cultural como a examinada, demonstrando um absoluto desvio de finalidade, considerando-se ainda que dos respectivos Regulamentos não se verifica a possibilidade de tais ações.

Posto que a Administração Pública, por força de mandamento constitucional, está adstrita ao princípio da legalidade quando da prática de todos os seus atos, fica constata da uma grave ilegalidade, consubstanciada pela utilização de recursos em desacordo com a lei que os normatiza.

Outros dois órgãos da Administração Pública contribuíram também para a despesa acima descrita, a saber:

Paranacidade: Recursos próprios (Já comentado anteriormente)

Agência de Fomento do Paraná S.A.: recursos próprios, completamente desviados de sua finalidade estatutária.

OUTRAS DESPESAS RELACIONADAS COM O MUSEU

Contratação Da Brasil Arquitetura S/C Ltda.

Correspondência do arquiteto Oscar Niemeyer, datada de 25/01/02, exigiu a observância de requisitos contextuais na obra do Museu. Dando consecução às tratativas, foi encaminhada ao Paranacidade a proposta da contratada, Brasil Arquitetura S/C Ltda., datada de 29/04/02, propondo a prestação de serviços relacionados à definição de layout museológico.

Posteriormente, em 14/05/02, foi celebrado o Contrato nº 052/02-PRC, com o valor de R\$ 105.000,00 e prazo de execução de 180 dias, com vigência de 360 dias, ao qual foi estabelecido um Aditivo, em 12/09/02, acrescentando serviço no valor de R\$ 25.965,00, equivalente a 24.72%, majorando o valor inicial para R\$ 130.965,00.

Uma correspondência encaminhada pela contratada em 01/07/02, indicou a aquisição de elementos pré definidos, para composição da infraestrutura interna do Museu, conforme listagem anexada.

Nova correspondência do arquiteto Oscar Niemeyer, de 04/07/02, reconheceu que as opções de mobiliário, materiais e equipamentos indicados pela Brasil Arquitetura, estariam condizentes com seus requisitos;

indicava, ainda, que fossem fornecidos pelos fabricantes escolhidos pela contratada, os quais nominava.

Foi então emitido o Parecer nº 340/2002-PJU, juntamente com mais sete sub-pareceres, na data de 07/10/02, buscando justificar as dispensas de licitação na aquisição de bens, com valor estimado de R\$ 1.300.000,00, das seguintes empresas, cujos contratos coincidentemente foram todos firmados em 10/10/02, as quais forneceram mobiliário nos valores apontados abaixo:

Empresa	Valor
Associação Interartes ONG	R\$ 125.354,30
Qualitá Com. e Represent. Ltda.	R\$ 33.110,00
Escriba Ind. e Com. de Móveis Ltda.	R\$ 215.752,13
Fiberbás Represent. Com. Ltda.	R\$ 203.495,00
Marcenaria Baraúna Ltda.	R\$ 622.505,00
Tecnogeral Represent. Ltda.	R\$ 29.606,72
Eclética Com. de Móveis Ltda. ME	R\$ 61.449,84
Total	R\$ 1.291.272,99

Jamais se viu tamanha acuidade na previsão de gastos, do que a demonstrada pelo citado parecer jurídico, tampouco tamanha celeridade, a ponto de todos os contratos de fornecimento estarem assinados numa mesma data.

Não obstante isto, quando do exame dos catálogos encaminhados pela contratada juntamente com a correspondência que indicou o mobiliário e equipamentos, constatou-se que uma grande parte da mobília era de idealização dos sócios da Brasil Arquitetura, Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz.

Posteriormente, por oportunidade do depoimento deste último nesta CPI, foi ele questionado sobre tais fatos, ocasião em que declarou, expressamente, ser a empresa "Marcenaria Baraúna" de sua propriedade, e que a indicação desta estaria fundamentada no fato de ser um "laboratório de produtos". O que é constatável, é que o Paranacidade propiciava ótimos negócio a todos os envolvidos, independentemente de qual fosse o projeto em andamento, pouco atendendo a quaisquer impeditivos de economicidade ou de moralidade.

MUSEU PARANAENSE

Projetos de Ampliação e Reforma do Museu

No que concerne a contratação para a elaboração dos projetos de ampliação e reforma da edificação do Museu do Paraná, em Curitiba, o Paranacidade, na data de 30/11/01 emitiu o Memo 046/DO/2001, onde era solicitada autorização para proceder a licitação dos proje-

tos, com valores previstos em R\$ 120.500,00, custeados com recursos do FDU. Previa obras em área aproximada de 3.000 m², sendo 1.500 m² de reforma e ampliação e 1.500 m² de restauro, temos a informar o que segue:

Em 30/11/01 foi elaborado o Pedido de Cotação de Preços nº 013/01 - Paranacidade, para contratar os projetos, conforme o Termo de Referência em anexo, para abertura em 17/12/01.

Três empresas adquiriram o Edital: KMS Comunicação Visual de Projetos Ltda., Multtyarq Arquitetura e Informática, CAD - Station Arquitetura (Armando Luis Yoshio Ito).

Na data mencionada foi elaborada a Ata de Reunião de Recebimento e Abertura de Proposta com a participação das três empresas.

A menor proposta foi da empresa CAD - Station Arquitetura Ltda., com a desclassificação da KMS Comunicação Visual de Projetos Ltda., por ter apresentado documento do CNPJ com prazo de validade vencido.

Em 20/12/01 foi elaborado o Parecer nº 158/01, propondo a homologação, tendo sido, nesta mesma data firmado contrato com a empresa Armando Luis Yoshio Ito (com prazo de execução de 40 dias), vencedora do certame, no valor de R\$ 120.000,00.

Irregularidades Constatadas

Na data de 20/12/01 foi assinado o contrato nº 039/02 para a elaboração dos projetos.

Ressalte-se que, como em diversas outras oportunidades aqui relatadas, no "selo" dos desenhos (Pranchas) dos projetos Arquitetônico e de Prevenção Contra Incêndios, constam as datas respectivas de dez/01 e nov/01, ou seja, no nosso entendimento os projetos já se encontravam parcialmente prontos/concluídos, mesmo antes da Contratação dos mesmos e até mesmo da intenção de licitar (Memo 046/DO/2001, de 30/11/01).

Há de ser lembrado que constam como autores do Projeto Arquitetônico os profissionais arquitetos: Fernando Popp e Valéria Bechara, e como co-autores: Ana Balabuch, Christiane Martins e Gerson Staehler, sendo que os citados profissionais se declaram autores do mesmo, tendo recolhendo as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART.

Ressalte-se igualmente que, conforme consta da Cláusula Décima-segunda do Contrato "Da cessão do contrato", assim fica estipulado:

"A contratada não poderá ceder o presente contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica".

Estranha-se o fato da contratada receber por projeto elaborado por funcionários públicos, no exercício de suas funções.

Convém salientar que para elaboração do Projeto de Prevenção Contra Incêndios, é fundamental que antecipadamente exista o Projeto Arquitetônico concluído, para que posteriormente haja a possibilidade de arquitetura dos demais projetos acima mencionados.

É de se reparar que o Memorial Descritivo da Obra é comum aos dois projetos, embora elaborados por, teoricamente, empresas diferentes, em contratos diferentes.

Projetos de Restauro do Museu

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos de ampliação e reforma da edificação do Museu do Paraná, em Curitiba, o Paranacidade, na data de 30/11/01 emitiu o Memo 047/DO/2001, onde era solicitada autorização para proceder a licitação dos projetos, com valores estimados em R\$ 60.200,00, com recursos do FDU e área aproximada de 1.630,89 m²., temos a informar:

Em 30/11/01 foi elaborado o Pedido de Cotação de Preços nº 012/01 - Paranacidade, para contratar os projetos, conforme o Termo de Referência em anexo, para abertura em 17/12/01.

Três empresas adquiriram o Edital:

Albatroz Arquitetura, Construção e Restauro Ltda.

Adolfo Sakaguti Arquitetura e Consultoria S/C Ltda.

Ritter & Tonhosi Arquitetura Ltda.

Em 17/12/01 foi elaborada a Ata de Reunião de Recebimento e Abertura de Proposta com a participação das três empresas.

Na mesma data foi elaborada a Ata de Reunião, sendo a menor proposta a da empresa Albatroz Arquitetura, Construção e Restauro Ltda.

Em 20/12/01 após o Parecer nº 160/01 e homologação, foi assinado o Contrato nº 060/01 com a empresa vencedora (com prazo de execução de 45 dias), no valor de R\$ 58.093,00.

Irregularidades Constatadas:

Na data de 20/12/01 foi assinado o contrato nº 060/01 para a elaboração dos projetos.

Também aqui verificou-se que no "selo" dos desenhos (Pranchas) dos projetos arquitetônicos, composto de 30 pranchas, consta a data de 19/11/01, ou seja, denotando que os projetos já se encontravam prontos/concluídos antes da contratação dos mesmos, e até mesmo da intenção de licitar (Memo 047/DO/2001).

Também neste caso constam como autores do projeto arquitetônico os profissionais arquitetos: Fernando Popp e Valéria Bechara, e como co-autores: Ana Balabuch, Christiane Martins e Gerson Staehler, tendo os citados profissionais se declarado autores do mesmo, recolhendo as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART..

Repetidamente, neste caso, é aplicável a cláusula contratual que determina que:

"A contratada não poderá ceder o presente contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica"

Remove-se que o Memorial Descritivo da Obra é comum aos dois projetos, embora elaborados por, teoricamente, empresas diferentes, em contratos diferentes e

que é estranhável o fato da contratada receber por projeto elaborado por funcionários públicos, no exercício de suas funções.

Execução das Obras de Ampliação e Reforma do Museu

Examinando o processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 067/02, datado de 22/02/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 1.730.574,14 (Contrato 061/02), na data de 07/06/02, sendo contratada a empresa Construtora e Incorporadora Squadro Ltda., vencedora do certame.

Foram editados quatro termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

1. 1º Termo aditivo, firmado em 16/07/02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 46.792,39, totalizando R\$ 1.777.366,53.

2. 2º Termo aditivo, firmado 26/08/02, substituiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 290.390,17, totalizando R\$ 2.067.756,70.

3. 3º Termo aditivo, firmado 02/10/02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 93.181,31, totalizando R\$ 2.160.938,01.

4. 4º Termo aditivo firmado em 30/12/02, prorrogou o prazo de execução da obra por mais 60 dias.

5. Os Termos aditivos firmados elevaram o valor da obra em 24,87%.

O valor da obra foi elevado de R\$ 1.730.574,14 para R\$ 2.160.938,01, ou seja, com aumento de 24,87%.

Execução das Obras de Restauro do Museu

Examinando o processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 066/02 datado de 22/02/02, observa-se que os serviços foram licitados pelo valor global de R\$ 739.783,27 (Contrato 053/02), na data de 16/05/02, com a contratação da empresa Coenge Construções e Empreendimentos Ltda, vencedora do certame.

Até a data de 18/12/02 foram editados três termos aditivos ao contrato, relevando observar o seguinte:

1. 1º Termo aditivo, firmado em 16/07/02, suprimiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 35.823,97, totalizando R\$ 775.607,24.

2. 2º Termo aditivo firmado em 12/11/02, prorrogou o prazo de execução da obra por mais 60 dias.

3. 3º Termo aditivo, firmado 18/12/02, suprimiu e aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 21.418,30, totalizando R\$ 797.025,54.

4. Os Termos aditivos firmados elevaram o valor da obra em 7,74 %.

Também neste caso verificam-se as circunstâncias análogas ao contrato anterior, cabendo a conclusão de que houve repetição da possível aquisição de serviços, através de contrato, de projetos falhos ou incompletos, podendo ser considerados como maus projetos, que ger-

aram aditivos elevando o valor da obra de R\$ 739.783,27 para R\$ 797.025,54, ou seja, em 7,74 %.

CANAL DA MÚSICA

A respeito das obras de reforma do Canal da Música e dos inquestionáveis problemas que a cercam, entendemos por bem anexar a este relatório, dois pareceres que versam o assunto, o primeiro elaborado por Comissão Técnica instituída pelo Paranacidade e o segundo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado. Ao final de ambos, estamos comentando a situação.

"COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL CANAL DA MÚSICA PARECER TÉCNICO CURITIBA-2003

Apresentação

Em 4 de fevereiro de 2003, o Superintendente do Serviço Social Autônomo Paranacidade, por Ato Administrativo n.º 003/03, constituiu Comissão Técnica Especial de natureza transitória, composta por representantes, entre outros, dos seguintes órgãos da sociedade civil: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná - Crea-PR, Universidade Federal do Paraná, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Senge.

Tal Comissão foi destinada ao acompanhamento técnico executivo, supervisão e fiscalização das obras integrantes do Programa de Valorização Cultural instituídas pelo Decreto n.º 4905/2001.

Aspectos Legais

A União, Estados, Distrito Federal e Municípios e todos os órgãos que constituem a Administração Pública, têm por finalidade principal a satisfação de interesses públicos.

Para isso praticam uma infinidade de atos e estabelecem relações jurídicas, tendo por objeto, entre muitos outros, obras, serviços e compras.

O Estado não produz todos os bens que precisa para atender as suas necessidades, o que o leva a ter de recorrer ao setor privado, possibilitando com isso viabilizar a prestação do serviço público a que está obrigado.

Se o Estado tem de unir-se ao setor privado como condição para satisfazer o interesse público, como se efetua esta união?

É claro que a formação do vínculo não é ditada livremente pelo administrador, devendo desenvolver-se em estrita observância à lei.

É a partir da Constituição Federal que se deve enfrentar as questões do processo de contratação pública, como se verifica pela transcrição de dois preceitos constitucionais:

Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as

modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas do Governo, e empresas sob seu controle ". (Inciso XXVII do artigo 22)

E mais:

"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamentos, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (inciso XXI do artigo 37).

Com efeito, sendo desejo do legislador que a contratação pública seja uniforme em todo o território nacional, destaque-se que foi reservado à União a competência de fixar normas gerais, ficando os Estados, Distrito Federal e Municípios autorizados a tratar da matéria em termos normativos específicos.

O parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 8.666/93, que institui as normas gerais de licitação e contratos, indica que estão subordinados ao seu regime legal, além dos órgãos da administração direta, **os fundos especiais**, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (grifamos).

Uma vez prevista pela Lei Estadual 8.917/88 a instituição do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, e tendo a Lei Estadual n.º 11.948/96 que instituiu o Paranacidade previsto em seu artigo 9º, Item I, que o objetivo do Paranacidade é gerir o **Fundo de Desenvolvimento Urbano** criado pela Lei n.º 8.917/88, fica claro a subordinação desta entidade aos ditames estabelecidos pela Lei n.º 8.666/93

Dito isso, verifica-se que no Inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República está imposta a regra da adoção da licitação. A licitação é portanto, o procedimento que deve nortear e informar as contratações públicas, exceto nos casos especificados na legislação.

Atente-se que em matéria de contratação pública aplicam-se, além das normas de natureza constitucional, as ordinárias, verificando-se que neste plano vigora a Lei n.º 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores. Além dessa legislação, é possível encontrar leis editadas por outras pessoas jurídicas de Direito Público com capacidade política - Distrito Federal, Estados e Municípios, cada qual estabelecendo para si disciplina detalhada (**desde que não conflitante com as normas gerais consubstanciadas na Lei n.º 8.666/93**) em conformidade com o artigo 118 da Lei n.º 8.666/93 que dispõe que os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da Administração Indireta deverão adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao disposto nesta Lei (grifamos).

No presente caso, verifica-se graves conflitos entre o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo - Paranacidade e a Lei n.º 8.666/93, como o valor mínimo para instauração de processo licitatório estipulado pelo Regulamento de **R\$ 30.000,00** quando a lei prevê **R\$ 8.000,00**, diminuição de prazo para recursos de cinco para três dias (visando uma pretensa agilização processual), e a falta de previsão para impugnação de Edital. Ressalte-se, ainda, que o Regulamento de Licitações e Contratos do Paranacidade prevê um prazo de 30 (trinta) dias para publicação do aviso de licitação, enquanto que a lei n.º 8.666/93 prevê 45 (quarenta e cinco) dias, tratando-se de concorrência por empreitada integral (artigo 21, parágrafo 2º, I, b).

Constata-se, desta maneira, que o Regulamento contraria muitos requisitos e exigências estabelecidos no ordenamento jurídico que o rege que é a Lei n.º 8.666/93.

Sendo o Regulamento, na hierarquia das normas ato inferior à lei, não a pode contrariar, nem restringir ou ampliar as suas disposições. Só lhe cabe explicitar a lei, dentro dos limites por ela traçados.

O Regulamento de Licitações do Paranacidade constitui um ato administrativo geral e como tal sua ação é adstrita aos pressupostos estabelecidos pela norma legal para a sua validade. Desatendido qualquer requisito, compromete-se a eficácia da ação praticada, tornando-o passível de anulação.

Quanto a contratação do Projeto Arquitetônico para ampliação e readequação do Canal da Música, verifica-se que a mesma teve início através do Convênio n.º 001/2001, formalizado na data de 29 de outubro de 2001, entre o Paranacidade, representado na época pelo seu Superintendente Lubomir Antônio Ficinski Dunin e a Secretaria de Estado da Cultura representada pela Sra. Mônica Rischbieter, visando esse convênio a implementação do Programa de Revitalização Cultural do Estado do Paraná. O objeto do convênio tinha por finalidade estabelecer os compromissos entre as partes signatárias para contratação do Projeto Arquitetônico de ampliação e readequação do Canal da Música.

Pela Cláusula Terceira, Item I, do convênio, é de se verificar que competia à SEEC realizar todos os procedimentos legais para contratação do Projeto Arquitetônico da obra, na forma da legislação em vigor.

Para consecução dos objetivos previstos no convênio foi disponibilizado pelo Paranacidade junto à SEEC o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na data de 7 de novembro de 2001.

Na data de 23 de novembro de 2001, é exarado através de advogado da SEEC, parecer jurídico n.º 067/2001, atinente à contratação da empresa JG Arquitetura S/C Ltda, para, segundo o parecer, a reformulação do projeto arquitetônico e estrutural do Canal da Música.

No parecer é informado que a empresa nominada apresentou proposta no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta

mil reais) a serem pagos em 3 (três) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Como justificativa para a contratação direta, é informado no parecer jurídico que a contratação direta é disciplinada pelas Leis n.º 8.666/93, através do artigo 25, que diz que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição e também pelo artigo 18 da Lei n.º 5.194/66 que dispõe:

"As alterações posteriores do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado".

Diz ainda o parecer, "que a inviabilidade de competição decorre do conhecimento que a Contratada detém do projeto a ser modificado em virtude de ser a sua criadora.

Nenhuma empresa ou outro profissional seria capaz, segundo o parecer, de reunir maior conhecimento dos detalhes para alterar o projeto do que aquela que o criou".

Em 26 de novembro de 2001, é autorizado a efetivação da despesa e formalizado o contrato pelo sócio-gerente da empresa arquiteto João Guilherme Ficinski Dunin e a Secretaria de Estado da Cultura, Sra. Monica Rischbieter.

Ante as alegações contidas no parecer jurídico acima citado, cabe esclarecer que a regra é realizar licitação. Contratação direta só pode ocorrer em virtude de eventual inviabilidade de competição, inexigibilidade ou nos casos em que a lei qualifica como hipótese de dispensa. Os casos de dispensa existem em funções das razões de ordem lógica que, a luz do interesse público, justifique o tratamento diferenciado, sob pena de burla ao princípio da isonomia.

O contido no parecer jurídico de que a inviabilidade de competição decorre do conhecimento que o contratado detém do projeto a ser modificado em virtude de ser seu criador, foge a nossa compreensão.

O trabalho executado pelo Contratado nas obras do Canal da Musica, comprovado através da Anotação de Responsabilidade Técnica n.º 1341400, registrada no ano de 1996, com honorários de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e sem a informação que tenha sido realizada através de processo licitatório, restringe-se tão somente, a readequação de projeto arquitetônico para instalação do Canal da Musica antigo Canal 6, sendo o tipo da obra como consta na ART, edificação de auditório.

Ora, é de se convir que tal projeto de reforma do edifício (presume-se, devidamente autorizado pelo Arquiteto Lubomir Antônio Ficinski Dunin, autor do projeto original) não transforma o Contratado como detentor do projeto primitivo, mesmo porque as características principais do edifício permaneceram inalteradas.

Dispõe o artigo 18 da Lei n.º 5.194/66, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrônomo:

"As alterações do projeto ou Plano original só poderão ser feitas pelo profissional que os tenha elaborado.

Parágrafo Único - Estando impedido ou recusando-se o autor do projeto ou plano a prestar a sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, as alterações ou modificações deles poderão ser feitas por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto ou plano modificado.

Portanto, pelos ditames estabelecidos na legislação, é de se constatar que o autor do projeto não detém a propriedade exclusiva do projeto. Em caso de recusa, qualquer outro profissional poderá arcar com a responsabilidade, das mudanças no projeto, cabendo ao autor original em caso de sua recusa, tão somente repudiar a concepção da obra modificada (Lei 5.194/66, artigo 18 - Parágrafo Único), abrindo com isso a condição de instauração pela Administração do processo licitatório.

Sendo assim as condições da alegada inexigibilidade de licitação não prosperam, sendo que em nosso entendimento, o processo licitatório na modalidade concurso deveria ter sido instaurado, mesmo porque o detentor do projeto ORIGINAL, arquiteto Lubomir Antônio Ficinski Dunin estaria impedido de ser contratado face sua condição de Superintendente do Paranacidade.

Os processos de inexigibilidade de licitação devem ser muito bem instruídos, o que não se deu no presente caso. O administrador está obrigado a obedecer os princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios da legalidade. A dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa; **da impessoabilidade**, uma vez que a contratação direta não deverá ser objeto de protecionismo a um prestador do serviço; **da moralidade**, já que a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto parcimonioso dos recursos públicos que deve nortear a ação do administrador, sendo que valor dos serviços deverá ser devidamente justificado; **da igualdade** uma vez que a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de ente privado perante a Administração; **da publicidade**, já que embora restrita, não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam outros prestadores, bem como os cidadãos em geral; e **da probidade** administrativa que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras.

Acrescente-se, ainda, que além dos documentos de habilitação e regularidade fiscal da empresa a justificativa do preço, nos termos do parágrafo único do artigo 26 das Regras Licitatórias, devem ser explicitadas, o que não aconteceu.

Na análise do processo licitatório de ampliação e reforma do Canal da Música, não ficou clara a origem da solicitação da obra/projeto, nem quem a aprovou.

Os usuários não foram consultados, ou se foram as características do estúdio n.º 3, não contemplam todas as situações de utilização por parte da TV Educativa. Segundo os usuários, existe uma grande limitação de uso do estúdio 3, devido a problemas de iluminação, isolamento térmico e acústico.

Estranhamente a fiscalização da obra foi terceirizada para um Consórcio de Empresas, sendo que o Governo do Estado possui um Departamento com atribuição e recursos técnicos para esta finalidade (Decom).

Verificou-se ainda, a falta de compatibilização entre o projeto arquitetônico proposto e a edificação existente nos problemas enfrentados pela empresa executora da obra quanto à necessidade de reforço estrutural devido a sobrecarga do estúdio 3, fato este já previsto antes da licitação da obra pela empresa Procalc Estruturas S/C Ltda., gerando a necessidade de aditivos ao contrato original.

Não existe documento que comprove publicação do aviso de licitação em jornal de grande circulação. O documento apresentado restringe-se a uma cópia de um jornal sem identificação e sem data.

O Edital prevê que em casos de alterações nas informações contidas nesse documento, só haverá prorrogação de prazo se estas impactarem em uma demanda maior de tempo para a formulação da proposta; enquanto a lei estabelece que os prazos reiniciam sempre que houver uma alteração na proposta que modifique as características do objeto, assim como se afetar a proposta de preço.

O valor cobrado pela "pasta técnica" a ser retirada pelos participantes é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) o que nos parece um valor excessivo, uma vez que a lei estabelece que só pode ser cobrado o preço de custo do material utilizado ou de sua reprodução.

O Edital estabelece as regras para uma licitação internacional, no entanto nessa modalidade é necessário que a apresentação do "Ato de Registro de Autorização para o Funcionamento" da empresa proponente, documento esse que não foi solicitado.

A redação do Edital sugere a possibilidade dos documentos serem apresentados em cópias simples, reservando que os originais poderão ser solicitados, tendo a empresa um prazo de 48 horas para apresentá-los, enquanto a lei estabelece que os documentos devem ser originais ou cópias autenticadas ou ainda cópias simples acompanhadas dos respectivos originais para a validação da Comissão.

Cabe indagar:

a) É lícito aditamento ao contrato de reforma do Canal da Música, no sentido de alterar o tipo de tecnologia de construção do Estúdio 3 arrimado nos permissivos da legislação, com vistas a otimização do objeto contratado, tendo em vista que as modificações de projeto ou especificações não resultariam em transmutar o objeto licitado, que continuaria sendo o mesmo, ou seja, construção do Estúdio 3 com o mesmo porte e capacitação,

porém executado com tipo de tecnologia diferenciada na inicialmente prevista?

b) As extensões contratuais ditadas por razões de natureza qualitativa, podem ser aditados em contratos, mesmo estando sujeitas aos limites do parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei n.º 8.666/93?

Vamos nos ater a questão colocada sobre a possibilidade de aditamento de contrato administrativo, imposto unilateralmente pela Administração que não supere, em valor, os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

Cumprir distinguir as alterações contratuais quantitativas das qualitativas.

Considerando que o objeto do contrato distingue-se em natureza e dimensão, tem-se a natureza sempre intocável, tanto nas alterações quantitativas quanto nas qualitativas.

Não pode transformar a aquisição de bicicletas em compra de computadores, ou a prestação de serviços de vigilância em limpeza.

Nas modificações quantitativas a dimensão do objeto pode ser modificada dentro dos limites previstos no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, isto é, pode ser adquirido um número maior de bicicletas do que o originalmente previsto, desde que os acréscimo, em valor, não ultrapasse 25% do valor do contrato ou 50% no caso particular de reforma de edifício.

As alterações qualitativas por sua vez, decorrem de modificações necessárias ou convenientes na quantidade de obras ou serviços sem, implicarem mudanças no objeto contratual, seja em natureza ou dimensão. Como exemplo servimo-nos dos ensinamentos de Eros Roberto Grau:

a) contrata-se pavimentação de 100 km de rodovia; se a Administração estender a pavimentação por mais 10 Km, estará acrescentando quantitativamente o seu objeto - a dimensão do objeto foi alterada.

b) Em uma obra previa-se terraplanagem de 1000 m³; circunstâncias supervenientes fizeram com que se executasse terraplanagem de 1300 m³, estará sendo acrescida quantidade de obras sem alterar a dimensão do objeto.

Quase sempre, as alterações qualitativas são necessárias e imprescindíveis à realização do objeto e, conseqüentemente, à realização do interesse público.

As alterações qualitativas podem derivar tanto de modificações de projeto ou de especificação quanto da necessidade de acréscimo ou supressão de obras serviços ou materiais, decorrentes de situações vislumbradas após a contratação. Conquanto não se modifique o objeto contratual, em natureza ou dimensão, é de se ressaltar que as alterações qualitativas requerem, em regra, mudanças no valor original do contrato. É o caso dos aditivos a seguir descritos:

1º Termo Aditivo (02/09/02): = Erro de dimensionamento na estrutura metálica: R\$ 45.552,00

2º Termo Aditivo (18/1 1/02): = Serviços não previstos na planilha orçamentária: R\$ 101.651,63

3º Termo Aditivo (parcial): = Reforço estrutural metálico (estúdio 03): R\$ 96.060,00

= Reforço estrutural, em concreto, na estrutura existente: R\$ 90.275,00

= Serviços não previstos na planilha orçamentária: R\$ 57.004,89

Total R\$ 243.339,89

Podemos considerar estes aditivos como legais e dentro das normas vigentes, muito embora caracterizem uma má definição do objeto, pois os serviços não previstos representam um acréscimo de mais de 10,5 pontos percentuais (10,5%). Os reforços exigidos, os quais poderiam ter sido previsto na planilha original, somam 12,36%, acarretando em aditivos desnecessários, no caso 22,86%.

O terceiro aditivo pretendido perfazia um montante de (R\$ 596.446,55), correspondente aos R\$ 243.339,89 já citados mais um aditivo relativo ao acabamento em vidro no estúdio 03 no valor de R\$ 353.534,55. Se o primeiro pode ser considerado como legal, o mesmo não se pode dizer sobre o segundo, referente ao vidro. A empresa Cima, objetivando reduzir o prejuízo causado por um erro em sua cotação, sugere uma alteração no projeto utilizando ao invés do sistema de vidro estrutural temperado e laminado 8 + 10mm. especificado no Edital; o sistema de vidros Engevidros Skylight com espessura de 10 mm. solicitando assim uma complementação ao Paraná Cidade, na quantia de R\$ 353.534,55, correspondente a diferença entre o valor do novo sistema (R\$ 790.000,00) e o valor por ela cotado (R\$ 436.465,45). Ora, trata-se de uma licitação cuja execução é do tipo "empregada por preço global", cujo acabamento em vidro já é parte integrante da planilha de custo, não cabendo portanto a celebração de tal aditivo. O contratante, se assim o fizesse, incorreria em duas ilegalidades: primeiro por aditar um valor já contemplado na licitação e segundo por ferir o princípio constitucional da isonomia, pois não foi garantido aos demais concorrentes a possibilidade de apresentarem propostas em igualdade de condições. Isso sem falar de que estaria também alterando o projeto acústico realizado por outro profissional, diminuindo a eficiência do isolamento por este projetado.

Nas alterações quantitativas, previstas no artigo 65, I, b, da Lei n.º 8.666/93, a referência aos limites é expressa, uma vez que os contratos podem ser alterados unilateralmente quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei. Estão eles previstos no parágrafo 1º do referido artigo.

Portanto, tanto as alterações contratuais unilaterais quantitativas - que modificam a dimensão do objeto - quanto as unilaterais qualitativas - que mantêm intangível o objeto, em natureza e dimensão - estão sujeitas aos lim-

ites preestabelecidos no parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

Evidentemente, este não é o enquadramento que se possa considerar em relação ao pretendido aditivo contratual referente ao valor dos vidros erroneamente cotados pela Contratante, uma vez que não existiram fatos supervenientes que implicaram em dificuldades não previstas ou imprevisíveis, mas tão somente um erro crasso de cotação de preços.

Em relação a possibilidade da Administração ultrapassar os aludidos limites, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, somente seria justificável quando as consequências de uma rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, forem gravíssimas ao interesse público.

Por fim, observa-se que tantas falhas não seriam ocasionadas, caso os diversos departamentos do Paraná Cidade trabalhassem em consonância. O departamento técnico especificaria o objeto conforme as reais necessidades de seus usuários; a comissão de licitação, ao detectar um documento colocando em dúvida a capacidade da estrutura suportar a sobre carga advinda da futura obra, esclareceria a administração sobre as possíveis consequências, tais como aditivos desnecessários ou até mesmo a possibilidade da obra restar inviável; o jurídico assessorando a administração bem como a comissão de licitação, desta forma esclarecendo sobre a ilegalidade da administração pública contratar à margem da Lei 8.666/93, assim como a da necessidade da Comissão de Licitação não só exigir sempre a planilha de preços dos proponentes como de fato analisá-la identificando discrepâncias ou ainda preços irrisórios.

A legalidade, como princípio de administração e como inserido na Constituição Federal (artigo 37), exprime que o Administrador Público, está em todo momento de sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e dele não pode afastar-se sob pena de praticar ato inválido. A eficácia da atividade está condicionada ao atendimento da lei.

No presente caso, verifica-se que ao pautar-se o processo licitatório ao estabelecido no Regulamento de Licitações do Paraná Cidade, eivado de irregularidades, praticou ato passível de ser considerado inválido, cabendo ressaltar que a Constituição Federal em seu artigo 5º, II, expressamente determina que: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Atente-se que o preceito não diz "decreto", "regulamento", "portaria" ou "Resolução". Exige lei para que o Poder Público possa impor obrigações aos administrados.

Na Administração Pública, como diz Hely Lopes Meirelles, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. Em nosso Direito, consagra-se a aplicação plena do chamado princípio da legalidade, tomado em sua verdadeira e completa exten-

são. Em consequência, conforme Pontes de Miranda, pode-se afirmar: "onde se estabelecem, alterem ou extinguem direitos não há regulamentos - há abuso de poder regulamentar, invasão de competência legislativa. O regulamento não é mais do que auxiliar das leis. Verifica-se abuso em relação ao Regulamento de Licitações do Paraná, uma vez que nele diminui-se prazos de recursos e aumentou-se o valor mínimo para dispensa de licitação.

Cabe dizer, que além de atender a legalidade, o ato do administrador público deve conformar-se com a moralidade e a finalidade administrativa para dar plena legitimidade à sua atuação. Administração legítima só é aquela que se reveste de legalidade e probidade administrativa, no sentido de que tanto atende às exigências da Lei, como se conforma com os preceitos da instituição pública.

As leis administrativas são, normalmente de ordem pública, e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores. A natureza da função pública e a finalidade do Estado impedem que seus agentes deixem de exercitar os poderes e de cumprir os deveres que a lei lhe impõe. Tais poderes, conferidos à Administração Pública para serem utilizados em benefício da coletividade, não podem ser renunciados ou descumpridos pelo administrador, sem ofensa ao bem-comum, que é o único objetivo de toda ação administrativa.

Hely Lopes Meirelles, sempre preciso na conceituação, assim diz: Cumprir simplesmente a lei na fria letra de seu texto, não é o mesmo que atendê-la na sua letra e no seu espírito. A Administração deve ser orientada pelos princípios do direito e da moral, para que ao legal se ajunte o honesto e o conveniente aos interesses sociais. No processo de licitação, ora em exame, a contratação do projeto arquitetônico sem licitação, sem qualquer dúvida, contrariou todas essas assertivas.

Diante de todo o exposto, é de concluir-se que o processo licitatório de ampliação e reforma do Canal da Música, conteve uma sucessão de atos equivocados e ilegais, iniciados com a contratação do projeto arquitetônico e culminando com a insensatez da assinatura de termo aditivo em que especificações de materiais contidos no Instrumento Convocatório da licitação foram alterados, desatendendo às imposições legais que condicionam a sua prática, e ainda com o agravante de que o objeto (construção do estúdio 3), conforme declaração dos usuários, não atendem as condições de operacionalidade exigidas.

Assim sendo, é opinião desta Comissão, que o rumo a tomar-se é o da rescisão unilateral do contrato, uma vez que constitui a única forma legal da invalidação da atividade ilegal do Poder Público como a perpetrada no presente processo licitatório.

No presente caso, é nosso entendimento que a rescisão administrativa, determinada por ato unilateral e escrito da Administração (artigo 79, I da Lei n.º 8.666/93) terá por fundamento a hipótese descrita no inciso XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, que dispõe :

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato :

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

Consoante prescreve o parágrafo 1º do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93, a rescisão administrativa deverá ser motivada e precedida de ampla defesa, do que se extrai que deve culminar em processo administrativo.

Atente-se para o fato da denúncia deverá ser escrita e fundamentada. A justificativa deve consubstanciar-se na indicação dos fatos caracterizadores da necessidade da rescisão. Essa justificativa é imprescindível a fim de que se possa viabilizar o contraditório e a ampla defesa do contratado.

Após a conclusão do processo administrativo, será expedido o ato administrativo unilateral da rescisão, podendo ser formalizado através de despacho e documentado mediante lavratura de termo de rescisão administrativa de contrato.

Ressalte-se que, em tais situações, a Administração poderá, ainda, assumir imediatamente a execução do objeto.

Aspectos Técnicos

Conforme a experiência mostrada nos estudos desenvolvidos pela Comissão Especial designada pelo Governador Roberto Requião para verificar a condução dos processos construtivos de obras públicas no Estado do Paraná, principalmente das obras de porte e importância maior, os processos de licitação e fiscalização dessas obras tem trazido problemas graves de entendimento por parte da administração pública.

A necessidade de se garantir uma boa aplicação dos recursos públicos cria a obrigatoriedade da administração em exercer uma constante vigilância interna e externa quando da aplicação desses recursos. Desta forma surge a exigência que seja dado ao administrador a condição inequívoca de poder conduzir os processos de licitação e fiscalização de maneira correta, sem incorrer em erros técnicos que venham a obrigar o governo a executar situações de aditamentos e modificações que acabem onerando ainda mais a sociedade.

O **workshop** sobre a edificação CANAL DA MÚSICA ofereceu a oportunidade de que em um estudo de caso concreto pode-se estabelecer o conhecimento de alguns conceitos básicos observados nas técnicas de concepção, projeto e execução de obras no mundo todo, e propor que a aplicação desses conceitos e definições possam ser absorvidos pela engenharia pública em respeito à sociedade e à legalidade.

Os conceitos básicos referidos são dos conceitos de **sustentabilidade e de construtibilidade**. Esses conceitos deverão ser incluídos no rol dos termos técnicos da arquitetura e da engenharia civil nas áreas de construção

civil e gerenciamento, uma vez que fazem parte do esforço tecnológico em se transformar estas grandes áreas de atividades humanas em ações de cunho industrial, sem os impactos normais que hoje assustam a comunidade, seja pela rudeza de seu desempenho, seja pelas dificuldades do controle dos gastos e desperdícios. Chama-se a Sustentabilidade:

"Sustentabilidade é a característica de qualquer processo industrial ou humano no qual o progresso e o desenvolvimento devem alcançar suas metas sem comprometer a habilidade e a capacidade das gerações futuras em alcançar as suas próprias metas."

Para a Construtibilidade a definição é:

"Construtibilidade é a característica de uma edificação na situação em que o seu projeto facilita a construção, limitada pelas condições e requerimentos da utilização dessa edificação."

Para o presente documento vai se negligenciar a discussão sobre a sustentabilidade uma vez que sendo uma situação de *retrofit* de uma edificação existente o conceito em si exigiria um aprofundamento mais correto das condições de concepção dos projetos arquitetônicos e funcionais, os quais não são parte deste documento.

As características dos conceitos exemplificados no item anterior mostram que a boa construtibilidade traz grandes benefícios ao construtor e ao cliente. Alcançar boa construtibilidade depende de que construtores e projetistas sejam capazes de enxergar o processo construtivo como um todo.

Por outro lado projetos com construtibilidade deficiente podem levar a padrões baixos de construção. Montagens complexas, grandes números de operações e a necessidade de um número grande de especialistas complicar a montagem da edificação, além de tomar a manutenção e o reparo das estruturas e equipamentos problemática.

Para se projetar usando o conceito de construtibilidade obriga a se encarar o projeto como uma série de operações dinâmicas, principalmente pela tendência de se absorver novas tecnologias. Neste processo, a própria educação e o treinamento da mão de obra e do projetista passa a ter uma importância significativa na qualidade final.

No passado a construtibilidade era a base do projeto: ou seja só se projetava aquilo que se podia construir. Hoje a situação mudou com uma nova caracterização da atividade em fim principalmente devido aos diversos itens que modificaram a conjuntura:

1. Congestão - edificações complexas em áreas diminutas
2. Inovações Tecnológicas - um número bem maior de opções para o projetista e para o construtor: construções mais altas, novos materiais
3. A legislação mudou de um sistema de tentativa e erro, para um sistema de erro e análise
4. Pré-Fabricação
5. Qualificação dos trabalhadores

6. Mecanização e Informação

Dentro dessa ótica, a teoria informa da aplicação de alguns princípios básicos que devem ser obedecidos. No item seguinte esses princípios serão apontados, e poder-se-á indicar então que o fato de sua não obediência acarretou a grande maioria dos erros técnicos observados na edificação em tela.

Em tempo, é bom observar que a boa construtibilidade relaciona-se com a presença absolutamente necessária de um projeto executivo de qualidade e aplicação direta. A ausência deste projeto por si só já exige que a performance do canteiro de obras seja balizada por exercícios de adivinhação e testes que não condizem com a atividade industrial que a construção civil supõe ser.

Os princípios básicos da construtibilidade serão citados nesse tópico e em alguns deles vai se tentar relacionar com as ações que aconteceram no processo da execução da edificação em tela. Os princípios são:

INVESTIGAÇÃO COMPLETA: as investigações das condições de canteiro e outras circunstâncias que possam afetar o andar do processo construtivo devem ser executadas cuidadosamente para evitar atrasos e alterações após o início da obra. A inexistência de projeto executivo, e o pedido que se fizesse um laudo técnico que foi lícitado e executado apenas após o início da construção, trouxe uma série grande de erros conseqüentes que podem ser indicados até o presente momento.

CONSIDERAÇÃO DA ACESSIBILIDADE: a acessibilidade deve ser considerada na fase de projeto. A locação pode ser um problema em grandes cidades para a situação de transporte de peças e materiais, ou mesmo para o caso de obras de *retrofit*, a condição torna importante o projeto executivo.

CONSIDERAÇÃO DA ARMAZENAGEM: a locação das descargas e da armazenagem dos insumos deve ser estudada na fase de projeto.

MENOR TEMPO DE ESCAVAÇÃO: como o trabalho de escavação e de fundações é uma situação crítica e imprevisível é importante projetar a construção para minimizar a 130 a quantidade de tempo tomada por esta etapa. Se alterações de fundação forem necessárias, os riscos devem ser mantidos em níveis baixos mantendo-se a rapidez nessa etapa construtiva.

MENOR TEMPO DE FECHAMENTO: o fechamento e a cobertura da edificação em bom tempo permitirão definir um ambiente de trabalho mais adequado.

USO DE MATERIAIS ADEQUADOS: a seleção de materiais e produtos deve ser cuidadosa, ainda mais em se tratando de obras públicas. A escolha deve ser baseada na adaptação ao sistema construtivo, suas disponibilidades e respeito ao sequenciamento de construção. Na concepção da edificação em tela este item merece um estudo adequado, uma vez que existem dificuldades pela limitação causada pelas relações funcionais que devem ser respeitadas.

PROJETO PARA MONTAGEM SIMPLES: o projeto deverá contemplar as técnicas e equipamentos de

montagem mais simples possíveis, o que eliminará a possibilidade de erros, e diminuirá os custos de manutenção. As modificações do projeto por conta das novas situações da cobertura metálica, e as obras de reforço mostram que este princípio não foi devidamente considerado na obra em tela.

PLANEJAMENTO DE PADRÃO E REPETIÇÃO: o planejamento deverá ter um projeto e um detalhamento que utilize padronização e repetição de maneira adequada. Recomenda-se a utilização de itens de série. Em casos como o Canal da Música, uma edificação que está sendo modificada, este princípio poderia ser obedecido de forma parcial, dependendo de um entendimento melhor entre os projetistas.

MAXIMIZAÇÃO DO USO DA PLANTA: o *layout* do canteiro deverá permitir o uso mais eficiente dos equipamentos mecânicos para movimento de materiais.

PERMITIR TOLERÂNCIAS: o projeto deve reconhecer as tolerâncias necessárias.

As condições de montagem e justeza devem ser consideradas, principalmente no que diz respeito às interfaces entre produtos, métodos, etc... No caso em tela, a concepção deve levar em conta que a geometria deve estar intrinsecamente ligada às condições de apoio que a edificação possa oferecer, caso contrário exigirá trabalhos de reforço e modificações estruturais complexas.

PERMITIR O SEQUENCIAMENTO: o método construtivo e o projeto devem utilizar o mais efetivo sequenciamento das operações de construção. Este cuidado diminuirá os atrasos e ajudará na padronização. A existência de um Projeto Executivo torna-se indispensável. Este item é ainda mais importante quando se fala de reforma de uma edificação existente. A própria fiscalização torna-se complicada se este item não for respeitado de maneira adequada.

EVITAR O USO DE ESPECIALISTAS: quando for possível o projeto deverá evitar o uso de especialistas, utilizando-os apenas durante as etapas sequenciais em que os mesmos forem necessários. Visitas constantes não planejadas encarecem o custo da construção.

EVITAR DANOS EM OPERAÇÕES SEQUENCIAIS: o projeto deve ser executado sem riscos de danos em elementos terminados anteriormente em outras etapas. O custo de medidas protetivas encarecem a construção. Na reforma em tela observa-se que a não obediência desse item, obrigando à confecção de laudos técnicos e projetos de reforço encareceram e tomaram mais complexa a construção.

PROJETAR PARA UMA CONSTRUÇÃO SEGURA: o projeto executivo deve contribuir para que a construção possa ocorrer de maneira segura para o trabalhador e para o meio ambiente. Obviamente projeto de recuperação e *retrofit* são os mais complexos.

FLUXO DE COMUNICAÇÃO ABERTO: todas as comunicações devem fluir com cuidado e zelo até o início da construção para garantir que todas as informações necessárias para a boa construtibilidade sejam de

conhecimento de todos os envolvidos. Recomenda-se utilizar sistemas de gerenciamento de informações. A inexistência desse sistema na obra em tela tomou complicada a ação da comissão que está estudando o assunto.

Dentro do espírito do documento geral a ser desenvolvido pela Comissão Especial vai se aplicar à edificação do Canal da Música os princípios da construtibilidade indicados no item anterior, demonstrando que o processo todo foi evitado de defeitos técnicos e decisórios que impediram que a obra pudesse correr normalmente.

Investigação Completa:

Para se ter a garantia que a edificação poderá ser executada dentro das técnicas de boa engenharia é necessário que se possua todas as informações para tal desejo. Observa-se na edificação em tela que tal situação realmente não ocorreu:

> O projeto foi realizado com a indicação que a parte mais difícil estaria dependente da realização de laudo de avaliação necessária para identificação de seus índices de segurança. Este laudo só foi realizado durante a execução da obra, resultando que a montagem da estrutura metálica e o reforço estrutural necessário acontecessem de maneira simultânea.

> O projeto não contemplou alternativas de materiais de proteção ou de fechamento que pudessem trazer condições de economia à execução, uma vez que a solução aceita exigiria um trato mais cuidadoso. Também não apareceu justificativa e aceitação da proposta arquitetônica pela equipe técnica do Canal da Música (televisão) em relação às dificuldades de utilização do espaço.

> A coordenação dos projetos para garantir a boa execução da obra não foi realizada a contento, trazendo dificuldades na qualidade final, e principalmente nas soluções de continuidade do processo.

> O fluxo de informações entre a fiscalização e os projetistas foi truncado e difícil, causando muitos problemas que foram solucionados parcialmente por decisões tomadas no canteiro, sem documentação hábil, e dentro de um processo de grande intempestividade.

MENOR TEMPO DE FECHAMENTO:

As patologias de utilização que aconteceram na edificação durante a execução a obra, com problema maior sendo a construção do Estúdio 3, foram causadas exatamente pelas dificuldades na definição do fechamento desta parte do edifício, uma vez que constatado que os valores existentes seriam incapazes de prover o fechamento em vidro conforme o projeto, não se teve acordo em alternativas viáveis. Estas informações truncadas e as discussões resultantes trouxeram como resultado que no período de chuvas, a falta do fechamento causou enorme transtornos e prejuízos à utilização dos espaços do Canal da Música.

Uso de Materiais Adequados:

As discussões oriundas das reuniões e do *workshop* organizado pela comissão mostrou que não existiram alternativas apresentadas para a solução dos problemas oriundos das falhas técnicas, e da falta do projeto executivo. A falta de análise de outras opções causou o atraso e os erros de sequenciamento que complicaram a execução da obra. As questões que não foram respondidas são:

> Os materiais indicados para a execução (e os respectivos métodos) são os únicos que resolveriam os problemas que apareceram para a utilização devida do espaço?

> Dentro do uso do espaço, existiria possibilidades de adaptações para que os objetivos finais de ocupação pudessem ser concretizados?

> Os materiais de proteção térmica e acústica são os únicos indicados, ou podem acontecer modificações que viabilizassem a edificação?

Estes questionamentos indicam que o princípio acima, importante para a garantia de boa construtibilidade não foi atendido, de maneira a causar as dificuldades indicadas que apareceram ao longo do processo.

Projeto para Montagem Simples:

Um projeto de reforma de qualquer edificação é sempre problemático e deve ser considerado com um certo grau de complexidade. Este caso não é diferente. O agravante da não-disponibilidade de um projeto executivo adequado, trouxe essas dificuldades à um nível que impossibilitou a execução das operações com uma eficácia maior no canteiro. Os erros técnicos que aconteceram também contribuíram para que a montagem da edificação ficasse comprometida.

Permitir Tolerâncias:

Mais uma vez a importância do projeto executivo salta aos olhos, principalmente por se constatar pelas informações recebidas ao longo da pesquisa que muitas das operações de execução da edificação envolveriam sistemas estruturais, de fechamento e equipamentos de diferentes naturezas, interrelacionando-se. Alguns dos tópicos em descoberto que podem ser citados:

> O sistema de fechamento em vidro precisa estar diretamente relacionado com o arcabouço estrutural, principalmente em relação à deformabilidade do mesmo, trabalhando com tolerâncias.

> O sistema estrutural deve ser adaptado e verificado para garantir rigidez na aplicação da solução projetada.

> As tolerâncias definidas para os materiais de acabamentos acústicos não foram especificadas em projeto, dificultando a sua execução, o que pode explicar as dificuldades apresentadas nos estúdios 1 e 2. É importante definir se outras opções de materiais não seriam mais adequadas para a aplicação neste tipo de modificação e adaptação de espaços.

Permitir o Sequenciamento

O sequenciamento das etapas da obra é devidamente especificado no Projeto Executivo, que não foi considerado nesta edificação. Esta falta de detalhes trouxe para a metodologia construtiva uma dificuldade muito grande, uma vez que as fases da construção foram definidas em canteiro pelas equipes de execução e pela fiscalização.

Dentro desse horizonte a própria definição de responsabilidades fica comprometida, o que dificulta inclusive qualquer auditoria que venha a acontecer. A qualidade final da obra, principalmente em razão da sua especificidade fica comprometida.

Evitar o Uso de Especialistas:

Nesta edificação a utilização de especialistas em cada etapa da obra deveria ser uma necessidade, pelas peculiaridades das situações indicadas. A falta do projeto executivo e mesmo a falta de uma melhor discussão da concepção da edificação exigiria este tipo de cuidado.

Evitar Danos em Operações Sequenciais:

A falta de seqüência da execução trouxe a necessidade de se performar uma operação de reforço estrutural com a edificação sendo utilizada, e durante o processo construtivo normal, de maneira a diminuir as condições de segurança aos usuários normais.

Esta situação perdura até o momento, o que exige uma providência imediata.

Fluxo de Comunicação Aberto:

Conforme foi observado ao longo da análise documental, e pelo resultado do *workshop* organizado pela Comissão, o fluxo de informações durante a execução da reforma da edificação em tela foi bastante truncado, com modificações sendo necessárias durante o processo, com pouca ou nenhuma documentação comprobatória.

Esta situação trouxe o comprometimento quanto a concepção da reforma, a sua funcionalidade, dúvidas das soluções apresentadas e mesmo quantificações inadequadas dos valores de conforto e uso do espaço.

As duplicidades dos documentos (existem três laudos técnicos de diferentes datas na documentação apresentada), a falta de informações e os conflitos de datas mostram bem claramente esta situação.

Durante o *workshop* apareceu também que a comunicação entre os profissionais envolvidos em todos os níveis não foi muito eficiente, o que pode ser comprovado pela informalidade com que algumas situações apareceram na discussão.

O aparecimento súbito e repentino de uma empresa de vidros para resolver o problema, sem uma explicação mais adequada, convidada por diversos e por ninguém mostra o nível inadequado dessa troca de informações.

Este documento traz algumas informações que nortearam as discussões do *workshop* sobre o Canal da Música, além das pesquisas documentais realizadas pela

Comissão Especial, focando principalmente o conceito da Construtibilidade, que deverá ser o ponto fulcral das dificuldades de execução e dos erros técnicos que aconteceram naquela edificação.

Dentro desse escopo pode-se assumir facilmente que a execução da edificação, já a partir da sua concepção peca pela baixa construtibilidade pois não atende boa parte dos princípios indicados no corpo teórico deste trabalho. A não-obediência desses princípios levou a execução da reforma a uma condição de dificuldade muito grande, comprometendo a qualidade final.

Como principais itens deste trabalho pode-se citar:

> Executar com urgência a conclusão das obras de reforço paralisadas, sob o risco de se criar situações que favorecem o colapso progressivo da edificação na hipótese de sobrecarga.

> Estudar maneiras de se proteger o ambiente construído dos estúdios 1 e 2 para a sua utilização adequada, com a execução de obras que recuperem as condições de estanqueidade da cobertura, ou a eventual conclusão do estúdio 3.

> Definir processos de recuperação dos espaços dos estúdio 1 e 2 com a substituição dos materiais de acabamento acústico e térmicos se necessário, ou com a melhoria das situações existentes já colocadas nos mesmos.

> Executar as modificações nos visores e nos quadros elétricos dos estúdios 1 e 2 para a sua operação imediata. Discutir amplamente e com rapidez soluções alternativas para o estúdio 3, visando a sua utilização imediata dentro das necessidades atuais da Televisão Educativa com situações de maior viabilidade, ou o desmonte da cobertura colocada no local (tentando a sua re-utilização) refazendo a condição inicial da edificação.

Dessa forma ficam estabelecidos os parâmetros necessários para que se defina a utilização e completude da reforma da edificação Canal da Música dentro de situações de segurança e funcionalidade.

Conclusão

Tendo em vista o apresentado no escopo deste documento incluídos, através de estudos, averiguações, análise documentais e *workshop* realizado com os envolvidos no processo de ampliação e reforma do edifício destinado ao Canal da Música, nesta cidade de Curitiba-PR, esta Comissão recomenda:

1. Quanto ao Aspecto Administrativo/legal:

A rescisão unilateral do contrato, uma vez que constitui a única forma legal da invalidação da atividade ilegal do Poder Público com a perpetrada no processo licitatório da obra em questão.

Que o Estado adote metodologias, normas e procedimentos que garantam a legalidade, qualidade e a transparência ao longo de todos os processos que envolvam a aplicação de recursos públicos, respeitando de

maneira explícita as questões sociais incluídas às decisões do Poder Público.

2. Quanto ao Aspecto Técnico de Projeto e Construção:

A execução de obras urgentes para restaurar a segurança e a funcionalidade da edificação e garantir aos seus usuários a utilização do espaço de maneira plena, considerando a emergencialidade de situações apresentadas na edificação em tempo corrente.

Destacam-se a recuperação das fundações e o restabelecimento do sistema de cobertura.

A discussão e avaliação da metodologia da Arquitetura e Engenharia aplicada ao longo do processo e aceita pela administração pública, visando buscar uma melhor aplicação de recursos e insumos em vista da importância desses processos para o erário."

As circunstâncias do Relatório elaborado pela Comissão Especial, relatadas acima, coincidem em muito com o Relatório elaborado pela Coordenadoria de Apoio Técnico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a seguir transcrito:

RELATÓRIO DE AUDITORIA

DE ENGENHARIA Nº 017/2003

Entidade Auditada: Serviço Social Autônomo

Paranacidade

Obra: Canal da Música

SETEMBRO/2003

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1 - MOTIVAÇÃO

Solicitação da Coordenadoria de Auditoria de Operações de Créditos Internacionais - CAOCI.

2 - OBJETIVO

Realizar Auditoria de Engenharia em obra do Canal da Música, incluída como contrapartida do Estado do Paraná no empréstimo do Banco Mundial.

3 OBJETIVO

Analisar o cumprimento dos aspectos de economia, eficiência e eficácia na execução da obra de ampliação e reforma do Canal da Música.

4 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS:

4.1 Responsabilidade Administrativa

CARGO

Secretário de Desenvolvimento Urbano e Superintendente do Paranacidade

NOME e GESTÃO

Lubomir Ficinski Dunin (01/01/95 04/04/02)

Roberto Dimas Santoro (05/04/02 01/01/03)

CARGO

Secretária de Estado da Cultura

NOME e GESTÃO

Mônica Rischbieter (14/11/00 31/12/02)

CARGO

Diretor de Operações

NOME e GESTÃO

Roberto Santoro (02/01/97 04/04/02)
 Jerônimo P. C. P. Meira (18/04/02 10/02/03)
CARGO
 Coordenador de Operações
NOME e GESTÃO
 Maria Inês Terbeck (01/05/99 - 02/05/02)
 Max Antônio Rahm (02/05/02 21/01/03)
CARGO
 Fiscal da Obra
NOME e GESTÃO
 Antônio Weinhardt Jr. (08/07/02 02/12/02)
 Ricardo Mueller (03/12/02 31/12/02)
 Fonte: Paranacidade
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CARGO
NOMES
 Presidente
 Rolf Dieter O.F. Bräunert
 Membro
 Karen Barreto Campelo
 Membro
 Ruy José da Costa
 Suplente
 Ricardo Mueller
 Secretária
 Maria G. S. Borguezan
 Fonte: Portaria nº 011/SUP/02.

CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS

1 - Serviço Social Autônomo Paranacidade

Através da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, foi instituído o Paranacidade, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, vinculado, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e tendo por objetivos:

I. Gerir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano criado pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988;

II. Promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III. Constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeiro, visando compatibilizar as

exigências das entidades de financiamento internas e externas às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios;

IV. Financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, destinadas ao desenvolvimento urbano, regional institucional da municipalidade;

V. Contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto federais como estaduais e municipais, na área do desenvolvimento urbano, regional e institucional promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, técnicos, administrativos e financeiros dos municípios;

VI. Incentivar os municípios a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional, institucional e dos mecanismos de financiamento concedidos para apoiá-los;

VII. Desenvolver pesquisa científica que vise à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento urbano, priorizando as ações sociais que contemplem a melhoria da qualidade de vida das populações;

VIII. Promover o desenvolvimento tecnológico direcionado à melhoria dos aspectos institucionais das municipalidades;

IX. Publicar e divulgar trabalhos técnico-científicos com vistas ao aprimoramento da gestão municipal.

O Fundo de Desenvolvimento Urbano FDU foi instituído pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, e regulamentado pelo Decreto nº 3.736 de 10 de novembro de 1997.

2 - Das Receitas

A receita tem origem nos recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano FDU, através do Programa de Valorização Cultural.

3 - Das Despesas

Analizados os documentos referentes aos desembolsos efetuados, constatamos pagamentos no valor de R\$ 1.105.047,72 (um milhão, cento e cinco mil, quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) às empresas relacionadas, conforme mostrado abaixo:

Execução da obra

Empresa: Cima Engenharia

Notas Fiscais			Ordens de Pagamento		
Número	Data	Valor R\$	Número	Data	Valor R\$
2498	13/08/2002	3.752,39	13/2	19/8/2002	3.752,39
2559	27/08/2002	7.777,81	16/02	30/8/2002	7.777,81
2559	28/8/2002	38.016,65	17/2	2/9/2002	38.016,65
2561	11/9/2002	45.280,28	20/2	17/9/2002	45.280,28

2562	26/9/2002	21.349,14	22/2	1/10/2002	21.349,14
2564	17/10/2002	19.090,51	26/2	22/10/2002	19.090,51
2568	24/10/2002	162.631,82	28/2	28/10/2002	162.631,82
2569	7/11/2002	310.673,08	31/02	12/11/2002	310.673,08
2576	3/12/2002	101.651,63	39/02	11/12/2002	101.651,63
2580	13/12/2002	226.395,48	42/02	18/12/2002	226.395,48
2581	17/12/2002	51.140,14	45/02	27/12/2002	51.140,14
TOTAL		987.758,93	TOTAL		987.758,93

Projetos Complementares

Notas Fiscais				Cheques ou Ordens de Pgto.		
Empresa	Número	Data	Valor R\$	Número	Data	Valor R\$
Procalc Estruturas	1257	18/12/01	15.000,00	109/01	20/12/01	15.000,00
Peinaldo Consultoria	176	18/12/02	4.200,00	177/02	19/04/02	4.200,00
Escrit. Eduardo Ribeiro	101	18/12/01	8.900,00	109/01	20/12/01	8.900,00
Andrade Resende	591	20/12/01	8.400,00	118/01	15/01/02	8.400,00
TOTAL			36.500,00	TOTAL		36.500,00

Empresa: Consórcio Ampla / R. B. Coelho

Notas Fiscais			Cheques ou Ordens de Pgto.		
Número	Data	Valor R\$	Número	Data	Valor R\$
12	22/7/02	1.222,87	249/02	05/08/02	1.222,87
15	22/8/02	4.891,48	268/02	28/8/02	4.891,48
1095	20/9/02	4.891,48	291/02	27/9/02	4.891,48
27	22/10/02	3.668,61	317/02	31/10/02	3.668,61
30	22/11/2002	4.891,48	340/02	4/12/2002	4.891,48
34	13/12/2002	1.222,87	359/02	30/12/2002	1.222,87
TOTAL		20.788,79	TOTAL		20.788,79

Projeto Arquitetônico: J. G. Arquitetura**Empenho nº 100966-2****Data: 21/11/2001****Valor: R\$ 60.000,00**

Notas Fiscais			Liquidações			Cheques ou Ordens de Pgto.		
Nº	Data	Valor R\$	Nº	Data	Valor R\$	Nº	Data	Valor R\$
146	30/11/01	20.000,00	1001600-3	30/11/01	20.000,00	1/02075/6	03/12/01	20.000,00
147	17/12/02	20.000,00	1001729-8	17/12/01	20.000,00	1/02260-0	20/12/01	20.000,00
148	04/02/02	20.000,00	200105-0	06/02/02	20.000,00	2/00146-1	08/02/02	20.000,00

Projeto Arquitetônico: J. G. Arquitetura**Empenho nº 100966-2****Data: 21/11/2001****Valor: R\$ 60.000,00**

TOTAL	60.000,00	TOTAL	60.000,00	TOTAL	60.000,00
-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------

4 Histórico**4.1 Contratação dos Projetos****Contratação do Projeto Arquitetônico**

Em 29 de outubro de 2001 foi assinado o convênio nº 001/2001, entre o Paranacidade e a Secretaria de Estado da Cultura, com o objetivo da contratação do projeto arquitetônico de ampliação e readequação do Canal da Música, edificação integrante do Plano de Revitalização Cultural do Estado do Paraná. Os recursos, no valor de R\$ 60.000,00, foram disponibilizados através do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano FDU e repassados por ocasião da assinatura do convênio.

Em 05 de novembro de 2001, a Secretária da Cultura, Sra. Mônica Rischbieter, através do ofício nº1107/01-GS/SEEC, solicitou ao Governador do Estado, tendo em vista a contratação do projeto arquitetônico para ampliação e readequação do Canal da Música, autorização para celebrar diretamente com o profissional autor do projeto do Canal da Música e também a exclusão desta Secretaria da obrigatoriedade expressa no decreto nº 641/95 de realizar tal procedimento através da Secretaria de Obras Públicas SEOP/ Decom. O solicitado foi autorizado pelo Governador na mesma data.

O Parecer nº 067/2001, de 23/11/01, da Assessoria Jurídica da SEEC baseia-se no artigo 18 da lei nº 5194, de 24/12/66, que regulamenta as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e que estabelece: "as alterações posteriores do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado".

E, ainda, no artigo 25 da lei nº 8666, de 21/06/93, onde consta: "é inegixígel a licitação quando houver a inviabilidade de competição, em especial".

Afirma, ainda, que no presente caso a inviabilidade de competição decorre do conhecimento que a contratada detém do projeto a ser modificado, em virtude do fato de ser a sua criadora, e entende não haver óbice de ordem legal para a contratação.

A autorização para efetivação da despesa para contratação do arquiteto João Guilherme Dunin, empresa J.G. Arquitetura S/C Ltda., para elaboração do projeto arquitetônico de ampliação para os novos estúdios de televisão, estúdio principal no café das esculturas, três estúdios pequenos no terraço da administração e de uma cozinha de apoio, no prédio denominado Canal da Música, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), foi dada em 26 de novembro de 2001.

O contrato nº 007/01 firmado entre a SEEC e a empresa J.G. Arquitetura S/C Ltda., CNPJ 79.990.529/0001-50, na data 26 de novembro de 2001 estabelece que:

a) o pagamento se dará nas seguintes condições: R\$ 20.000,00 contra aprovação do anteprojeto; R\$ 20.000,00 contra a entrega do projeto de execução; R\$ 20.000,00 contra a entrega dos detalhes e especificações.

b) a fiscalização, bem como o acompanhamento da execução fica a cargo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Contratação dos Projetos Complementares.

Os projetos complementares foram contratados diretamente pelo Paranacidade através de cotação de preços aplicando o Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração, conforme resumido abaixo:

Contratação do Projeto elétrico, telefônico, alarme, televisão a cabo, hidro-sanitário, prevenção contra incêndios e ar condicionado.

Requisição de contratação de serviços - RCS em 05/11/01

Fonte de recursos : FDU (decreto n. 3736)

Duração do contrato: 30 dias

Valor limite do contrato: R\$ 12.000,00

Cotação de preços: 07/11/01

Participantes	Valor (R\$)
Escritório de Projetos Eduardo Ribeiro dos Santos	8.900,00
Vida Engenharia Ltda.	11.300,00
Jaguarê Projetos S/C Ltda.	11.800,00

Parecer jurídico nº 119/01 de 07/11/01

Contrato nº 042/01 de 07/11/01

Data do Pagamento: 20/12/01

CNPJ da contratada: 03.690.078/0001-73

Prazo de execução: 30 dias

Contratação do Projeto de ampliação de estrutura metálica

Requisição de contratação de serviços RCS em 06/11/01

Fonte de recursos: FDU (decreto nº 3736)

Duração do contrato: 30 dias

Valor limite do contrato: R\$ 11.000,00

Cotação de preços: 07/11/01

Participantes	Valor (R\$)
Andrade e Rezende Engenharia de Projetos S/C	8.400,00
Tramo S/C - Estruturas	10.200,00

TESC - Consultoria e Projetos Estruturais S/C Ltda.	9.600,00
---	----------

Parecer jurídico nº 125/01 de 09/11/01
 Contrato nº 041/01 de 09/11/01
 Data do Pagamento: 15/01/02
 CNPJ da contratada: 80.562.119/0001-97
 Prazo de execução: 45 dias

Contratação do Projeto de estrutura em concreto armado

Requisição de contratação de serviços RCS em 05/11/01

Fonte de recursos: FDU (decreto nº 3736)
 Duração do contrato: 30 dias
 Valor limite do contrato: R\$ 19.000,00
 Cotação de preços: 07/11/01

Participantes	Valor (R\$)
ProCalc Estruturas	15.000,00
Sistemas Estruturais S/C	16.400,00
Klaus Jaboti - Projetos e Consultoria	18.500,00

Parecer jurídico nº 129/01 de 19/11/01
 Contrato nº 044/01 de 19/11/01
 Data do Pagamento: 20/12/01
 CNPJ da contratada: 81.454.985/0001-27
 Prazo de execução: 45 dias

Contratação do Projeto acústico

Requisição de contratação de serviços RCS sem data

Fonte de recursos: FDU (decreto nº 3736)
 Duração do contrato: 30 dias
 Valor limite do contrato: R\$ 6.000,00
 Cotação de preços: 08 e 09/11/01

Participantes	Valor (R\$)
Peinado - Cardia - De Marco Consultores Associados	4.200,00
WAV Comércio e Serviços Ltda.	5.500,00
Zimbres Arquitetos Associados	5.900,00

Parecer jurídico nº 128/01 de 09/11/01
 Contrato nº - sem contrato
 Data do Pagamento: 19/04/02
 CNPJ da contratada: 00.000.000/0834-61
 Prazo de execução: 60 dias

4.2 Licitação da Obra

Em 2/4/2002, através do Memorando nº 040/DO/2002, o Diretor de Operações, Roberto Santoro, solicita ao Superintendente do Paranacidade, Sr. Lubomir

Ficinski, e recebe deste, autorização para proceder licitação para contratação de empresa para execução de reforma no Canal da Música com um custo total estimado em R\$ 1.850.000,00 (um milhão oitocentos e cinquenta mil reais).

Na data de 3/4/2002, através da Portaria nº 011/SUP/02, é nomeada a Comissão Especial de licitação para abertura e julgamento da Convocação Geral nº 012/02-Paranacidade.

Em 4/4/2002, através do Edital de Convocação Geral nº 012/02, o Paranacidade torna público que fará realizar, às 14:00 horas do dia 10 de maio de 2002, Convocação Geral para Construção, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preço fixo e sem reajuste da seguinte obra: Ampliação e reforma do espaço denominado Canal da Música para o funcionamento da rádio e TV Educativa e Orquestra Sinfônica do Paraná.

A ampliação e reforma compreende: a construção de três estúdios, uma cozinha de apoio, readequação das salas de estudos, das salas de multimídia, novo acesso aos auditórios e área administrativa entre outros. Área de Construção = 1.266,67 m2, Área de Reforma = 886,58 m2. Prazo de execução = 180 dias.

Não há fixação de preço máximo e a base legal indicada no Edital, é o Regulamento de Licitações e Contratos aprovado pelo Conselho de Administração do Paranacidade (Não há referência a lei 8666/93).

Apresentaram os envelopes de habilitação e de proposta: Construtora Arce, Construtora Abapan, Coenge Construção e Empreendimentos, Engecram Indústria da Construção Civil, FMM Construções Cíveis, Plan Hab Planejamento e Habitação, Zenith Engenharia, Cazamusa Construção Civil, Cima Engenharia e Empreendimentos, Construtora Pussoli e Trajeto Engenharia, num total de 11 (onze) empresas participantes.

Conforme o Relatório de Julgamento e classificação das Proponentes, realizado em 5/5/2002, as empresas apresentaram a documentação em conformidade com o exigido.

A proposta da empresa Cima Engenharia e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 1.508.120,38 (um milhão quinhentos e oito mil cento e vinte reais e trinta e oito centavos), ficou 22,7% abaixo do preço base do Paranacidade, margem esta que atende ao disposto no item 18.7.3.2 letra a (critério de inexequibilidade).

Em 12/6/2002, o Parecer Jurídico nº 172/2002-PJU, entende que a licitação pode ser submetida ao Superintendente para homologação. A licitação é homologada em 13/6/2002, pelo Superintendente do Paranacidade, Sr. Roberto Santoro, e na mesma data é assinado o Contrato nº 062/02, cujo objeto refere-se à Execução sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste da ampliação e reforma do Canal da Música.

Valor da obra: R\$ 1.508.120,38 (um milhão quinhentos e oito mil cento e vinte reais e trinta e oito centavos).

Prazo de execução: 180 dias a partir da ordem de serviço.

Prazo de vigência do contrato: 360 dias.

Início dos serviços: a partir da data aposta na ordem de serviço.

Ordem de Serviço: Emitida em 13/06/02 com data de início máximo da obra em 08/07/02.

4.3 Execução da Obra

Na data de 15/8/2002, através do Ofício nº 0110/02-DP a Diretora Administrativa e Financeira do Canal da Música, Sra. Jucélia Ramos, faz consulta sobre a possibilidade de rever o cronograma da obra no sentido de encurtamento do prazo inicialmente previsto, fixando-o por sugestão em final de outubro de 2002.

A Empresa Cima Engenharia informa através de ofício, de 20/08/2002, a existência de um erro de dimensionamento quantitativo no peso do perfil soldado PS1. O peso unitário informado era de 32,30 kg/m, sendo que o correto seria de 82,30 kg/m. Tal informação veio a ser confirmada pelo autor do projeto de estrutura metálica. Isto gerou, em 02/09/02, o 1º Termo Aditivo ao Contrato no valor de R\$ 45.552,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais) referente a 10.200 kg de ferro não computados.

De acordo com o ofício nº 102/02, datado de 28/08/02 da Empresa Cima Engenharia, afirma que a antecipação de 30 dias para o término da obra geraria um custo adicional de R\$ 346.867,68 (trezentos e quarenta e seis mil oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), sendo que o cronograma da obra inicialmente previsto para 07/01/03 ficaria modificado para 07/12/02. O Parecer nº 284/02-PJU, de 30/08/02, do Paranacidade entende que a antecipação de 30 dias geraria um custo adicional que deveria ser devidamente justificado mediante a comprovação da real necessidade da antecipação pretendida.

Em 04/09/2002, a Empresa Cima Engenharia, através do ofício nº 128/02, alega que ao formularem a proposta foram consideradas as condições normais e usuais, não sendo razoável à época da proposta deduzir que haveria necessidade de aquisição de quantidade superior em praticamente 100% de vidros no fechamento do estúdio 3. Sendo assim requer o restabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato no valor de R\$ 252.780,74 (duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos). No verso deste ofício há um parecer escrito à mão, assinado pelo engenheiro Max Rahm, onde se lê: "Esta solicitação não procede, pois a mesma deveria ter sido orçada na ocasião da licitação".

Neste mesmo mês, o Paranacidade alerta a empresa que o desenvolvimento da obra não está acompanhando o cronograma existente e solicita providências para o equilíbrio entre o cronograma e a execução da obra.

No mês seguinte, na data de 01/10/2002, o Arquiteto João Guilherme Dunin solicita que a empresa responsável pela obra apresente, no que se refere às

esquadrrias com sistema de vidro estrutural: projeto executivo, análise da amostra, laudos específicos dos vidros, verificação do processo de laminação, certificado de homologação do soldador conforme norma vigente e histórico de obras similares, comprovando capacidade técnica de execução das mesmas.

Em 02/10/2002, é realizada reunião com a presença do arquiteto João Guilherme, fiscal Antônio Weinhardt Jr. do Paranacidade, arquiteto Roberto Coelho da empresa responsável pela fiscalização, engenheiro Cláudio da Cima Engenharia, engenheiro Jéferson Luiz Andrade projetista da estrutura metálica, engenheiro Dragutin Pirih executor da estrutura metálica e do Sr. Gaida representante do Canal da Música. Nesta reunião ficou acordado que as alterações do projeto de estrutura metálica do estúdio 3 e os projetos elétricos seriam repassados até o dia 08/10/02.

No mesmo dia a Diretora Administrativa Financeira, Sra. Jucélia Ramos do Canal da Música, solicita providências urgentes no sentido de resguardar o imóvel público durante as obras, notadamente quanto às infiltrações ocorridas nas recentes chuvas. No mesmo período o Arquiteto João Guilherme Dunin, através de correspondência refere-se a providências quanto ao sistema de vidro estrutural e alerta sobre o prazo da obra.

No dia 15/10/2002 a empresa Gosch & Barão Engenharia Ltda., apresenta Laudo Técnico para a empresa Cima Engenharia, o qual informa que: "a estrutura em concreto armado existente não apresenta as condições necessárias de segurança e estabilidade para receber a estrutura metálica proposta" (grifo nosso). Recomenda que se proceda reforços estruturais necessários para promover a boa estabilidade e segurança da edificação.

Através do ofício nº 151/2002, datado de 16/10/2002, a empresa Cima Engenharia informa que as alterações do estúdio 3 e dos projetos elétricos que foram acordadas em reunião e deveriam ser repassadas até mais tardar dia 08/10/02, não foram enviadas.

A empresa Cima Engenharia, em 18/10/02, apresenta outro Laudo Técnico realizado desta vez pela Empresa Bianco Técnica do Concreto Ltda, onde conclui pela necessidade de reforço estrutural para garantia da estabilidade global do prédio, além do atendimento aos coeficientes de segurança estruturais impostos. Informa, ainda, que **"ao nosso ver não existem condições de segurança para a continuidade da obra sem que as questões levantadas sejam devidamente resolvidas, e implantados os reforços."** (grifo nosso).

Diante de tal situação o Paranacidade, solicita a Empresa Cima Engenharia que sejam paralisados os serviços de montagem da estrutura metálica, até que sejam adequados os referidos estudos técnicos, sendo que os demais locais de obras não devem ser atingidos por esta solicitação, uma vez que a questão de segurança se refere ao estúdio 3.

Em resposta a esta solicitação a Empresa Cima Engenharia, em 23/10/2002 relata que irá executar as soldas que faltam nas peças já posicionadas na estrutura, por razões de segurança e que ao concluir estas soldas no dia 23/10/02, paralisará os serviços. E ainda, informa que em conformidade com instruções verbais, rescindiu os contratos de fornecimentos e execuções dos demais serviços do estúdio 3, solicita a máxima brevidade para a solução do problema e que tal paralisação fere o Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

No dia 28/10/2002, a Empresa Bianco Tecnologia do Concreto, informa ao Paranacidade e a empresa Cima Engenharia que embora os resultados dos ensaios tenham sido favoráveis, não haverá meios de evitar reforços e/ou modificações; e que os pilares de concreto podem suportar com segurança os acréscimos de carga, porém a estrutura metálica terá que sofrer intervenções importantes para conduzir suas carga diretamente às cabeças daqueles pilares; mesmo assim ainda restará eventual necessidade de reforço para um bloco de fundação.

Conclui ainda que é permitida a continuidade da obra em condição aceitável de segurança, mesmo antes de implantadas modificações e/ou reforços. A análise somente poderá ser concluída quando da posse dos estudos finais do autor do projeto da estrutura metálica e das cargas definitivas, aguardadas para 01/11/02, conforme prometido.

Após a análise do Laudo da Bianco Tecnologia do Concreto, a empresa Cima Engenharia solicita no dia 29/10/02 o reinício dos serviços, já que ficou constatado que a estrutural original não ofereceria riscos, possibilitando a construtora dar continuidade aos serviços. Salienta também sua preocupação quanto ao comprometimento do cronograma previsto, já que o material não existe no mercado para entrega imediata.

No dia 31/10/2002 a empresa Cima Engenharia solicita ao Paranacidade providências junto ao calculista da estrutura metálica conforme solicitado também pela empresa Bianco, a confecção de Termo Aditivo de serviços já executados e de outros que aguardam liberação, informa que serão necessários ajustes no Cronograma e ainda relata que aguarda liberação dos serviços paralisados sob pena de inviabilizar o contrato.

O Paranacidade, no dia 01/11/2002, libera a continuidade da obra diante da análise da estrutura de concreto frente aos acréscimos de carregamento da estrutura metálica realizada pela empresa Bianco Tecnologia de Concreto. Neste mesmo dia em resposta ao ofício nº 188/DAF do Canal da Música, o Paranacidade manifesta-se dizendo que: a solicitação do adiantamento da obra se encontra em negociação, posiciona-se favoravelmente diante das modificações propostas desde que aceitas pelo autor do projeto, e que a definição da solicitação ao autor ficou por conta da RTVE que colocaria os argumentos técnicos necessários. Afirma ainda que com relação aos problemas de infiltrações devido às chuvas, relatados no

ofício nº 155/DP, os mesmos foram solucionados junto à empresa construtora.

A empresa Cima Engenharia solicita novamente junto ao Paranacidade os projetos pendentes da instalação elétrica e águas pluviais, informando que o andamento dos serviços está sendo prejudicado pela falta dos mesmos.

Na data de 04/11/02 a empresa Cima Engenharia informa estar aguardando a liberação dos serviços paralisados, sob pena de inviabilizar o Contrato em questão, novamente solicita a entrega do projeto de estrutura metálica, que até o dia 01/11/02 não foi entregue.

Através do Ofício nº 236/02, de 11/11/02, a Empresa Cima Engenharia solicita ao Paranacidade aditivo no valor de R\$ 163.855,46 (cento e sessenta e três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) referente a serviços extras da obra (serviços executados e não previstos na licitação), conforme planilha apresentada em anexo. No verso deste ofício existe um encaminhamento do setor técnico do Paranacidade ao setor jurídico, o qual especifica que o valor a ser aditado corresponde a R\$ 101.651,63 (cento e um mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

No dia 18/11/02, é firmado o 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 062/02, no valor de R\$ 101.651,63 (cento e um mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), baseado no Parecer Jurídico nº 442/02 que por sua vez se baseou apenas no encaminhamento do setor técnico apostado no verso do ofício referindo-se a esse como Parecer Técnico.

A empresa Andrade e Rezende Engenharia de Projetos, no dia 22/11/02 apresenta a readequação do projeto de estrutura metálica do estúdio 3.

Em 29/11/200, a empresa Cima Engenharia resume as alterações discutidas em diversas reuniões técnicas e julga ser oportuna a análise do departamento técnico do Paranacidade. As alterações são:

1) Alteração da estrutura metálica já executada, com a remoção dos 13 apoios e vigas intermediárias, e execução de estrutura metálica auxiliar para descarregar as cargas diretamente sobre os pilares de concreto existentes

2) Alteração do fechamento inicial em estrutura de vidro Spyder Glass, para estrutura mista de: vidro estrutural glazing em alumínio, estrutura com isotelha acústica e painel interno em dry wall acústico, visando diminuir os esforços sobre a estrutura existente.

3) Contratação da empresa especializada para executar o reforço na fundação e também na estrutura existente. Na mesma data, também apresenta laudos técnicos de verificação de capacidade de carga relativa ao estúdio 3.

No dia 4/12/2002, a empresa contratada apresenta o orçamento para execução dos serviços de adaptação ao estúdio 3, os quais totalizam o valor de R\$ 542.446,55 (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos). Fica no

aguardo de autorização para dar prosseguimento e andamento na obra.

O arquiteto João Guilherme Dunin, em 09/12/02, afirma que em visita informal constatou que os projetos arquitetônico e estrutural do estúdio 3 foram alterados pela empresa contratante sem a devida autorização. Que tal modificação acarreta prejuízo estético e de acabamento ao projeto aprovado, alterando também a geometria da estrutura projetada (anexa foto mostrando as modificações). Pede a paralisação dos serviços no estúdio 3, a imediata execução de levantamento completo da estrutura executada para que se possa determinar a existência ou não de outras alterações de projeto e, a definição da melhor maneira de se reconduzir a estrutura já executada ao projeto original.

Esclarece ainda, através de ofício datado em 10/10/02 que as sucessivas alterações foram executadas a sua revelia, sob as quais não lhe cabe nenhuma responsabilidade, e ainda que:

1) O estúdio 3 em sua totalidade foi projetado para ser envolvido por uma única esquadria que foi denominada J1.

2) A esquadria J1 deverá ser um sistema de vidros laminados e/ou temperados com espessura mínima de 10 mm e com sistema de fixação podendo ser definido pelo Paranacidade em conjunto com a SEEC.

3) Nenhum outro material de acabamento/fechamento poderá ser utilizado ou será autorizado senão vidro, na esquadria J1.

4) A autorização do sistema de aplicação a ser definido pelo Paranacidade, está condicionada ao desenvolvimento de um novo detalhamento e modulação dos vidros, que deverá ser realizado por este arquiteto.

A empresa Pirih Engenharia, responsável pela execução da estrutura metálica, em 10/12/2002, encaminha declaração à empresa contratada na qual esclarece quanto à alteração efetuada nas linhas de tubo da fachada da obra. Nesta mesma declaração a empresa Pirih afirma que em conversa na obra, com o arquiteto João Guilherme, explicou o procedimento na distribuição dos tubos indicando duas opções, sendo que foi aceita a segunda a qual seria colocar os tubos a prumo no sentido transversal da obra.

Não foi apresentada a esta equipe de auditoria nenhuma documentação ou ata de reunião que oficialize esta decisão de se executar a estrutura metálica com os tubos no sentido vertical.

Em 11/12/02 a empresa contratada apresenta o cronograma da obra e solicita os projetos de reforço da estrutura metálica, de reforço da estrutura de concreto existente, e das especificações dos fechamentos do estúdio 3.

Em 27/12/02 o Paranacidade aprova o 3º Termo Aditivo no valor de R\$ 596.874,44 (quinhentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) que contempla, entre outros serviços, a

substituição do sistema de fechamento de vidros proposto no Edital de Licitação.

Tal fechamento não chegou a ser executado, nem o Termo Aditivo foi pago, em virtude da paralisação da obra na passagem do ano de 2002 para 2003, condição que se mantém até a presente data.

5. Achados de Auditoria

Após análise da documentação, das respostas aos nossos questionamentos e das visitas "in loco", descrevemos a seguir as principais irregularidades encontradas:

a) Contratação do Arquiteto João Guilherme Dunin com dispensa de licitação.

O Parecer Jurídico da Secretaria de Cultura, que fundamenta o processo de dispensa de licitação para a contratação do arquiteto João Guilherme Dunin, afirma que este é o autor do projeto original do Canal da Música e por isso, com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 ficaria evidenciada a impossibilidade de deflagração do processo licitatório.

No entanto esta argumentação não se sustenta uma vez que o autor do projeto é o arquiteto Lubomir Ficinski Dunin, parente direto do arquiteto João Guilherme e Secretário de Desenvolvimento Urbano e Superintendente do Paranacidade à época da contratação.

Logo, na impossibilidade do autor do projeto original assumir o serviço a ser contratado, uma vez que o mesmo era Secretário do Desenvolvimento Urbano, o parágrafo único do artigo nº 18 da lei nº 5194 determina que as alterações poderão ser efetuadas por outro profissional habilitado, sendo que no caso em análise através da realização de processo licitatório.

Questionados a respeito desta contratação, o Paranacidade encaminhou fotocópias da documentação já analisada por esta equipe de auditoria e cópia do contrato, entre o IPPUC e o arquiteto em 10 de dezembro 1991, mais que não esclarece a questão.

Desta forma, no nosso entendimento, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) foi efetuado irregularmente.

b) Contratação dos projetos complementares anteriormente a contratação do projeto arquitetônico.

Ao analisarmos a documentação referente à contratação dos projetos complementares (elétrico, telefônico, lógico, hidro-sanitário, prevenção de incêndios, ar condicionado, estrutura metálica, estrutura em concreto armado e acústico) constatamos que os mesmos foram contratados em data anterior a data de contratação do projeto arquitetônico que os deu origem. O projeto arquitetônico é a base para a execução dos demais projetos citados.

Em resposta ao nosso ofício solicitando informações a respeito deste item, o Paranacidade argumenta que no caso do Canal da Música já havia estudos preliminares suficientes para embasar as contratações dos projetos complementares.

No entanto, dada a complexidade e especificidade da obra, tal condição não permitiria que fossem orçados e contratados os projetos complementares sem que o projeto arquitetônico estivesse concluído.

Desta forma há evidências de que o projeto arquitetônico estava pronto antes da sua contratação, caracterizando um direcionamento na contratação que como mostrado no item "a" foi realizada sem licitação.

c) Não acompanhamento da elaboração do Projeto Arquitetônico pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural, contrariando cláusula contratual.

A cláusula sexta do contrato nº 007/2001, firmado entre a Secretaria de Cultura e o Arquiteto João Guilherme Dunin, estabelece que fica a cargo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural - CPC a fiscalização bem como o acompanhamento da execução do projeto arquitetônico.

A informação nº 075/03-CPC de 25 de julho de 2003, enviada pela Secretaria de Estado de Cultura, afirma que a Arquiteta Maria Luiza Marques Dias, que exercia o cargo de Coordenadora da CPC à época, acompanhou o projeto arquitetônico.

No entanto em declaração enviada a esta equipe de auditoria, a arquiteta Maria Luiza Marques Dias afirma que o projeto arquitetônico do Canal da Música "não tramitou, e, portanto, não teve acompanhamento e nem foi objeto de análise e parecer por parte da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, no período em que exerci o cargo de Coordenadora (de maio de 1995 a dezembro de 2002)".

Esta declaração da arquiteta Maria Luiza Marques Dias fica respaldada pelo fato de não haver nenhuma documentação referente a este acompanhamento assinada pela mesma.

Os atestos constantes nas notas fiscais para a comprovação da execução dos serviços de elaboração do projeto têm a assinatura do Sr. Carlos Perna de Oliveira, funcionário não vinculado a Coordenadoria de Patrimônio Cultural e sem qualificação técnica conhecida para proceder ao aceite deste tipo de serviço.

Desta forma, não foi possível estabelecer quem acompanhou e se ocorreu algum tipo de acompanhamento por parte da Secretaria de Cultura acerca da elaboração do projeto arquitetônico.

A falta de fiscalização e acompanhamento do projeto, definidas em Contrato, contribuiu para parte dos problemas ocorridos durante a execução da obra uma vez que, aparentemente, não existiu quem verificasse se o projeto contratado atendia aos objetivos e anseios do contratado.

d) Não aprovação dos projetos contratados nos órgãos competentes.

A legislação do Corpo de Bombeiros determina que deverá ser analisado o projeto arquitetônico, para os casos de construção, reforma ou ampliação de obras que tenham área superior a 100 m², exceto residências unifam-

miliares, para que seja concedido o Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal.

No entanto, contrariando a legislação, o Paranacidade não procedeu a aprovação dos projetos necessários no Corpo de Bombeiros nem o Alvará de Construção na Prefeitura Municipal de Curitiba.

e) Não utilização da lei nº 8.666/93 nas licitações.

As contratações efetuadas de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Paranacidade contrariaram o disposto no inciso XXVII, artigo 22 da Constituição Federal e a Lei 8666/93, no que diz respeito à regulamentação do inciso XXI, artigo 37 da CF, que institui normas de licitação e contratos para a administração pública, sendo que qualquer alteração supletiva, de aperfeiçoamento na sua execução, deveria ser precedida de lei conforme previsto no inciso III, parágrafo 1º, artigo 173 da CF.

Desta forma o regulamento em exame, deveria se conformar à legislação nacional, através de adaptação procedimental que aperfeiçoasse os requisitos, sempre subordinados aos princípios gerais, constantes na Lei de licitações.

No entanto, em sentido contrário, o Regulamento trouxe matéria nova disciplinando acerca do processo de escolha, mudando, radicalmente, as modalidades, prazos e assim por diante, modificando toda a essência da normatização nacional.

f) Não verificação pela Comissão de Licitação do item vidros na planilha de serviços da empresa vencedora.

Tendo em vista a especificidade da obra licitada, evidencia-se que a Comissão de Licitação, na fase da análise das propostas, não verificou a proposta de preços da empresa vencedora do certame a fim de garantir a viabilidade e coerência dos preços ofertados.

Nesta obra o valor orçado do item Vidro foi de R\$ 988.481,07 (novecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e um reais e sete centavos) o que representa praticamente 50% do valor total da obra.

Considerado uma parcela significativa do valor total da obra, este item possuía uma especificação singular sistema de fechamento de estrutura de vidro Spyder Glass, sistema este ainda não executado no Estado do Paraná.

No julgamento das propostas não foi verificado que na proposta da empresa Cima Engenharia o valor ofertado para execução deste item era aproximadamente 50% do valor orçado pelo Paranacidade e menos que isso se comparado às demais empresas participantes da licitação.

A comissão de Licitação teria respaldo legal para pedir a abertura da Composição de Preços deste item a fim de verificar se este poderia ser executado pela empresa Cima Engenharia.

Posteriormente, em 04 de setembro de 2002, a empresa Cima Engenharia envia o ofício nº 128/02 no qual alega que o preço ofertado não poderia ser mantido e solicita o restabelecimento do Equilíbrio Econômico-

Financeiro no valor de R\$ 252.780,74 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), solicitação esta que foi rejeitada pelo Paranacidade.

Em 27 de dezembro de 2002, a empresa Cima Engenharia conseguiu que se mudasse o tipo de fechamento de vidro, com a conseqüente alteração financeira, através da assinatura do 3º Termo Aditivo. As irregularidades a cerca deste termo aditivo são explanadas nos itens "l" e "m".

g) Licitar a obra sem realizar levantamento das condições estruturais do prédio.

A obra de reforma e ampliação do Canal da Música exigiu intervenções que alterariam de modo significativo os esforços sobre a estrutura do prédio. Desta forma ao deixar de realizar levantamento das condições estruturais do prédio anteriormente à licitação, o Paranacidade adicionou um fator de risco significativo, uma vez que o resultado deste levantamento poderia ter um custo de execução que inviabilizaria a obra licitada.

Mesmo ao optar, erroneamente ao nosso entendimento, em incluir o levantamento como um item da licitação, o Paranacidade deveria exigir que a montagem da estrutura metálica só fosse executada após a elaboração do Laudo sobre as condições estruturais do prédio. Tal exigência não ocorreu já que a estrutura foi montada sem a elaboração de tal Laudo.

Como conseqüência teve que ser paralisada e teve que sofrer modificações e alterações na estrutura metálica proposta originalmente que poderiam ter sido evitadas caso a estrutura fosse montada já seguindo as orientações constantes no levantamento.

Como agravante temos que esta montagem ocorreu numa edificação pública com pessoas trabalhando e circulando por ela, permanecendo não concluída sua montagem, o que gerou uma situação de risco aos usuários da edificação.

h) Discordância entre a planilha licitada e a planilha de medições.

Ao analisarmos a planilha de medições do Paranacidade, utilizada para autorizar o pagamento das faturas referentes a obra em questão, verificamos que não havia correspondência direta entre os itens da planilha licitada e a planilha de medição.

Em resposta ao nosso ofício solicitando informações a respeito, o Paranacidade informa que na

ocasião estava sendo desenvolvida uma cartilha de serviços, ainda que não devidamente concluída, dando origem assim, a distintas planilhas de serviços e conseqüentemente planilhas de medição. Nesta resposta anexa planilha de serviço mostrando a equivalência entre as planilhas.

No nosso entendimento o Paranacidade não responde a questão. Ao adotar uma planilha de medição com itens de serviços diferentes dos licitados, a Administração introduziu um fator de complicação a mais no processo, já que para confrontar os serviços executados com a planilha de medição, que deveria espelhar estes serviços fielmente, é necessário realizar uma transformação de valores dificultando a transparência exatidão dos serviços realizados e medidos.

i) Divergências entre os valores medidos pela empresa R.B. Coelho e o Paranacidade.

Desde o início da obra os valores medidos pelo Paranacidade eram iguais às medições efetuadas pelo Consórcio Ampla/R.B. Coelho, empresa contratada para realizar inspeções e medições nos obras executadas pelo Paranacidade. No entanto, na 8ª medição do Paranacidade, datada de 06 de novembro de 2002 e utilizada para autorizar o pagamento, constatamos a diferença de R\$ 28.489,06 (vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e seis centavos) pago a maior em relação à 9ª medição do Consórcio, realizada na mesma data.

Questionado a respeito, o Paranacidade encaminhou duas respostas divergentes.

Uma delas, assinada pelo Engenheiro Max A. Rahm, então Coordenador Operacional, afirma que a diferença refere-se a arredondamentos de percentuais executados inclusive o ar condicionado.

Na outra resposta, assinada pelo Fiscal da obra Sr. Antônio Weinhardt Jr., afirmando que havia diferenças entre a 8ª medição do Consórcio e a do Paranacidade e que estas diferenças foram corrigidas na planilha de medição seguinte, nona (9ª) medição do Consórcio.

As duas respostas encaminhadas a esta Coordenação não correspondem a realidade dos fatos, já que ao analisarmos as duas medições encontramos divergências de grande valor e que não se referem a arredondamentos, como por exemplo o pagamento do item abaixo:

Item	Descrição	R. B. Coelho	Paranacidade
5.1.11	Isolam. acústico c/ painel difusor de resíduos quadráticos	R\$ 0,00	R\$ 35.100.78

Estas diferenças de medições também foram encontradas em outros itens conforme podem ser constatado na tabela de comparação entre as duas medições (ver Documentação Anexa).

Apesar de não podermos quantificar prejuízo financeiro neste caso, já que o atual estágio da obra não

permite identificarmos se houve ou não adiantamento de valores, o fato de haver estas diferenças entre a consórcio contratado e o fiscal da obra designado pelo Paranacidade para execução das medições, reforça a comprovação da fragilidade do controle interno desta atividade na execução desta obra.

j) Ausência de Parecer Técnico que justifique o 2º Termo Aditivo.

Na data de 11 de dezembro de 2002 foi pago o valor de R\$ 101.651,63 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos) referente ao 2º Termo Aditivo. No entanto na análise da documentação verificamos que não havia Parecer Técnico que justificasse a necessidade do referido Aditivo.

Com relação a este assunto, o Paranacidade encaminhou duas respostas divergentes:

Uma delas, assinada pelo Engenheiro Max A. Rahm, então Coordenador Operacional, afirma que a informação técnica se encontra no verso da correspondência emitida pela empresa Cima Engenharia.

Ao verificarmos tal documentação, constatamos que a alegada informação técnica trata-se na verdade de encaminhamento do Arquiteto Antônio Weinhardt Jr., fiscal da obra à época, à Procuradoria Jurídica do Paranacidade. Neste encaminhamento o fiscal informa que a planilha de serviços do aditivo se tratava de serviços já executados na obra.

Na outra resposta, assinada pelo já citado Arquiteto Antônio Weinhardt Jr., este afirma que *"em função do número de atividades que estavam sendo desenvolvidas neste momento e por solicitação interna superior não houve Parecer Técnico deste Aditivo, que foi encaminhado à Procuradoria Jurídica sem justificativa e desta maneira foi aceito e providenciado a sua inclusão no valor do contrato"*.

Analisando o Parecer Jurídico nº 442/02 verificamos que este faz referência apenas ao encaminhamento do fiscal da obra, não existindo nenhuma justificativa quanto a necessidade de tais serviços.

k) Pagamento de serviços não executados através do 2º Termo Aditivo.

Em visita à obra, acompanhados pelo fiscal Antônio Weinhardt Jr., verificamos que os serviços pagos no valor de R\$ 101.651,63 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), através do 2º Termo Aditivo não foram executados.

Questionado a respeito, novamente o Paranacidade apresenta duas respostas para o assunto.

Em uma delas, assinada pelo Eng. Max A. Rahm, então Coordenador Operacional, afirma que os serviços relativos ao segundo Termo Aditivo constam da 9ª medição do Paranacidade e que esta medição válida na sua integralidade a execução dos serviços discriminados neste aditivo.

Na outra resposta, assinada pelo fiscal Antônio Weinhardt Jr., este afirma que *"(...) Da mesma forma de encaminhamento do aditivo, por solicitação interna superior, o pagamento foi realizado"*.

Como podemos verificar, além do fato do Termo Aditivo ter sido aprovado sem fundamentação legal, já que não havia Parecer Técnico que o justificasse, temos

como agravante que o mesmo foi pago sem ter sido executado.

Nos dois casos chama a atenção a afirmação, extremamente grave, do fiscal da obra de que estas duas irregularidades aconteceram sob solicitação interna superior, não sendo possível identificarmos os responsáveis.

l) Ausência de Parecer Técnico que justifique o 3º Termo Aditivo.

Durante a obra em questão, verificamos que a Empresa Contratada desde o início afirma não poder executar o item relativo ao sistema de fechamento com vidros "spyderglass", pelo motivo de que à época da licitação este item ter sido cotado erradamente.

Na data 27 de dezembro de 2002, foi assinado o 3º Termo Aditivo, o qual contemplava entre outros serviços a troca de sistema de fechamento de vidros de "spyderglass" para o sistema "vidro estrutural glazing", no valor de R\$ 596.874,44 (quinhentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Na análise da documentação não verificamos a existência de Parecer Técnico que justifique a necessidade da troca do sistema de fechamento de vidros que fundamente e legalize a celebração do 3º Termo Aditivo.

m) Alteração do objeto e frustração do caráter competitivo da licitação.

Ao assinar o 3º Termo Aditivo e admitir a troca do sistema de fechamento de vidros o Paranacidade modifica substancialmente o objeto da licitação do Canal da Música, uma vez que o item vidros é o item mais significativo e oneroso da licitação.

Da mesma forma o Paranacidade também frustra o caráter competitivo da licitação, já que as empresas participantes não tiveram a oportunidade de oferecer preços para o tipo de sistema agora adotado.

Devido à paralisação da obra a troca do sistema de vidros não foi executada nem paga.

Conclusões

Após analisarmos a obra em questão, cujos eventos principais foram expostos neste Relatório, podemos concluir que os vários problemas ocorridos durante a definição das características, elaboração dos projetos e execução da obra tiveram como principal causa falhas de gerenciamento e de insuficiente Controle Interno do Paranacidade.

Estas falhas se tornam evidentes ao verificarmos as irregularidades existentes e aos fatos ocorridos do decorrer da obra, tais como:

- Não utilização da Lei 8.666/93;

- Ausência de fiscalização e acompanhamento na elaboração do projeto arquitetônico e conseqüente pagamento do mesmo;

- Falta de formalização das decisões tomadas durante a execução da obra;

- Respostas divergentes encaminhadas pelos responsáveis pela obra a esta equipe de auditoria;

- Falhas no planejamento da obra (não execução do levantamento das condições estruturais do prédio antes da licitação, exposição das instalações da Rádio Educativa às intempéries, etc.);

- Falta de controle nos pagamentos das medições realizadas (pagamentos sem justificativa técnica e sem a execução dos serviços);

- Falta do registro contábil - patrimonial pela Secretária da Cultura, referente aos gastos pagos pelo Paranacidade, na reforma e ampliação deste bem imóvel, pertencente a mesma;

- Ausência de controle eficaz na verificação da compatibilidade dos recolhimentos, (guias de recolhimento do INSS da folha), em relação ao número de funcionários lotados na obra;

Além dos erros formais ocorridos houve também o pagamento irregular de valores que alcançam a quantia de R\$ 161.651,63 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), conforme discriminado abaixo:

- O pagamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ao arquiteto João Guilherme Dunin, pela Secretaria da Cultura, com aval do Paranacidade, visto que o projeto não poderia ter sido contratado com dispensa de licitação;

- O pagamento de R\$ 101.651,63 (cento e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos) referente ao 2º Termo Aditivo, tendo em vista que os serviços especificados neste termo não foram realizados.

Tendo em vista que uma das atribuições do Paranacidade é a de gerir os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, que somado aos empréstimos internacionais alcançaram no exercício de 2002 mais de R\$330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), e que estes recursos são gastos fundamentalmente em obras de engenharia, recomendamos que sejam observadas as falhas apontadas neste Relatório e que sejam adotados procedimentos mais eficientes para o Controle Interno e para o gerenciamento das obras executadas sob supervisão deste órgão.

Diante dos gastos irregulares e daqueles advindo das falhas de controle interno e de gerenciamento, podemos verificar que os critérios de economicidade e eficiência na gestão da obra em análise não foram cumpridos.

Com relação ao critério de eficácia, a análise fica comprometida uma vez que a obra se encontra paralisada, não sendo possível afirmar que esta atenderia as necessidades dos seus usuários e alcançaria os objetivos pelo qual o Estado empenhou recursos humanos e financeiros.

IV. DECLARAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DA AUDITORIA

Os trabalhos desenvolvidos pela Equipe de Auditoria seguiram as seguintes etapas:

a) Análise de toda documentação relativa à obra constante dos arquivos do Paranacidade (projetos, licitações, contratos, medições, relatórios, etc);

b) Solicitação de acompanhamento pelo gestor público dos atos da Equipe de Auditoria;

c) Visita à obra;

d) Discussão dos Achados de Auditoria com os responsáveis da administração;

e) Reuniões com responsáveis pela coordenação da obra;

f) Exame da escrituração contábil e registros auxiliares;

g) Avaliação do Sistema de Controle Interno relacionado à execução da obra.

V. Equipe de Auditoria

Alexandre Faila Coelho-Assessor de Engenharia-CREA 23.234-D/PR

Anecy de Oliveira Dabul-Assessor de Engenharia-CREA 25.844-D/PR

Adriana G. M. de Oliveira-Consultor Técnico-CREA 20.300-D/PR

Elias Gandour Thomé-Técnico de Controle Contábil-CRC 20.646/PR

Helena M. Valente Santos-Assessor de Engenharia-CREA 13.335- D/PR

Luciana M. O. Silva Pinto-Consultor Técnico-CREA 16.669-D/PR

Luiz Fernando S. do Amaral-Assessor Jurídico-OAB 8203/PR

Paulo Francisco Borsari-Coordenador-CREA 20.591-D/PR

Curitiba, 25 de setembro de 2003.

O conteúdo destes dois Relatórios é por demais expressivo dos fatos, para necessitar de qualquer outro comentário adicional.

EDIFÍCIOS EMBLEMÁTICOS

Estação Ferroviária - Município de Antonina

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da Estação Ferroviária de Antonina, o Paranacidade, na data de 31/11/01, emitiu o Memo 042/DO/2001, onde solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, temos a relatar:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pedido de Cotação de Preços nº 011/01;

Três empresas retiraram Edital (foram convidadas):

Humberto Fogaça Arquitetura

Memórias Design Gráfico Ltda.

CGL Const., Incorp. e Empreendimento Ltda.

Na data de 17/12/01 foi emitido o Edital de Classificação e em 20/12/01 foi emitido o Parecer Jurídico 157/01 favorável à homologação.

Nesta última data foi celebrado o Contrato nº 059/01 com o Arquiteto Humberto Fogaça de Medeiros Ltda., vencedor do certame, no valor de R\$ 58.158,50.

Ressalta-se que, nos campos das ART's relativas aos projetos Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Tubulação Telefônica e Instalações Hidráulicas, relativos às datas de contratação dos serviços, constam as datas de 17/12/01, com pagamento das mesmas em 03/04/02 e 05/04/01.

Após análise do processo de execução da obra, observa-se que os serviços foram licitados pelo valor global de R\$ 594.091,03 (Contrato 054/02), na data de 20/05/02, sendo contratada a empresa Contrutora Pussoli S.A., vencedora do certame.

VALOR INICIAL CONTRATADO R\$ 594.091,03

Foi celebrado um termo aditivo ao contrato, prorrogando o prazo de execução da obra para 26.12.02.

Por fim, cabe ressaltar que, apesar do aditivo supra mencionado, a obra não constata pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 20/01/03.

Estação Ferroviária - Município de União da Vitória

Quanto ao contrato para a elaboração dos Projetos da reforma da Estação Ferroviária de União da Vitória, o Paranacidade, na data de 15/02/02 emitiu o Memo 014/DO/2002, no qual solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, seguindo-se os demais procedimentos, com as seguintes características:

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pedido de Cotação de Preços nº 012/02;

Três empresas participaram (foram convidadas):

Manoel Coelho Arquitetura e Design Ltda.

Costa Carnieri Consult., Arquit. e Planejamento Ltda.

Ceteplan - Cental Técnica de Projetos e Planej. S/C Ltda.

Na data de 11/03/02 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento e em 14/03/02 foi emitido o Parecer Jurídico 066/02 favorável à homologação.

Em 15/03/02 foi celebrado o Contrato nº 033/02, com a empresa Costa Carnieri Consultoria, Arquitetura e Planejamento Ltda., vencedora do certame, no valor de R\$184.112,00.

Na data de **15/03/02 foi assinado o contrato nº 033/02 para a elaboração dos projetos**. Ressalte-se que no "selo" dos desenhos (Prancha) dos projetos de **Tubulação Telefônica** constam as datas de **18 e 21/03/02**, ou seja, no nosso entendimento os projetos já se encontravam prontos/concluídos antes da Contratação dos mesmos.

Convém salientar que para elaboração dos Projetos de Tubulação Telefônica, assim como para os demais, é fundamental que antecipadamente exista o Projeto Arquitetônico concluído, para que posteriormente haja a

possibilidade de elaboração dos demais Projetos acima mencionados, o que demonstra um possível direcionamento do certame.

Após exame do processo de execução da obra, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 723.982,50 (Contrato 096/02), na data de 30/08/02, sendo contratada a empresa Albatroz Arquitetura, Construção e Restauro Ltda., vencedora do certame.

VALOR INICIAL CONTRATADO R\$ 723.982,50

Foram editados seis aditivos ao contrato, com as seguintes características:

- 1º Termo Aditivo firmado em 22/11/02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 56.724,50, totalizando R\$ 780.707,00.

- 2º Termo Aditivo firmado em 28/11/02, aditou valores em decorrência de despesas oriundas de embargo judicial da obra, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 20.164,00, totalizando R\$ 800.871,00.

- 3º Termo Aditivo firmado em 13/12/02, aditou valores em decorrência de despesas oriundas do segundo embargo judicial da obra, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 19.228,00, totalizando R\$ 820.099,00.

- 4º Termo Aditivo firmado em 18/12/02, aditou valores em decorrência de modificações da obra, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 74.532,67, totalizando R\$ 894.631,67. O presente Termo prorrogou o prazo de execução em 34 dias.

- 5º Termo Aditivo celebrado em 03/12/02, prorrogou o prazo de execução da obra para 30/05/03.

- 6º Termo Aditivo firmado em 11/06/03, aditou valores em decorrência de modificações da obra, resultando na alteração do valor da obra, **a menor**, em R\$ 17.491,63, totalizando R\$ 877.140,04.

- Os quatro termos aditivos elevaram o valor da obra em 20.89 %.

É interessante explanar que as obras acima citadas se deram somente na metade da estação, imaginando-se um corte longitudinal no prédio, pela razão de não ter sido consultado o Estado de Santa Catarina, detentor da propriedade da metade restante.

PARQUE DA CIÊNCIA

Elaboração do Projeto Arquitetônico

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos Arquitetônico do Museu Parque da Ciência, o Paranacidade, na data de 30/11/01 emitiu o Memo 043/DO/2001 (vinculado ao protocolo Paranacidade n.º 105/01 datado de 23/11/01), onde solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, com valores previstos em R\$ 200.000,00, com recursos do FDU, ressaltamos:

Em 30/11/01 foi elaborado o Pedido de Cotação de Preços nº 009/01 Paranacidade, para contratar os proje-

tos, conforme Termo de Referência em anexo, para abertura em 18/12/01.

Três empresas adquiriram o Edital:

A. Almeida Arquitetura e Planejamento Ltda.

Mauro José Magnabosco Arquitetura Urbanismo e Paisagismo

Arkplan Arquitetura e Planejamento S/C Ltda.

Em 18/12/01 foi elaborada a Ata de Reunião de Recebimento e Abertura de Proposta com a participação das três empresas, sendo que a menor proposta foi da empresa A. Almeida Arquitetura e Planejamento Ltda.

Em 20/12/01 foi elaborado o Parecer Jurídico nº 159/01, favorável à homologação.

Em 21/12/01 foi assinado o Contrato nº 061/01 com a empresa A. Almeida Arquitetura e Planejamento Ltda. (com prazo de execução de 45 dias), vencedora do certame, no valor de R\$ 138.885,00.

Irregularidades:

Há de ser lembrado que constam como Autores do Projeto Arquitetônico os profissionais Arquitetos: Fernando Popp e Valéria Bechara, e como co-autores: Ana Balabuch, Christiane Martins e Gerson Staehler, onde os citados profissionais se declaram autores do mesmo recolhendo as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica ART.

Cabe salientar que em 20/11/01 foi lavrada Autorização dos Autores do Projeto Arquitetônico do Parque de Ciência autorizando o Paranacidade a contratar o Projeto executivo arquitetônico e os projetos complementares.

Ressalta-se igualmente que, conforme consta da Clausula Décima-segunda do Contrato - "Da cessão do contrato", assim resta mencionado: "A contratada não poderá ceder o presente contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica"

Estranha-se o fato da contratada ter recebido por projeto elaborado por funcionários públicos, no exercício de suas funções.

Elaboração dos Projetos Complementares

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos Arquitetônicos do Parque da Ciência, o Paranacidade, na data de 30/11/01 emitiu o Memo 043/DO/2001 (vinculado ao protocolo Paranacidade n.º 108/01 datado de 26/11/01), onde solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, com valores previstos em R\$ 116.760,62,00, com recursos do FDU, temos a informar:

Em 30/11/01 foi elaborado o Pedido de Cotação de Preços nº 009/01 Paranacidade, para contratar os projetos, conforme o Termo de Referência em anexo, para abertura em 18/12/01.

Três empresas adquiriram o Edital: Vectra Elétrica e Hidráulica Ltda., Escritório Achimar Amorim S/C Ltda., D.S. Engenharia Ltda.

Em 18/12/01 foi elaborada a Ata de Reunião de Recebimento e Abertura de Proposta com a participação das três empresas, sendo a menor proposta da empresa Vectra Elétrica e Hidráulica Ltda. e também declarada não habilitada a empresa D.S. Engenharia Ltda. por apresentar CNPJ vencido, assim como foi desclassificada a empresa Escritório Achimar Amorim S/C Ltda. por apresentar preço superior ao custo estimado. Em 20/12/01 foi elaborado o Parecer Jurídico nº 161/01, favorável à homologação. Em 21/12/01 foi assinado o Contrato nº 063/01 com a empresa Vectra Elétrica e Hidráulica Ltda. (com prazo de execução de 45 dias), vencedora do certame, no valor de R\$ 124.475,00.

Execução das Obras de Reforma/readequação de Barracões

Examinando o processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 098/02 datado de 18.03.02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 2.498.604,12 (Contrato 057/02), na data de 10/06/02, sendo contratada a empresa Construtora Abapan Ltda, vencedora do certame.

Foram editados três termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- O 1º Termo aditivo, firmado 10.10.02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 615.388,55, totalizando R\$ 3.113.992,67.

- O 2º Termo aditivo firmado em 08.11.02, prorrogou o prazo de execução da obra por mais 43 dias.

- O 3º Termo aditivo, firmado 13.12.02, aditou valores em decorrência de Embargo Judicial, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 19.712,38, totalizando R\$ 3.133.705,05.

- Os Termos aditivos firmados elevaram o valor da obra em 25,42 %, passando de R\$ 2.498.604,12 para R\$ 3.133.705,05.

Execução das Obras da Exposição Inicial do Exploratório

Examinando o processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 196/02 datado de 11.07.02, observa-se que os serviços, no valor global de R\$ 3.595.496,84 (Contrato 097/02), na data de 03/09/02, sendo contratado o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec, através de convite direto, com a dispensa de licitação.

Foram editados quatro termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- O 1º Termo aditivo firmado em 18/10/02 prorrogou o prazo de execução da obra para até a data de 20/12/02.

- O 2º Termo aditivo firmado em 18/12/02 prorrogou o prazo de execução da obra para até a data de 31/01/03.

· O 3º Termo aditivo firmado em 22/05/03 prorrogou o prazo de execução da obra para até a data de 30/07/03.

· O 4º Termo aditivo firmado em 12/08/03 prorrogou o prazo de execução da obra para até a data de 27/11/03.

PROJETO VELHO CINEMA NOVO

Consultoria de Projetos Arquitetônicos

Em 08/11/01 foi elaborada a Requisição de Contratação de Serviços RCS para a Contratação de Consultoria de Projetos para Adequação Arquitetônica de 10 cinemas, incluídos no Projeto "VELHO CINEMA NOVO", com valor previsto de R\$ 30.000,00 - Recursos do FDU.

1 - Andirá	6 - Jacarezinho
2 - Loanda	7 - Castro
3 - Londrina	8 - União da Vitória
4 - Guaíra	9 - Apucarana
5 - Morretes	10 - Arapongas

Propostas Constantes a Planilha de Cotação de Preços (propostas datadas de 29/11/01)

Convergência Conteúdo e Produção (R\$ 25.000,00 em 15/11/01)

Instituto de Comunicação Solidária (R\$ 27.900,00 em 17/11/01)

CHG Camargo (R\$ 20.000,00 em 17/11/01)

Salienta-se que foi aprovada a Cotação de Preços e em 26/11/01 foi emitido parecer favorável à contratação.

Na data de 26/11/01 foi assinado o contrato nº 051/01 com a empresa vencedora do certame CHG Camargo, para a execução dos projetos, no valor de R\$ 20.000,00.

Cine Teatro São Carlos - Município de Andirá

No que concerne a contratação para a elaboração dos projetos da reforma da edificação do Cine Teatro São Carlos, do Município de Andirá, o Paranacidade, na data de 08/11/01 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS" e, dos respectivos procedimentos examinados, temos a informar:

Irregularidades:

a) Foi constatada incongruência, relativamente à compatibilidade de tempo, **entre a apresentação** das propostas de preços dos três entes convidados a participar da licitação (Arquiteta Claudia Seixas Joly, Arquiteto

Arley de Almeida e Arquiteto Fernando Antonio Canalli), **e o efetivo convite** para tal participação, pois perceba-se:

DATA DO CONVITE PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

13 de novembro de 2001

DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11 de novembro de 2001

Portanto, resta claro que houve a apresentação de propostas de elaboração dos Projetos antecipadamente à existência do efetivo convite, oferecendo então indícios de irregularidade e direcionamento do certame.

b) Na data de 05/12/01 foi assinado o contrato nº 005/01, para a elaboração dos projetos. Ressalte-se que no "selo" dos desenhos (prancha) dos projetos Elétricos, de Tubulação Telefônica, de Instalações Hidráulicas e de Prevenção Contra Incêndios, consta a data de **"nov/01"**, gerando a conclusão de que **tais projetos já se encontravam prontos ou concluídos antes da contratação dos mesmos**, novamente fornecendo indícios de direcionamento da licitação.

Convém salientar que para elaboração do Projeto de Tubulação Telefônica, do Projeto Elétrico, do Projeto de Instalações Hidráulicas e do Projeto de Prevenção contra Incêndio, é fundamental que antecipadamente exista o Projeto Arquitetônico concluído, para que posteriormente haja a possibilidade de elaboração dos demais Projetos acima mencionados, agravando e melhor demonstrando o direcionamento do certame.

c) Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 064/02, datado de 22/02/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 761.303,30 (Contrato 046/02), na data de 06/05/02, sendo contratada a empresa Trajeto Engenharia e Comércio de Materiais Elétricos Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado: R\$ 761.303,30

Foram acrescidos quatro aditivos ao contrato, descritos como segue:

1. 1º Termo Aditivo, firmado 07/08/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 167.279,42, totalizando R\$928.582,72.

2. 1º Termo Aditivo elevou o valor da obra em 21,97%, mesmo tendo suprimido serviços;

3. 2º Termo Aditivo prorrogou o prazo de execução da obra em 45 dias.

4. Em 28/11/02, foi elaborado o 3º Termo Aditivo ao contrato, que igualmente ao 1º Aditivo, suprimiu e aditou serviços, aumentando o valor da obra para R\$ 1.067.871,53, ou seja, **40,27%** a mais do valor inicial do contrato de execução da obra.

Em pouco mais de seis meses o valor da obra passou de R\$ 761.303,30, para R\$ 1.067.871,53, com aditivos no valor de R\$ 306.568,23 Segundo consta do Histórico do Relatório elaborado pelo Escritório Regional de Londrina, em 24/01/03, tem-se que: "Os aditivos de contrato foram decorrentes da não conformidade

dos projetos apresentados pelos autores com o existente no local da obra. Inicialmente o projeto apresentava a edificação com uma série de dispositivos existentes, tais como

estrutura de cobertura e alguns ambientes com pisos. No entanto este edifício, foi destruído há tempos atrás, em um incêndio, o que não foi considerado pelos autores. Isto motivou a primeira alteração de projeto arquitetônico com a obra já licitada. Para o início dos serviços e constatadas estas deficiências foi solicitado aos autores que apresentassem as devidas correções e adequações.

Com o início da obra, verificaram-se novas divergências entre o projeto alterado e a realidade do local. Com a obra já em andamento os autores do projeto foram

até o local para tomarem ciência das reais informações e apresentaram uma terceira adequação com novos quantitativos, que deram origem ao primeiro aditivo de contrato. Com o decorrer da obra verificaram-se grandes diferenças no orçamento fornecido pelos autores e distorções entre os projetos complementares e as alterações propostas pelos mesmos, visto que tais projetos ainda se baseavam no projeto arquitetônico original e em parte na primeira alteração. O projeto elétrico estava subdimensionado para atender os dispositivos cênicos.

Esta situação originou o segundo aditivo de contrato.

Após o término dos serviços o procedimento foi idêntico ao citado nos outros cinemas. Foi feita uma vistoria final apontado às deficiências e tomado o compromisso de empresa de saná-los. Os itens não executados não foram medidos e efetuado a redução de meta física.

A empresa retornou à obra, atendendo as disposições contratuais e ao termo assumido, paralisando as correções para as festividades de inauguração, programando-se para o retorno após o término do ano, devido aos feriados e recessos.

Situação atual:

De acordo com a programação apresentada pela empresa e informação da prefeitura a contratada mantém atualmente uma equipe no cinema reiniciando (29/01/03) as correções de dependências.

A empresa responsável pelo cenotecnia e equipamentos de som/iluminação cênica ficou de apresentar um cronograma de retorno para possíveis correções nos equipamentos e treinamentos dos funcionários municipais."

Por fim, nos é devido informar que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 24/01/03, tais como:

Pela empresa Trajeto;

1. Porta Guilhotina, não está funcionando, e não tem vedação;

2. Piso do palco, devido à infiltração de água pela base da porta/guilhotina, está danificado;

3. Goteiras em vários pontos do palco, escada de acesso ao Cyber café (cobertura translúcida), infiltração na parede do Cyber café;

4. A torneira do balcão do Cyber não está conectada com o esgoto;

5. Os trincos das portas do camarim, portas de acesso entre outras estão com problemas;

6. Acabamento nos espelhos de tomadas e interruptores (caixa maior que o espelho);

7. O acesso de pessoas portadoras de deficiência ao banheiro;

8. Fissura nas paredes junto aos bebedouros no hall (ambos os lados)

9. Luminárias estão soltas;

10. Trocar e dar acabamento nas guarnições/vistas;

11. Rodapé e guarnições quebrados;

12. Falta ralo nos camarins;

13. As paredes que estão com o acabamento "descascado" conforme projeto estão esfarelado, ver se o tipo de revestimento previsto dá condições de contenção;

14. Acesso ao camarim (escada) necessita de limpeza (tinta no piso);

15. As portas de acesso ao auditório e camarins (bwc) estão com problemas na fechadura;

16. Falta acabamento no fechamento do forro da cabine de projeção;

17. Porta de acesso ao balcão está empenada;

18. Existe a necessidade de uma limpeza em geral nas paredes descascadas (tocos de madeiras e pregos).

Pela Empresa Telem cenotecnia/sonorização e iluminação.

1. Som e Iluminação com interferência (tipo microfonia).

Pela Empresa Infomóvil:

1. Cadeiras sem mola para retorno (1 unidade);

2. Persianas estão caindo (problema de fixação).

Cine Teatro Fênix - Município de Apucarana

Ao analisar a contratação de empresas para a elaboração dos projetos de reforma da edificação do Cine Teatro de Apucarana, o Paranacidade, na data de 04/02/02, elaborou uma "Requisição de Contratação de Serviços RCS" na qual constatamos o seguinte dissentimento:

Existência de elementos conflitantes nas três propostas de preços apresentadas nas datas de 19 e 20 de fevereiro de 2002, com respeito aos entes participantes da licitação, observando-se a seguinte discrepância:

As seguintes empresas apresentaram propostas: Zani Arquitetos, KRB Construtora de Obras Ltda., NK Arquitetura Paisagismo e Imagens.

As seguintes empresas figuraram na planilha de cotação de preços da licitação: NK Arquitetura Paisagismo e Imagens, Bramante Arquitetura, FC + 2 Arquitetura.

Cabe ressaltar que dos três convidados a participar da Licitação, somente uma empresa ofertou cotação de preços, sendo que as outras duas que ofertaram proposta não foram sequer convidadas, como comprova a Planilha de COTAÇÃO DE PREÇOS CP.

Portanto percebem-se indícios de irregularidade e direcionamento do certame.

Igualmente ressalta-se que, apesar de solicitado, o Paranacidade não apresentou as ART's relativas aos projetos da citada obra, sendo que a não apresentação das mesmas contraria a Legislação Profissional Vigente.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 178/02 datado de 20/06/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 1.227.940,00 (Contrato 087/02), na data de 08/08/02, sendo contratada a empresa Engedelp Constr. Civis e Incorporações Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado para execução da obra: R\$ 1.227.940,00

Foram editados quatro aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- 1º Termo Aditivo, firmado 16/10/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 105.824,50, totalizando R\$ 1.333.764,50.

Elevou o valor da obra em 8,62 %, mesmo tendo suprimido serviços;

- Em 29/11/02, foi elaborado o 2º Termo Aditivo ao contrato, que aditou serviços, aumentando o valor da obra para R\$ 1.420.190,91, ou seja, **15,6%** a mais do valor inicial do contrato de execução da obra.

- 3º e 4º Termos Aditivos prorrogaram os prazos de execução da obra.

Segundo consta do Histórico do Relatório elaborado pelo Escritório Regional do Paranacidade de Londrina, 25/01/03, tem-se:

" Após a contratação e emissão da ordem de serviço foi iniciada a demolição foi constatado divergências entre o projetado e espaço real da obra. Foram também localizados, em ambientes a serem demolidos, quadro de vigas e pilares que impossibilitavam sua remoção (o que não tinha sido considerado em projeto), bem como outros ambientes que não faziam parte do escopo. Mediante estas dificuldades foi solicitado ao autor do projeto sua atualização e a nova definição dos ambientes.

Com a visita dos técnicos da cenotecnia (Telem) para conhecer o canteiro de obras e analisar as condições dos serviços a serem executados, verificaram a inexistência de elementos estruturais, fundações, pilares e apoios para suportar os equipamentos a serem instalados. Estas divergências com o projeto e planilhas iniciais originaram o primeiro aditivo de contrato.

Posteriormente com a visita da Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, arquiteta Maria Luiza Marques Dias, esta solicitou algumas alterações do espaço projetado. Após avaliação da

estrutura de cobertura para instalação dos dutos de ar condicionado e do forro em gesso acartonado, a empresa executora e o autor dos projetos solicitaram reforço estrutural devido à sobre carga destes elementos. O Escritório Regional solicitou que fosse feita uma avaliação das estruturas por um especialista e diagnosticado a real necessidade do reforço. Com o laudo apresentado foi autorizado o segundo aditivo para contemplar estes dispositivos.

O procedimento de finalização de obra foi o mesmo relatado anteriormente. Após verificação dos serviços e reduzidos os itens não executados foi lançada à medição final com carta de compromisso da empresa em retornar à obra após a inauguração para atender as possíveis deficiências decorrentes do uso ou da não execução de parte de serviços. Atualmente a empresa mantém um funcionário no local para atender as ocorrências e providenciar as correções e também seus contratados para finalizar a instalação do elevador e efetuar ajustes no sistema de ar condicionado."

Por fim, nos é devido informar que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 25/01/03, tais como:

ENGEDELP:

1. Saboneteira no bwc masculino (foyer);
2. Pino da porta blindex está com defeito;
3. Gesso no foyer está com fissuras;
4. Luminárias com problemas de fixação;
5. Piso emborrachado da rampa de acesso ao auditório foi danificado pela equipe de montagem do elevador;
6. Limpeza (piso/tinta) pavimento superior;
7. Acabamento nas janelas de cabine de proteção (troca de vidro fixo por janelas da abrir pela pm);
8. Falta o chuveiro dos camarins (não consta na planilha licitada);
9. As luminárias das paredes dos auditórios estão com lâmpadas com sistema de acendimento gradual, que por falta de dimmer específico não podem ser acessas, trocar por lâmpadas comuns;
10. Não tem iluminação de serviço no palco e no auditório (o que foi colocado foi feito pela pm) possibilitar que tenha um interruptor de serviço no foyer que possibilite o acesso gradual no cinema sem que seja necessário o acendimento do circuito principal (teto e paredes);
11. Comunicação visual (não consta na planilha);
12. Alguns pontos de luzes não estão funcionando (bwc, camarim, mezanino camarim, depósito).

Cine Teatro Mauá - Município de Arapongas

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Arapongas, o Paranacidade, na data de 30.01.02,

elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", temos a destacar:

PROPOSTAS CONSTANTES DA PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

* Obs: Convites realizados via telefone na data de 30/01/02

Arquiteto Mauro José Magnabosco

Bramante Arquitetura

FC + 2 Arquitetura e Construção Ltda.

Salientamos que em 26/02/02 foi aprovada a Cotação de Preços e em 28/02 foi emitido parecer favorável à contratação. Na data de 06/03/02 é assinado o contrato nº 032/02 com o Arquiteto Mauro José Magnabosco, para a execução dos projetos, no valor de R\$ 39.500,00.

Irregularidades:

Na data de 06/03/02, foi assinado o contrato nº 032/02, para a elaboração dos projetos. Ressalte-se que no "selo" dos desenhos (Prancha) dos projetos Arquitetônico, Estrutural, Elétrico, Tubulação Telefônica, Instalações Hidráulicas, Prevenção Contra Incêndios e de Ar Condicionado constam as datas de **março, abril e maio de 2002**.

Ressalta-se igualmente que nos campos das ART's, relativos às datas de contratação dos serviços, constam a data de **agosto de 2002, com pagamento das mesmas em 15/08/02**. Conclui-se então que **não foi cobrada multa por atraso de entrega dos serviços, apesar de constar em contrato**.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 164/02, datado de 17/06/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 1.238.895,20 (Contrato 082/02), na data de 06/08/02, sendo contratada a empresa Itaocara Construções Cíveis Ltda., vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 1.238.895,20

Foram editados dois aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- 1º Termo Aditivo, firmado 29/11/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 89.302,73, totalizando R\$ 1.328.197,92.

O Aditivo elevou o valor da obra em 7,21 %, mesmo tendo suprimido serviços;

- Em 02/12/02, foi elaborado o 2º Termo aditivo ao contrato, que prorrogou o prazo de execução da obra até 27/12/02.

Segundo consta do Histórico do Relatório elaborado pelo Escritório Regional do Paranacidade em Londrina, datado de 25/01/03, tem-se que:

"Antes do início dos serviços os Técnicos do Escritório Regional detectaram a dificuldade de utilização dos espaços projetados como balcões, pois devido sua localização haveria impossibilidade de visualização do palco pelos futuros usuários. Mediante esta constatação foi entrado em contato com o autor do projeto, arquiteto Mauro M. Bosco solicitando sua análise e alter-

ação, sendo que este não concordou com essa avaliação. Foi então marcada reunião em Curitiba para discussão deste ponto e também da alteração de alguns outros, como a remoção do forro e sua troca por um novo, o que também não foi aceito pelo autor do projeto.

Mediante isto foi solicitado que a Secretária de Cultura do município, Sra. Edna e ao Arquiteto Israel, também funcionário de Arapongas, intercedessem a favor destas alterações devido nossa preocupação quanto a sua funcionabilidade. Não tivemos êxito, pois o município avalizou as propostas do autor.

No decorrer da obra foram identificadas divergências nos quantitativos apresentados pelo projeto original e a necessidade de adequações, tais como a exclusão do segundo lance dos balcões devido à avaliação errada das alturas interna do imóvel.

O projeto arquitetônico tinha sido alterado pelo autor antes da licitação, mas este não alterou os complementares, ocasionando problemas executivos nas fundações do hall de entrada. Com a visita dos técnicos da cenotecnia (Telem) para conhecer o canteiro de obras e analisar as condições dos serviços a serem executados, verificaram a inexistência de elementos estruturais, fundações, pilares e apoios, para suportar os equipamentos a serem instalados. Diante disso fez-se necessário à supressão, inclusão e alteração de quantitativos de serviços inicialmente propostos.

A vencedora da licitação para a instalação de iluminação cênica foi à empresa Thyssenkrupp Elevadores S.A.. Através do contrato 146/02, assinado em 17/10/02, a contratada se obrigava a fornecer os equipamentos em 45 dias.

Ocorre que na data mais adequada para o início destes serviços foi mantido contato com a contratada, cobrando seu imediato início dos serviços, sendo que esta não manifestou o interesse em cumprir o contrato. Frente a tal situação foi informada sede, que acionou o departamento jurídico do Paranacidade para as providências pertinentes ao caso.

O procedimento de finalização de obra foi o mesmo relatado anteriormente. Após verificação dos serviços e reduzido os itens não executados foi lançada a medição final com carta de compromisso da empresa em retornar à obra, após a inauguração para atender as possíveis deficiências decorrentes do uso ou da não execução de parte de serviços."

Por fim, nos é devido informar, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 25/01/03, tais como:

Secretaria de Estado da Cultura:

1. Placa de bronze está com o nome errado do prefeito (fornecida pela Secretaria da Cultura do Estado).

Empresa Itaocara:

1. Controle independente da Luz externa;

2. Porta de acesso está com problema na fixação (pende e raspa no chão);
 3. Mancha no piso do hall;
 4. As portas de acesso estão com abertura com abertura para dentro (contra a normativa do bombeiro);
 5. A fixação dos vidros frontais necessita de sistema antivandalismo;
 6. As barras de apoio da pia do bwc feminino (foyer) estão soltas, a base do vaso necessita de reparo no rejunte, Exaustor do bwc feminino está com ruído;
 7. Molas nas portas de acesso aos bwcs (não consta na planilha);
 8. Providenciar porta de acesso interno ao controle do ar-condicionado pelos camarins (não projetado);
 9. As portas de acesso laterais estão caindo por problemas de fixação;
 10. Corrimão nas laterais dos corredores (não projetado);
 11. Pontos de deficiência na pintura, na cabine de projeção;
 12. Goteiras em diversos locais (Pontos marcados - palco, auditório, hall de acesso a cabine de projeção);
 13. Circuito elétrico dos camarins e auditório juntos;
 14. Não tem iluminação de serviço no palco;
 15. Corrimão de acesso aos camarins/escadas (palco);
 16. Acabamento do forro (não consta em projeto);
 17. Vazamento na pia do balcão do cyber-café e falta instalação hidro-sanitário de uma cuba;
 18. Necessita de ralo nos corredores laterais na altura das portas de acesso laterais do auditório;
- Empresa Infomóvil:
1. 34 Poltronas com problemas de retorno (mola);
- Thyssenkrupp elevadores S.A.
1. Não foi executada a iluminação cênica;

Cine Teatro Municipal de Campo Mourão

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Campo Mourão, o Paranacidade, na pessoa do Engenheiro Jerônimo Meira, informou que os projetos foram elaborados pelo próprio Município de Campo Mourão.

Cumprе salientar que não foram apresentadas as devidas ART's, assim como os respectivos projetos, excetuando-se a apresentação de oito pranchas do projeto arquitetônico.

Após o exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 114/02, datado de 04/04/02, observa-se que os serviços foram licitados pelo valor global de R\$ 127.697,98 (Contrato 055/02), na data de 27/05/02, sendo contratada empresa Construtora Malavazi Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 127.697,98

Foram editados dois aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- Em 06/08/02, foi elaborado o 1º Termo aditivo prorrogou o prazo de execução da obra em 30 dias.
- O 2º Termo aditivo firmado em 03/09/02 suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 12.295,90, totalizando R\$ 139.993,84. Aditou, também, o prazo de execução da obra em 45 dias.
- O 2º Termo aditivo elevou o valor da obra em 9,63 %, mesmo tendo suprimido serviços.

OBSERVAÇÕES:

- Em 06/05/02 foi elaborado a Ata de Reunião de Recebimento de Abertura de Propostas, onde cinco empresas apresentaram propostas, tendo sido a mesma assinada pelo Sr. Luiz Antônio Xavier da Silveira, como presidente. Ressalta-se que, segundo a Portaria 015/SUP/02, a presidente era a Dra. Patrícia Broxado Barreto.

- Igualmente, na data de 07/05/02, foi elaborado o Relatório Preliminar dos Proponentes, onde todas foram habilitadas, o mesmo foi assinado pelo presidente Luiz Antônio Xavier e apenas um membro.

Por fim, nos é devido informar, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 25/01/03, tais como:

1. O revestimento em litocerâmica das paredes externas apresenta problemas de exudação, deverão ser corrigidas ou substituídas (Malavazi);
2. Corrigir problemas na pintura externa, no acesso lateral para platéia (Malavazi);
3. Nos fundos, no revestimento com blocos intertravados, existe o afundamento junto à grelha de captação de águas pluviais (Malavazi);
4. A saboneteira não foi recolocada após a reforma do camarim (Malavazi);
5. Recuperação de porta no camarim (não previsto no orçamento da Malavazi);
6. A colocação das pingadeiras em granito, camarins, sala da administração, deixaram a argamassa solta na parte interna da parede (Malavazi);
7. Infiltração no forro da sala da administração (não prevista no orçamento da Malavazi);
8. A perna recuperada, no palco, apresenta problemas pela falta do cabo de segurança e roldanas (Malavazi);
9. Os equipamentos e itens de iluminação e sonorização foram entregues sem a devida instalação e treinamento, previsto na licitação (Telem);
10. As poltronas apresentam problemas nos assentos, sendo necessário a recuperação e a revisão geral (Movelgar);
11. Fragilidade das lanternas de sinalização nos corredores do Auditório (Malavazi);

12. Mesa de som apresenta vazamento nos fones de ouvido (Telem);

13. Pintura dos rodapés, em preto, estão descascando, na entrada do Teatro (Malavazi);

14. Elevador ainda apresenta o barulho na chapa lateral junto à parede (Malavazi);

Cine Teatro Marajá - Município de Castro

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Castro, o Paranacidade, na data de 26/11/01 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", temos a informar:

PROPOSTAS CONSTANTES DA PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Elaboradas via telefone na data de 11/12/01: NK Arquitetura, Paisagismo e Imagens, Célis Simão Arquitetura e Planejamento, Spagnuolo Arquitetura.

Salienta-se que em **26/11/01 foi aprovada a Cotação de Preços e em 16/01/02 foi emitido parecer** favorável à contratação. Nesta mesma data de 16/01/02, foi assinado o contrato nº 004/02 com a empresa NK Arquitetura e Planejamento Urbano SC Ltda., para a execução dos projetos, no valor de R\$ 34.800,00.

Irregularidades:

Conforme constante da documentação analisada, na data de **26/11/01 foi aprovada a Cotação de Preços** para a elaboração dos projetos. Ressalte-se que nos **PRO-TOCOLOS das Propostas de Preços apresentadas** consta a data de **11/12/01**. Como pode ser verificado, o processo licitatório foi aprovado em data anterior à data de protocolo das propostas.

OBSERVAÇÃO: Constata-se que foi apresentada apenas a ART relativa ao projeto arquitetônico, não tendo sido apresentadas as demais.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 166/02 datado de 20/06/02, observa-se que os serviços foram inicialmente propostos ao valor global de R\$ 949.580,59.

Posteriormente novas propostas foram solicitadas e a empresa Instelma Construtora de Obras apresentou proposta no valor global de R\$ 854.351,78, sendo que na data de 02/08/02 foi firmado o Contrato 076/02, sagrando-a vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 854.351,78

Foram editados três aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- Em 09/12/02, foi elaborado o 1º Termo Aditivo prorrogando o prazo de execução da obra até 29/12/02.

- O 2º Termo Aditivo firmado em 17/12/02 aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 141.458,92, totalizando R\$ 995.810,70, elevando o valor da obra em 16,56 %.

- O 3º Termo Aditivo prorrogou o prazo de execução da obra para até 15/02/03.

Por fim, informamos que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 14/03/03, tais como:

1. O elevador para pessoas portadoras de deficiência física não está instalado, previsão para a conclusão em 18/03/03;

2. O elevador de carga não está instalado, previsão para a conclusão em 18/03/03;

3. No ar condicionado, as duas unidades evaporadoras localizadas sob o palco, transmitem vibrações nos dutos que estão apoiados na estrutura do piso do palco, previsão para a conclusão em 15/03/03;

4. Na sala de projeção não há ventilação, proposta já encaminhada ao regional para análise;

5. Portão metálico de acesso às unidades condensadoras na área externa em má posição, previsão para a conclusão em 14/03/03;

6. Dutos de cobre das unidades condensadoras instaladas no acesso lateral do prédio estão expostos prejudicando estética neste ponto, previsão para a conclusão em 14/03/03;

7. Largura de passarela do urdimento onde o duto de insuflamento do ar condicionado cruzou está muito estreito, prejudicando o acesso para manobras;

8. Cobertura, identificado dois pontos de infiltração de água, com goteiras, sobre a cobertura do piso do palco junto aos pilares metálicos da estrutura de apoio do urdimento, já resolvido;

9. Ruído excessivo na cobertura quando em dia de chuva;

10. Excessiva umidade na parede do camarim (divisa com hotel) causando bolhas e manchas na pintura, previsão para a conclusão em 17/03/03;

11. No teto do camarim há uma espera de um cabo elétrico sem utilidade, há também um furo do forro de gesso ao lado de uma luminária, previsão para a conclusão em 17/03/03;

12. Não há identificação no piso para os extintores;

13. Escada metálica de acesso aos camarins e palco gera ruído ao utilizar;

14. Portão de acesso a passarela sobre a platéia e portas corta-fogo, quando fechada, permite entrada de feixes de luz entre as frestas;

15. Fechadura da porta de vidro temperado e de uma porta corta-fogo estão com defeito, já resolvido;

16. Falta faixa de sinalização nas portas de vidros temperados;

17. Reboco do muro dos fundos do prédio extremamente irregular, previsão para a conclusão em 18/03/03;

18. Refletor da fachada do prédio está mal direcionado, já resolvido;

Cine Teatro Sete Quedas - Município de Guaira

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Arapongas, o Paranacidade, na data de 06/11/01 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS" temos a informar:

PROPOSTAS CONSTANTES DA PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

* Obs: Convites realizados nas datas de 14, 19 e 22/11/01

Archimazzi Arquitetos Associados S/C Ltda (proposta datada de 14/11/01)

Zuccherelli & Mello (proposta datada de 19/11/01)

Arquiteta Beatriz Bechara (proposta datada de 22/11/01 posterior ao parecer jurídico)

Saliente-se que em **22/11/01 foi aprovada a Cotação de Preços e em 21/11/01 foi emitido parecer favorável à contratação**. Na data de 05/12/01 foi assinado o contrato nº 053/01 com a empresa Archimazzi Arquitetos Associados S/C Ltda, para a execução dos projetos, no valor de R\$ 32.700,00.

Irregularidades:

a) Na data de 05/12/01 foi assinado o contrato nº 053/01 para a elaboração dos projetos. Ressalte-se que no "selo" dos desenhos (Prancha) do projeto Arquitetônico, constam as datas de **03 e 06/12/01**, ou seja: entende-se que o projeto já se encontrava pronto/concluído antes da Contratação dos mesmos.

Há de ser lembrado que constam como Autores do Projeto Arquitetônico os profissionais Arquitetos: Fernando Popp e Valéria Bechara, e como co-autores: Ana Balabuch, Christiane Martins e Gerson Staschier, e os citados profissionais se declaram autores do mesmo recolhendo as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica ART.

Ressalte-se, igualmente, que conforme consta da Clausula Décima-segunda do Contrato - "Da cessão do contrato", assim fica estipulado:

"A contratada não poderá ceder o presente contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica".

Estranha-se o fato da contratada receber por projeto elaborado por funcionários públicos, no exercício de suas funções.

b) Ressalte-se que segundo constam das ARTs relativas aos projetos, nos campos específicos das datas de contratação, verificam-se as datas de 11/11/01, 19/11/01, 20/11/01, 26/11/01, 01/12/01 e 10/12/01, o que confirma a hipótese dos projetos já estarem concluídos antes da contratação dos mesmos.

c) Em **22/11/01 foi aprovada a Cotação de Preços e em 21/11/01 foi emitido parecer favorável à contratação**. Observa-se que o Parecer Jurídico é anterior à apresentação de uma das propostas. Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade n.º 190/02, datado de 03/07/02, observa-se que a obra foi licitada, tendo sido anulado o primeiro processo, sendo que posteriormente a mesma foi contratada

por Adjudicação Direta e na data de 18/07/01, a Construtora Abapan Ltda. firmou o contrato 070/02, no valor de R\$ 860.295,00.

Na data de 27/12/01 foi firmado o termo aditivo ao contrato com redução de serviços e valores no valor de R\$ 49.793,13 restando um valor final de R\$ 821.921,57.

Cumprir citar que a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 07/02/03, tais como:

1. problemas com a viga calha: vazamento grande na junção entre os dois prédios (serviço já reparado pela empresa, porém não solucionado), o vazamento está pondo em risco equipamentos de iluminação cênica;

2. infiltração no piso e na cobertura (circulação lado direito);

3. infiltração no piso e na cobertura do palco interno;

4. infiltração na laje de cobertura da passarela de circulação da cenotecnia;

5. lâmpadas queimadas no interior do edifício verificar dimensionamento da fiação;

6. holofotes externos com problemas 02 (dois) do lado esquerdo;

7. toldo não correspondendo a função, por má execução ou problemas de dimensionamento no projeto o palco externo está totalmente sujeito as intempéries;

8. revisão do piso de pedras irregulares no hall.

9. a empresa informábil, até a data da vistoria, não havia executado os reparos solicitados.

Cine Teatro Iguaçu - Município de Jacarezinho

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Jacarezinho, o Paranacidade, na data de 05/02/02 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", temos a informar:

PROPOSTAS CONSTANTES DA PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

* Obs: Convites realizados nas datas de 09, 11 e 12/11/01.

Barnabé Arquitetos Associados S/C Ltda. (Proposta datada de 02/02)

Regional Planejamento e Construção Civil Ltda. (Proposta datada de 14/02/02)

Moreira Miro Engenharia Ltda. (Proposta datada de 08/02/02)

Saliente-se que foi aprovada a cotação de preços e, em 26/02/02, foi emitido parecer favorável à contratação. Na mesma data foi assinado o Contrato nº 028/02 com a Empresa Moreira Miro Engenharia Ltda., para a execução de projetos no valor de R\$ 39.800,00.

OBSERVAÇÃO: Não foram apresentados as ARTS relativas ao projeto arquitetônico, assim como não foi apresentado o memorial descritivo da obra.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 132/02, datado de 03/05/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 889.778,89 (contrato 060/02), na data de 06/06/02, sendo contratada a empresa Formato Construções Ltda., vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 889.778,89

Foram editados três aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- 1º termo aditivo, firmado 24/09/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra, a menor, em R\$ 33.469,56, totalizando R\$ 856.237,34.

- o 2º termo aditivo prorrogou o prazo de execução da obra para até 15/12/02.

- 3º termo aditivo ao contrato, elaborado em 02/12/02, que aditou serviços no valor de R\$ 1.455,86, aumentando o valor da obra para R\$ 857.663,20.

Segundo consta do histórico do relatório elaborado pelo escritório regional do Paranacidade em Londrina, datado de 24/01/03, tem-se que:

"Os aditivos/adequações de contrato foram feitos devido as divergências entre o projetado e o existente na obra. a redução de meta física ocorreu pela não execução de alguns itens propostos na planilha de serviços. diante disto fez-se necessário a supressão, inclusão e alteração de quantitativas de serviços inicialmente propostos.

Na ultima medição, em 04/12/02 foram verificados os itens de planilha e cobradas correções da empresa para a emissão do termo de recebimento provisório, item obrigatório para a liquidação de fatura. o termo de recebimento provisório foi elaborado em 12/12/02. até esta data a obra não apresentava problemas, mas mesmo assim, devido ao exíguo prazo para a detecção de possíveis problemas de execução foi solicitado que a empresa contratada firmasse um termo de compromisso em relação ao seu retorno à obra, mesmo isto já garantido pelo contrato.

Até aquela data não foram detectados vazamentos provenientes de chuvas, o que pode ser atestado pelo município. Após a entrega da obra para a inauguração solicitamos ao Sr. Marcelo (Secretário Municipal de Cultura) que fizesse levantamento dos problemas que surgissem, e ainda em dezembro (26/12) enviamos solicitação a empresa Formato, cobrando seu retorno para correção destas irregularidades.

Conforme contato com o Engenheiro Sérgio Mayer em 13/01/03, este informou que estava montando uma turma para retorno ao cinema de Jacarezinho. Informou ainda que o fornecedor do equipamento do Ar Condicionado (Hitachi), já havia sido notificado e que já estava providenciando a remoção do elemento danificado para sua efetiva substituição. Quanto aos itens da elétrica enviando equipe (sub-empregado) responsável por estes serviços para a devida solução dos problemas e que seu pessoal de construção civil, chefiada pelo encarregado Napoleão estaria se deslocando até Jacarezinho para

atender a obra nas pendências relativas ao seu escopo de serviços.

Situação atual:

A solicitação foi enviada novamente à empresa no dia 21/01/03 e em 28/01/03 fomos informados do retorno do contratado à obra. O transformador foi religado pois a queda de energia devia-se a um curto-circuito já identificado e sanado. Foi informado ainda que a empresa estava inspecionando a cobertura para verificar o motivo das goteiras e que as primeiras informações de moradores e funcionários davam conta de que havia tido uma chuva seguida de fortes ventos, o que poderia ter causado destelhamento no cinema, informamos que não conta no escopo da empresa a reforma e revisão da cobertura."

Por fim, nos é devido informar, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 24/01/03, tais como:

Empresa Formato

1. Infiltração/goteiras nos seguintes ambientes: auditório; corredor de acesso ao auditório (atrás da bilheteria); palco; camarins; patamar da escada de acesso ao foyer superior; sala de máquinas do ar condicionado; banheiro masculino (hall);

2. o vaso do bwc para deficiente deverá ser trocado, pois o modelo é incompatível com o uso;

3. acabamento no gesso;

4. identificação de serviço independente da iluminação geral do cinema (auditório e palco);

5. rever a instalação das mangueiras luminosas do piso do auditório e balcão;

6. não há iluminação externa, na placa do cinema; (não foi medido);

7. a iluminação dos camarins é insuficiente;

8. portas dos camarins foram reaproveitadas, isto foi possível detectar, pois no dia da vistoria as portas por estarem em local úmido devido às infiltrações empenaram e descascaram, bem como estão com infestação de cupim;

9. No piso do palco existem peças metálicas que necessitam fechamento;

10. A parede do camarim (corredor) está com infiltração;

11. A fechadura do bwc, hall superior está quebrada;

12. Ar condicionado saída do dreno foi colocado em um compartimento acima da escada de acesso aos camarins, a água escorre pela escada e por sobre a lateral direita do palco, das outras quatro máquinas, uma apresentou problemas no condensador, bem como o funcionamento está dependendo do fechamento de vãos (previstos em projeto), a empresa está estudando uma maneira de otimizar sem que haja necessidade de alterações;

13. Porta de aço de enrolar (saída lateral de emergência) está com problemas para fechamento;

14. Portas já existentes no projeto inicial (as portas laterais de acesso ao palco e a saída de emergência e as dos banheiros do mezanino) acabamento, as do banheiro do mezanino precisam de mecanismo de amortecimento para o fechamento e de troca de fechaduras, e as portas de emergência cederam e estão emperrando (molas não estão previstas no orçamento);

15. Verificar ponto de infiltração no corredor dos camarins;

16. O cine possui alguns depósitos que não receberam qualquer tratamento, um com acesso pela saída lateral do térreo, um anexo à bilheteria e um embaixo do palco próximo aos camarins, simplesmente foram deixados como estavam, não há nem reboco nas paredes, nem piso nem pintura, a empreiteira colocou portas fechou e mais nada (não estão no escopo do contrato);

17. Difícil acesso da bombonière;

18. Falta mecanismo de fechamento das portas dos banheiros molas (não consta na planilha licitada);

19. Falta alçapão no acesso ao forro na cabine de projeção (não previsto);

20. Faltam saboneteiras nos banheiros;

21. Concluir ligação externa de telefones.

Empresa Telem Cenotecnia/Sonorização e Iluminação.

1. Problemas com o equipamento de som, funcionamento da cortina do palco e falta de treinamento dos técnicos do município (empresa responsável por estes itens está apresentando cronograma de visita as obras para corrigir deficiências e treinar os técnicos do município, segundo o engenheiro Everthon Rosas da Telem, o cronograma será apresentado para Curitiba até 23.01.03).

Indústria e Comércio de Móveis Valdines Ltda.

1. Prateleiras de fórmica branca para o sistema de som e iluminação precisaram ser reforçadas, pois estão suportando o peso dos equipamentos.

Cine Teatro Império - Município da Lapa

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro da Lapa, o Paranacidade, na data de 15/08/02 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", temos a informar:

PROPOSTAS CONSTANTES DA PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

* Obs: Convites realizados nas datas de 09, 11 e 12/09/02

M.C.A. Manoel Coelho Arquitetura e Design

J.G. Arquitetura S/C

Costa Carnieri Consultoria Arquitetura e Planejamento

Salientamos que foi aprovada a Cotação de Preços em 17/09/02, tendo sido emitido parecer favorável à contratação na data de 27/09/02. O contrato nº 122/02 foi assinado na data de 01/10/02, com a empresa J.G.

Arquitetura S/C Ltda., para a execução dos projetos no valor de R\$ 39.200,00.

Observação: esta obra não foi executada.

Cine Teatro Loanda - Município de Loanda

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Arapongas, o Paranacidade, na data de 08/11/01 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS" temos a informar:

P ropostas constantes da planilha de cotação de preços: Arquiteto Fabiano Losso (proposta datada de 11/11/01), Arquiteto Mauro José Magnabosco (proposta datada de 11/11/01), Arquiteto Reginaldo Luiz Reinert (proposta datada de 11/11/01).

Destacamos que em 12/11/01, foi aprovada a Cotação de Preços e em 05/12/01 foi emitido parecer favorável à contratação. Na mesma data foi assinado o contrato nº 054/01, com o Arquiteto Reginaldo Luiz Reinert, para a execução dos projetos, no valor de R\$ 38.000,00.

Irregularidades:

Na data de 05/12/01, foi assinado o contrato nº 054/01 para a elaboração dos projetos. Ressaltamos que no "selo" dos desenhos (Prancha) dos projetos Elétrico, Tubulação Telefônica, Instalações Hidráulicas e Som consta a data de **novembro/01**, ou seja, no nosso entendimento os projetos já se encontravam prontos/concluídos antes da contratação dos mesmos.

Convém salientar que para elaboração dos Projetos Elétrico, Tubulação Telefônica, Instalações Hidráulicas e Som é fundamental que antecipadamente exista o Projeto Arquitetônico concluído, para que posteriormente haja a possibilidade de arquitetura dos demais Projetos acima mencionados, agravando e melhor demonstrando o direcionamento do certame.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 065/02, datado de 22/02/02, observa-se que os serviços foram inicialmente propostos no menor valor global de R\$ 1.078.694,51. Posteriormente novas propostas foram solicitadas e a empresa Itaocara Constr. Civis Ltda. apresentou proposta no valor global de R\$ 994.851,00, e na data de 06/05/02 foi firmado o Contrato 049/02 com a vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 994.851,00

Foram editados quatro termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

· 1º Termo Aditivo, firmado 23/09/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 223.672,52, totalizando R\$ 1.218.523,52.

· 2º Termo Aditivo prorrogou o prazo de execução da obra em 45 dias.

· Em 02/12/02, foi elaborado o 3º Termo Aditivo ao contrato, que aditou serviços no valor de

R\$ 11.536,86, aumentando o valor da obra para R\$ 1.230.060,31.

- 4º Termo Aditivo prorrogou o prazo de execução da obra em 15 dias.

- Os Termos Aditivos elevaram o valor da obra em 23,64 %.

Por fim, informamos que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 13/02/03, tais como:

1. Goteira na cobertura do piso superior, sobre a antiga sala de projeção, deverá ser verificado a origem do gotejamento e proceder ao conserto da cobertura, com troca de telha se necessário;

2. Vedação de painel de vidro com porta de correr, no poço de luz e ventilação da sala de administração (piso superior do bloco administrativo), será verificado o sistema de vedação com cola fria junto ao piso e complementando ou substituído se necessário;

3. Falta espelho em uma caixa de passagem de energia elétrica e presença de eletroduto (com cabo) sem acabamento, localizados na parede de divisa da coxia e camarim, próximo a passarela de serviço da cenotecnia;

4. Ligação do chuveiro do camarim, deverá ser conectado os cabos elétricos do chuveiro a tomada de energia existente;

5. Criação de tomada de energia para caixa acústica na parede lateral do palco, não era previsto tal tomada e será criada próximo ao quadro de acionamento da cortina nobre, no palco;

Cine Teatro Ouro Verde - Município de Londrina

No tocante à contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro Ouro Verde de Londrina, o Paranacidade, na data de 08/02/02 emitiu o Memo 013/DO/2002, solicitando autorização para proceder a licitação dos projetos, sobre o que temos a informar:

- MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pedido de Cotação de Preços nº 011/02;

- Três empresas retiraram Edital (foram convidadas): Nieri Engenharia Civil Ltda., MSE Engenharia de Eletricidade Ltda., Hidraluz Adm. e Engenharia Ltda.

- Duas empresas participaram: MSE Engenharia de Eletricidade Ltda., Hidraluz Adm. e Engenharia Ltda.

Na data de 15/03/02 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento e em 26/03/02 foi emitido o Parecer Jurídico 080/02 favorável à homologação, tendo sido, a 27/03/02, celebrado o Contrato nº 039/02 com a empresa Hidraluz Administradora e Engenharia Ltda., vencedora do certame, no valor de R\$ 65.000,00.

Irregularidades:

- 1) Na data de **27/03/02 foi assinado o contrato nº 039/02 para a elaboração dos projetos.** Ressalta-se

que no "Selo" dos desenhos (Prancha) dos projetos de Restauro,

Estrutural, Elétrico, Tubulação Telefônica, Instalações Hidráulicas e de Ar Condicionado constam às datas respectivas de **dez/01, 04.01.02, dez/01 e jan/02, dez/01, 02/01/02 e 11/03/02**, ou seja, há indícios de que os projetos já se encontravam prontos/concluídos antes da contratação dos mesmos e até mesmo da intenção de licitar (Memo 013/DO/2002).

Ressalta-se igualmente que nos campos das ART's, de Estrutura Metálica e do Projeto Acústico, relativos às datas de contratação dos serviços, constam a data de **15/05/01 e 05/01/02**, com pagamento das mesmas respectivamente em 03/05/02 e **11/03/02**.

- 2) O processo licitatório contou com a participação de apenas dois convidados, o que contraria o disposto na legislação do Paranacidade.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 109/02, datado de 04/04/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 1.228.241,63 (Contrato 064/02), na data de 19/06/02, sendo contratada a empresa Construtora e Incorporadora Squadro Ltda., vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 1.228.241,63

Foi editado apenas um Termo aditivo ao contrato, chamando atenção o seguinte:

O Termo aditivo firmado em 08/11/02, suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra, a maior, em R\$ 305.499,68, totalizando R\$ 1.533.741,51, ou seja, **24,87%** a mais do valor inicial do contrato de execução da obra.

Observação:

Conforme se verifica no relatório abaixo, um novo aditivo contratual deveria ser elaborado; caso tenha se concretizado, o mesmo não foi apresentado a esta CPI.

Segundo consta do Histórico do Relatório elaborado pelo Escritório Regional do Paranacidade em Londrina, na data de 24/01/03, tem-se:

" Durante o desenvolvimento da obra acima referenciada tornou-se necessária à revisão dos quantitativos orçados originalmente, para melhorar adequação técnica, tendo em vista divergências de projeto e planilha. Diante disto fez-se necessário a supressão, inclusão e alteração de quantitativos de serviços propostos.

As últimas vistorias, antes da inauguração, foram executadas dias 17/12/02 (juntamente com um técnico da Secretaria de Cultura do Estado) e 19/12/02 onde foi verificado que algumas pendências já salientadas anteriores para as empresas não haviam sido corrigidas.

Na medição para a Squadro, foram considerandos todos os itens executados e as devidas supressões e solicitado retenção de pagamento a empresa, até que finalizasse os acabamentos, pois itens já executados estavam apresentando problemas, bem como a parte elétrica, telefônica e ar condicionado, não haviam sido testados. Na ocasião a empresa apresentou uma planilha de

serviços a serem compensados, pois não faziam parte do escopo. Estes foram avaliados e compensados financeiramente.

A Obra foi inaugurada dia 28/12/02. Tendo em vista a discordância da empresa quanto aos itens medidos e compensados, foi encaminhada (10/01/03) a planilha de medição para que a empresa providenciasse uma contra medição.

As medições dos equipamentos de cenotecnia foram executadas juntamente com o técnico de cenotecnia do Teatro Guaira (Cleverson) e um representante da Universidade de Londrina (Prof. Pial). Foram recebidos os serviços com restrições, pois a passarela estava em desnível e a empresa encaminhou um termo de compromisso explicando os serviços a serem executados para viabilizar a correção.

A empresa está agendando uma data que seja conveniente para a Secretaria da Cultura da UEL, devido as programações do teatro, para viabilizar a correção do nível da passarela e o treinamento dos funcionários na utilização dos equipamentos cênicos.

As poltronas foram recebidas, sendo que o Layout foi adaptado no local com a presença e orientação do Arquiteto Humberto Yamaki, responsável pelo projeto, pois existia divergência no projeto licitado. A substituição das grades/respirador por grades delgadas presas no piso foi sugestão do arquiteto e não faziam parte do escopo das empresas.

Situação Atual:

Quando da Vistoria no dia 24/01/03, juntamente com os técnicos da sede Reginaldo e Ruy José, a empresa Squadro presente, apresentou uma nova planilha de compensação de serviços. Ficou acertado que a empresa retorne a obra e refaça todos os acabamentos necessários para procedimentos a uma nova medição e o recebimento da obra, bem como verificamos esta nova planilha para possíveis compensações.

Tendo em vista que esta obra é restauro, é necessário também um recebimento dos serviços pela Secretaria de Cultura do Estado.

A empresa Telem foi comunicada (via fax 21/01/03) da necessidade de urgência de correção da passarela e treinamento dos técnicos quanto aos equipamentos.

Foi solicitado ainda que a empresa encaminhe os manuais pertinentes.

Foi comunicada via Fax (29/01/03), a empresa Movegar, sobre a discordância entre o layout dos respiradores e das poltronas, a iluminação da base da poltrona, e o tamanho da poltrona para obesos. A empresa ficou de verificar os problemas apontados."

Informamos, por fim, que apesar do aditivo supra mencionado, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 24/01/03, tais como:

Empresa Squadro

1. Elétrica:

- fechamento do quadro elétrico (defronte a sala do ar condicionado);

- elétrica: segue relação de alguns itens observados na pré-vistoria (16/12/03) do Cine Ouro Verde feita pelo engenheiro projetista, que considera satisfatório:

- nos quadros de distribuição existem disjuntores curvos "b" e curva "c", o ideal seria que todas fossem curvas "c";

- as fixações de eletrocalhas e luminárias, através de vergalhões, apresentam deformações comprometendo a estética visual das instalações (observar antigo camarim e as eletrocalhas que saem dos painéis próximo a cabina do transformador);

- os chuveiros deverão possuir resistência blindada, para que o dr instalado no quadro não desarme, todos os chuveiros deverão estar aterrados;

- observar que nas tomadas e interruptores, os condutores deverão possuir terminal pré-isolado, para a perfeita conexão nos bornes, inclusive na saída dos disjuntores instalados nos quadros de distribuição;

- na chegada das eletrocalhas nos quadros de distribuição deverá ser instalada a terminação adequada, eliminando-se os cantos "vivos" para não danificar o isolamento dos condutores;

- Os eletrodutos deverão ser conectados as eletrocalhas, atreves de curvas pré-fabricadas ou condutores de alumínio e também buchas e arruelas para não danificar o isolamento dos condutores (observar instalações próximas à cabina do transformador);

- na sala de projeção a eletrocalha que chega no quadro de distribuição deveria possuir peças pré-fabricadas adequadas para a realização de curvas.

2. Ar condicionado:

- Falta ventilação na sala do ar condicionado;

- O ar condicionado está provocando ruídos no palco e platéia que interferem na utilização dos espaços (o ar condicionado não está em funcionamento atualmente queima de válvulas, que estão sendo substituídas);

3. Acabamento em geral:

- *Portas de acesso à cabine de som e projeção quebrada;*

- *As portas frontais continuam apresentando processo de ferrugem, o que indica a falta de impermeabilização;*

- *As cantoneiras de ferro da fachada não foram restauradas;*

- *Não foi recolocada a base da porta corrente, retirada pela empresa para o molde, bem como não foi feita a troca dos demais;*

- *Os painéis de madeira nas paredes laterais do pré-foyer estão soltando e manchados;*

- *Acabamento na porta de acesso/sala do ar, pela servidão;*

- *Falta acabamento no restauro da cabine de som (pastilhas, buracos nas paredes);*

- *O piso da sala ao lado da cabine de projeção não foi restaurado;*

- Falta acabamento nas pastilhas da fachada externa servidão;
- Auditório: Lambris, não foi lixado (o verniz foi passado sobre o lambri lixamento);
- As caixas de inspeção do projeto hidro-sanitário em geral não estão acessíveis segundo a empresa elas existem e foi concretado o piso e o contrapiso sobre elas;
- O restauro no piso dos banheiros não foi executado de forma adequada;
- Não foi executado o forro do banheiro dos funcionários, não tem previsão em projeto item a ser compensado;
- Não tem acabamento na grade para a manutenção elétrica, na rampa de acesso no foyer superior;
- A cobertura no palco não foi executada (As telhas já estão na obra para início da execução);
- O guarda corpo da bilheteria externa foi executado com acabamento diferente do previsto, bem como a base está com processo de corrosão;
- O piso da servidão não foi regularizado e o acabamento final não dá condições de recebimento;
- Infiltração pelo duto de ar no patamar da escada de acesso aos novos camarins, na cobertura dos novos camarins, na lateral esquerda próximo a escada de acesso ao auditório, palco, rampa, entre outros, por solicitação na vistoria os funcionários estão demarcando os locais que apresentam vazamento para posterior verificação;
- Piso em taco de acesso ao camarim, está com tacos faltando e/ou soltos;
- Piso trincado ao depósito no camarim;
- Palco foi executado com espessura inferior a especificada;
- Rodapé da fachada não foi executado limpeza;
- Pastilhas de forma geral, ainda possuem manchas e não foram rejuntadas;
- Vidros quebrados (fachada janela quadriculada);
- Pingadeiras das janelas quadriculadas das fachadas estão com as pastilhas soltando e com os escapes entupidos;
- A fiação interna dos letreiros da fachada entre outros fios está solta/sem proteção;

- O acabamento no piso em granitina no Cyber café, no hall do WC masculino e próximo ao bebedouro, não foi corrigido (foyer);
- Falta acabamento no trilho da porta (do pré-foyer para o foyer superior);
- Lambril de madeira danificado (revestimento de parede) no foyer;
- O guarda corpo de madeira no palco deverá ser retirado e substituído, pois foi executado com madeira sem qualquer acabamento e não oferece segurança;
- As escadas de acesso ao palco (camarins e auditórios) não receberam acabamento final e impermeabilização;
- Na bilheteria externa faltam parafusos, travas nos vidros e o vidro de teto deverão ser como o original, em vidro aramado para segurança do usuário, bem como não foi executado o imobiliário conforme o previsto (gavetas);
- Falta acabamento no forro do foyer superior;
- Os acessórios em metal das pias reaproveitadas não são compatíveis com modelo;
- Piso de acesso (externo) está com cola e parcialmente danificado;
- Caixa de proteção antiga entrada de água/medidor (restaurar e dar condições de fechamento);
- Piso de forma geral permanece com manchas;
- Colocar grades nas paredes próximas ao urdimento, para impedir a entrada de pássaros (não está no escopo da empresa).

Empresa Telem

1. Cenotecnia:

- O ciclorama está fixo;
- A passarela do auditório está fora de nível;

Empresa Movelga

1. Poltronas:

- O novo layout das poltronas não permite a colocação dos respiradores (antigos) de ventilação do piso, sem que atrapalhe os espectadores;
- As luzes nas poltronas são de luminosidade insuficiente.

Foram realizadas medições com as seguintes características:

1ª medição (18/07/02)	valor medido (R\$ 32.663,52)	valor acumulado (R\$ 32.580,02)
2ª medição (08/08/02)	valor medido (R\$ 32.663,52)	valor acumulado (R\$ 82.580,02)
3ª medição (08/08/02)	valor medido (R\$ 32.845,80)	valor acumulado (R\$ 120.425,84)
4ª medição (08/08/02)	valor medido (R\$ 151.349,17)	valor acumulado (R\$ 271.775,02)
5ª medição (30/08/02)	valor medido (R\$ 203.087,78)	valor acumulado (R\$ 474.862,81)
6ª medição (16/09/02)	valor medido (R\$ 84.431,78)	valor acumulado (R\$ 559.315,03)
7ª medição (27/09/02)	valor medido (R\$ 95.665,18)	valor acumulado (R\$ 654.980,21)

8ª medição (11/10/02)	valor medido (R\$ 52.201,50)	valor acumulado (R\$ 707.181,71)
9ª medição (28/10/02)	valor medido (R\$ 71.512,35)	valor acumulado (R\$ 778.666,01)
10ª medição (09/11/02)	valor medido (R\$ 92.407,02)	valor acumulado (R\$ 871.093,82)
11ª medição (27/11/03)	valor medido (R\$406.146,17)	valor acumulado (R\$ 1.277.239,99)
12ª medição (19/05/03)	valor medido (R\$ 197.401,90)	valor acumulado (R\$ 1.474.641,89)

Observa-se que o Contrato em sua Cláusula Décima Quarta Parágrafo 2º, assim estabelece: "A FISCALIZAÇÃO procederá **mensalmente**, a contar da formalização deste contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, ..." (destaque nosso). Esta disposição não foi atendida efetivamente, tanto neste quanto em outros tantos contratos firmados pelo Paranacidade, o que demonstra favorecimento aos fornecedores.

Cine Teatro Morretes - Município de Morretes

A) No que concerne à contratação para a Confeção de Painéis de Comunicação Visual para o Cine Teatro de Morretes, o Paranacidade, elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", sem data, através de cotação informal, temos a informar:

Existência de elementos conflitantes nas três propostas de preços apresentadas na data de 04 de outubro de 2002, dos entes participantes da Licitação, **observando-se a seguinte discrepância:**

As seguintes empresas apresentaram propostas: Painer Comunicação Ltda. (proposta datada de 03/10/02) R\$ 20.165,74, Planet Signs Comum. Visual Ltda. (proposta datada de 04/10/02) R\$ 25.102,00, Digital Paraná (proposta datada de 04/10/02) R\$ 29.215,00.

As seguintes empresas figuraram na planilha de cotação de preços da licitação: (10 de outubro de 2002): Mão Colorida Comunicação Visual Ltda., Planet Signs Comunicação Visual Ltda., Digital Paraná.

Mister ressaltar que dos três entes convidados a participar da Licitação, duas Empresa figuraram ofertando cotação de preços, sendo que a outra Empresa que ofertou proposta é diferente, como comprova a Planilha de COTAÇÃO DE PREÇOS - CP. Portanto percebem-se indícios de irregularidade.

Salienta-se que foi aprovada a Cotação de Preços em 10/10/02 e emitido parecer favorável à contratação na data de 11/10/02, declarando como vencedora a empresa Mão Colorida Comunicação Visual Ltda.

Em 15/10/02 foi assinado o contrato nº 149/02 com a empresa Painer Comunicação Visual Ltda., para a execução dos projetos, no valor de R\$ 20.165,64.

B) No que concerne à contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Morretes, o Paranacidade elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", em 09/11/01,

temos a informar:

As seguintes empresas apresentaram propostas: Pierre Júnior Arquitetura (proposta datada de 21/11/01) R\$ 32.700,00, Othelo Lopes Filho Esc. de Arq. S/C Ltda. (proposta de 21/11/01) R\$ 36.300,00, Francisco Zattar Arquitetura Ltda. (proposta datada de 21/11/01) R\$ 39.500,00.

Salientamos que em 21/11/01 foi aprovada a Cotação de Preços, na mesma data emitido parecer favorável à contratação e assinado o contrato nº 045/01 com a empresa Pierre Júnior Planejamento S/C Ltda. para a execução dos projetos, no valor de R\$ 32.700,00.

C) Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 063/02 datado de 22/02/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 210.046,76 (Contrato 044/02), na data de 24/04/02, sendo contratada a empresa Conspati Engenharia e Construção Civil Ltda., vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 210.046,76

Foram editados dois Termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- 1º Termo Aditivo, firmado 12/08/02, aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra, a maior, em R\$ 52.511,69, totalizando R\$ 262.558,45.

- 2º Termo Aditivo, prorrogou o prazo de execução da obra para até 01/11/02.

Ressaltamos que, apesar do aditivo supra mencionado, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 2003, tais como:

1. Foi inspecionado o sistema elétrico do Edifício a partir do quadro de distribuição e constatado defeito de fabricação em um disjuntor de 100A, 2. Também se procedeu a uma estimativa de corrente elétrica e verificou-se um sub-dimensionamento do sistema para as necessidades de iluminação do Cine Teatro (Iluminação Cenotécnica, Geral e Ar Condicionado).

3. E nas demais não foi levantada nenhuma pendência de ordem técnica.

Cine Teatro Paranavaí - Município de Paranavaí

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Paranavaí, o Paranacidade, na pessoa do Engenheiro

Jerônimo Meira, informou que os projetos foram elaborados pelo município de Paranavaí.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 113/02, datado de 04.04.02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 770.000,68 (Contrato 065/02), em 28/06/02, sendo contratada então, a empresa Metro Engenharia e Empreendimentos Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 770.000,68

Foram editados dois aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

· O 1º Termo Aditivo firmado em 08/11/02 suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 153.907,84, totalizando R\$ 923.908,52, elevando o valor da obra em 19,99%, mesmo tendo suprimido serviços.

Em 03/12/02, foi elaborado o 2º Termo Aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 20 dias.

Cumprir citar que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 14/03/03, tais como:

1. Guarda Corpo das passarelas e urdimento no palco (Telem);
2. Correção da escada marinheiro que dá acesso à cabine de som (Metro Engenharia);
3. Reduzir a altura do bandour na boca de cena/palco (Telem);
4. Organizar os cabos soltos na cabine de som, protegendo-os dentro da calha existente na parede (Telem);
5. Deslocar as varas de iluminação sobre a platéia por se acharem muito pr;
6. PABX sem identificação (Telem);
7. Regulador de boca ed cena, um deles está em mal estado (Telem);
8. Substituir um disjuntor de 10 A, na cabine de som (Metro Engenharia);
9. Verificar tomada na cabine de som que não está funcionando (Metro Engenharia);
10. Verificar barulho nas gralhas do ar condicionado, sobre a platéia (Metro Engenharia);
11. O peitoril de proteção (corrimão) da escada no depósito do palco que dá acesso à casa de força (foi suprimido do orçamento para ajuste de serviços - Metro Engenharia);
12. Nos camarins foi constatada a ausência de espelhos e arandelas acima do balcão dos lavatórios (serviços suprimidos do orçamento para ajuste de serviços - Metro Engenharia);
13. Retoque na pintura na saída lateral esquerda da platéia, onde foram recolocadas pastilhas creme, cuja argamassa de assentamento escorreu a pintura na cor vermelha da parede externa (Metro Engenharia);
14. Não existe vedação na cabine de som (2 salas), não previsto em projeto e orçamento;

15. Peça de rodapé em granito está, junto à porta de entrada para a platéia, no Foyer (Metro Engenharia);

16. Elevador não está funcionando (Metro Engenharia);

17. Verificar e/ou substituir as lâmpadas queimadas (Metro Engenharia);

18. Verificar problemas de goteiras na cobertura do Depósito (Metro Engenharia);

19. Fazer o acabamento no carpet, na Platéia, diversos pontos (Metro Engenharia);

20. Telas de proteção nos holofortes externos (não previsto em orçamento Metro Engenharia);

21. Na rampa de acesso ao palco, falta a concordância entre os pisos antiderrapante e de madeira (Metro Engenharia);

22. A cortina do palco apresenta defeito de costura na barra (Telem);

23. Paredes do palco danificadas pela instalação da Cenotecnia (Telem).

Cine Teatro Ópera - Município de Ponta Grossa

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de Paranavaí, o Paranacidade, na pessoa do Engenheiro Jerônimo Meira, informou que os projetos foram elaborados pelo Instituto de Planejamento de Ponta Grossa - Irplan.

Observa-se que as ARTs relativas aos projetos Estrutural, Elétrico, Tubulação Telefônica, Prevenção Contra Incêndios e Ar Condicionado são de **Anteprojeto**.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade n.º 185/02, datado de 26/06/02, observa-se que a obra foi licitada, tendo sido anulados os dois processos realizados (valor proposto muito acima do sugerido, que tinha sido estimado em R\$ 1.989.756,34), sendo que a obra posteriormente foi contratada por Adjudicação Direta (protocolo 228/02 de 07/08/02), e na data de 18/07/01 a empresa Conspati Engenharia e Construção Civil Ltda. firma o contrato 091/02 no valor de R\$ 1.354.260,99.

Foram editados quatro aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

· 1º Termo Aditivo, firmado 31/10/02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$254.480,38, totalizando R\$ 1.680.741,37.

· 1º Termo Aditivo elevou o valor da obra em 18,79%;

· 2º Termo aditivo prorrogou o prazo de execução da obra para 19/02/03.

· Em 27/12/02, foi elaborado o 3º Termo Aditivo ao contrato, que igualmente ao 1º Aditivo, aditou serviços, aumentando o valor da obra em R\$ 83.983,12, totalizando R\$ 1.692.724,49, ou seja, **24,99 %** a mais do valor inicial do contrato de execução da obra.

Em pouco menos de seis meses, o valor da obra passou de R\$ 1.354.260,99, para R\$1.692.724,49.

Cabe ressaltar que, relativamente ao Processo Licitatório que culminou com a contratação de empresa para construção/reforma, observa-se que a Planilha Orientativa de Serviços da primeira Licitação é **totalmente diferente** da Planilha apresentada à empresa Conspati, que foi contratada por Adjudicação Direta para executar a obra, tendo sido, inclusive, **retirados itens como ar condicionado e elevadores**.

Porém, cabe ressaltar que durante a execução foram elaborados aditivos que re-incluíram o ar condicionado e os elevadores.

Salienta-se que a Conspati não participou do primeiro processo de licitação, que foi anulado.

Por fim, informamos que a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 12/03/03, tais como:

"Durante a vistoria constatou-se poucas atividades na obra desde a última vistoria realizada em 21/01/03, com o efetivo de apenas 8 (oito) funcionários da empresa contratada em que se observou a seguinte situação:

1. Serviços de demolições realizados necessitando poucas atividades não previstas;

2. Serviços de escavações já realizados necessitando ajustes de níveis em reaterros em volta da cisterna a executar;

3. Serviços concluídos com ajustes de níveis sobre blocos de fundações dos tubulões;

4. Estão sendo executadas, em ritmo lento, as vigas de concreto para apoio da lajes treliçadas da platéia;

5. Já foram adquiridas e estão disponíveis na obra as lajes treliçadas para a montagem e execução na platéia e palco. Esta laje é fundamental para continuidade dos trabalhos, abrindo frente para outros serviços;

6. Não houve atividades na execução da cisterna em concreto armado após a última visita realizada, esses serviços continuam paralisados;

7. Nenhuma atividade adicional desde da última visita;

8. Foram executados apenas as paredes de fechamento de um elevador;

9. Nenhuma atividade desde da última visita realizada;

10. Serviços não iniciados;

11. Obra em andamento com ritmo lento, com poucos serviços executados desde a última visita realizada, necessitando concluir vários serviços já iniciados;

12. Importante salientar que o prazo de vigência do contrato é de até o dia 12/04/03, havendo a necessidade de elaboração de aditivo ao prazo de vigência;

Cine Teatro Seminário - Município de Rio Negro

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de

Rio Negro, o Paranacidade elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", tem a informar:

Propostas constantes da planilha de cotação de preços (propostas datadas de 29/11/01): Arcchimazzi Arquitetos Associados S/C Ltda. (R\$ 39.600,00 - 18/02/02), Bim & Berger S/C Ltda. (R\$ 39.700,00 - 29/01/02), Vecta Projetos e Consult. Hidráulica e Elétrica (R\$ 38.100,00 - 19.02.02).

Salienta-se que foi aprovada a Cotação de Preços e em 28/02/02 é emitido parecer favorável à contratação. Na data de 06/03/02 foi assinado o contrato nº 034/02 com a empresa Arcchimazzi Arquitetos Associados S/C Ltda. para a execução dos projetos, no valor de R\$ 39.600,00.

Irregularidades:

Conforme examinado, na data de 06/03/02 foi assinado o contrato nº 034/02 para a elaboração dos projetos. Ressalta-se que no "selo" dos desenhos (Prancha) dos projetos constam as datas a saber: Arquitetônico - 05 e 26/02/02 e 05/04/02, Estrutural fev/02, Elétrico fev/02, Tubulação Telefônica 27/02/02, Instalações Hidráulicas fev/02, Prevenção Contra Incêndios fev, mar e abr/02, Ar Condicionado mar/02 e Estruturas de Madeira e Metálica - 28/02/02, ou seja, no nosso entendimento e na forma em que se encontram, os projetos já se encontravam prontos/concluídos antes da contratação dos mesmos.

Salienta-se, inclusive, que as ART's dos projetos Arquitetônico, Elétrico, Tubulação Telefônica, e de Ar Condicionado foram recolhidas em data anterior à contratação da obra.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 112/02 datado de 04/04/02, observa-se que a obra foi licitada tendo sido anulado o primeiro processo (valor proposto muito acima do sugerido cujo menor valor era de R\$ 821.870,40), sendo que a mesma posteriormente foi contratada por Adjudicação Direta (protocolo 210/02 de 24/07/02), e na data de 18/07/01 a empresa Construtora Pussoli S.A. firma o contrato 075/02 no valor de R\$ 662.069,55.

Foram editados dois termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

1º Termo Aditivo firmado em 25/11/02, prorrogou o prazo de execução da obra por mais 30 dias.

2º Termo Aditivo, firmado 27/12/02, aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 161.360,44, totalizando R\$ 823.429,99.

O 2º Termo aditivo elevou o valor da obra em 19,5%.

Em pouco menos de cinco meses a obra passou de R\$ 662.069,55, para R\$ 823.429,99.

Salienta-se que a Construtora Pussoli S.A. não participou do primeiro processo de licitação, o qual foi anulado.

Mister ressaltar que o valor aditivado em 27/12/02 contemplou um acréscimo de 11,61 m2 de persiana uni-flex, inicialmente previsto em 63,12 m2, passando a

74,73 m2, com valores iniciais de R\$ 6.005,24 (R\$ 95,14/m2) passando a R\$ 78.937,30 (R\$1.056,30/m2), ou seja, uma diferença de R\$ 72.932,06.

Se mantidos os preços iniciais, teríamos um valor final R\$ 7.071,76, ou seja, apenas 8,96% do valor pago.

Por fim, nos é devido informar que a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 12/02/03, tais como:

1. Ar condicionado:

1.1. Os serviços de instalação do sistema de ar não foram concluídos, o ar condicionado não funciona;

1.2. As grelhas metálicas de proteção dos equipamentos do Ar Condicionado, localizados na área externa, estão mal dimensionadas, com pouca rigidez e estabilidade;

1.3. O acabamento entre as grelhas metálicas de proteção dos equipamentos do ar condicionado e a parede, está mal feito;

1.4. Uma unidade condensadora está posicionada acima da grelha metálica, prejudicando a fachada do prédio;

1.5. Os fios e tubulações (de cobre) dos aparelhos do Ar Condicionado estão todos expostos na parte exterior do prédio, prejudicando a estética na parte exterior do prédio, prejudicando a estética do prédio, é necessário a instalação de "shafts" (caixas de proteção).

1.6. A tubulação de drenagem do piso do fosso da unidade condensadora dos fundos do prédio está acima do nível, causando poças d'água, é necessário rebaixar a tubulação para que o sistema de drenagem funcione;

1.7. Em alguns caixilhos não foram colocados acabamentos para esconder os parafusos de fixação;

1.8. Não há identificação dos disjuntores dos quadros de distribuição de energia, no apoio do café;

2. Algumas cortinas não abrem, pois não possuem trilhos, a empresa da cortina foi contratada pela Construtora Pussoli;

3. Nas janelas e nas portas do cinema as cortinas só cobrem a parte inferior, a parte superior, que é redonda, não possui cortina;

4. No hall de entrada as duas lâmpadas ao lado dos painéis, expositores não acendem;

5. A restauração da estátua do São Francisco, que se localiza no jardim, não foi feita com material adequado. Executado pela construtora Pussoli;

6. A calçada e a calha de águas pluviais da rua na entrada principal do cinema foi destruída pela construtora e não foi feita, provocando acúmulo de água na rua;

7. Escada de acesso a entrada lateral do teatro foi mal recuperada pela construtora Pussoli;

8. Em dois pontos, nas duas entradas laterais, as calhas da cobertura encontram-se danificadas ocasionando vazamentos;

9. No banheiro Masculino da sala de estar, há vazamento no vaso sanitário e no mictório;

10. O espelho do Boudoir, da sala de estar, foi cortado no centro, por causa da existência de uma tomada, é necessário que o espelho seja cortado em dois pedaços, para que a tomada fique no meio deles;

11. É necessário que seja executado um sóculo, para o vaso sanitário dos deficientes físicos e reposicionar as barras de apoio;

12. Fazer retoques na pintura sobre o grafiato na área dos banheiros e no salão do café;

13. Piso procênico do palco está com pouco suporte e desnivelado, é necessário fazer o piso do mesmo material do piso do palco e em nível;

14. A madeira do rodapé em volta do piso do palco não sofreu tratamento, é necessário fazer pintura com selador para madeira;

15. Os alçapões no piso do palco são muito pesados, o que dificulta na hora dos espetáculos;

16. O piso do palco devido aos alçapões está irregular;

17. Está faltando a barra antipânico na porta tipo corta-fogo de acesso aos camarins;

18. As portas dos camarins, que se localizam no subsolo, estão apresentando sinais de mofo, devido a grande umidade do local e falta de proteção adequada nas esquadrias;

19. Um alçapão do palco, no primeiro pavimento inferior, se localiza exatamente em cima dos equipamentos do Ar Condicionado;

20. Falta espelho no camarim 02, responsabilidade da construtora;

21. Falta acabamento em algumas paredes do camarim 02;

22. A soleira da porta do camarim 01 está quebrada;

23. Refazer moldura de madeira para assentar o espelho no camarim 01;

24. Melhorar acabamento ao redor dos espelhos nos sanitários dos camarins;

25. A viga metálica de apoio do palco está sem pintura antiferruginosa;

26. A escada que dá acesso ao subsolo, possui degraus com piso de 19cm, a norma diz que o máximo é 25cm;

27. Melhorar e corrigir o revestimento do piso cimentado na ante-sala de acesso a unidade evaporizadora sob o piso do palco;

28. No teto da platéia não haverá mais a instalação de um lustre, porém a fiação está aparente.

Cine Teatro Luz - Município de União da Vitória

No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da reforma da edificação do Cine Teatro de União da Vitória, o Paranacidade, na data de 26/11/01 elaborou a "Requisição de Contratação de Serviços RCS", tem a informar:

Propostas constantes da planilha de cotação de preços (propostas datadas de 29/11/01): Lopes Filho Escritório de Arquitetura S/C Ltda. (R\$ 39.500,00), Francisco Zattar Arquitetura Ltda. (R\$ 39.000,00), Pierri Junior Arquitetura (R\$ 38.100,00).

Salienta-se que em 17/01/02 foi aprovada a Cotação de Preços e em 23/01/02 foi emitido parecer favorável à contratação. Na data de 24/01/02 foi assinado o contrato nº007/02 com a empresa Pierri Junior Arquitetura, para a execução dos projetos, no valor de R\$38.100,00.

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº112/02, datado de 04/04/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$587.234,75 (Contrato 069/02), na data de 11/07/02, sendo contratada então, a empresa Wohnhaus Engenharia Civil Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 587.234,75

Foram editados dois aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- O 1º Termo Aditivo firmado em 11/11/02 suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 52.214,97, totalizando R\$ 639.449,72.

- O 1º Termo Aditivo elevou o valor da obra em 8,8 %, mesmo tendo suprimido serviços.

- Em 03/12/02, foi elaborado o 2º Termo Aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 30 dias.

Por fim, nos é devido informar, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 14/03/03, tais como:

1. Calçada em petit-pavet em frente ao Cine-Teatro com as pedras soltas e desniveladas,

podendo causar acidentes aos pedestres;

2. Não foi concluída a imunização da estrutura de madeira da cobertura existente;

3. Há várias goteiras e infiltrações de água na cobertura sobre o palco;

4. Porta em aço de correr no acesso depósito/palco está emperrada;

5. Em dias de chuva há entrada de água sob a porta de aço de sida para a servidão na área dos camarins;

6. Janela em madeira de correr do camarim a fechadura não trava;

7. Luminária fluorescente na sala de projeção com defeito;

8. Reboco no espelho do degrau da escada de acesso aos camarins está soltando;

9. Não há iluminação ou ponto de luz para serviços de manutenção na estrutura do urdimento sobre o palco;

10. Uma unidade condensadora do sistema de ar condicionado não está funcionando;

11. Várias janela de ferro existentes tipo basculante na área de administração, estão emperradas e com os puxadores quebrados;

12. Os serviços de instalação de proteção contra descargas atmosféricas (para-raios) não foram concluídos;

13. Instalações elétricas na casa de bombas com os cabos soltos ao piso sem proteção;

14. Falta faixa de sinalização nas portas de vidros temperados;

15. Falta fazer a instalação dos chapéus em chapa galvanizada nas chaminés de ventilação dos projetores;

É externamente importante ressaltar que aditivos de tal espécie, em todos os contratos analisados, são meios utilizados para suprirem necessidades oriundas de casos fortuitos ou fatos imprevisíveis na execução, ou também, como hipótese mais plausível no exame em epígrafe, de omissões ou falhas de previsão nos projetos.

Portanto, consideramos a possível aquisição, através de contrato, de projetos falhos, incompletos, tidos como maus projetos, que geraram aditivos, causando constantes elevações do valor das obras.

PROJETO CAMINHOS DO MAR

(Obs.: Projetos elaborados pelo Ecoparaná)

No que concerne a contratação para a elaboração dos projetos referentes ao Projeto Caminhos do Mar, salienta-se os mesmos foram elaborados pelo Ecoparaná.

Há de ser lembrado que no Projeto de Execução apresentado à CPI estavam faltando os quantitativos e os orçamentos, devidos e necessários segundo as Normas Brasileiras.

Estação Náutica de Antonina

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 011/02 datado de 17/01/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 185.712,10 (Contrato 012/02), na data de 07/02/02, sendo contratada a empresa Cyborg Engenharia Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 185.712,10

Foram editados três termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- O 1º Termo Aditivo firmado em 18/04/02 aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 17.967,58, totalizando R\$ 203.679,68.

- Em 14/06/02, foi elaborado o 2º Termo Aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 45 dias.

- O 3º Termo Aditivo firmado em 02/07/02 acresceu serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 9.378,26, totalizando R\$ 213.057,94.

Os Termos aditivos elevaram o valor da obra em 11,5 %, mesmo tendo suprimido serviços.

Em 11/10/02 foi firmado um Termo de Renovação de Contrato, prorrogando o prazo de execução por 90

dias a partir da assinatura do mesmo. É de ser considerado irregular tal procedimento.

Por fim, cabe comentar que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda padecia de pendências a serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 17/01/03, tais como:

- Defeito na fotocélula de acionamento automático nas luminárias do trapiche;
- Lâmpadas queimadas.

Saliente-se que foram realizadas cinco medições, nas datas de: 17/05, 12/06, 28/06, 11/07 e 12/07. A propósito disto, observa-se que o Contrato, na sua Cláusula Décima Quarta Parágrafo 2º, determina que:

"A FISCALIZAÇÃO procederá **mensalmente**, a contar da formalização deste contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados, ..."

Houve Termo de Recebimento do Imóvel em 02/08/02, tendo em vista o Termo de Recebimento Definitivo da Obra datado de 10/07/02.

Estação Náutica de Guaraqueçaba

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 010/02 datado de 17/01/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 250.295,06 (Contrato 025/02), na data de 22/02/02, sendo contratada então, a empresa Dofer Engenharia e Construções Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 250.295,06

Foram editados três termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- Em 14/06/02, foi elaborado o 1º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 60 dias.
- Em 19/07/02, foi elaborado o 2º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 30/10/02.
- Em 23/10/02, foi elaborado o 3º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 30/11/02.

Ressalta, afinal, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda carecia de pendências a serem executadas ou saneadas, constatada pela vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade, tais como:

- Algumas manilhas utilizadas para a fixação das correntes estão oxidadas por não terem recebido tratamento de galvanização a fogo, conforme especificado no projeto;
- Os parafusos para a fixação da diferença de madeira, na cabeceira norte da estrutura recuperada (2 pontões), não passaram o suficiente e a mesma está se desprendendo;
- A capa vinílica de tal estrutura encontra-se rasgada (aproximadamente 80 cm), e o isopor interno está sendo degradado pela ação de agentes externos;.
- Reposicionar as poitas do flutuante transversal.

Também nesta obra foram executadas medições em: 23/05, 17/06, 27/06, 10/07,

29/07 e 06/11/02, contrariando as disposições contratuais.

Estação Náutica de Guaratuba

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade n.º 013/02 datado de 17/01/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 88.902,34 (Contrato 018/02), na data de 08/02/02, sendo contratada a empresa Erbauen Construtora e Incorporadora Ltda, vencedora do certame.

VALOR INICIAL CONTRATADO R\$ 88.902,34

Foram editados dois termos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- O 1º Termo de Renovação de Contrato firmado em 08/10/02 renovou o prazo de conclusão da obra para até 15/10/02.
- O 2º Termo firmado em 14/10/02 prorrogou o prazo de conclusão da obra para até 31/12/02.

Cabe a ressalva de que, em relação a este projeto, não foram levantadas pendências de ordem técnica a serem executadas ou saneadas, conforme relatório de vistoria emitido pelo Paranacidade em 20/01/03. No entanto, também aqui foram constatadas medições em: 23/05, 13/06, 28/06, 10/07 e 30/08/02.

Estação Náutica de Paranaguá

Do exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 014/02 datado de 17/01/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 189.349,70 (Contrato 013/02), em 07/02/02, sendo contratada a empresa Camaioire Construções Civis Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 189.349,70

Foram editados três termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- Em 05/06/02, foi elaborado o 1º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 60 dias.
- Em 30/07/02, foi elaborado o 2º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 60 dias.
- O 3º Termo aditivo firmado em 17/09/02 aditou serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 47.337,00, totalizando R\$ 236.686,70. O presente termo prorrogou o prazo de execução em 45 dias.
- Os Termos aditivos elevaram o valor da obra em 25 %.

Também nesta obra, como de resto em quase todas as outras, é possível verificar-se a aquisição, através de contrato, de projetos falhos, incompletos, que podem ser tidos como maus projetos e que geraram aditivos, elevando o valor da obra em 25 %.

Cabe ainda a ressalva de que, apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda padecia de pendências a

serem executadas ou saneadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 20/01/03, tais como:

- Pintura das portas com defeitos de execução e irregularidades;
- Mancha na pintura das paredes internas;
- Piso de granitina manchado;
- Entupimento de vaso sanitário no banheiro feminino;
- Infiltração de água na parede do depósito;
- Falta de definição institucional para a correta utilização das instalações de embarque e desembarque (conflito e disputa entre barcos de turismo e barcos de transporte regular);
- Orientações para a empresa executora (Camaiores);
- Lixar e raspar as portas e janelas externas do andar térreo a fim de remover a pintura antiga e proceder a nova pintura nestas aberturas;
- Corrigir as demais irregulares de modo a melhorar o padrão de acabamento e funcionamento da edificação.

Constatou-se, também, a realização de medições contrariando as disposições contratuais, em: 14/05, 13/06, 27/06, 11/07, 21/08, 01/10, 06/11 e 19/11/02.

Estação Náutica de Pontal do Paraná

Após exame do processo de execução da obra, vinculado ao protocolo Paranacidade nº 012/02, datado de 17/01/02, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 129.493,75 (Contrato 016/02), na data de 08/02/02, sendo contratada a empresa Dofer Engenharia e Construções Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado R\$ 129.493,75

Foram editados cinco termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

- Em 17/05/02, foi elaborado o 1º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra em 60 dias.
- Em 17/07/02, foi elaborado o 2º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 31/08/02.
- Em 20/08/02, foi elaborado o 3º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 30/09/02.
- Em 25/09/02, foi elaborado o 4º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 15/10/02.
- Em 15/10/02, foi elaborado o 5º Termo aditivo que prorrogou o prazo de execução da obra para até 30/11/02.

Neste projeto não foi constatada nenhuma pendência de ordem técnica a ser executada ou saneada, conforme relatório de vistoria emitido pelo Paranacidade em 20/01/03, mas foram realizadas medições em: 23/05, 13/06, 27/06, 10/07, 12/07, 21/08 e 22/10/02, fato este que já foi objeto de comentário anteriormente.

É extremamente importante ressaltar que aditivos de tal espécie, em todos os contratos analisados, são meios utilizados para suprirem necessidades oriundas de casos fortuitos ou fatos imprevisíveis na execução, ou também, como hipótese mais plausível no exame em epígrafe, de omissões ou falhas de previsão nos projetos.

Portanto, consideramos a possível aquisição, através de contrato, de projetos falhos, incompletos, tidos como maus projetos, que geraram aditivos, causando constantes elevações do valor das obras.

RECANTOS DA ESTRADA HISTÓRICA DA GRACIOSA

O Projeto Estrada Histórica da Graciosa foi constituído através de Autorização Governamental (Decreto 4905 de 29/10/01) e o firmado Convênio 018 SEDU/PUC/2002, tendo como partes:

- a) Sedu (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano)
- b) Paranacidade (Serviço Social Autônomo)
- c) SEIT (Secretaria Estadual da Indústria Comércio e Turismo)
- d) SETR (Secretaria Estadual dos Transportes)
- e) DER

O Objeto do Convênio era a Constituição do programa de Valorização Cultural do Estado do Paraná No que concerne a contratação para a elaboração dos Projetos da área do Parque da Graciosa, o Paranacidade, na data de 13/02/02, emitiu o Memo 012/DO/2002, onde solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, sobre a qual tem a informar:

- Modalidade de licitação: Pedido de Cotação de Preços nº 010/02;

Três empresas retiraram Edital (foram convidadas): Bernarck Arquitetura Ltda., Memória Designer Gráfico Ltda., Mirna Cortopassi Lobo Arquitetura Ltda.

- Na data de 25/02/02 foi lavrado a Ata de reunião com o resultado da classificação.

- Na data de 28/02/02 é emitido o Parecer Jurídico nº 058/02 favorável à homologação e celebrado o Contrato nº 030/02, com a empresa Bernack Arquitetura Ltda., vencedora do certame, no valor de R\$ 89.200,00.

Irregularidades

Conforme constante da documentação apresentada, na data de 28/02/02 foi assinado o contrato nº 030/02 para a elaboração dos projetos.

Ressalta-se que no "selo" dos desenhos (Pranchas) dos projetos Arquitetônicos, Restauro, Estrutural, Elétrico, Tubulação Telefônica, Instalações Hidráulicas, Estrutural de Madeira e Revitalização, constam as datas respectivas de fev e mar/02, 05/01/02, fev/02, jan/02, jan/02, jan/02, dez/01 e jan/02, ou seja, no nosso entendimento os projetos já se encontravam prontos/concluídos

antes da contratação dos mesmos, e até mesmo da intenção de licitar (Memo 012/DO/2002), agravando e melhor demonstrando o direcionamento do certame.

Após exame do processo de execução da obra, observa-se que os serviços foram licitados no valor global de R\$ 1.138.967,38 (Contrato 056/02), na data de 23/05/02, sendo contratada a empresa Engedelp Construções Cíveis e Incorporações Ltda, vencedora do certame.

Valor inicial contratado: R\$ 1.138.967,38

Foram editados três termos aditivos ao contrato, chamando atenção o seguinte:

1º Termo Aditivo firmado em 06/09/02 suprimiu e aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 47.181,68, totalizando R\$1.186.149,06 e elevando o valor da obra em 4,14 %, mesmo tendo suprimido serviços.

2º Termo Aditivo firmado em 31/10/02 aditou diversos serviços, resultando na alteração do valor da obra em R\$ 37.886,96, totalizando R\$ 1.224.036,02. Este termo também prorrogou o prazo de execução da obra em 30 dias e aditivo elevou o valor inicial da obra em 3,19 %, totalizando 7,46 %.

3º Termo Aditivo firmado em 20/12/02 suprimiu serviços, resultando na alteração do valor da obra, a menor, em R\$ 1.485,14, totalizando R\$ 1.222.550,88.

Ressaltamos que aditivos de contratos dessa natureza são, sempre, meios utilizados para suprir necessidades oriundas de casos fortuitos ou fatos imprevisíveis na execução, ou ainda, como hipótese mais plausível ao exame em epígrafe, de omissões ou falhas de previsão nos projetos.

Cabe lembrar, por fim, que apesar dos aditivos supra mencionados, a obra ainda tinha pendências a serem executadas ou sanadas, conforme vistoria *in loco* realizada pelo Paranacidade em 14/03/03, tais como:

Recanto Eng. Lacerda

Necessidade de rejunte com cimento no calçamento próximo ao último quiosque de churrasqueira;

Necessidade de 01 (uma) torneira;

No quiosque de comércio a porta foi alvejada com tiros, alguns perfuraram a porta e danificaram azulejos;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados, verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e/ou sapatas;

Recanto Rio Cascata

Necessidade de 02 (duas) torneiras e 02 (dois) trincos nas portas do banheiro;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados, verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e/ou sapatas;

Recanto Grota Funda

Necessidade de 01 (uma) torneira e 02 (dois) trincos nas portas do banheiro;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados, verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e/ou sapatas;

Recanto Bela Vista

Necessidade de 01 (uma) torneira;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados,

verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e/ou sapatas;

Recanto Curva da Ferradura

Necessidade de rejunte com cimento no calçamento de acesso ao primeiro banheiro e no de acesso às churrasqueiras;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados, verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e/ou sapatas;

Recanto Mãe Catira

Necessidade de 03 (três) torneiras;

Analisar a existência de balanço no "telhado" dos quiosques de churrasqueiras reformados, verificando a necessidade de reforço nos "colarinhos" e / ou sapatas;

Salientamos que foram realizadas 14 medições, nas datas de: 13/06, 26/06, 12/07, 26/07, 13/08, 26/08, 09/09, 23/09, 07/10, 21/10, 04/11, 19/11, 29/11 e 18/12.

Observa-se que o Contrato, em sua Cláusula Décima Quarta Parágrafo 2º, assim estabelece:

"A FISCALIZAÇÃO procederá mensalmente, a contar da formalização deste contrato de empreitada, à medição mensal baseada nos serviços executados"

BASES CARTOGRÁFICAS

O programa de Bases Cartográficas, até a data deste Relatório, foi composto de três fases ou licitações, a saber:

1 Primeiro Processo Licitatório:

No que concerne a contratação para a elaboração das Bases Cartográficas relativas ao primeiro processo licitatório, constantes de 6 lotes que atenderam a 78 municípios, o Paranacidade, na data de 25/07/69 emitiu o Memo Sedu CGP 059/96, onde solicitava autorização para proceder a licitação dos projetos, temos a informar o que segue:

Concorrência nº 001/96 - Famepar

- 13 empresas adquiriram o edital: Aerofotogrametria Universal S.A.; Aerodata S.A.; Aeroimagem Aero-fotogrametria; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.; Aeroconsult S.A.; Engefoto S.A.; Agritec Agrimensura e Aerofotogrametria S.A.; Aerosul S.A.; Base Aerofotogrametria e Projetos S.A.; Aerofoto Cruzeiro S.A.; Maplan Aerofotolevantamentos S.A.; Prospec S.A.; Embrafoto S.A..

- 09 empresas/Consórcios (total de 12 empresas) apresentaram proposta: Consorcio Universal /Aerosul; Aerodata S.A.; Consorcio Aeroimagem / Agritec; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.; Aeroconsult S.A. Aerolevantamentos e Consultoria; Base Aerofotogrametria e Projetos S.A.; Aerofoto Cruzeiro S.A.; Consorcio Engefoto / Maplan; Embrafoto Empresa Brasileira de Aerofotogrametria S.A..

Na data de 13/09/96 foi lavrada a Ata de Reunião de Abertura dos Envelopes nº 2 e duas empresas foram inabilitadas Embrafoto S.A. e Aeroconsult S.A..

Em 14/10/96 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento, com a seguinte classificação:

Lote 1	Consórcio Engefoto/Maplan	R\$ 2.352.000,00
Lote 2	Consórcio Aeroimagem/Agritec	R\$ 2.150.550,00
Lote 3	Esteio S.A.	R\$ 3.451.926,00
Lote 4	Consórcio Universal/Aerosul	R\$ 3.279.200,00
Lote 5	Base S.A.	R\$ 2.905.800,00
Lote 6	Esteio S.A.	R\$ 72.850,00
	Total	R\$ 14.212.326,00

Em 28/10/96 foi emitido o Parecer Jurídico nº 01/96/NJU - Paranacidade favorável à homologação, com as seguintes características:

Data	Contr. nº	Empresa	Lote	Cobertura (km2)
29/10/96	003/96	Consórcio Engefoto/Maplan	1	280
29/10/96	004/96	Consórcio Aeroimagem/Agritec	2	243
29/10/96	005/96	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.	3	417
29/10/96	006/96	Consórcio Universal /Aerosul	4	400
29/10/96	007/96	Base Aerofotogrametria S.A.	5	348
29/10/96	008/96	Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.	6	10

2 - Segundo Processo Licitatório:

No que concerne a contratação para a elaboração das Bases Cartográficas relativas ao segundo processo licitatório, constante de três lotes que atenderam a 30 municípios, o Paranacidade, na data de 08/12/97, o Diretor de Operações oficiou ao Superintendente, solicitando autorização para proceder licitação visando a contratação de serviços de cobertura e restituição aerofotogramétrica, segundo o seguinte:

Edital de Convocação nº 004/97 - Paranacidade

- 12 empresas adquiriram o edital: Agritec Agrimensura e Aerofotogrametria S.A.; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.; Aerofotogrametria Universal S.A.; Engefoto S.A.; Aerodata S.A.; Aeroconsult S.A.; Aerocarta S.A. Engenharia de Aerolevantamentos; Aerosul S.A.; Aeroimagem Aerofotogrametria; Sensora; Maplan Aerofotolevantamentos S.A.; Base Aerofotogrametria e Projetos S.A..

- 04 empresas/consórcios (total de 9 empresas) apresentaram proposta:

Consórcio: Aerofotogrametria Universal S.A./ Engefoto S.A. - Aerofotogrametria e Aerolevantamento S.A./Agritec - Agrimensura e Aerofotogrametria S.A./; Aeroconsult S.A. - Aerolevantamentos e Consultoria; Consórcio Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A./Aeroimagem; Aerofotogrametria/Aerosul S.A.; Maplan Aerofotolevantamentos S.A.; Aerocarta S.A. Engenharia de Aerolevantamentos.

Na data de 30/01/98 foi lavrada a Ata de Reunião de Abertura dos Envelopes nº 2, sendo todas as empresas habilitadas.

Em 03/02/98 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento, com a seguinte classificação:

Lote 1	Consórcio Universal/Engefoto/Agritec/Aeroconsult	R\$2.530.800,00
Lote 2	Consórcio Esteio/Aeroimagem/Aerosul	R\$1.264.687,50
Lote 3	Consórcio Esteio/Aeroimagem/Aerosul	R\$582.000,00

Os contratos foram celebrados nas seguintes condições:

Data	Contrato nº	Empresa	Lote	Cobertura (km2)
20/03/98	003/96	Cons. Universal/Engefoto/Agritec/Aeroconsult	1	285
19/03/98	004/96	Cons. Esteio/Aeroimagem Aerosul	2	142,50
19/03/98	005/96	Cons. Esteio/Aeroimagem Aerosul	3	417

3 Terceiro Processo Licitatório:

No que concerne a contratação para a elaboração das Bases Cartográficas constantes de 5 lotes que atenderam a 91 municípios, na data de 26/03/02 foi emitido o Memo 031/DOP/2002 do Diretor de Operações ao Superintendente, solicitando autorização para proceder a licitação, visando a contratação de serviços de cobertura e restituição aerofotogramétrica, nos moldes a seguir descritos:

Edital de Convocação nº 011/02 - Paranaidade:

- 14 empresas adquiriram o edital: Agritec Agri- mensura e Aerofotogrametria S.A.; Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A.; Aeroconsult Aerolevanta- mento e Consultoria Ltda.; Aerocarta S.A. Engenharia de Aerolevantamentos; Aerosul S.A. Levantamentos Aeroespaciais e Consultoria; Aeroimagem Aerofoto- grametria S.A.; Base Aerofotogrametria e Projetos S.A.; Aerosat Arquitetura, Engenharia e Aerolevantamento Ltda.; Engefoto Engenharia e Aerolevantamento S.A.; Multispectral Ltda.; Aeromapa S.A.. Cartografia, Informática e Projetos; Geofoto Aerolevantamento Ltda.;

Maplan Aerofotolevantamentos S.A.; Fiducial Engen- haria e Aerolevantamento Ltda.

- 09 empresas/Consórcios (total de 11 empresas) apresentaram proposta: Consórcio Esteio/Aeroimagem; Base S.A.; Aerosat; Engefoto; Fiducial; Agritec; Consór- cio: Aerosul/Aeromapa; Consórcio Sul (Geofoto/Aero- consult); Aerocarta.

Em 16/05/02 foi elaborado o Relatório de Habili- tação das Proponentes, que declarou inabilitadas as empresas: Base S.A. para o lote 2, Aerosat Ltda. para o lote 2 e Agritec S.A. para os lotes 2, 4 e 5, sendo as demais declaradas habilitadas.

Na data de 03/07/02 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento, onde todas as empresas foram desclassificadas, haja vista o valor apresen- tado.

A Ata de Reunião de Abertura de Novas Propostas de Preços foi lavrada na data de 06/08/02.

Por fim, em 17/09/02 foi emitido o Relatório de Classificação e Julgamento, sendo declarados os seguintes resultados:

Lote 1	Base Aerofotogrametria e Projetos S.A.	R\$1.233.225,00
Lote 2	Consórcio Aerosul/Aeromapa	R\$1.210.880,00
Lote 3	Consórcio Esteio/Aeroimagem	R\$1.258.488,00
Lote 4	Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A.	R\$1.241.905,00
Lote 5	Consórcio Sul	R\$1.239.315,00

Em 25/09/02 foi emitido o Parecer Jurídico nº 327/2002-PJU, favorável à homologação, sendo os con-

tratos celebrados nas seguintes condições:

Data	Cont. nº	Empresa	Lote	Cobertura (km2)
26/09/2002	113/2002	Base Aerofotogrametria e Projetos S.A.	1	130,50
26/09/2002	114/2002	Consórcio Aerosul/Aeromapa	2	128
26/09/2002	115/2002	Consórcio Esteio/Aeroimagem	3	132
26/09/2002	116/2002	Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A.	4	129,50
26/09/2002	117/2002	Consórcio Sul	5	129,50

Obs.: Em 10/07/03, o terceiro processo licitatório de Bases Cartográficas encontrava-se junto à Procura- doria Geral do Estado para ser analisado quanto a con-

tinuidade ou não do Programa. Há de ser lembrado que, até a data acima citada, já havia sido executados serviços

no valor de R\$ 1.353.449,65 e faturados R\$ 413.508,48, do valor total de R\$ 6.183.813,00.

PROGRAMA ESTADUAL DE OBRAS MUNICIPAIS - PEOM

O Governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº 5.260 de 22 de janeiro de 2002, autorizou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano SEDU, a "fazer convênios com os municípios paranaenses, para implementação de obras e/ou aquisição de equipamentos, com recursos do Tesouro do Estado, alocados em seu orçamento, de tudo, dando ciência ao Governador."

Este decreto foi alterado em 28 de fevereiro de 2002, pelo Decreto nº 5.388, restringindo a aquisição de equipamentos à aquisição de ambulâncias.

O Decreto nº 5.797 de 25 de junho do mesmo ano, incluiu na autorização a aquisição de ônibus para transporte escolar.

Em 30 de janeiro de 2002, o Decreto nº 5.279 determinou a abertura de crédito suplementar de 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), iniciando a movimentação orçamentária para cobertura daqueles convênios.

Sucederam-se mais dez decretos de movimentação orçamentária, sendo o último o Decreto nº 6.807, de 30 de dezembro de 2002, que alocou na Sedu R\$2.310.000,00 (dois milhões, trezentos e dez mil reais), totalizando aproximadamente R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) alocados para o Programa Estadual de Obras Municipais, designação que passou a identificar as ações destinadas à execução daqueles decretos.

Importa destacar que nestas movimentações orçamentárias foram cancelados R\$65.000.000,00 do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Na Lei Orçamentária Anual de 2002, verifica-se a inexistência de rubrica para alocação desses recursos na Sedu.

Para dar cumprimento à determinação governamental, foi utilizada a rubrica 1136, que na Lei Orçamentária Anual é destinada ao FDU, ali alocando os recursos e contabilizando as transferências às Prefeituras Municipais, inobstante não se tratassem de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, mas sim de recursos do Tesouro.

Esta irregular alocação de recursos levou vários agentes políticos a acreditar que os convênios firmados eram efetivamente financiados pelo FDU, a fundo perdido, como se depreende do teor dos convênios.

Constatou-se, ainda, o descumprimento do percentual máximo de 4% estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para participação da Sedu no Orçamento Anual, fato que resultou da não observância da compatibilização da LOA com a LDO, tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo. Ainda assim, do percentual excessivo previsto no Orçamento, de 12,30%, foram executados 20,35%.

Os convênios, publicados em sua maioria nos meses de março e abril, atingiram o total de R\$135.317.996,42 (cento e trinta e cinco milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), valor este que, por falta de recursos financeiros, sofreu redução para R\$110.015.889,36 (cento e dez milhões, quinze mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), dos quais R\$72.431.896,65 (setenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos) foram pagos, e R\$37.583.827,12 (trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e vinte e sete reais e doze centavos) figuraram em restos a pagar no final do exercício.

De outro lado, sabido que se tratava de ano eleitoral, verificou-se a regularidade da implantação deste Programa no que se refere aos prazos da legislação eleitoral e da Lei Complementar nº 101/00. No entanto, resta evidente a finalidade eleitoral da súbita implantação do PEOM, quando se constata que em 20 de dezembro de 2001, o Governador do Estado, através do Decreto nº5.158, determinou que os Secretários de Estado e demais ocupantes de cargos comissionados de simbologia DAS, que quizessem concorrer a mandato eletivo nas eleições de outubro de 2002, deveriam se afastar do cargo ou da função até 11 de janeiro de 2002.

No dia 2 de janeiro de 2002, o Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, em cumprimento à ordem governamental, obteve a sua exoneração do cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social. No dia 11 de janeiro, ocorreram as exonerações dos Srs. Armando Raggio, Alcení Guerra, Antonio Poloni, Eduardo Sciarra e Pretextato Taborda Ribas Neto, das Secretarias de Estado pelas quais respondiam. A exoneração do Sr. Lubomir Ficinski, do cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano deu-se somente a partir de 4 de abril, através de Decreto datado de 2 de abril de 2002.

Em seu depoimento à CPI, o Sr. Lubomir Ficinski afirmou que a sua permanência no cargo decorreu da sua interpretação de que o Decreto que estabelecia prazo para o desligamento dos candidatos a mandato eletivo só se aplicava àqueles que pretendessem concorrer a mandato legislativo. Acresceu a seguir, que não sabia se seria candidato a vice-governador, até a data de sua exoneração.

Por amostragem foram vistoriadas obras do PEOM em dois municípios, a saber: Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu. O parâmetro para efetivação destas obras é ditado pelas normas constantes dos convênios celebrados, conforme segue:

Cláusula quinta das competências:

I - Compete à Sedu:

a) Repassar ao Município os recursos, de que trata a cláusula segunda para execução das finalidades aludidas na cláusula primeira;

b) supervisionar a execução dos procedimentos necessários ao atendimento do objeto do presente.

II - Compete ao Paranacidade:

a) acompanhar e supervisionar a execução do objeto conveniado;

b) emitir boletim de medição, termo de conclusão da obra, ou termo de compatibilidade físico-financeira, nos casos de obras não concluídas, explicitando se o percentual físico é compatível com o percentual financeiro dos recursos liberados.

III - Compete ao Município:

a) Acatar as normas e procedimentos estabelecidos pela Sedu e Paranacidade;

b) Executar as obras de acordo com o Plano de Trabalho de que trata a Cláusula Primeira do presente instrumento;

c) Permitir a supervisão do Paranacidade;

d) Assegurar recursos próprios para complementar a execução do objeto, quando necessário.

Dos resultados levantados, pode-se descrever o seguinte, relativamente a cada um dos Municípios inspecionados, por amostragem aleatória.

Município de Dois Vizinhos

Neste Município, na data de 25/09/03, tendo sido previamente informado ao sr. Prefeito Municipal sobre a inspeção desta CPI, foi designado o servidor Gelson Lindner para acompanhar os trabalhos de levantamento de campo das obras conveniadas com a Sedu/Paranacidade, para execução do PEOM.

Barracão Industrial

Em 03/04/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 294/2002-Sedu, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Dois Vizinhos, tendo como objeto a execução de um Barracão Industrial cujo valor previsto era de R\$ 40.000,00, a ser repassado pela Sedu.

O Município de Dois Vizinhos, na data de 02/05/02, licitou pela modalidade de Convite a citada obra, através do processo 030/2002, com abertura para o dia 10/05/02, participaram três empresas, a saber: A.S. Santiago & Cia. Ltda. ME; Construtora Pavicer Ltda.; 35 Derivados de Cimento Duovizinhense Ltda.

A vencedora do certame foi a empresa A.S. Santiago & Cia. Ltda. ME, com o valor de R\$ 44.988,83, tendo concedido um desconto, na data de 21/06/02, de R\$4.988,83, com valor final de R\$ 40.000,00.

Sabendo-se que até a data de 31/12/02 havia sido repassada ao Município a quantia de R\$ 24.000,00 do total conveniado de R\$ 40.000,00, o restante resultou em "restos a pagar" de R\$ 16.000,00.

Em 10.07.03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, onde o município assumiu os "restos a pagar" do Convênio.

Durante a vistoria foi constatado o não atendimento ao item 12 do Memorial Descritivo da Obra Pintura, que indica que as paredes deveriam ser pintadas com tinta verniz de boa qualidade, **não tendo sido constatada a sua aplicação**. Saliente-se que o orçamento apresentado pela Construtora não prevê o item Pintura.

Igualmente, foi constatada falta acabamento nas peças estruturais em concreto (vigas e pilares), vez que em várias fica à mostra a ferragem, dando margem a prejuízos iminentes.

Quadra Poliesportiva

Em 10/04/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 800/2002- Sedu, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Dois Vizinhos, tendo como objeto a execução de uma Quadra Poliesportiva, no valor de R\$ 110.000,00, a ser repassado pela Sedu.

O Município de Dois Vizinhos, em 17/05/02, licitou pela modalidade de Convite a citada obra, através do processo 034/2002, com abertura marcada para o dia 28/05/02, tendo sido convidadas nove empresas, sendo que destas, seis participaram com apresentação de propostas de preços, conforme arrolado a seguir: Albiero Construções Civis Ltda.; 35 Derivados de Cimento Duovizinhense Ltda.; Engenhar Engenharia e Empreendimentos Ltda.; Renak Arquitetura e Engenharia Ltda.; Somavila & Cia. Ltda.; V.H. Engenharia, Construções e Projetos Ltda.

A vencedora do certame foi a empresa Renak Arquitetura e Engenharia Ltda., com proposta no valor de R\$ 81.887,00.

Sabendo-se que até a data de 31/12/02 havia sido repassada ao Município a quantia de R\$ 61.415,25, do total conveniado de R\$ 81.887,00, resultaram "restos a pagar" de R\$ 20.471,75.

Em 18/07/03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, no qual a Sedu assume o repasse do "restos a pagar".

Durante a vistoria foi constatado que a obra em questão foi executada conforme o Plano de Trabalho apresentado.

Área de Lazer

Em 10/04/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 295/2002 SEDU entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Dois Vizinhos, tendo como objeto a execução de Área de Lazer, com valor conveniado previsto de R\$15.000,00, a ser repassado pela Sedu.

O Município de Dois Vizinhos, na data de 28/05/02, licitou pela modalidade de Convite a citada obra, onde através do processo 037/2002, com abertura para o dia 06/06/02, tendo sido convidadas nove empre-

sas, sendo que destas, seis participaram com apresentação de propostas de preços, sendo: 35 Derivados de Cimento Duovizinhense Ltda.; KS Construtora Galvan Ltda.; Renak Arquitetura e Engenharia Ltda.

A vencedora do certame foi a empresa Renak Arquitetura e Engenharia Ltda., com o valor de R\$15.890,00. Na data de 24/06/02 foi solicitada a alteração da planilha orçamentária e do cronograma, adequando a obra ao valor de R\$ 15.000,00.

Sabendo-se que até a data de 31/12/02 havia sido repassado ao Município a quantia de R\$ 9.000,00 do total conveniado de R\$ 15.000,00, resultando "restos a pagar" de R\$6.000,00.

Em 10/07/03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, onde o município assumiu os "restos a pagar" do Convênio.

Durante a vistoria foi constatado que a obra refere-se, na prática, à construção de sanitários masculino e feminino, tendo sido executada conforme a área quadrada conveniada, ainda que em desacordo com o objeto do Convênio.

Pavimentação Urbana

Em 10/04/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 801/2002 - Sedu entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Dois Vizinhos, tendo como objeto a execução de Pavimentação Urbana, com valor conveniado de R\$ 167.649,00, a ser repassado pela Sedu.

O Município de Dois Vizinhos, na data de 09/05/02, licitou pela modalidade de Tomada de Preços a citada obra, através do processo 016/2002, com abertura marcada para o dia 27/05/02, sendo que somente a empresa Pavimar Construtora de Obras Ltda. apresentou proposta de preços. A vencedora do certame se propôs a executar a obra no valor de R\$ 169.987,92. Na data de 21/06/02 foi solicitada a alteração da planilha orçamentária e do cronograma, adequando a obra ao valor de R\$167.649,00.

Durante a vistoria foi constatado que este Convênio tem como objeto a execução de recape, com serviços de reperfilamento em CBUQ com espessura de 3,0 cm e revestimento em CBUQ com espessura de 6,0 cm, a ser aplicados em ruas do Bairro Santa Luzia.

A Memória de Cálculo descreve que a rua Hilário Martin Dalpasquale tem uma extensão de pista de rodagem de 740,0 m por 5,0 m de largura, onde seria aplicado o denominado **recape** e a extensão de pista de estacionamento de 740,0 m por 4,0 m de largura, onde seria aplicado o denominado **reperfilamento**.

Igualmente, nas ruas Caracas e Argentina, que possuem uma extensão de pista de rodagem de 293,0 m por

5,0 m de largura, onde seria aplicado o denominado **recape**, e a extensão de pista de estacionamento de 293,0 m por 2,0 m de largura, onde seria aplicado o denominado **reperfilamento**.

Tais dimensões somam a quantia de 5.165,0 m² de pista de rodagem e 3.546,0 m² de pista de estacionamento, totalizando 8.711,0 m². Considerando-se a densidade do CBUQ, obtém-se a quantidade de 1.248,84 toneladas de massa asfáltica, segundo o projeto.

Cabe salientar que foram realizados dez furos de teste na rua Hilário Martin Dalpasquale e cinco furos nas ruas Caracas e Argentina. Na rua Hilário Martin Dalpasquale encontrou-se a espessura média de 4,68 cm na denominada pista de rodagem e a espessura média de 5,075 cm na denominada pista de estacionamento. Nas ruas Caracas e Argentina encontrou-se a espessura média de 5,50 cm na denominada pista de rodagem e a espessura média de 3,60 cm na denominada pista de estacionamento. Interpolando-se as dimensões observa-se que a quantidade de massa asfáltica efetivamente aplicada é coerente com a quantidade de massa constante do projeto.

Observa-se apenas que, independentemente da boa qualidade da execução dos serviços, ainda que com alteração do projetado, em alguns poucos pontos a camada asfáltica é pequena e em outros dois pontos o calçamento primário está aflorando.

Pavimentação Urbana (Obra Financiada Pelo Peom)

Em 15/12/98 foi firmado o Convênio nº 0132/1998 FDU (rubrica inadequada) entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Dois Vizinhos, tendo como objeto a execução de Recape com valor conveniado de R\$ 295.144,96.

O Município de Dois Vizinhos, na data de 09/03/00, licitou pela modalidade de Tomada de Preços a citada obra, através do processo 002/2000, com abertura para o dia 29/03/02, tendo participado duas empresas (ARG Construtora de Obras Ltda. e Pavimar Construtora de Obras Ltda.) sendo desqualificada a primeira e restando somente a empresa Pavimar Construtora de Obras Ltda., como proponente. A vencedora do certame se dispôs a executar a obra pelo valor de R\$ 295.144,96.

Durante a vistoria foi constatado que a obra tem como objeto a execução de recape com serviços de reperfilamento em CBUQ com espessura de 1,0 cm e revestimento em CBUQ com espessura de 4,0 cm, a serem aplicados em ruas centrais do município.

Os projetos descrevem as seguintes dimensões:

Rua	Entre as Ruas	Pista (m)	Acostamento (m)
-----	---------------	-----------	-----------------

Princesa Isabel	Salgado Filho / Santa Catarina	7,0	(2,5 + 2,5)
Santa Catarina	Princesa Isabel / Rio Grande do Sul	7,0	(2,5 + 2,5)
Rio Grande do Sul	Sto. P. Pedroso / Santa Catarina	(5,0 + 5,0)	(2,0 + 2,0 + 3,0-EC)
Pres. Kennedy	Rio Grande do Sul / Pte. R. Dois Vizinhos	(5,0 + 5,0)	(2,0 + 2,0 + 3,0-CC)
Pres. Kennedy	Rio Grande do Sul / Pte. R. Dois Vizinhos	9,0	(2,0 + 2,0)

Legenda:

EC = Estacionamento Central

CC = Canteiro Central

Cabe ressaltar que foram realizados oito furos, sendo quatro na Av. Presidente Kennedy, dois furos na Rua Princesa Isabel e dois furos na Rua Santa Catarina. Nos furos da Av. Presidente Kennedy, encontrou-se a espessura constante de 3,0 cm para o recapeamento.

Nos furos da Rua Princesa Isabel, encontrou-se a espessura do recapeamento de 3,0 cm no bordo e de 2,5 cm no eixo da rua. Este furo chegou até a camada do pavimento de pedra irregular, ou seja, camada já existente mais a camada de recapeamento.

Nos furos da Rua Santa Catarina, encontrou-se a espessura do recapeamento de 3,0 cm no bordo e de 2,0 cm no eixo da rua. Este furo chegou até a camada do pavimento de pedra irregular, ou seja, camada existente mais a camada de recapeamento, tratando-se de um ponto de aproximadamente de 2 m².

Observa-se apenas que, independentemente da qualidade da execução dos serviços, para uma análise mais profunda, recomendar-se-ia a utilização de sonda-gem com equipamento sonda tipo rotativa, que extrai os corpos de prova que mostrarão as camadas existentes.

Município de Quedas do Iguaçu

Neste Município, na data de 17/09/03, tendo sido informado o Sr. Prefeito Municipal, foi designado o servidor Eng. Civil Paulo César Czarneski, para acompanhar os trabalhos de levantamento de campo das obras conveniadas com a Sedu/Paranacidade.

Centro da Juventude

Em 25/03/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 037/2002 Sedu entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Quedas do Iguaçu, tendo como objeto a execução de um Centro Social com valor conveniado de R\$ 150.000,00, a ser repassado pela Sedu, e área total construída de 1.707,01 m². Nesta ocasião foram apresentados comprovantes de depósitos de valores de outras fontes de Convênio, como o firmado o Ministério da Previdência e Assistência Social e a Secretaria de Estado de Assistência Social, no valor de R\$ 100.000,00 (em 23/10/01).

O Município de Quedas do Iguaçu, na data de 16/05/02, licitou pela modalidade de Tomada de Preços a citada obra, com o processo 007/2002, com abertura para o dia 11/06/02, tendo participado duas empresas, a saber: Construtora Conequedas Ltda.; Rouver Construções Ltda..

A vencedora do certame foi a empresa Construtora Conequedas Ltda., com o valor de R\$ 294.557,99, tendo sido desclassificada a empresa Rouver Construções Ltda., por apresentar preço superior ao fixado no item 2, subitem 2.1 do edital.

Até a data de 31/12/02 havia sido repassada ao Município a quantia de R\$ 120.000,00, de um total conveniado de R\$ 150.000,00, resultando "restos a pagar" de R\$ 30.000,00.

Em 10/07/03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, no qual a Sedu assume o repasse dos "restos a pagar", no valor de R\$ 30.000,00.

Durante a vistoria foi constatado que a obra foi edificada conforme constante do projeto, excetuando-se o fato da mesma ter sido "rodada" 90° para melhor se adaptar ao terreno e acessos, segundo declarou o Eng. Paulo César Czarneski.

Igualmente foi constatado que faltavam pegadores nos lavatórios dos deficientes físicos.

É importante registrar que o engenheiro civil Paulo César Czarneski, fiscal da Prefeitura Municipal para a obra, segundo Portaria nº 024/2002 de 19.06.02 e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) nº 1703029010168, é irmão do engenheiro civil Evandro José Czarneski, responsável técnico pela execução da obra e funcionário da vencedora do certame, Construtora Conequedas Ltda., segundo Termo de Declaração de Responsabilidade Técnica constante do Processo e ART nº 1706080310059.

Pista de Arremates no Parque de Exposições

Em 15/03/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 324/2002 SEDU entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Quedas do Iguaçu, tendo como objeto a execução de Pista de Arremates no Parque de Exposições, cujo valor conveniado previsto era de R\$110.000,00, a ser repassado pela Sedu, com área total

construída de 430,75 m², conforme plano de trabalho apresentado.

O Município de Quedas do Iguaçu, na data de 19/04/02, licitou pela modalidade de Carta Convite a citada obra, através do processo 049/2002, com abertura para o dia 26/04/02, participando quatro empresas a saber: Construtora Conequedas Ltda.; Construtora Sales Ltda.; Construtora Bertonecelo Ltda.; Trieme Engenharia e Construções Ltda.

A vencedora do certame foi a empresa Construtora Conequedas Ltda., com proposta de R\$ 106.963,83.

Sabendo-se que até a data de 31/12/02 havia sido repassada ao Município a quantia de R\$ 64.178,31 do total conveniado (licitado) de R\$ 106.963,83, resultaram "restos a pagar" de R\$ 42.785,52.

Em 10/07/03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, em que a Sedu assume o repasse dos "restos a pagar", no valor de R\$ 42.785,52.

Durante a vistoria foi constatado que a obra foi edificada conforme o constante do projeto.

Também aqui cumpre lembrar que o Eng. Civil Paulo César Czarneski, fiscal da Obra, segundo Portaria nº 024/2002 de 19/06/02 e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) nº 1703029010169, é irmão do Eng. Civil Evandro José Czarneski, responsável técnico pela execução da obra e funcionário da vencedora do certame Construtora Conequedas Ltda., segundo a ART nº 1706080310049.

Pavimentação Urbana

Em 15/03/02 foi firmado o Termo de Convênio nº 017/2002 Sedu entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, o Serviço Social Autônomo Paranaense e o Município de Quedas do Iguaçu, tendo como objeto a execução de Pavimentação Urbana, com valor conveniado previsto de R\$ 450.000,00, a ser repassado pela Sedu, conforme plano de trabalho apresentado e aprovado.

O Município de Quedas do Iguaçu, na data de 25/03/02, licitou pela modalidade de Tomada de Preços a citada obra, através do processo 003/2002, com abertura para o dia 19/04/02, tendo como objeto a execução de 86.000,00 m² de reperfilagem sobre pedras irregulares, com Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), com extensão de 21.500,00 m, com 4,00 m de largura e espessura média de 0,025m (2,5 cm), e participaram três empresas a saber: Xingu Construtora de Obras Ltda.; J.R.G. Construtora de Obras Ltda.; Tocantins Construtora de Obras Ltda.

A vencedora do certame foi a empresa Xingu Construtora de Obras Ltda., com o valor de R\$436.479,80. Em 16/05/02 foi elaborado Edital de Adjudicação em nome da empresa Tocantins Construtora de Obras Ltda., haja vista a desistência da primeira classificada e a aceitação da segunda classificada pelo mesmo valor.

Sabendo-se que até a data de 31/12/02 havia sido repassado ao Município a quantia de R\$ 261.887,88 do total conveniado (licitado) de R\$ 436.479,80, resultaram "restos a pagar" de R\$ 174.591,92.

Em 10/07/03, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio, no qual a Sedu assume parte do repasse dos "restos a pagar", no valor de R\$ 27.214,48 e o Município assume os restantes R\$ 147.377,44.

Durante a vistoria foi constatado que a obra o Memorial Descritivo apresentado, foi dividida em dois lotes, a saber:

a) Ligação da PR 484 (Linha Mirim) a Comunidade de Nova Itália extensão de 11,0 Km

b) Ligação da Sede do Município a Comunidade de Alto Alegre extensão de 10,5 Km;

O Memorial Descritivo apresentado descreve que a obra tem uma extensão de pista de rodagem de 21.500,0 m, por 4,0 m de largura, onde seria aplicado o denominado reperfilamento, com espessura média de 2,5 cm. Tais dimensões somam a quantia de 85.600,0 m² de pista de rodagem. Ressalte-se que a denominada Ligação da PR 484 (Linha Mirim) à Comunidade de Nova Itália dista do perímetro urbano aproximadamente 7 Km, não podendo ser considerada obra de desenvolvimento urbano e sim rural.

No denominado lote "a" foram realizados 14 furos e se encontrou a espessura média de 2,11 cm, com a largura média de 3,76 m. No denominado lote "b" foram realizados 12 furos e se encontrou a espessura média de 1,99 cm, com a largura média de 3,93 m. Interpolando-se as dimensões, observa-se que a quantidade de massa asfáltica efetivamente aplicada não é coerente com a quantidade de massa do projeto, ou seja: no denominado lote "a" foi aplicado, a **menor, a quantia de 26,05 % de massa asfáltica** e no denominado lote "b" foi aplicado, a **menor, a quantia de 27,87 % de massa asfáltica**.

Observa-se ainda que, independente qualidade da execução dos serviços, além da alteração das dimensões projetadas, em alguns pontos a camada asfáltica é pequena e em outros pontos o calçamento primário está aflorando. Igualmente se observa que no denominado lote "a", a capa asfáltica apresenta o aspecto de "couro de jacaré" em aproximadamente 70% de sua área total (valor estimado), além de falta de drenagem em alguns pontos, e no denominado lote "b", a capa asfáltica apresenta o citado aspecto de "couro de jacaré" em aproximadamente 80% de sua área total (valor estimado). Deve ser igualmente ressaltado que os furos não foram realizados nos pontos críticos, mas nos de "médio a bom aspecto".

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO FINAL DA CPI

Em razão dos fatos e atos investigados por esta CPI, expostos anteriormente, esta Relatoria decide for-

mular suas conclusões conforme as considerações a seguir descritas.

Com respeito ao Paranacidade, resta claro o entendimento de que o Poder Executivo deve rever os aspectos relacionados à estrutura jurídica de que se reveste aquela entidade, considerando, entre outros já expressos no tópico pertinente, o argumento básico de que se está a manipular um serviço do Estado e não uma utilidade pública, isto posto sob a ótica do Direito Público.

É possível a perfeita identificação do liame existente entre as práticas reveladas por este Relatório, causadoras objetivas de prejuízos ao Erário, e a consciência da personalidade de direito privado de que se imbuíu o corpo do Paranacidade. Este último elemento deu origem a atos ilícitos, cujos indícios são dotados de excessiva concretude para que possam ser ignorados, não importando neste momento qualquer discussão sobre a incidência de dolo ou culpa sobre os mesmos, mas tão somente sobre sua real existência e sobre sua prática concreta por dado agente público.

Somente à percepção de que se está livre das normas que devem ser aplicadas à administração pública, é que, em muitos casos, podem ser imputadas as ações do Paranacidade, na pessoa de seus dirigentes e empregados. A confusão criada pelo fato de se querer instituir um novo modelo administrativo, liberando-se da pretensa burocracia existente na Administração Pública modelo este que não dispõe de elementos concretos que apontem para sua admissibilidade dentro do atual estágio de consciência coletiva produziu circunstâncias deploráveis, denotativas da falta de empenho no atendimento dos princípios da economicidade, da eficácia e da efetividade e, por que não citar, do conceito tão apregoado pelos consultores egressos do BID e por este mesmo, de *accountability*.

A prática demonstrou, exemplificativamente, que a própria direção superior deste Serviço Social Autônomo, que deveria servir de exemplo a toda sua estrutura de recursos humanos, era procedida em absoluta contrariedade à lei, estabelecendo um padrão informal que disseminou-se em todas as ações praticadas pelos seus agentes.

Outros exemplos de ações irregulares no Paranacidade podem ser apontadas na contratação do filho de um membro do primeiro escalão de governo e no pai de outro, sendo que em ambos os casos, os contratos foram procedidos com dispensa de licitação, para serviços cujas circunstâncias são de todo duvidosas.

Gastos excessivos, seja na contratação de aeronaves para viagens nem sempre necessárias ou de urgência, seja na concessão de benefícios inexplicáveis que redundaram no pagamento de despesas com cartão de crédito institucional, são exemplos de que os princípios da moralidade e da economicidade foram de todo obnubilados. Isto considerado em face de um Estado que sofre necessidades quase permanentes em áreas essenciais à população, beira o surreal.

É preciso lembrar que a remuneração do Paranacidade no período, segundo o Contrato de Gestão, no valor de R\$ 51.734.700,00 dentro da qual foram localizadas algumas despesas irregulares no valor de R\$7.857.555,54 (vide p. 67) poderia ser convertida em investimentos nos municípios parananenses, uma vez que foi suportada pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano, o que não ocorreria caso a entidade fosse dotada de personalidade jurídica de direito público e tivesse seu custeio incorporado ao Orçamento Geral do Estado, mantendo-se íntegros os recursos que o compõem.

E o que dizer, então, da instituição de um programa de governo, tal como o dito de Valorização Cultural, cuja importância relativa deixa tudo a desejar, que foi tocado às pressas e que, indiscutivelmente, não guarda qualquer relação de matéria com desenvolvimento urbano propriamente dito, mas que serviu em tudo o que se pode perceber para a prática de gastos irregulares e ilegais, demonstrando absoluto descontrole na utilização de recursos públicos, tão somente para atendimento do idealismo pessoal de poucos.

Somente neste programa, com as características acima descritas, houve um dispêndio de R\$77.260.450,01. A aplicação de tal montante de recursos nas áreas da saúde, para exemplificar, traria benefícios mais aproveitáveis pela comunidade.

Sem que pudessemos nos aprofundar nas investigações, dada a amplitude do objeto e o curto espaço de tempo disponível, examinamos um grande conjunto de ações do Paranacidade, ainda que tenham sido deixados de lado programas ou obras tais como o Projeto Costa Oeste, com dispêndio que não pode ser quantificado e cuja utilidade real ainda hoje é questionada; o Parque das Ciências, cujo montante dispendido beirou R\$20 milhões e cuja utilidade restou absolutamente difusa frente à nossa realidade, sem contar com situações específicas que não constam do presente Relatório, mas que são abordadas como contrárias à correta prática das ações públicas, por exemplo, na Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas (Caoci), sobre os gastos do Paranacidade por ocasião da execução do Programa de Valorização Cultural.

Este conjunto de razões nos leva a considerar, seriamente, a necessidade de serem tomadas medidas radicalmente saneadoras por parte do Poder Executivo, de molde a tolher a prática futura de atos ponderadamente prejudiciais ao Estado.

Este Programa de Valorização Cultural, irregularmente instituído, posto que não contemplado no Plano Plurianual, portanto, inconstitucionalmente suprimido da valoração inafastável do Poder Legislativo Estadual, consumiu de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, mais de R\$ 70.000.000,00, que até o presente momento se caracterizam como investimento a fundo perdido, uma vez que ainda não foram atendidas as exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a sua aceitação como contrapartida do empréstimo

obtido para financiamento do programa Paraná Urbano II.

No que tange ao Fundo de Desenvolvimento Urbano-FDU, deve ser posta a noção preliminar de que se trata de importantíssimo instrumento para o financiamento do respectivo campo de atuação estatal, agente necessário na atual quadra econômica, na qual a totalidade dos Municípios do Estado demonstra, de um lado, alta expectativa em investimentos no setor e, de outro, baixa capacidade de propiciá-los.

Isto posto, resta clara a obrigação do Poder Executivo de promover rígida política de controle, que venha a impedir o esvaziamento e conseqüente inviabilização do FDU.

Fica aqui subentendida uma adequada forma de utilização dos meios públicos, que impeça também a apropriação destas receitas em contrariedade aos princípios e preceitos legais, para satisfação de necessidades imediatas que não se coadunem com os objetivos de recursos vinculados, ainda que sob o regime de caixa único.

Não pode ser deixado de lado o aspecto atinente à utilização destes recursos a título não reembolsável, dada sua absoluta incompatibilidade com a natureza intrínseca do FDU, de fundo rotativo. Há que se inserir no ordenamento legal as normas relativas à correta utilização daqueles, porém em apartado dos recursos do FDU, ou seja, adstritos à capacidade de investimento própria do Tesouro, com recursos ordinários e absoluta clareza quanto aos fins a que serão destinados, preferencialmente evitando-se casuísmos quando de sua utilização.

O que foi constatado, na utilização dos recursos do FDU, é que muitas vezes lhe foi dada destinação objetivando a cobertura de outras ações do poder público que, legalmente, seriam de responsabilidade de outros órgãos estatais. A respeito, remetemos para as considerações sobre as despesas com o Arquivo Público, com o Projeto Costa Oeste e outros, integrantes deste Relatório.

Nesse sentido, é de ser lembrado as retenções ilegais de recursos que deveriam compor o FDU pelo Tesouro Estadual, tais como retornos de empréstimos de outros programas voltados ao desenvolvimento urbano, e mesmo parcelas dos empréstimos internacionais, à título de custear ações do Governo, ou as transferências havidas do FDU para o Tesouro para pagamento de parcelas do empréstimo havido para financiar o Programa Paraná Urbano I, sem qualquer autorização legislativa, que resultaram no desvio de aproximadamente R\$ 292.147.060,00 do FDU.

É de se admitir que cerca de R\$ 410.000.000,00 de recursos do FDU, mais de 60% dos ingressos até 2002, deixaram de cumprir sua finalidade legal, em decorrência do modelo de gestão adotado que afastou as normas constitucionais e legais voltadas a garantir a fiel execução da despesa pública segundo os fins colimados pela sociedade expressados por seus representantes no Poder Legislativo, em que pese haja ainda a possibilidade de retorno de parte dessa quantia ao Fundo.

Objetivamente, há que se considerar também a interferência da Secretaria de Estado da Fazenda-Sefa, que tem demonstrado a estranha percepção de que, por controlar a totalidade dos recursos do Tesouro e, em razão do regime de caixa, pode dispor destes conforme as necessidades imediatas, como se não houvesse um regimento do uso aprovado por lei. Esta interferência guarda relação direta com a velha noção de peça ficcional que era atribuída à Lei Orçamentária Anual, e que se mostra convenientemente arraigada.

É importante lembrar que existem macro políticas de Governo, expressas no Plano Plurianual e em outras peças legais, estabelecidas positivamente em normas de Direito Público, que implicam em uma atuação definida da parte dos agentes públicos em geral, mormente num Estado Democrático de Direito.

A exata medida da participação de cada envolvido deverá ser apurada em procedimento judicial próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, como sói acontecer.

Nestes mesmos procedimentos devem ser incluídas as omissões e ações que, de qualquer forma, tenham se constituído em ilícito ou causado prejuízo aos cofres públicos, aqui considerados, e.g., a instituição de programas de governo sem a devida inclusão em lei, a movimentação orçamentária ou financeira independente de autorização legal, o direcionamento ou fraude nos procedimentos licitatórios, o excesso de aditivos contratuais por vezes em percentuais absolutamente ilegais denotativos de ausência de controle prévio da condição individual de cada contrato, entre outros tantos atos lesivos ao patrimônio público, noticiados neste Relatório.

Por fim, porém não menos importante, cumpre fazer referência ao PEOM - Programa Estadual de Obras Municipais, criado às pressas no período pré-eleitoral do ano de 2002, utilizando recursos do Tesouro, porém em dotação orçamentária do FDU - o que por si só já demonstra uma contradição objetiva e uma ilegalidade quanto à forma - para celebrar convênios com os Municípios sem prever qualquer retorno para os recursos empregados.

O desajuste demonstrado no PEOM pode ser sentido no atual exercício, ainda que tenha se manifestado já de início, se não vejamos: de um montante de recursos da ordem de R\$ 135 milhões, houve redução de R\$ 25 milhões, restando R\$ 110 milhões, dos quais somente R\$ 72 milhões foram repassados, deixando restos a pagar da ordem de aproximadamente R\$ 37 milhões.

Considerando-se as dificuldades encontradas para concretizar a totalidade dos convênios e, considerando-se ainda que a totalidade dos mesmos foi celebrada às vésperas da tardia desincompatibilização do Secretário de Desenvolvimento Urbano para concorrer ao pleito eleitoral de 2002, tem-se que este Programa foi estabelecido com objetivo claramente político e casuístico.

Também neste caso, por falta absoluta de tempo hábil, não nos foi possível aprofundar as investigações, em que pesem as notícias de irregularidades quanto à

adequada e correta utilização dos recursos envolvidos, além de possíveis irregularidades já quando da assinatura dos convênios. Tudo leva a crer que tais fatos merecem atenção dos responsáveis pela fiscalização do Estado, de forma a coibir sua reiteração futuramente, bem como a ressarcir o Tesouro pelos prejuízos havidos.

Não se pode deixar de proceder a uma auto-avaliação da atuação deste Poder Legislativo, em razão de sua independência e autonomias relativas, que é consequência de todo um sistema político institucional, fruto de longa criação doutrinária, mas que no Estado brasileiro, padecedor de hipertrofia e com um sistema presidencialista que privilegia a posição do Poder Executivo e, decorrentemente, as competências privativas deste quanto à iniciativa do processo legislativo, desestabiliza a necessária harmonia em função da necessidade de apoio às suas ações, contraposta à consciência política da grande maioria da população.

Com isto, a condição de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, componente essencial do sistema de freios e contrapesos de há longo tempo idealizado, por vezes, resta obnubilada e permite ao Executivo a prática de atos que excedem suas competências constitucionais. Como exemplo concreto, citamos o grande número de decretos baixados com fundamento de validade somente na norma constitucional que os prevê, sem qualquer outra relação com a lei a ser regulamentada seu elemento objetivo de existência ou por vezes, desatendendo os limites impostos por esta.

Há muito tempo inexistia previsão sobre edição de decretos-lei, e regulamentos autônomos não são admitidos pelo sistema constitucional vigente; entretanto, continuam a ser editados, com a omissão fiscalizadora desta Casa, quaisquer que venham a ser as escusas declinadas para tanto.

A quantidade de indícios concretos da prática de irregularidades de toda ordem nos autoriza a determinar a inclusão, neste Relatório, do resultado da auditoria realizada pela Coordenadoria de Apoio Técnico do Tribunal de Contas do Estado, versando as obras do Museu Oscar Niemeyer, tão logo seja concluída, pela certeza de aprofundamento das investigações desta CPI, tal como ocorreu com as obras do Canal da Música, cujo resultado da auditoria está incorporado nesta investigação.

Isto posto, é nosso entendimento de que foram eliminados, nos diversos atos descritos no presente Relatório, os seguintes diplomas e preceitos legais:

Constituição Federal: Artigo 37 e os incisos II, XXI e parágrafos 2º, 8º e 9º.; Artigo 167, inciso I, VI e parágrafo 1º.

Constituição Estadual: Artigo 27 e os incisos II, XX, XXI, XXII, XXIII e parágrafos 3º e 13.

Lei Complementar Federal Nº 101/00: Artigo 5º, parágrafo 5º; artigo 15; artigo 16, parágrafo 1º, II; artigo 25, parágrafos 1º, IV, d e 2º; artigo 42.

Lei Federal Nº 4.320/64: Artigos 23 e 24, parágrafo 1º; arts. 62 e 63; artigo 71; artigo 75 e incisos; artigo 77, entre outros.

Lei Federal Nº 8.666/93: dispositivos já citados no tópico correspondente.

Além de um sem número de preceitos das Leis nº 5.198/88 e 11.498/96, bem como de outras normas aplicáveis às relações administrativas, contratuais ou de regulação do exercício profissional em vigor.

Em face disto, opinamos pelo encaminhamento de cópia do presente Relatório, bem como da documentação, quando necessário, ao:

1. Poder Executivo, na pessoa do Governador do Estado, para adoção das medidas corretivas que lhe competem, notadamente o seguinte: além da necessária adequação do ente para adequação às normas constitucionais que privilegiam a natureza pública da administração estatal, incumbe garantir que as receitas do fdu e a programação de sua aplicação sejam detalhadamente incluídas nas leis orçamentárias, de maneira a propiciar a verificação de sua fiel execução. é de suma importância que sua contabilização demonstre inequívoca e destacadamente: a) os montantes de contrapartida a financiamentos internos e externos; b) os programas, subprogramas e ações que eventualmente sejam financiados com recursos exclusivos do FDU; c) a definição detalhada em lei formal de admissão de investimentos ou empréstimos a fundo perdido ou não reembolsáveis; d) instituição de procedimentalização específica, de forma a não deixar dúvidas quanto à natureza, origem, finalidade e pertinência das ações contratadas, ou seja, implementação de eficiente e claro controle interno passível de entendimento por qualquer cidadão que no exercício de seus mais lícitos e inarredáveis direitos, pretenda constatar a retidão de seus representantes no atendimento dos anseios da sociedade.

2. Ministério Público do Estado, para adoção das medidas de sua competência, no sentido do estabelecimento das responsabilidades formais e materiais com respeito às ilegalidades e prejuízos havidos, ilicitamente ou não, principalmente em face das disposições dos parágrafos 2º e 4º do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 8.429/92, inclusive objetivando o ressarcimento dos prejuízos, em face da transgressão do seguinte: "Art. 10. constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º desta lei, e notadamente:

...

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente;

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;" estabelece este mesmo diploma legal as cominações aplicáveis:

Art. 12. independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:

...

II - na hipótese do artigo 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;"

3. Tribunal de Contas do Estado para que, atuado como denúncia, venham a ser adotadas as medidas cabíveis no âmbito daquela corte e, com respeito ao PEOM - Programa Estadual de Obras Municipais, especificamente, seja instaurada auditoria, por equipe multidisciplinar, objetivando a completa verificação dos gastos em obras públicas e a fiel execução do seu objeto, em razão das diversas notícias de irregularidades.

Como considerações finais, entendemos deva ser, também, encaminhada cópia do presente

Relatório ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano que, com certeza, saberá tirar o melhor proveito do que aqui foi descrito e, de forma mais imediata, implementar medidas coibitivas da reincidência de muitos atos.

Cabe ressaltar, para não cometer injustiça, que a conclusão dos trabalhos deste Relatório foi possível, em grande parte, graças à presteza e empenho no atendimento das requisições desta CPI, por parte do próprio corpo funcional da Sedu e do Paranacidade, numa paradoxal demonstração de capacidade, competência e exaço no exercício de seus deveres.

Escusamo-nos, derradeiramente, pela impossibilidade de aprofundamento das investigações, ocasionada pela exigüidade de tempo em relação à amplitude do tema, bem como dos meios disponíveis, o que foi até o possível suplementado pelo conjunto humano envolvido na tarefa.

É o Relatório.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 2003.

(aa) Deputado JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente

Deputado ÉLIO RUSCH

Vice-Presidente

Deputado ARTAGÃO JÚNIOR

Relator

Membros:

Deputado JOCELITO CANTO

Deputado LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Deputado PADRE PAULO CAMPOS

Deputada CIDA BORGHETI